

TRANSICIÓN ENERGÉTICA JUSTA PARA LA REGIÓN AMAZÓNICA

ANEXO
Entrevistas

DAVID ALMEIDA
NICOLÁS BERNOS
ALAN TIAGO CORREA
ANA CATALINA HERRERA PARRA
JUAN CARLOS VARGAS
CASSIA KARIMI VIEIRA CATIVO

Con el apoyo de



BRASIL

Entrevistas caso brasileiro.

Culturais e sociais. O diálogo com a sociedade civil e com organizações internacionais também ajuda a trazer recursos e conhecimento técnico.

Entrevistador: O senhor acredita que a transição energética pode gerar empregos para a população local?

Entrevistado:

Sem dúvida. Nos últimos seis anos, observamos um crescimento expressivo no setor de energia solar. Só em Boa Vista, surgiram dezenas de empresas dedicadas à instalação de sistemas fotovoltaicos, empregando engenheiros, técnicos, vendedores e profissionais administrativos. Isso significa oportunidades para trabalhadores que antes estavam em setores tradicionais, como comércio e serviços gerais.

A transição energética também impulsiona empregos indiretos, como logística, transporte e manutenção. Em paralelo, setores como biomassa e bioeconomia – por exemplo, o cultivo de macaúba e palma para biocombustíveis – abrem novas cadeias produtivas que podem gerar renda no interior do estado.

No entanto, existe um gargalo de qualificação. O estado precisa investir em educação básica forte, com ênfase em matemática e português, e criar cursos técnicos voltados para a energia renovável. Não basta termos vagas abertas: é preciso preparar profissionais para ocupá-las. Esse é um ponto em que o poder público precisa liderar, articulando educação, ciência, tecnologia e inovação com as demandas da transição energética.

Entrevistador: Se tivesse que citar uma localidade de Roraima como a mais desafiadora para a transição energética justa, qual seria?

Entrevistado:

Citaria Uiramutã. É um município de difícil acesso, localizado na fronteira, com a maior densidade de comunidades indígenas do estado e uma das maiores do Brasil. Lá, a ausência de infraestrutura básica compromete qualquer projeto de energia sustentável. A logística é cara, a conectividade é limitada e as condições sociais são muito vulneráveis.

Para enfrentar esse desafio, não basta levar energia solar. Precisamos de modelos integrados de geração distribuída, que combinem fotovoltaica, armazenamento em baterias e micro-redes comunitárias. Também é necessário que o Estado seja um

parceiro ativo, comprando a energia excedente e reinvestindo na comunidade. Sem essa articulação, a transição energética continuará desigual.

Entrevistador: Secretário, agradeço pela disponibilidade em participar da pesquisa.

Entrevistado:

Eu que agradeço. É fundamental termos espaços para debater a realidade amazônica e, em particular, de Roraima. A transição energética justa não é apenas um tema técnico: é também social, econômico e cultural. Ela impacta diretamente a vida das comunidades mais isoladas e vulneráveis. Por isso, precisamos de políticas consistentes, de parcerias sólidas e de visão estratégica para o futuro. Reforço meu compromisso em contribuir com esse debate e desejo sucesso na continuidade da pesquisa.

Anexo 5 - Entrevista com Rooney Peixoto, Secretária de Minas e Energia do Amazonas

Entrevistador: Boa tarde, secretário. Para começarmos, poderia se apresentar brevemente?

Entrevistado (Secretário Rooney Peixoto):

Boa tarde. Me chamo Rooney Peixoto, sou economista, com especialização em gestão pública e mestrado em engenharia de produção. Atualmente, estou à frente da Secretaria de Estado de Energia, Mineração e Gás do Amazonas (SEMIG). Essa secretaria foi recriada com o propósito de pensar a energia não apenas sob o aspecto estrutural, mas como fator de desenvolvimento econômico, geração de oportunidades e fortalecimento da sustentabilidade.

O Amazonas tem especificidades únicas: 97% da floresta preservada e, ao mesmo tempo, 80% das atividades econômicas concentradas em Manaus, especialmente na Zona Franca. Isso gera desequilíbrios — de um lado, garantimos a preservação ambiental; de outro, o interior do estado paga um preço alto, com baixo acesso a oportunidades, serviços básicos e infraestrutura. É nesse contexto que buscamos construir políticas públicas energéticas capazes de integrar desenvolvimento, inclusão social e respeito ambiental.

Entrevistador: Quais são os maiores desafios econômicos e sociais da transição energética no Amazonas?

Entrevistado:

O primeiro desafio é estrutural: mais de 90 comunidades do interior ainda dependem de sistemas isolados de geração a diesel. Isso significa um consumo diário superior a 1,5 milhão de litros de combustível, e, paradoxalmente, gasta-se quase a mesma quantidade apenas para transportar esse diesel até os municípios. É um modelo insustentável, caro e poluente.

Nosso esforço é transformar esses sistemas em modelos híbridos, combinando energia solar, baterias e outras tecnologias. Mas, para isso, precisamos superar barreiras logísticas, regulatórias e financeiras.

Outro desafio é a descarbonização do transporte. Enquanto o Brasil discute a substituição de caminhões pesados por corredores verdes, nossa realidade é outra: o transporte fluvial. A vida do amazonense gira em torno dos rios, e hoje a grande

maioria das embarcações ainda funciona a diesel. Precisamos encontrar soluções para tornar o transporte fluvial mais limpo, seja por meio de biocombustíveis, seja com tecnologias de transição.

Além disso, enfrentamos desafios sociais profundos: comunidades ribeirinhas e indígenas ainda usam lenha como principal fonte de energia para cozinhar, devido à falta de acesso ao gás de cozinha. A transição energética precisa respeitar essas realidades, oferecendo alternativas viáveis sem criminalizar práticas tradicionais.

Entrevistador: O senhor mencionou que o Amazonas está elaborando um marco legal da transição energética. Poderia detalhar?

Entrevistado:

Sim. Estamos concluindo a proposta do **Marco Legal da Transição Energética do Amazonas**, que será uma entrega do governador na COP30. Ele não é apenas um documento normativo, mas uma trilha de intenções, diretrizes e ações adaptadas à realidade amazônica.

O marco reconhece que a transição é um processo gradual. Não passaremos do diesel para o “net zero” de um dia para o outro. É preciso caminhar com alternativas intermediárias, como o gás natural, que, embora fóssil, é menos poluente e mais eficiente do que o óleo diesel.

Também tratamos da ampliação da energia solar em áreas isoladas, do aproveitamento de fontes como energia das correntes fluviais e da necessidade de novos mecanismos de financiamento para tornar a transição inclusiva. O documento coloca as pessoas no centro, reafirmando que não se trata apenas de reduzir emissões, mas de garantir acesso à energia como um direito básico.

Entrevistador: Como o senhor avalia a transição energética no Brasil e suas políticas públicas, especialmente em relação à Amazônia?

Entrevistado:

O Brasil já é considerado líder mundial em transição energética, com cerca de 90% da matriz baseada em fontes renováveis. Contudo, há um descompasso entre as metas nacionais e as realidades locais.

Recentemente, lançamos o *Atlas da Transição Energética*, e, como presidente do Fórum Nacional de Secretários de Minas e Energia, pude acompanhar de perto esse processo. O que percebemos é que cada estado avança à sua maneira, mas falta uma coordenação

nacional que contemple as especificidades amazônicas.

O Amazonas, por exemplo, não pode ser analisado apenas sob a ótica da “copa das árvores”. É preciso olhar para as pessoas, para o ribeirinho que precisa de energia para conservar alimentos, para a comunidade que sofre com secas históricas e cheias intensas. A transição precisa descer da retórica internacional para a vida cotidiana do amazonense.

Entrevistador: Quais instituições o senhor considera fundamentais para a transição energética no Amazonas?

Entrevistado:

Não existe um ator único capaz de conduzir esse processo. Precisamos de uma rede ampla de parcerias.

No plano nacional, é fundamental a integração com o Ministério de Minas e Energia, a ANEEL e a Eletrobras, responsáveis pela regulação e operação do sistema. As universidades e institutos de pesquisa têm papel decisivo na adaptação tecnológica. O setor privado, por sua vez, é essencial para trazer inovação e investimentos.

No plano internacional, organismos como o Banco Mundial, BID e agências de cooperação podem viabilizar recursos para projetos estruturantes. Mas ressalto: não basta trazer financiamento. É necessário que os mecanismos respeitem a realidade amazônica, garantindo soluções energéticas que sejam viáveis em comunidades isoladas e com logística difícil.

Entrevistador: O senhor poderia citar exemplos práticos de avanços ou desafios enfrentados?

Entrevistado:

Um exemplo positivo foi a chegada da linha de transmissão a Parintins, obra coordenada pelo governo federal. Foi um marco para a população local, que sempre conviveu com dificuldades no abastecimento de energia. Esse tipo de iniciativa precisa ser expandido para outros municípios, como Itacoatiara, Silves, Tapiranga e Humaitá, que ainda enfrentam gargalos estruturais.

Por outro lado, a morosidade no licenciamento ambiental é um entrave para obras essenciais. Muitas vezes, não se trata de falta de tecnologia, mas de entraves burocráticos e ideológicos. Precisamos de um equilíbrio: proteger o meio ambiente sem

condenar o interior do Amazonas ao isolamento.

Entrevistador: Como garantir que a transição energética não deixe ninguém para trás?

Entrevistado:

Esse é o ponto central. A população do interior não discute transição energética nos termos técnicos que usamos. Ela quer energia, e quer agora. Muitas vezes, só percebe a falta que a energia faz quando o fornecimento é interrompido.

Por isso, precisamos desenhar soluções práticas. Não adianta simplesmente proibir o uso da lenha, por exemplo. É necessário oferecer alternativas concretas, como fogões solares ou acesso a gás subsidiado. Da mesma forma, não adianta condenar a prática tradicional de queimar pequenas áreas para plantar sem apresentar métodos alternativos de cultivo sustentável.

Respeitar a cultura local é o caminho para construir uma transição energética justa e inclusiva.

Entrevistador: Se tivesse que indicar uma localidade particularmente desafiadora para a transição energética, qual seria?

Entrevistado:

Não é fácil escolher uma só, pois o Amazonas é imenso e diverso. Mas posso citar municípios como São Gabriel da Cachoeira e Japurá, que têm extensões territoriais gigantescas, populações espalhadas e de difícil acesso. Nessas áreas, o desafio é logístico, técnico e econômico ao mesmo tempo.

São regiões onde a ausência de rodovias, a dependência de transporte fluvial e a presença de grandes populações indígenas exigem soluções diferenciadas, que combinem inovação tecnológica e respeito cultural.

Entrevistador: Secretário, agradeço pela sua disponibilidade em participar da pesquisa.

Entrevistado:

Eu que agradeço. É muito importante que possamos discutir o futuro energético do Amazonas de forma clara e transparente. A transição energética precisa ser construída com diálogo, respeito às pessoas e responsabilidade ambiental. Nosso compromisso é garantir que a energia seja um vetor de desenvolvimento econômico e social, e não apenas um discurso. Reitero minha disposição em contribuir com este debate e desejo sucesso na continuidade da pesquisa.

Anexo 6 - Entrevista com Maria da Conceição Santana Barbosa – Fórum de Energia Renovável de Roraima

Entrevistador: Gostaria de começar pedindo que a senhora fale sobre a situação energética de Boa Vista e os avanços mais recentes.

Maria da Conceição:

No caso de Boa Vista, no início as soluções não resolveram totalmente o problema. Foi necessário fazer complementações técnicas até que, em 2019, conseguimos distribuir plenamente a energia.

Naquele ano houve um leilão especial para Boa Vista e cidades conectadas. Nesse leilão, tivemos várias soluções diferentes de geração: gás natural, biomassa, derivados de óleo diesel e a manutenção de algumas usinas térmicas locais. Algumas dessas térmicas já deveriam ter sido desativadas, mas permaneceram em operação. Provavelmente, agora com a interligação ao SIN, essas usinas serão finalmente desligadas.

Esse leilão de 2019, que começou a ser desenhado em 2016, foi muito importante. Nesse período também formamos aqui o Fórum de Energias Renováveis, um espaço para articular propostas e debater soluções. Houve um movimento muito grande em favor da ampliação da micro e mini geração distribuída. Assim como em todo o Brasil, tivemos um crescimento exponencial: de 2016 até hoje, praticamente metade da nossa carga já é atendida por geração distribuída. São mais de 100 empreendimentos em funcionamento, e muitos outros estão em processo de conexão.

Entrevistador: Professora, para começarmos, poderia se apresentar e falar um pouco sobre sua trajetória?

Entrevistada (Maria da Conceição Santana Barbosa):

Meu nome é Maria da Conceição Santana Barbosa, sou engenheira eletricista e cheguei a Roraima em 1982, quando ainda era território federal. Desde então, minha vida profissional esteve ligada ao setor energético. Trabalhei por décadas na Companhia Elétrica de Roraima, ocupando diferentes funções até assumir a presidência da empresa em 2010. Essa experiência foi decisiva para compreender tanto os aspectos técnicos quanto os políticos e sociais do setor elétrico no estado.

Além disso, atuei em secretarias estaduais voltadas para o trabalho e para políticas

sociais, o que me permitiu enxergar a energia não apenas como infraestrutura, mas como direito social fundamental. Sou mestre em Desenvolvimento Regional da Amazônia e atualmente curso doutorado em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Roraima. Também integro o Fórum de Energia Renovável, criado em 2019, que reúne governo, universidades, sociedade civil e setor privado para debater alternativas energéticas para o estado.

Entrevistador: Quais são, em sua avaliação, os principais desafios do setor energético em Roraima?

Entrevistada:

O principal desafio sempre foi a dependência de termelétricas movidas a óleo diesel. Até pouco tempo atrás, praticamente todo o estado dependia dessa fonte cara, poluente e logisticamente complicada. A chegada da interligação ao Sistema Interligado Nacional (SIN), em 2021, representou um divisor de águas, pois reduziu a vulnerabilidade do estado. Mas é importante entender que a interligação não resolveu todos os problemas.

Ainda temos dezenas de comunidades indígenas e ribeirinhas isoladas que continuam sem acesso à energia limpa e estável. Nesses locais, a transição energética é mais desafiadora porque envolve não apenas infraestrutura, mas também aspectos sociais, culturais e ambientais.

Outro desafio é regulatório. Roraima não possui agência reguladora estadual própria, o que fragiliza a governança. Sem regras claras, a expansão da geração distribuída e dos sistemas híbridos pode enfrentar dificuldades. Além disso, a tarifa de energia em Roraima ainda é uma das mais caras do Brasil, o que pesa diretamente no orçamento das famílias.

No campo social, precisamos pensar em justiça energética. A população indígena, os migrantes venezuelanos e as famílias de baixa renda sofrem com o custo da energia e, muitas vezes, ficam à margem das políticas públicas. A transição energética precisa ser planejada para não aprofundar desigualdades.

Entrevistador: Como a senhora avalia as políticas de transição energética atuais em Roraima?

Entrevistada:

Houve avanços importantes. O leilão de 2019 diversificou a matriz elétrica local,

introduzindo gás natural, biomassa e sistemas híbridos, além de ampliar a geração distribuída solar. Isso reduziu custos e emissões em comparação ao modelo anterior, que era praticamente 100% baseado em diesel.

O crescimento da energia solar distribuída foi notável. Em poucos anos, Boa Vista e outros municípios passaram a contar com mais de 100 megawatts instalados em geração fotovoltaica. Empresas locais surgiram, criando empregos e movimentando a economia.

Porém, esses avanços ainda não alcançam toda a população. A instalação de sistemas solares depende de investimentos iniciais altos, o que restringe o acesso às famílias de baixa renda. Faltam programas estaduais de incentivo que subsidiem ou financiem esses sistemas de forma inclusiva.

Outro aspecto pouco discutido é o impacto econômico da transição. Municípios como Caracaráí, que antes recebiam grande movimentação econômica ligada ao transporte e

armazenamento de diesel, perderam receita com ICMS e empregos nesse setor. Isso mostra que a transição energética precisa ser acompanhada de políticas compensatórias e de diversificação econômica regional.

Entrevistador: Quem deveria liderar a transição energética em Roraima e quais seriam os parceiros estratégicos?

Entrevistada:

A transição energética não pode ser conduzida de forma fragmentada. Precisamos de coordenação entre União, governo estadual, municípios, setor privado, universidades e sociedade civil. Hoje, o que vemos é a ausência dessa articulação, com muitas iniciativas isoladas.

As universidades e os institutos de pesquisa têm papel central. São eles que podem desenvolver soluções adaptadas às condições amazônicas, como sistemas híbridos que combinem solar, biomassa e baterias em regiões de difícil acesso. O setor privado já mostrou seu potencial na expansão da energia solar, mas ainda precisa de apoio em financiamento e segurança regulatória.

O governo federal deve garantir linhas de crédito e políticas específicas para a região. Já o Fórum de Energia Renovável, do qual faço parte, é um espaço valioso porque reúne diferentes atores e possibilita diálogo e construção coletiva de propostas.

Sem essa governança compartilhada, corremos o risco de reproduzir velhos erros:

adotar soluções importadas, caras e pouco adaptadas à realidade amazônica.

Entrevistador: Existe alguma particularidade nos problemas enfrentados pelos trabalhadores da Amazônia em comparação com outras regiões do Brasil?

Entrevistada: Sim, muitas. A primeira é a questão migratória. Roraima recebe milhares de migrantes venezuelanos, que hoje estão inseridos em diversos setores do mercado de trabalho – desde a construção civil até o comércio e a educação. Essa presença altera as dinâmicas locais e exige políticas públicas específicas de integração.

Outro ponto é a realidade dos trabalhadores em áreas isoladas, onde ainda existem casos de exploração laboral e até exploração sexual associadas ao garimpo ilegal. A ausência de energia estável e de serviços básicos agrava essas vulnerabilidades.

No campo energético, a transição abre novas oportunidades de emprego, especialmente na energia solar. Já temos dezenas de empresas locais atuando nesse setor. Mas surge também o desafio da qualificação. Profissionais acostumados a operar usinas térmicas precisarão lidar com tecnologias digitais mais avançadas. Se não houver políticas de capacitação, haverá exclusão.

Portanto, a transição energética pode ser uma alavanca para geração de trabalho decente, mas apenas se vier acompanhada de investimentos em educação e formação profissional.

Entrevistador: A senhora poderia citar exemplos concretos de avanços e dificuldades na transição energética em Roraima?

Entrevistada:

Um exemplo positivo é Pacaraima, na fronteira com a Venezuela. Lá temos um sistema híbrido que combina geração a diesel com energia solar e armazenamento em baterias. Isso trouxe maior estabilidade e reduziu o custo da energia para a comunidade.

Por outro lado, municípios como Rorainópolis continuam dependentes quase exclusivamente do diesel, o que representa um retrocesso em relação aos avanços obtidos em outras localidades.

Outro exemplo emblemático é Caracaraí. Antes, era um polo logístico para armazenamento e distribuição de diesel. Com a interligação e a redução do uso desse combustível, a economia local foi diretamente afetada. Essa situação revela um aspecto pouco discutido: a transição energética redistribui custos e benefícios de forma desigual dentro do próprio estado.

Entrevistador: Se tivesse que escolher uma região de Roraima como a mais desafiadora para a transição energética justa, qual seria?

Entrevistada:

Eu destacaria o Baixo Rio Branco. Essa região é extensa, de difícil acesso e concentra comunidades indígenas como os Yanomami, além de pressões de atividades como soja e garimpo. A logística é complexa, e a ausência de infraestrutura torna qualquer projeto de energia mais caro e difícil de implantar.

Para o Baixo Rio Branco, precisamos pensar em soluções comunitárias, como micro-redes solares e sistemas híbridos adaptados. Mas, acima de tudo, é necessário envolver as próprias comunidades no processo, respeitando seus modos de vida e garantindo que tenham voz na definição das políticas.

Entrevistador: Professora, agradeço pela sua disponibilidade em participar da pesquisa.

Entrevistada:

Eu que agradeço. A transição energética não pode ser pensada apenas em termos de megawatts ou emissões de carbono. Ela precisa colocar as pessoas no centro. Em Roraima, isso significa olhar para os indígenas, os migrantes, os ribeirinhos, os agricultores familiares e todos aqueles que ainda vivem sem acesso digno à energia.

Anexo 7 – Entrevista com Rosalina do Socorro Ferreira Amorim da Central Unica dos Trabalhadores (Pará)

Pergunta: Quais são, no entendimento da sua organização, os principais desafios e problemas de ordem econômica, social e política que apresenta o setor energético em seu país e na região amazônica?

Rosalina: O principal problema é a democratização da energia, no sentido do acesso e do custo para a população. A energia no Brasil é majoritariamente produzida nas regiões Norte e Nordeste, mas o consumo está concentrado nas regiões Sul e Sudeste. Enquanto isso, a população da região Norte não tem acesso universal à energia e ainda paga um preço elevado por ela. O estado do Amapá é um exemplo claro dessa desigualdade. Além disso, não há uma discussão ou consulta popular sobre o modelo de energia que queremos e que seja adequado à nossa realidade social e ambiental.

Pergunta: A sua organização possui alguma definição de transição justa?

Rosalina: Nós nos somamos à definição de Transição Justa formulada pelo movimento sindical internacional e protagonizada pela Confederação Sindical Internacional (CSI). Embora seja um termo relativamente novo, a ideia já está presente na trajetória da CUT. Quando Chico Mendes lutava pela preservação da floresta amazônica, ele também defendia o sustento dos trabalhadores da floresta. Portanto, meio ambiente e emprego são pautas da CUT desde sua fundação. Hoje, incorporamos novas perspectivas da classe trabalhadora de outros países, especialmente no campo da transição energética, mas sem perder de vista as discrepâncias sociais e econômicas que marcam o Brasil e a América Latina.

Pergunta: Qual é o grau de avanço da transição justa em seu país?

Rosalina: Há um avanço na adoção das energias renováveis, e somos favoráveis à incorporação desse modelo de produção. No entanto, essa transição não tem ocorrido de forma justa.

Pergunta: Pode identificar políticas em favor da transição justa no Brasil? Elas

abrançam a região amazônica?

Rosalina: Existem políticas e investimentos em energias renováveis, mas não se pode chamar isso de uma verdadeira transição, e muito menos de uma transição justa.

Pergunta: Existem mecanismos que fomentem o uso de novas energias renováveis, como eólica, fotovoltaica ou biomassa?

Rosalina: Sim, mas observamos que esses investimentos têm ocorrido de maneira desconectada de uma política energética que reflita o modelo de desenvolvimento que queremos. Não se consideram as realidades e necessidades da população, nem os impactos ambientais e sociais sobre as comunidades. Por exemplo, os biocombustíveis podem se transformar em mais uma commodity, reforçando a concentração de terras e as condições de trabalho análogas à escravidão.

Pergunta: Existem políticas para redução da extração de petróleo e carvão?

Rosalina: Sim. Existe o Plano Clima e Transição Ecológica, e temos participado das possibilidades de participação social, mas ainda há poucas ações concretas.

Pergunta: Quais são os riscos ambientais do desenvolvimento das energias renováveis e como conciliá-los com o respeito ao patrimônio natural amazônico?

Rosalina: O principal risco são os impactos sobre o direito ao uso da terra das populações locais. Os movimentos sociais estão elaborando documentos para tratar dessa questão, defendendo a descarbonização com salvaguardas à população.

Pergunta: Quais instituições considera importantes para pensar e levar adiante essas mudanças?

Rosalina: O Conselho Nacional de Política Energética e o Conselho Nacional de Meio Ambiente são fundamentais para garantir que o debate ocorra de forma ampla e democrática.

Pergunta: As empresas energéticas da região amazônica podem ser consideradas aliadas estratégicas?

Rosalina: Ainda estamos muito distantes de um verdadeiro diálogo social, em que

todas as partes estejam comprometidas. Antes de falar em alianças, é preciso lutar por uma legislação que garanta maior responsabilização das empresas em relação ao meio ambiente. Basta observar as tentativas de flexibilização da legislação ambiental.

Pergunta: Quais são as principais ações da sua organização em busca de maior participação na geração de energias renováveis e na descarbonização da matriz energética?

Rosalina: A CUT luta por uma transição justa. Temos ampliado a discussão sobre o tema entre as bases cutistas, fortalecendo o diálogo sobre meio ambiente, trabalho e soberania energética.

Pergunta: Sua organização possui algum organismo ou comissão específica para desenvolver ações sobre transição energética?

Rosalina: Sim. O Coletivo Nacional de Meio Ambiente da CUT atua diretamente com essa pauta.

Pergunta: Quais são os principais conflitos que vocês identificam em torno das políticas energéticas atuais?

Rosalina: Um dos maiores problemas é a precarização dos empregos no setor de energias renováveis. Denunciamos a perda de direitos e as condições precárias impostas aos trabalhadores.

Pergunta: Quais organizações sociais e políticas são potenciais aliadas estratégicas para uma transição justa na Amazônia?

Rosalina: O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Marcha Mundial das Mulheres e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

Pergunta: E quais considera contrárias a um caminho público de transição justa? **Rosalina:** O agronegócio e os latifundiários, pois atuam de forma concentradora e contrária à democratização da terra e da energia.

Pergunta: Quais dificuldades existem na construção de alianças em favor de uma

transição energética pública?

Rosalina: O mesmo problema: ainda estamos distantes de um diálogo social verdadeiro. É necessário garantir uma legislação que responsabilize as empresas antes de falar em alianças. A flexibilização ambiental é um retrocesso.

Pergunta: Quais vias de participação democrática são mais viáveis para garantir a participação dos trabalhadores e da sociedade civil na transição justa?

Rosalina: Consultas prévias, assembleias, plebiscitos, orçamento participativo e a ampliação do Conselho Nacional de Política Energética, incluindo consultas locais.

Pergunta: Quais são os principais problemas da classe trabalhadora na Amazônia e como se diferenciam do restante do país?

Rosalina: Violência, precarização do trabalho e informalidade. Na Amazônia, há ainda mais violência e perseguição às lideranças, somadas à impunidade.

Pergunta: Quais desafios o processo de descarbonização apresenta para os trabalhadores da Amazônia?

Rosalina: O principal problema é a democratização da energia, no sentido do acesso e custo para a população. Isso, somado à informalidade e à precarização do trabalho, intensifica as desigualdades regionais.

Pergunta: O Estado deve assumir papel de liderança na transição energética? **Rosalina:** Sim. Defendemos que o Estado lidere todo o processo, inclusive com a criação de novos postos de trabalho.

Pergunta: Vocês receberam algum tipo de capacitação ou reconversão laboral nesse processo?

Rosalina: Não.

Pergunta: Quais regiões concentram os maiores desafios para uma transição justa?

Rosalina: O Marajó e Carajás. O Marajó precisa de uma transição que promova o desenvolvimento local, gere empregos e valorize a produção artesanal. Já Carajás, embora mais desenvolvida, enfrenta graves problemas trabalhistas, falta de proteção

social, estresse térmico e informalidade. É necessário fortalecer o movimento sindical e as negociações coletivas para garantir justiça social e ambiental nessas regiões.

COLOMBIA

Transcripción - WhatsApp Audio

2025-08-13 at 4.08.18 PM

Bueno, muchísimas gracias nuevamente por tu tiempo, ya empecé a grabar. Muchísimas gracias de nuevo por tu tiempo, pues me presento. Mi nombre es Catalina Herrera, estoy trabajando, apoyando una consultoría para Tued, que es una organización que trabaja con organizaciones, en diferentes lugares del mundo, en especial está trabajando en el tema de transición energética. Sí. Y pues en estos momentos yo estoy haciendo una investigación en el caso de Colombia sobre la transición energética y la transición específicamente en la Amazonía, pensándonos en los minerales que pueden haber en la Amazonía, pero también pensándonos en la matriz eléctrica que ustedes tienen, cómo se abastecen de energía y, bueno, y las preocupaciones que puede haber detrás de los procesos de transición energética. Entonces, bueno, para empezar, yo voy a estar también tomando apuntes y grabándote, como te decía. Entonces, para empezar, bueno, si me quieres compartir tu nombre y apellido a la organización a la que perteneces. Ok, bueno, mi nombre es César Bornaí León Rojas, soy docente de la Estación Educativa Francisco de Bellana, hace diez años y trabajo en una comunidad indígena que se llama Amazónica, que está en el trapezo amazónico, a cincuenta y cuatro kilómetros de Ixia, que está acá total, estamos en un trescuatro. O sea. Tengo clases de ciencia naturales, proyectos colectivos y ciencias políticas en el colegio. En este colegio, pues, hay básicamente ocho comunidades indígenas, entre ellas, yaguas y minorías que son muy todas, o sea, son siete comunidades que vienen a estudiar aquí en esta sede. Ok, perfecto. ¿Si me escuchas? Se me pierde un poquito como con la bulla de atrás. Ok, perfecto. Sí, no sé si... Déjeme, yo voy a subir a otro salón, ¿listo? Listo, perfecto. Al menos una. Perfecto. Ya voy la mela aquí. Listo. Bueno, listo. ¿Qué tal por aquí, Miguel? Creo que mejor, ajá, sí, creo que está mucho mejor. Ok. Bueno, gracias. Yo, de pronto, ahorita, tú me podrías enviar como los nombres específicos de las comunidades con las que trabajas, porque posiblemente yo no lo sé escribir bien, entonces, para que quede el nombre específico. ¿Listo? Ok, termino yo de WhatsApp. Exacto, sí, ahorita cuando terminemos.

Exacto. Bueno, gracias. Entonces, bueno, compañero, nosotros, pues, como te contaba, estamos haciendo una investigación sobre todo el tema de transición energética, también indagando un poco si... como la posición del gobierno frente a la Amazonía misma y qué acciones hay o si no hay acciones, y cómo desde el territorio se está sintiendo el proceso. Entonces, quería preguntarte, con base en tu experiencia, en tu liderazgo, en las organizaciones que representas, en las organizaciones con las que trabajas de la mano, quería preguntarte cuáles son los principales desafíos y problemas

a nivel económico, social y político que presenta el sector energético en la región de la Amazonía. Ok, mira, nosotros, específicamente en varias comunidades en las cuales nosotros estamos convirtiendo, uno de los reyes principales es precisamente el día, digamos que el día que es a diesel, a un día mucho más sostenible, que son a paneles. De las siete comunidades en el cual nosotros estamos trabajando, el reto es muy grande porque de esas siete o ocho comunidades solar, entre dos, tienen ya un sistema de energía solar. A través de seis las paneles en la comunidad en el cual...

Se me fue tu voz. Se fue, se fue la señal. Ahí me decías que en la comunidad, en la comunidad, me contabas que solamente dos tienen energía solar y me contabas.

Sí, exactamente. Solar y los demás, pues todos están por energía diesel, que son a través de la planta y queso.

Entonces, por obvia razón es que cuando está muy cerca arriba, de hecho, donde yo vivo acá, hay una planta que está muy cerca de la cuenca y todo lo que se riega del aceite, del combustible, pues obviamente se va a parar en la quebrada y eso hace mucho daño.

Nosotros tenemos aquí un reto porque llevamos básicamente, qué le digo, unos cuatro años con un sistema de células de paneles que no fueron terminadas básicamente, sino de los elementos blancos que hay en Amazonas porque se gastaron 14 mil millones de pesos y no se terminó la planta, está ya medio. Entonces el reto es básicamente levantar las cosas al gobierno y decir bueno, listo, oye, terminen los proyectos. Listo, eso es básicamente lo que me decías. Ese problema que me contabas de la inversión de 14 mil millones de pesos,

¿quién la hizo en su momento? Bueno, esa es un convenio que hizo el ministerio de... y hay minas con DPS, entonces lleva como cuatro o seis años ahí. Se lo hicieron fue esas cosas. Y no pasó nada. ¿Y cómo funciona? ¿Tienen el terreno? O sea, ¿qué hay? O sea, en el toda la infraestructura, tiene una planta, o sea, tiene todo. Lo único que faltaba para activar era el encerramiento de donde estaba el terreno de la planta y ya. Por eso supuestamente no se terminó, no se terminó el proyecto. Además, el otro problema que enfrentaba el proyecto era que ellos hicieron sus líneas para que la energía se pueda llevar a toda la comunidad hasta cierto punto y se conectaron a la línea de una empresa privada que fue un departamento que entraba la la vida, que se llama la DENAR, y entonces hasta ahí vuelto a discusar. Básicamente el proyecto no terminó gracias a sus propias redes, no se que conectó a una primera que había y obviamente que la empresa lo que hizo fue que ellos tenían que pagar algo y era una, digamos que era una empresa del Estado, pero se estaba conectando a otra. ¿Y cuál es el nombre de la empresa? ¿El nombre de la empresa es cuál? La que está actualmente en la que, en AAM, que es algo así como empresas, en realidad de la Amazonas, que es la que actualmente pues administra toda la energía en el departamento. O sea, si

entiendobien,ellos digamos que instalaron todas las redes y todo, y en un momento en que iban a acceder las comunidades, la primera vez la empresa privada se apropió, digamos, del proceso y no llegó ya a las comunidades. La empresa privada ya tiene sus redes en las comunidades. Lo que pasa es que cuando la empresa que traía el proyecto de los paneles, lo que hizo fue montar sus plantas y todo eso, y lo que no hizo fue montar su red. Ok. Eso fue lo que pasó. Producto de la utilización de piso. Y es una cosa de nada porque, por ejemplo, esa necesidad de la energía sostenible, lo que falta es simplemente hacer un entrenamiento, conectarse a una otra energía, a otras redes y ya levantar un taco porque a veces la persona que no está cuidando, a veces levanta el taco y tenemos luces porque es que la energía que tenemos ahorita son solo 8 horas, 4 en las mañanas y 4 en las noches, en el día, perdón. En el día son 4 horas, digamos que llega de 10 a 12. Por ejemplo, ahorita tengo energía hasta la 1. Se va la energía y se apaga el internet, se apaga todo. Ok. Ok. Ok. O sea, hasta en 20 minutos ya debemos colgar. Hasta la 1 y media más o menos se va la energía. Y después en la noche a qué hora llega o en la tarde? Llega de 5 de la tarde a 10 de la noche. Ok. Son 8 horas. Ok. O sea, es un poco más acceso. Gracias. Gracias. Te quería preguntar si desde la Amazonía y los territorios con los que trabajas, con las comunidades con las que trabajan, han explorado el concepto de transición justa y qué signiDica para el territorio una transición justa que va más allá de lo energético, que va más allá de lo que produce la energía. Ok. Gracias.

¿Aló? ¿Aló? ¿Me venes a decir por favor? Te quería preguntar pues con base en tu experiencia en la organización a la que perteneces y con quienes trabajas, si han contemplado una concepción de transición justa, o sea, qué implica que la transición energética sea justa. Si no lo han trabajado está bien, o sea, si es algo que están apenas explorando también me lo puedes decir y no puedo... Mira, en esta transición nos han recibido dos problemas. La primera, porque es que cuando usted está loco o se ha estamado las plantas, digamos, de energías o las mismas comunidades, la idea es que no es justa la transición porque se está cobrando o igual o mucho más que lo que anteriormente se les estaba pagando. Entonces él, por ejemplo, se conecta y se tiene unos páreos pero se paga igual porque es una empresa privada que lo está administrando y no es el Estado, es el Estado se lo entrega a unos privados. Es básicamente lo que pasa, yo creo, que en muchos territorios nacionales que están fuera de la conexión, digamos, de la interconexión nacional, eso es lo que pasa. Entonces digamos que no es justa por eso. Ok, ese es el principal problema, el tema de cobro de la energía y de acceso también. Digamos que es la administración, si es la central administración, quién dice quién va a ser el usuario y quién es el que cobra básicamente. Ok, más de un poco. Gracias. ¿Has escuchado temas de transición desde el gobierno en el

territorio? Más allá de la experiencia que me contabas de los 14 mil millones de pesos que hubo, pero has escuchado, por ejemplo, que haya llegado el Ministerio de Minas o que haya llegado otro ministerio para plantear temas de la transición energética o de los minerales que hay en la Amazonía y que posiblemente se necesitarán, o sea, quiénes que van a necesitar para acceder a la energía o para crear paneles solares o para crear aerogeneradores. ¿Has escuchado de por parte del gobierno algo o una actitud digamos activa por parte del gobierno para realizar el tema de transición en la Amazonía?

Bueno, mira, hay varios proyectos que se están manejando desde el gobierno, pero muchos de ellos obviamente llegan al departamento y ahí se pierde todo. O sea, normalmente hay una cadena en algún lado de esa transición o de esos proyectos que se pierde antes. Por ejemplo, en una zona de frontera donde aquí a dos minutos, perdón, o a diez minutos está el Perú o aquí a media hora está el Perú, hablando de los temas de noticias. Pero el problema es que da mucho más, o sea, es mucho más fácil, por ejemplo, cambiar o tener cultivos de coca, porque es en realidad, con nuestros jóvenes y nuestras niñas van a trabajar al lado de Ivano, al lado de nuestro país, digamos que raspando coca, porque es plata, es plata mucho más fácil, que cambiar por ejemplo en nuestros territorios sobre esos cultivos a cosas más elementales, como por ejemplo el cultivo de cacao, el cultivo de otras plantas que son básicamente reemplazadas en el cultivo de cultivos irisitos en este caso. Y en el tema de energía, sí, han habido muchas apuestas, pero como todo eso se canaliza por el gobierno central, en este caso en este departamento lo más que sería la gobernación de la encalda, como eso se maneja a través de la política de la movilidad o la politiquería, entonces normalmente las comunidades que es precomible, son las que están con el gobierno central, son las que se beneDician a nosotros, pues ya ahí por no estar con la política, simplemente no se accede a eso. Ahorita que ustedes están precisamente en todo este conflicto con lo de Perú que está ocurriendo en este momento. Sí, sí, sí, señ ora, estamos con la mitad de todo esto. ¿Y ustedes cómo lo ven, qué sienten que está pasando en este momento? Bueno, nosotros consideramos que de pronto falta básicamente primero de conocimiento en cuanto a cómo convergemos nosotros en esta zona. Nosotros, y decía mi papá, mi papá es de la Igna, y él decía que los países hicieron las barreras, todos los límites, porque por ejemplo esta rostro y esta nación es de los ticunas, yo soy ticuna, mi papá es ticuna por mi papá, y nosotros no tenemos fronteras ni de tierra, ni de límites, ni de idioma, ni de comercialización, porque aquí el que nos trae la comida es Perú , el que nos trae el alimento es Brasil, nosotros aportamos otras cosas al Brasil y al Perú , y nosotros no sabemos si de verdad tenemos fronteras o qué tenemos. Nosotros, nuestra convivencia acá es chévere porque por ejemplo mis abuelos y mi abuelo, mi abuelo es brasilero, por parte de mi mamáes

peruano y yo soy colombiano, es una mezcla así muy chévere, pero tú vas al Brasil o vas al Perú y tienes tus familias allá, o sea eso es algo normal aquí en esta rostro entero. Entonces le ponen a uno, por ejemplo yo soy ex militar, no te aportes, el servicio militar, y por ahí ellos están llamando y diciendo que las reservas, y él dice bueno pero por qué va a pelear si el primo está aquí al lado o la tía está al otro lado, entonces nos ponen a nosotros a nivel de presión y decir wow, de lo que está pasando. Claro, les ponen en una situación de presión innecesaria, de una tensión como política que los meten y que para ustedes a la hora de la verdad no hay fronteras. Sí, no existe. O sea para ustedes siempre todo ha estado así, es como la... Sí, claro. Sí, sí, sí, sí, sí, y aquí, pues digamos usted va dos minutos y está en el Perú, y si está en Leticia otros dos minutos ya está en zona brasilera, o sea el pío no tiene digamos como las barrivas y eso. O sea, ¿tú vives específicamente en dónde? Yo vivo en una comunidad indígena que se llama Máceró, que está a 54 o 58 kilómetros de Leticia, Amazonas, de la capital, en el trapezo de Amazonas. Estoy como a mitad de los 105 a 101 kilómetros que tenemos de río y Colombia. Sí, es una comunidad muy bonita, sí es una comunidad muy bonita, es turística, convergen varias etnias, el 80 por ciento es artesano, la gente sale a hacer sus negocios a diferentes ferias nacionales y es muy turístico acá. Sí, claro también. Sí, cuando el gobierno llega a las comunidades, haces cambios sociales, económicos, convergen muchas otras culturas y entonces se convierte en la cultura del negocio, no ya no es como el de compartir sino que se eleva la calidad de vida y se eleva todo. Ajá, ajá. Sí, señora. Gracias. Te quería preguntar, bueno tú me contabas todo el tema de el tipo de energía digamos que limpia que utilizan es la energía específicamente de paneles solares, pero cómo funciona la energía que genera por medio de diésel, que tú me contabas que puede generar contaminación a los ríos o a las quebradas. Bueno, ¿cómo funciona? Pues básicamente lo que hace la empresa es enviar a las comunidades digamos que una planta o un otro diésel y cada mes lo que hacen ellos es traer combustible, lo transportan por el río, lo extraen a las comunidades, se depositan, se almacenan en unos especies de ataques grandes y ahí pues es el combustible que alimenta digamos la planta. Se hace un cobro mensual que obviamente es un cobro comunitario y que cada comunero debe pagar específicamente un determinado digamos costo de acuerdo a un determinado monto, de acuerdo al uso que hace o de acuerdo a los enseres o electrodomésticos que tengan, esos pasos como funciona por acá. O sea dependiendo del número de electrodomésticos que tengan, tienen una, como un inventario de cuántos... Exactamente, digamos que hacen un inventario y usted tiene un televisor, tiene una nevera, un congelador, tiene varios televisores, hacen como un cálculo y entonces dicen del, dicen del recibo general porque es un solo recibo, dicen bueno al señor Pedro porque tiene dos congeladores, una nevera, dos televisores, la división entre los

que más cobran, entre los que más consumen y menos consumen. Hacen la división y dicen pues usted va a pagar ejemplo 13 mil, 25 mil pesos, lo que más paga aquí un comerciante son como 35 mil pesos. Ok, 35 mil pesos. Ok, y te quería preguntar si tú encuentras políticos, o sea si identificados en el territorio políticos, políticas, o sea pensando como a nivel de gobierno, si hay políticas específicas para la transición en la Amazonía o si ves que están muy distantes de esto todavía, no ha habido un acercamiento real. Nosotros, nosotros hemos tenido visitas del Ministerio de Minas precisamente para esa transición pero lo que pasa es que está demorando porque la empresa viene concesionada a 30 años precisamente el proyecto de energía. Entonces, ¿qué quiere decir? Que mientras no pase ese lapso de tiempo nosotros no podemos transitar a lo que el gobierno está ofreciendo. Entonces, tiene que decir no, esto está concesionado por X tiempo y ustedes esperan a que pase otro proyecto u otro gobierno para que ustedes puedan acceder a lo que se les está diciendo en la transición. Entonces, todo aquí en Amazonas es concesionado. El turismo está concesionado, la energía está concesionado y así vamos avanzando. Por ejemplo, la comunidad donde yo estoy, el problema fue ese, pues el problema de la energía, la fotovoltaico fue eso porque es que ya la comunidad había firmado con la empresa privada, la empresa de energías de la Amazonas, una concesión a 10 o a 20 años. Entonces, llega la alternativa de la energía a través de paneles, a través de la energía fotovoltaica, entonces, se trunca porque ellos decían, entonces, ¿nuestra empresa qué? ¿A quién le vamos a cobrar? Y yo le decía a ellos, yo he hecho una discusión con el gerente de la edad, con la comunidad porque ellos debieron entrar con una consulta previa. Entonces, aceptamos el proyecto de paneles en esa transición, pero porque no se puede hacer nada porque la empresa privada dice no, nosotros tenemos concesionado a tantos años la energía, la administración de la energía en estas comunidades. Entonces, nos toca esperar, sea la transición más poco, poco, poco, poco. Guau, y ahí la respuesta de gobierno fue cuál, ¿qué se puede hacer, nada? Bueno, pues, imagínate que yo estuve aquí en...

— Se me fue tu voz.

— Hola, hola, se me fue la voz. El anterior se fue? Se me fue tu voz, sí, se me había ido tu voz.

¿Qué me empezaste a decir? Imagínate que ahí me quedé.

Aquí, estuvimos aquí, a un concejal que nos quiso ayudar con ese tema de, digamos, de hacer como la reparación, o sea, se llamamos así, de lo que el proyecto como tal no se había terminado. Se invitó a un viceministro de Minas de la época del gobierno anterior, vino la persona, el segundo que era como la persona que administró o se trajo el proyecto a través del gobierno, y se vino un representante de EPS en esa época,

desde Bogotá. Se reunieron aquí con la comunidad y lo que simplemente el señor dijo fue que si ellos querían que ese proyecto se terminara, el gobierno a través del EPS le debía pagar los 7.000 millones de pesos que hacía falta. Y a esta es la hora que el proyecto no se activó, porque sencillamente el 50% de recursos se pone que entró, ellos hicieron lo que tuvieron que hacer, el 50% se ha entregado porque no se ha terminado el proyecto. Y como te decía, ahí están los paneles, ahí está toda la infraestructura, falta el encerramiento de algunas adecuaciones que eso ahí se está pudriendo el proyecto de hace unos cuatro años atrás. ¿Y con el actual gobierno han intentado hacer incidencia para eso? Tuvimos un acercamiento hace como, me parece que hace un año atrás, pero es lo mismo, o sea, las políticas vienen, pero pues el que tiene concesionado el departamento con la, digamos que con la energía, pues es la empresa privada. Y tú sabes que en toda región como estas las acarpadas del departamento los que ponen y tienen el poder de colocar a los gobernantes son los que deciden cosas. Y si el gobierno o el gobierno departamental y municipal está de la mano y si está en la mano digamos de la empresa privada de invertir presupuesto, pero simplemente ellos hacen casos de remise. Y en otras comunidades seguimos esperando pues a que podamos acceder a sus penaltis. Exacto. Bueno, super interesante y super, o sea, tenemos que pensar, yo te lo digo de una manera como muy genuina, o sea, si de verdad crees que acá yo puedo de pronto incidir en algo, no sé, para que tú puedas hacer algo allá y no sé, pensemos en algo. Porque sí es, pues qué injusto, ¿no? Hoy, en las comunidades hoy por hoy, pues cada año también se cambia un poquito el tema de gobernancia propia y hoy tenemos un curata que está básicamente luchando por una cantidad de, digamos, de cosas que quedaron ahí. Y nosotros tenemos que poner puentes, quedarnos parados porque el anterior administración no desembolsó todo el presupuesto. Tenemos este puente de energía fotogrÁDica que quedó ahí. Nosotros nos hemos reunido por el cabildo y nosotros vamos a levantar obviamente, yo le decía a él, levantemos un acta y levantemos ese acta a nivel nacional porque no nos vamos a quedar con los brazos cruzados. Y estamos esperando que esos, ese recurso que el gobierno, a través del Ministerio de Minas, invirtió en esta comunidad, pues se quede ahí huerto.

Claro, no. Me parece que hace dos meses vino un experto, un misterio, porque nosotros también tenemos un muelle. El muelle, pues le hicieron unas reparaciones a través de que hicieron el transporte. Y aprovechamos que vino un chico, como que del alto nivel del gobierno y lo llevamos a la planta de paneles. Y el lío que tocaba hacer a través de las instituciones, a través de la gobernación y la alcaldía, pues pues tenemos que mover ya en ese momento ya. Y un acta, no sé, va a ser algo para que esté en el mismo nivel. Bueno, ahí tenemos ese proyecto al 70%, que queda un 20% para terminarlo. Y oye, es una alternativa, entonces varían las cosas de los cobros de la unidad. Claro. Súper interesante y súper importante. Yo igual este, o sea este

documento que se va a hacer, obviamente te lo socializó cuando ya esté. Y la idea es que el documento va a quedar como disponible, entonces voy a hacer especial mención a esto. Si de pronto necesito más información, te dejo saber para que quede claro, o sea que quede escrito. Y que de pronto se abran puentes para ustedes en términos de, con el mismo gobierno nacional, para ver qué se puede hacer. Yo voy a tratar de hablar con dos videos acá, y tratan de estudios que tienen más información de cuál es el estado real de los proyectos. Porque nosotros hablamos de, o sea, normalmente cuando llegan estas personas aquí a la comunidad, pues reúnen al cabello, entonces ellos sueltan sus presupuestos, pero no sabemos así desde la nueva nación, pues desde el cabello que nos digan, bueno, el proyecto va así, yo sé, y porque lo hemos estado luchando por un concejal, y nosotros con los concejales, si pueden suelto el concejal, haga algo. La última vez que te contaba que vino el concejal hace como dos años, él decía que eso estaba en el 80%. Pero que con ese 20%, lo que tienen que hacer es hacer el cambio de algunas cosas, como las baterías, el agua, todas esas cosas, terminar mis herramientas y activar, digamos que, la energía mental. Pero igual seguimos en ese proceso porque es muy viguroso. Aquí han venido ministros, y viceministros, personas nos preparan la foto y se llevan el complemento y nada más se sabe nada. Pero porque también nosotros nos hemos permitido que no nos de como que esa persona que vivamos desde el interior del país pueda mover cosas. Y eso se encuentra muy interesante porque usted está mucho más allá. Exacto, lo que necesiten, o sea, lo que necesiten para radicar algo, para buscar una reunión con alguien. El ministro de Minas Actual viene del movimiento sindical y él es cercano y podríamos, o sea, creo que es un tema muy importante. Y que la Amazonía, pues siento que todo el mundo habla de la Amazonía, pero a la hora de la verdad, como que son pocas las respuestas a la Amazonía y al territorio. Entonces, de verdad te lo digo, si hay algo que crees que yo pueda hacer, déjame saber y yo igual voy a ver qué se puede hacer para que ustedes puedan incidir allá en este proceso. Una pregunta Ana, yo puedo compartir tu número con el cabildo de Maceo, para que ustedes puedan hablar con él. Claro. Edl es una persona muy abierta al diálogo, a la charla y hacer ese proceso sería interesante porque, imagínense, nosotros llevamos dos caminadas, unos tres años. Y como abrir un poquito más allá de la gobernación y la red, al día, que les digan, bueno, una respuesta clara de cómo se ha proyecto y si va a funcionar o no. Incluso...

¿Habías escuchado que se habían metido al terreno y se llevaron como unos panes? Sí, se lo van a llevar, como que se robaron unos panes, eso es como la realidad. No he ido a ver por qué punto, pues eso está medio encerrado, ahí no parece que lo cuida, pero hasta ahí se va. Le va a tocar visitar ese lugar. Sí, podemos. Pues yo no sé, pensándolo, es como estoy saliendo de la entrevista pero pensándolo en, por ejemplo, presentar un derecho de petición al Ministerio de Minas, diciendo, ¿es esto lo que está pasando? O

sea, si necesitan algo de verdad, cuenten conmigo que lo haría con todo el compromiso del mundo, o sea, lo haría, de verdad. Y me cuentas si quedamos en contacto por ese lado, pero entonces va a terminar nuestra entrevista. Bueno, te quería preguntar si has escuchado algo en el territorio sobre minerales y la posibilidad de explotar minerales, como lo que está pasando en Putumayo con el cobre, no sé si has escuchado algo específicamente en el Amazonas sobre algo de minerales. No, mira, nosotros algo que tenemos claro es de las organizaciones aquí del trapezo. Vamos hablando del trapezo, que son comunidades que están desde Tizia hasta Puerto Nariño, que es el segundo municipio, y de Puerto Nariño hasta Aguari, que es como la frontera de Perú. Nosotros, comunidades indígenas de este trapezo amazónico, tenemos bien claro que a través de otros planes de vida, para nosotros es importante el río, la nacionalidad, la biodiversidad, y todo lo que tenga que ver con minerales, que vamos a explotar, que vamos a explorar, que el EPS no radicalmente, pero antes decímoslo, esto va por consulta previa, y si la comunidad que es la máxima autoridad de la asamblea dice sí, entra, si no, no entra. Es algo chistoso que pasó hace, por ejemplo, tres meses, porque un señor desde Coimbra vendía un tema de oxígeno y simplemente, apenas escuchamos venta de oxígeno, chao, se vuelve, no volvió más, porque aquí no le abrimos puertas a esa clase de propuesta, porque eso, además de que ya estamos dañando mucho, iría mucho más rápido nuestro río, se acabaría más rápido, o sea, nosotros lo habíamos hecho desde las comunidades, y eso lo sigo, tenemos que ir claro como política, digamos que pública y política de las comunidades, el tema de primero, antes de lanzarnos a escuchar propuestas de que vienen y nos dicen que es bueno, o va a traer más desarrollo, no, primero el futuro de nosotros, primero los sucios, primero lo que dejaron los ancestros, y lo tratamos de cuidar, por lo menos por ese lado si lo tenemos claro, antes lo que hacemos es cuidar el costo, ahora por lo menos tienen razas, tenemos lo de la COP16 y estamos buscando, por ejemplo, un apoyo para hacer ya... No te escuché. ¿Cómo lo protegería? No te escuché, ¿están para lo de la COP, están buscando apoyo para? Nosotros tenemos un proyecto institucional que es precisamente para un mes de noviembre traer a común, hacen como una especie de intercorrida para trabajar sobre temas políticos de la institución sobre cómo manejar el río Amazonas, o sea las políticas que tenemos es muy claro para nosotros, no permitiríamos que viniera aquí, por ejemplo, cualquier compañía, si no es que vamos a hacer exploraciones o vamos a tener que en el río tal descubrimos algo, por eso sí, por al menos en esta transición mazonica no va a pasar, y las entidades como el CITAN, como Antioquia y las que tenemos, tenemos bien claro eso que este río para nosotros es importante y lo que da ya en el suelo es suelo. Superimportante, superimportante, porque esa es una de las grandes preocupaciones, es que por un lado los países que compran energía acá en Colombia, que nos compran carbón, están promoviendo todo

el tema de la transición energética, pero pues la transición energética requiere de paneles solares y de aerogeneradores, y para construir paneles solares y aerogeneradores se necesitan minerales, entonces detrás de eso puede haber digamos que esa preocupación, porque hay una lógica también, una posible lógica extractiva de sacar minerales de donde sea para poder llevar a cabo la transición energética, y ese es el dilema. Entonces pues a mí me alegra demasiado saber que ustedes digamos que frente a ese tema de exploración de minerales y estos están súper digamos que comprometidos con que no, o sea que no vaya a pasar, y también pensando en el tema de consulta previa, que esa es la preocupación también, porque lo que me contaban entrevistando compañeros de otros, de Deputu Mayo específicamente, pues me contaban como la estrategia de las multinacionales para llegar a dividir el territorio y ganar la consulta previa. Entonces... Algo, perdón, lo conecto aquí, él está abajo de batería, mira, yo te contaba algo de eso, algo quiso pasar, algo de eso quiso pasar aquí en la comilla, pero afortunadamente, y lo que yo siempre he dicho a mi mamá es que nosotros salimos a educar la escuela no para decir que somos más educados, tenemos un título, si no yo le decía a mi mamá, nosotros nos educamos fuera y venimos a defender el territorio. Llegó una persona aquí vendiendo la idea de que el tema del bioxígeno era el boom, y entonces en la consulta previa, un compañero y yo, el señor ya tenía ganado, digamos que el 60%, o sea ya tenía los bienes bien hablados, no sé en qué, que eso, plata por aquí, plata por allá. Entonces, con un compañero de la comunidad, porque nosotros somos de la comunidad, le hicimos un recuento a la comunidad de cuáles son los problemas reales que trae, por ejemplo, en aceptar y concesionar nuestro territorio a 20, a 30 años, y que todas las políticas de esas concesiones traen una letra menor. Y yo le decía a ellos, ahora miremos en actividades en otras partes del país, donde por ejemplo, esas, esas, esas asonadas que se hacen y todo ese desplazamiento no es porque ellos quisieron irse del territorio, es porque empresas multinacionales hacen convenios con ellos, le dicen, vamos a dar esto y esto, y resultan sacando la idea. Y básicamente el señor se fue muy triste porque cuando llegamos a agarrar el negocio, básicamente, porque él estaba ofreciendo unos porcentajes altos al cabo y si entre comillas, yo decía, no se lo de ustedes aquí, o nos dice la verdad, o simplemente cojas, aleta, ahí va a estar el río nacional, y yo siempre le diré eso a la gente, a mí primero me mastican bien todo, y me dejan tragar así como que, y miramos a ver qué es, pero hacia la, ojo cerrada, que venga y Dirme esto, no, primero se lleva a la asamblea, la asamblea dice sí, y si no se entiende en castellano están los profes, quedan los profes de aquí, hablan en ticuna, o en el dialecto, y se les explican a los abuelos qué es lo que se llama, qué es lo que se está diciendo en castellano para que ellos puedan entender en el dialecto. Claro, súper importante, súper importante cómo entender ese proceso de cómo lo tienen de apropiar en

términos de consulta previa, que sea realmente efectivo el proceso, porque sabemos, digamos, en prácticas, yo he trabajado mucho en el norte, en el César y la Guajira, y las prácticas que han utilizado las multinacionales se llegan a romper la sociedad, o sea, a romper el tejido social para tener la benevolencia de un grupo, y ya con eso entran al territorio, entonces, pues súper complejo, súper, súper complejo. Nosotros acá, en ese sentido, en ese sentido, pues somos básicamente, yo creo que tenemos más comunicación, porque por ejemplo este señor que vino acá por el tema del biocombustible, ¿Qué es lo más político? De que lo más político? Dale, tranquilo. Dime, profe. Ya eso no ha dado. Sí, ya. Este señor le estrategia registrarse a dos comunidades, nosotros tenemos 1.230 habitantes aquí en Macedonia, es la comunidad más grande, y ese señor llegó y cerró a dos comunidades muy pequeñas, y allá le dijeron que sí, que estaba bueno, no sé qué, entonces la última consulta era en la comunidad más grande, y aquí simplemente esbaratamos la idea, y hoy tengo yo aquí dos vecinos míos que casi no me quieren. Claro, claro. Sí, bien clarito, no, si la consulta previa no pasa, se van. ¿Y el proceso de consulta cómo es? O sea, primero, ¿cómo funciona el proceso de consulta en el territorio de ustedes? Bueno, el proceso de consulta previa tiene dos mecanismos. El primero es que el cabildo accede al consejo de anciano. El consejo de anciano lo que hace es estudiar cojos y el tema se necesita levantar más a la asamblea, que es la máxima autoridad. Si el consejo de anciano dice que se puede acceder a la asamblea, se puede, si no, muere ahí en el consejo de anciano. O sea, el carminto lo que hace es matar el tema en el consejo de anciano, o sea, no pasa a la asamblea. Cuando digamos que el consejo de anciano recomienda que no quedó bien claro el tema y que hay que consultar a la asamblea, se consulta a la asamblea. O sea, nada es directo, ni siquiera el huraca, como lo llamamos acá, él puede decidir de manera autónoma. Edl tiene que consultar a su cabildo. El cabildo consulta al consejo de anciano y el consejo de anciano consulta a la asamblea. Son como los mecanismos. ¿Y en la asamblea se toma la decisión? En la asamblea se toma la decisión porque en la asamblea participan niños de 14 años hasta el más bien. Ah, chau. Sí. Y ahí, o sea, que en la asamblea están las 1.230 habitantes, ¿sí? o en la asamblea funciona con unos representantes. No, en la asamblea participan niños de 14 años en adelante porque son los que tienen voz y vota. Obviamente los niños de 13, de 3 o así. Por eso te digo que la asamblea general es mucho más grande. O sea, que la asamblea general está conformada por ¿cuántas personas? 300, 400 personas más o menos. Porque la mayoría es menor de los ancianos. Ah, qué chévere. Ok, chévere. El consejo de anciano sí básicamente son seis personas. Y el cabildo son otras seis. Básicamente toda la parte sociopolítica se maneja por 12 personas. Ok. Pero ellas no deciden. Deciden quién es la asamblea general. Ok. Y ahí convergen diferentes comunidades, ¿cierto? ¿entiendo? o no. Estoy equivocada. No, las asambleas son digamos que comunitarias y

se hacen en cada comunidad, en cada resuarto. Ok. Pero si llegan las asambleas o en los consejos se escogen diferentes, digamos, diferentes representantes de la sociedad. Entonces está el pobre, está la mujer, está el anciano, está el abuelo, la abuela, está el comerciante, está, digamos, el representante de los niños y las niñas. Y es donde se toma la decisión. Super, super chévere, super interesante. Y qué bien que lograron esto. Me decías que ese proyecto venía de ¿dónde? ¿de Putumayo? ¿de dónde? ¿del proyecto que les estaban... El proyecto de Guainía, porque de unas Dincas de Guainía, que no sé de qué esos pueblos y todo lo demás. No me acuerdo cómo se llamaba el señor, pero aquí él salió como pitot. Y no consiguió nada. No consiguió absolutamente nada. ¿Y si duró mucho en el territorio? ¿Estuvo mucho tiempo? Estuvo como dos semanas. Dos semanas. Dos semanas y se fue y volvió. Dijo que volvía después, pero no ha vuelto hasta ahora. Ok, bueno. Qué bueno.

¿Qué pudieron estar cohesionados y unidos? No, sí, claro. De hecho, cuando se hizo el reunión aquí abajo, como a dos minutos, entonces un comunero me llamó y me dijo... Vamos a visitar usted, ¿qué hace el que habla? ¿Qué dice? ¿Vean?

¿Está pasando esto? Dice, tome fotos, graba y mándeme toda la información. Cuando él vino aquí a hacer la reunión, yo ya sabía. Ya sabía quién era, ya sabía de qué habló. Y se le tumbó lo que él quería montar acá. Ajá, claro, super. Buenísimo, ¿por qué sí? Y hay otras comunidades que sí son, digamos que no peores, son mucho más cerradas porque son comunidades que no se encuentran en el trapezo, sino que toca entrar a media hora, 40 minutos por quebradas y están muy aisladas. Allá sí que menos van a entrar porque allá hay que entrar con un permiso especial porque son comunidades que están un poquito aisladas o son comunidades que convergen en parques naturales y esos parques sí tienen una cantidad de Diltros que hay que entrar por esos lados. Claro, wow, super importante. Bueno, qué chévere que ustedes conocen tanto como su territorio y que esa es la preocupación, ¿no? Digo, Dios, llega alguien y lo contratan, es para eso, para ir a llegar a llenarse, a tomar la foto, a Dirmar listas de asistencia y con eso valían un montón de procesos. Entonces bueno, qué chévere. No, mira, eso ya cambió, eso ya cambió porque inclusive yo, digo yo porque yo me involucré en algo hace poco, ¿no? Sí.

— Ah, wow.

— Claro.

— ¿Quién los va a mandar acá? El cabildo, ¿cómo lo eligen? ¿lo elige la Asamblea? ¿cómo funciona? Sí, el cabildo, ¿cómo se elige? Hay unos requisitos básicos como por ejemplo ser un buen ciudadano, tener un plan, un plan para cuatro sectores jóvenes, niños, niñas, ancianos, tener alguna habilidad para manejar el tema de proyectos ya y

entonces se cogen varios candidatos y entonces las personas votan por el más accionado y por el que mejor habla básicamente o por el que menor vota, y entonces propuestas porque tampoco es votar por el que hay que votar así como por así. Y nosotros los docentes, la mayoría de los docentes y el líderes somos como una especie de miembros constructores porque los resultan si bien o si van y entonces uno trata como de generar esa conveniencia, y se dice bueno, este es bueno, esto no y mire no saber para dónde ir, básicamente lo que se puede.

Entonces usted pone el nombre, usted pone su nombre, se candidatiza pero debe tener un equipo de trabajo, unas ideas bien claras, unas metas, unos objetivos para poder llegar a ser digamos que el gobernador o el cabildo de la comunidad.

¿Cuántas personas son? Arara, Arara, así se dice Arara. Ok, son las como las cuatro. Sí, son las más grandes y en ella convergen más de mil habitantes. Ok, más de mil habitantes.

Bueno, yo creo que bueno ya para ir cerrando, agradecerte enormemente por tu conocimiento, por abrir las puertas de tu conocimiento para escucharte. De verdad muchas gracias y quería pues para Dinalizar si quisieras como dejar un mensaje importante que creas que debe estar mencionado en el estudio y si puedo poner tu nombre, o sea yo quisiera como en el estudio poner como unas frases de las personas que entrevisté y si estarías de acuerdo que estuviera tu nombre y que quisieras decir, o sea que quisieras que se visibilizara. Bueno, primero yo creo que visibilizar el departamento de la Amazonas con todas nuestras costumbres, con todo lo que nosotros culturalmente estamos digamos llevando a cabo en esta milenaria protección y digamos visibilizar lo importante que es el cuidar. Primero cuidar este bello territorio porque es digamos que como dicen allá nuestros compañeros a Arapa es la madre tierra y los árboles, las plantas, lo que tenemos acá es importante para nuestro país. Ya y proteger y cuidar eso hace parte de la vida y la vida es eso, la vida es el suelo, es el aire, el agua y todo eso hace que nosotros estemos sobreviviéndote y hacemos parte y hacer parte no solamente es cuidar también es proteger para la otra generación. Y la otra generación debe entender que el trabajo que hacemos ahora es sumamente importante para que ellos puedan suscribir mañana porque si no tenemos un presente no va a haber un mañana y en este presente hay que proteger, hay que preservar, hay que hacer que los niños y niñas se entiendan, no solamente en el Amazonas ni en Colombia, en el mundo de que proteger para la vida es importante. Gracias Certá. Muchas gracias ya lo tengo y bueno te compartiré el documento cuando ya esté pero en el entretanto por favor déjame saber si hay algo que creas que yo desde acá puedo hacer algo, averiguar algo, hablar con alguien, me cuentas. Ok, yo voy a compartir tu número con el Cabildo que es una persona muy asequible yo le digo que tú eres una

persona que está mucho más cerca de las estrellas como yo digo. No, ustedes están más cerca de las estrellas que yo, definitivamente ustedes. Yo estoy haciendo una alusión a la publicidad que dice que a vosotros estás más cerca de las estrellas, por la altura. Entonces yo voy a compartir tu número con el Cabildo que es una persona muy asequible y le voy a comentar más o menos lo que podemos hacer por el tema de la transición de la energía, sobre todo el tema energético. Exacto. Y desde la educación pues ahí vamos hablando, hay mucho que hacer, yo estoy terminando medicina segura desde la educación física y algún día has sido estar en el Ministerio de Deportes. Ah, qué chévere. Ajá, nada así va a ser. Dejenme, yo le comparto esta información al Cabildo y le digo que hay una persona que nos puede ayudar con toda la documentación, de radicar un documento, un derecho de medicina, alguna cosa a nivel nacional y que nos levante esta protesta más arriba. Exacto, incluso si de pronto necesitan...

Transcripción - WhatsApp Audio

2025-08-08 at 8.32.53 PM

Entonces voy a empezar a grabar en este momento, ¿listo? Listo. Listo, bueno, entonces, bueno, muy buenos días, Juliet. Me gustaría, para empezar, que me dieras tu nombre completo y la organización a la que perteneces, tu área de trabajo y un poquito sobre ti.

Bueno, muy buenos días. Yo soy Juliet Vianney Ansueta Tarache. Soy un líder social. Llevo más de 20 años en el departamento del Putumayo. Hago parte, bueno, he hecho parte de muchos procesos sociales del departamento, pero últimamente, con toda la situación del conflicto armado en nuestro país, pues he estado en una sola organización que se llama la Asociación Campesina Agraria y Ambiental del Putumayo a Escobarrap.

Y desde allí, como intentando mantener el proceso organizativo, sobre todo como reivindicando más que todos los derechos de las comunidades campesinas. Obviamente, pues, también, pues el tema ambiental, que es uno de los temas fundamentales porque estamos ubicados también en la Amazonía colombiana. Muchas gracias. Bueno, me contabas de la asociación, es una asociación campesina. Tú eres líder de esa organización. Sí, yo hago parte también de esa organización campesina en el Putumayo.

Bueno, yo quería preguntarte en términos de la llegada de las petroleras al Putumayo, qué problemas hace evidenciado desde el liderazgo que llevas ejerciendo durante tantos años y qué resulta ser preocupación en el territorio. ¿Cuáles crees que son esas principales preocupaciones del territorio, de las comunidades, en torno, por un lado, a la llegada de las petroleras? Y yo creo que nosotros hemos, desde la organización social, hemos identificado, digamos, tres problemáticas. Uno es el tema social. Digamos que históricamente en el departamento, las empresas han implementado unas estrategias que a mi modo de ver no han funcionado en el relacionamiento con la población, con las organizaciones, con las comunidades. Y al contrario, lo que ha generado esto es un rompimiento del tejido social porque hay fraccionamiento en la misma comunidad interior de las juntas de acción comunal, de Migra organizativa, porque allí la empresa empieza a tener un relacionamiento muy particularizado hacia ciertos liderazgos, al punto de generarle algunas prevendas, algunas cosas y eso, o digamos prioridades para el tema de la participación laboral. Eso ha hecho que, al contrario, no se fortalezcan los procesos sociales, los procesos organizativos, sino que, por el contrario, como he manifestado, se dé un rompimiento del tejido social y eso, digamos, hay un ambiente complejo alrededor de donde se dan las explotaciones

petroleras. Eso es por un lado en el tema social. Lo otro es el tema ambiental. En el tema ambiental, también las comunidades han manifestado, han dado a conocer afectaciones en el tema ambiental. Por ejemplo, a veces hacen vertimientos a las quebradas, a las fuentes hídricas, las comunidades desconocen qué tipo de sustancia se están vertiendo a los ríos, a las quebradas, ciertamente desconocen. Pero lo que sí sabes es que, digamos, en muchos casos, por ejemplo, en Puerto Caicedo, un vertimiento que se hacía a una quebrada allí, las comunidades en época de verano denunciaban, por ejemplo, como brotes en la piel, como también afectaciones en el tema de la pesca, ya los peces no salían, se extermiaban, se asentaban, se iban, todas estas cosas. Pero también la gente, por ejemplo, denuncian los olores, contaminaciones que no se han logrado resolver. Nosotros, desde la organización social, no desde Asogra, Asquagraff, sino desde un espacio que teníamos por allá en el 2016, hasta la primera Cuerpo de Paz, después fue un poco más complejo en la reconstrucción del conflicto, poder mantener ese proceso organizativo. Era la mesa regional de organizaciones sociales. A través de ese espacio nosotros en el Gobierno de Santos estuvimos en una mesa de diálogo donde allí estábamos dando a conocer todas estas afectaciones ambientales que hay en el departamento alrededor de la producción de los hidrocarburos. Pero también en esa época, en medio del conflicto armado, había derrames de crudos provocados por toda esta situación. Y solicitamos en ese momento al presidente Santos que se hiciera un estudio en el Corredor Puerto Vega TTY allí para poder demostrar que sí había afectaciones al ambiente. Y ahí existe ese estudio, el Gobierno lo pagó el estudio, se contrató un equipo de profesionales idóneos, digamos, para ese tema. Y allí los resultados que se dieron es que si hay afectaciones a las fuentes hídricas, se afecta el aire, todos estos temas de los diferentes aspectos que se han venido contaminando con la explotación petrolera. Entonces se hizo un estudio muy bueno allí que determinó que realmente sí hay afectaciones. El agua, el aire, en los, cómo se llaman, en los, bueno, me olvidé ahorita, pero bueno, son más o menos cinco aspectos que se analizaron en ese estudio que nos permitió identificar que realmente sí hay una afectación ambiental alrededor de la producción petrolera. Lo otro, y el otro aspecto que también consideramos es en el tema de la inversión social, digamos, es que cuando llega la empresa a los territorios hay una, se genera una expectativa muy grande. Así hay una gente experta en ir a vender un mundo nuevo, un futuro ideal para las comunidades, prácticamente les venden un paraíso, así van a resolver todos sus problemas porque las comunidades rurales, no olvidemos que en las comunidades rurales del departamento del Putumayo, pues la mayoría yo creo que hay más de un 60% de las necesidades básicas insatisfechas. Entonces, pues claro, cuando llega la empresa les vende a la comunidad, le vamos a resolver, le vamos a traer, bueno, la inversión social, pero al paso de los

años eso no es tan cierto. Por ejemplo, hoy en algunos casos donde se está explotando petróleo en el municipio Orito, Puerto Asís, con varios municipios, Caicedo, Villagrassón, es prácticamente incomprensible cómo alrededor de estos, donde están desarrollando estos proyectos, la explotación de estos pozos, las comunidades, por ejemplo, mantengan todavía sus necesidades básicas insatisfechas. No tengan servicio de acueducto, no tengan servicio de alcantarillado, muchas veces pasan las cuerdas de la energía que llevan al pozo, pero a las familias, a las comunidades no se les facilita el servicio de la energía. Entonces, ese es algo que es muy complejo, que la gente no lo entiende y la gente después dice, pero tiene toda la pelea y todo el conflicto, precisamente porque las comunidades no lograron ver que la explotación de petróleo, la explotación de hidrocarburos le esté generando desarrollo, por lo menos a las comunidades que viven allí alrededor donde se está desarrollando la producción petrolero. Entonces, digamos que son como esos tres aspectos que nosotros hemos evaluado y que consideramos en el caso mío personal, porque no lo hemos hablado con la organización en este momento a la cual hago parte, pero en mi caso considero que por ejemplo, si hablamos de la transición energética, pues más allá de decir ya no va a haber más petróleo, más allá de eso, es que mientras se siga explotando, sí debería de cambiarse esas políticas que tienen las empresas hacia donde se están desarrollando la producción petrolero. Entonces, es algo que no se puede cambiar, es que hay que ir a las empresas hacia donde se están desarrollando estos proyectos porque, digamos, hoy no hay una muy buena relación con las comunidades, insisto, hoy el tema de las comunidades, siguen denunciando el tema de las afectaciones ambientales y las comunidades no encuentran que se esté dando una buena inversión para resolver esas necesidades básicas que necesita la población o los pobladores. Entonces, por eso consideramos que más allá de decir no haya más petróleo porque sabemos que eso es un proceso de transformación, es un proceso de transición que no se puede dar de la noche a la mañana tampoco, pero que además si se hace abruptamente ahora, digamos, ya mañana ya no hay más petróleo, pues va a ser peor incluso para departamentos como Butumayo, porque Minalmente las regalías que llegan, la inversión que se hace en estos departamentos se hace a través de los recursos de regalías, y si ya dejan de llegar regalías, pues entonces se va a hacer peor la situación. Entonces, sí consideramos que el gobierno sí debe implementar unas políticas que, programas y proyectos que le permiten generar a la comunidad una estabilidad económica para que ya no dependa tanto de la economía, digamos, extraactivista, sino que Minalmente tenga una estabilidad económica a las familias. Y allí en eso desde la organización también hemos venido haciendo propuestas. Nosotros en el 2015 todo un proceso social muy fuerte que había en ese momento en el departamento de Butumayo, digo que había porque hoy ya no existió, está muy

fraccionado el movimiento social en el departamento precisamente por la reconstrucción del conflicto armado. Entonces, hoy digamos que en ese momento que el movimiento social era digamos muy fuerte, pues allí se estaban planteando algunas propuestas de resolución. Por ejemplo, se formula un plan de desarrollo para el departamento, un plan de desarrollo rural. Construido, plan de desarrollo campesino construido con las comunidades rurales, con la participación directa de las comunidades rurales. Este plan se llamó Pladía 2035, porque fue hecho en el 2015 pensado a largo plazo, pensado en 20 años como quisiéramos vernos las comunidades campesinas en el departamento de Butumayo, de

qué íbamos a vivir, que finalmente lo otro que es real es que la economía de este departamento pues depende de los cultivos de uso ilícito y de la extracción de los recursos como el petróleo. Entonces allí hay herramientas que hemos venido construyendo este plan de desarrollo Pladía 2035 financiado con recursos del Gobierno Nacional del Ministerio de Agricultura y pues también lo otro que hemos venido planteando allí es un modelo, ¿cuál es el modelo? Entonces el modelo económico que necesita regiones como el Butumayo. Entonces si no, si está dependiendo prácticamente por un lado de la economía ilegal que es de los cultivos de coca, pero por otro lado, pero también el cultivo, también la explotación ilegal de algunos recursos como el mismo oro, ¿no?

Entonces, pero más allá de que sea ilegal o no es esa explotación de esos recursos que le está generando al departamento del Butumayo. Le está generando bienestar, le está generando desarrollo a las comunidades y allí en ese plan de desarrollo nosotros dejamos plasmadas las apuestas. Por ejemplo, proponíamos para el sector agropecuario, para el sector campesino un modelo, unos sistemas de producción amazónicos. Digamos que son, no es, no es, no es un poco alejado a lo que ha venido planteando pues los gobiernos de la misma institucionalidad y no, llevémosle al Butumayo una línea productiva, no, que ahora es el cacao, no, que ahora es el chontaduro, no, que ahora es el acaí, no, que es que, y así nos han venido, digamos, mostrando, pero resulta de que no ha funcionado porque quienes han pensado en estos proyectos no se han, no se han, no, no, no, digamos, no han dimensionado, que es que no se puede pensar en el sector agropecuario, el desarrollo agropecuario en el departamento del Butumayo en la Amazonía no se puede pensar de la misma manera que para las zonas altas. Tiene que ser un modelo diferente y por eso nosotros no, aquí tenemos que implementar, es un sistema productivo, un sistema con arreglos agroforestales, digamos, que sea de acuerdo a lo que, a la producción de la Amazonía, porque los suelos son distintos, la escala, la capa, por ejemplo, en un vientre del suelo que es bastante de Butumayo es más pequeña, porque es, digamos, conformada por

toda la frasca de la selva que se va pudiendo y se va conformando allí. Entonces, digamos, que por eso no se puede pensar en un monocultivo, porque en el momento en que se piense en un monocultivo, pues allí seguramente la primera cosecha viene, pero luego como llueve tanto, esa capa tan pequeña de nutrientes que tiene el suelo se va a lavar inmediatamente por estar toda descubierta y allí vamos a tener dificultades en la producción. Entonces, digamos, y también el tema de las plagas, de la producción de plagas y todo esto es muy difícil. Por eso nosotros hemos planteado en ese plan de desarrollo, hemos planteado un modelo de producción agropecuario que llamamos sistemas productivos amazónicos. En esos sistemas, ahora sí, como nos pensamos un campesino cómo se piensa vivir allá. Y allí, digamos que hoy, precisamente, si estamos hablando de esa transición energética, de esos cambios que se tienen que hacer precisamente para no seguir, digamos, dañando nuestra Amazonía, nuestro medio ambiente, pues tendría que implementarse un sistema como este que le permita al campesino aprovechar la selva, aprovechar porque allí hay productos amazónicos, frutos amazónicos que muchos campesinos los cortaron para sembrar coca o para cualquiera de los productos que están desarrollando. Allí está la palma de acai, allí está la palma la canangucha, le decimos nosotros, allí está el camucamo, allí está la cocona, el copo azul, la mil pesos y bueno, y otro ciento de productos amazónicos que están todavía prácticamente sin explotar y que la gente no los conoce, los desconoce porque la mayoría de pobladores de esta región, pues somos llegados de otras regiones del país que desconocemos todos estos potenciales que nos brinda la Amazonía. Entonces, por un lado tenemos para explotar esos recursos digamos, en agroindustria, si se quisiera decir, o también, por ejemplo, Putumayo que brinda también unos paisajes muy hermosos, pues tiene para ofrecer el tema de turismo, y tiene para también entrar en programas de conservación. Entonces, para poder que la familia digamos, si una familia implementa un sistema productivo donde pueda tener cierto, un producto que pueda comercializar, que le genere algún ingreso, ojalá con una etapa de una mínima transformación porque allí es donde está también la clave del éxito, digamos, del sector agropecuario, y es que han pensado que el campesino solamente tiene que producir, pero el campesino tiene que producir, tiene que transformar y tiene que entrar a comercializar para que realmente allí sea rentable y sea viable cualquier proyecto. Entonces, digamos que en estos sistemas productivos que hemos diseñado, que hemos pensado desde el 2015, en ese plan que formulamos, que se llama el PLADIA 2035, allí está pensado en que esos sistemas productivos son unos sistemas que le van a brindar mejor calidad de vida tanto a los campesinos, pero también, digamos, en el entorno ambiental, en el entorno ambiental pues vamos a poder lograr, poder recuperar todas estas zonas que han sido destruidas por, digamos, por implementar modelos extractivistas o modelos copiados desde la Andina, de la zona Andina, y que eso no ha

funcionado en el departamento. Gracias, gracias, Superclaro. Y bueno, mencionas muchos temas superinteresantes, pasando bueno, por las tres principales problemáticas de temas sociales, temas ambientales y la preocupación en torno a la inversión social, mencionando también esa brecha de derechos que Minalmente pues llega al modelo extractivo, pero pues así como llega, extrae todo, como cualquier modelo extractivo, y pues sigue habiendo una brecha de derechos en torno al mismo acceso a la energía, que esto es lo que llama la atención en materia de transición energética, de preocuparnos Minalmente de, ok, de la transición para quién, para quiénes y para qué, ¿no? Porque eso es lo que nos llama la atención también desde todo lo que ha venido ocurriendo. Y esta iniciativa tan interesante que me mencionabas del PLADIA, si de pronto tú me puedes compartir ese documento, creo que sería supervalioso para, pues para la investigación misma, y pues más como me planteabas que fue un trabajo y un proceso social de construcción de varios actores, pues creo que sería maravilloso tenerlo en el radar para documentar. Y me mencionabas algo también, he tomado nota de todo lo que planteas, pero quisiera que me preguntó si estaría de acuerdo en abordar o profundizar sobre el tema del fraccionamiento de la organización social actual, o sea que me decía que en el 2015 digamos que estaban un poco más cohesionados, hoy entiendo que hay un mayor fraccionamiento, no sé si quisieras de pronto profundizar un poquito más sobre esto. Bueno, sí, retomando un poco lo que mencionaba antes de poder hablar sobre ese tema del fraccionamiento de los procesos sociales en el departamento, en esta región de la Amazonía, pues también quería como referirme un poco a lo que usted menciona, o sea realmente hoy y yo me identifico mucho con la apuesta del Gobierno Nacional de la transición energética, pero digamos que allí yo creo que sí hace falta conversar, dialogar con las comunidades de estos territorios, ¿qué significa también para las comunidades la transición, ese proceso de transición energético cierto? ¿Por qué eso a quién va a beneficiar? ¿Realmente estamos pensando en las comunidades, estamos pensando en el desarrollo regional, en el territorio?

¿O estamos pensando simplemente ahora ya no, ahora ya no ya como se va a acabar el petróleo, entonces ya va a haber una etapa que preparemos para eso y desarrollemos otro proceso digamos de producción de energías distinto, pero Minalmente estamos pensando insisto en que, en la parte digamos un poco más global de lo que significaría el cambio de estas energías o estamos pensando en el desarrollo del territorio, en el desarrollo de las comunidades y en el bienestar de la población, de nada serviría una transición energética si allí seguimos en el mismo modelo extractivista y simplemente ahora ya no sacamos petróleo, sino ahora sacamos entonces cobre, como por ejemplo es la proyección que tiene hoy para el departamento de Putumayo, en las montañas de Mocoa, entonces saquemos todo el cobre, todo el

oro, el molitemo, todos los minerales que hay allí, ya saquemos y ahora ya no es petróleo, ahora ya va a ser eso, pero eso no es lo que para nosotros, para las comunidades y para el caso mió, no esa no es la transición energética que nos estamos pensando. Nosotros estamos pensando es que si el modelo extractivista va a cambiar del elemento que va a producir energía, pues la extracción tiene que cambiar, el modelo extractivista tiene que cambiar para que digamos allí haya una transición como se ha mencionado mucho la palabra justas. Entonces, ¿cuál justicia?

¿Cuáles son los derechos que hoy se están vulnerando? Y digamos porque para mí o para nosotros digamos como se ha hecho la explotación de los derechos de los hidrocarburos no ha estado en un modelo justo, es un modelo que por el contrario vulnera derechos tanto al territorio, a la parte ambiental, pero sobre todo también a las comunidades rurales. Entonces quería también mencionar esa parte de cómo nosotros estamos viendo y sobre eso podríamos también hablar. Por eso también deberíamos de conversar, digamos profundizar para que el gobierno entienda de que aquí lo otro que ha pasado históricamente y que sigue pasando es que a la hora de tomar decisiones en los territorios digamos que es lo que ha venido pasando. Pues vienen unos expertos, un equipo de profesionales que son los que vienen a decirle a las comunidades en los territorios que es lo que tienen que hacer. Y con eso consideran que ya están concertando con la comunidad y que están escuchando la gente. Entonces los ponen a votar corriente, hacen unos espacios, la gente opina, da sus... pero Minalmente no sirve nada porque ya desde aquí se lleva ya clarísimo que es lo que se va a hacer y cómo se va a hacer. Y Minalmente lo que necesitan es como nosotros decimos, necesitan es la bendición simplemente para ingresar al territorio, pero Minalmente nos está escuchando y nos está construyendo con la participación activa de la comunidad. Eso quería mencionárselo también porque es una situación que nosotros consideramos que es compleja, no es compleja porque precisamente insisto, incluso en este gobierno no se está escuchando la comunidad, tiene que escucharse, tiene que construirse con la comunidad. Los procesos si se hace un proceso de transición energética en el país y sobre todo para regiones como la Amazonía se tendrán que sentar con los sectores sociales, con los indígenas, con los campesinos, se tendrá que sentar, escúchémoslos a ellos, que están pensando sobre eso.

¿Cómo se ven en un nuevo proceso de transición hacia energías alternativas? ¿Eso qué significa para la comunidad? ¿Cuáles son y cómo se debería hacer para que no se repita, insisto, para que no se venga a caer en lo mismo? Entonces ya vamos a extraer ahora ya no este producto sino este otro y se va a hacer en el mismo modelo porque allí seguirá entonces vulnerando los derechos de las comunidades. Lo segundo que mencionabas de que hablar sobre el tema de lo que ha pasado, digamos si usted ve la historia del departamento del Putumayo, usted ve que hasta la Mirma del acuerdo

digamos que el Putumayo tenía un movimiento social muy fuerte, un movimiento social que se sentó con el gobierno, que se sentó con ministros y con el propio presidente en ese entonces para poder pensarse en estos temas como es el tema ambiental, el tema social, el tema económico, la intención económica del territorio pero que prácticamente ese movimiento social tan fuerte que hubo allí que por ejemplo fue protagonista también en el paro agrario en 2013 se paralizó el departamento, sus liderazgos participamos en el proceso a nivel nacional de delegados también donde estuvimos interlocutando con el gobierno a través de esa mesa que se instaló en lo nacional de la mesa de interlocución y acuerdo, de la cumbre agraria que fue otro espacio que se creó allí, digamos que en eso Putumayo tuvo un protagonismo muy importante allí porque pudo que sus voces de esa región amazónica pudieran ponerse en esa coyuntura en ese momento a nivel nacional. Pero digamos que con la Mirma del acuerdo de paz, imagín ese que cuando se Mirma el acuerdo de paz en noviembre de 2016 pues digamos se generó también una expectativa muy grande en el departamento porque ya era pasar digamos prácticamente esa página de la horrible noche que vivió Putumayo con toda la época del paramilitarismo, de las confrontaciones con las mismas guerrillas, y eso es lo que signiMico esa época de violencia y de masacre, de horror en el departamento de Putumayo, y llegar a Mirmarse un acuerdo de paz con las FARC, eso pues signiMicaba un nuevo momento para el departamento de Putumayo. Pero resulta de que eso no duró mucho, eso no duró mucho, nosotros en el 2017 logramos desde el movimiento social, la mesa regional de organizaciones sociales, Mirmar un acuerdo para implementar el punto cuatro del acuerdo de paz, que era sobre el tema de sustitución de grupos de uso ilícito. Entonces allí se vincularon, imagín ese, fue una de las regiones con una mayor digamos cobertura del programa donde llegó el programa fue en esta región del Putumayo, porque allí no solamente entraron todos los municipios que tenía n esta problemática de cultivos de uso ilícito, sino que además también entraron otros dos, digamos en el caso del municipio de Piamón de Cauca, y el caso de un corregimiento del municipio de Ipiales, que queda muy pegado al Putumayo también, que es el corregimiento de supervivos. Entonces allí entraron más de 27 mil familias que ingresaron al programa, que Minalmente y que hoy con todas las diMicultades que ha tenido ese programa, hoy creo que no quedan más de 13 mil familias de esas 27 mil que mostraron la disposición y la voluntad de entrar en ese programa de sustitución. Entonces digamos que eso fue muy fuerte, fue muy signiMicativo, según las Naciones Unidas se comprobó que de las familias que ingresaron más de 95% de cumplimiento de las familias allí levantaron más de 10 mil hectáreas de coca voluntariamente, pero digamos que en el momento de que se da ese cambio de gobierno del gobierno de Santos al gobierno de Iván Duque, allí prácticamente se vio paralizado, se vio obstaculizado toda la implementación del

programa y vinieron unos problemas muy graves para toda la dirigencia social que estábamos con el propósito de implementar el acuerdo de paz y sobre todo ese punto cuatro de sustitución de cultivos, pues nos vimos allí muy cuestionados porque resulta de que el gobierno en ese momento no siguió cumpliéndole las familias, las distancias que había n de diálogo prácticamente no volvieron a funcionar y empieza una nueva reconMiguración del conMlicto armado en estos territorios, en esos territorios que había dejado, las mismas FARC que había n dejado los grupos armados, pues allí comienza una nueva reconMiguración del conMlicto armado y entonces allí se da una situación y es que vienen todas unas amenazas y un conMlicto social de los grupos que estaban allí discutiéndose porque ya no aparecen unos y no aparecen dos grupos discutiéndose en el territorio, entre ellos enfrentados además y pues también con amenazas y prohibiciones hacia las comunidades que se mantuviera el tema de la continuidad de esos procesos sociales a través de ese acompañamiento que hacíamos con la familia de sustitución de cultivos y con todo el tema de derechos humanos en el departamento. Eso a partir de allí obviamente que saca al movimiento social del activismo social de todo ese proceso tan grande que había pues vemos más creo que como 10, 12 de sus principales liderazgos del departamento amenazados de muerte, otros asesinados, muchos asesinados y otros que tuvieron que salirse del territorio. Entonces eso hace precisamente que el movimiento social de Funtumayo sufra una agresión, sufra una digamos prácticamente hay toda una digamos la represión que se da pues hace que el movimiento social no solo se reaccione sino que hay muchos liderazgos que están en el departamento que lo están quietos porque ya no pueden seguir con esta lucha tan fuerte que se venía haciendo como yo insisto al punto de poder lograr demostrar en un estudio que sí se estaban dando contaminaciones un estudio Minanciado por el mismo gobierno al punto de haber formulado un plan de desarrollo para este territorio completa del gobierno, cierto que si hubiéramos podido continuar a partir del 2017 en ese proceso hoy seguramente con el gobierno de Petro hubiéramos logrado tener un protagonismo mayor allí y por eso usted ve que el movimiento social ahí están haciendo algunos vininos, ahí o por allá usted escucha ahora por ejemplo que hay algunas movilizaciones, alguna gente que está saliendo allí pero realmente el movimiento social sí fue y fue reaccionado y fue digamos prácticamente reprimido digamos aplastado en ese momento y por eso el protagonismo hoy es mucho menor frente al tema de las organizaciones sociales del territorio Y sobre el tema de transición ¿sientes que hay tensión también en el territorio? ¿Cómo lo percibes frente a la narrativa de transición y también por un lado tensión social pero también por el otro lado tensión frente a grupos al margen de la ley? Digamos que yo, para mí hoy el tema de transición insisto no es claro digamos no es claro y como no se ha logrado tener una muy buena pedagogía de cómo se está

pensando el gobierno en ese proceso de transición energética, no hay mucha claridad todavía en los territorios sobre todo en las comunidades rurales, no hay mucha claridad del tema no hay ahí desconocimiento total incluso en las mismas instituciones porque el gobierno abrió una convocatoria para la postulación en esos procesos de comunidades energéticas y allí la gente no puede participar, imagínese los municipios que había la posibilidad de que también los municipios se postularan como municipios energéticos y no se pudieran entrar allí para poder lograr avanzar en procesos de energía alternativa pero además que eso le iba a servir para reducir también digamos la prestación de servicios hacia las comunidades pero la gente desconoció eso lo desconoce todavía entender digamos qué significa o cuál es el verdadero trasfondo de transición energética entonces como no hay mucha claridad hoy por ejemplo una empresa como Libero Cobre que hace presencia allá en el territorio está diciendo a la gente mire nosotros queremos entrar en la política del gobierno en la transición energética permítanos déjenos, o sea no se opongan como así que nosotros lo que queremos es sacar todo el cobre que hay aquí en las montañas de Moncúa y es que necesitamos el cobre precisamente para la transición energética porque los paneles solares todo lo que se necesita de este elemento para avanzar en el proceso de transición entonces nosotros dicen la empresa nosotros estamos del lado del gobierno estamos de acuerdo con la transición energética y por eso es que queremos sacar cobre de las montañas de Moncúa pero insisto a qué costo de las comunidades por ejemplo, cuáles serían las posibles afectaciones que va a tener la comunidad con ese proceso eso sí, esa es entonces la transición energética de la cual nos está hablando el gobierno no puede ser no puede ser entonces digamos que ahí hay una todavía hay mucha confusión frente al tema y otras personas piensan que la transición energética es que ya se van a cerrar todos los pozos y ya no va a haber una producción de hidrocarburos y entonces y otros que creemos que precisamente la transición energética es un proceso, que es un proceso de transición obviamente pero que hoy todavía no hay claridad en cuáles son las políticas que se deben implementar por ejemplo en territorios como Putumayo estamos avanzando en poder ir digamos instalando un sistema o un modelo económico que le permita a la familia entonces pensarse de qué van a vivir en estos territorios porque ya no va a haber petróleo porque ya no van a ver estos recursos regalías entonces las comunidades en qué modelo económico vamos a vivir en territorios como Putumayo en el territorio entiendo que no hay claridad sobre el tema de transición que implica porque también es partir del concepto de que son transiciones y las transiciones son totalmente distintas en cada uno de los lugares incluso a nivel territorial, por eso la transición para que se ajusta tiene que ser territorial e interseccional porque si no, no va a funcionar entonces te pregunto ¿tú crees que desde el gobierno esto puede ser una percepción y quisiera que tú me lo

cuentas tú que estás en el territorio si de pronto se ha enfocado más en ciertos territorios y no tanto en la Amazonía o sea, ¿crees que desde el gobierno hay una visión sobre la Amazonía la transición? ¿has escuchado de pronto que desde el Ministerio de Minas o de pronto al Putumayo para hablar de los temas de transición o de los cierres de pozos o no, es un tema como que está avanzando pero que no se ha llegado como al territorio o de pronto si ha habido reuniones o ¿cómo lo ves? yo creo que es muy mínimo lo que se ha hecho y también considero que que el proceso de transición que se ha hecho en el país se ha hecho en otras regiones y en el territorio, sobre todo para el lado de la costa es lo que se puede conocer, cierto pero para el tema de la Amazonía no, porque es que digamos que entonces se tendría que estar construyendo en la Amazonía ese modelo de transición digamos, ¿cómo las comunidades están pensando en el tema del territorio?

¿cuántos años ya no tendremos producción por ejemplo de petróleo, de los carburos? ¿en qué tiempo ya no va a haber? pero de ese tiempo ¿cuáles son las políticas y los programas que se van a implementar para evitar que se sigan vulnerando los derechos de las comunidades? si se quiere hacer un proceso de transición energética agusta, entonces ahora sí midemos que en este momento lo que se ha hecho se ha hecho en medio de la vulneración de derechos y eso por no hablar de la época del paramilitarismo cuando los liderazgos sociales no pueden reclamarle a la empresa por absolutamente estos aspectos que he mencionado y que muchos líderes incluso fueron asesinados y otros desplazados por eso es que yo insisto en que hoy no hay una política clara para la transición energética en el departamento del Puerto Macho y no es más ya de decir en lo más digamos, pragmático, es que digamos vamos a dejar de producir petróleo y ahora vamos a hacer esto otro vamos a producir energía solar, energía eólica, hidráulica bueno no sé, más allá del modelo para producir energía es en el proceso de esa transición energética justa, cuál es el papel que van a jugar las comunidades y aja para que se ajuste y no solamente sea una transición energética para que no simplemente sea una transición energética y simplemente se cambie de modelo y se cambie de uso de un producto que ahora era el hidrocarburo ahora ya no es hidrocarburo ahora ya vamos a usar el agua, las fuentes hídricas o esa es la energía eólica cuál es entonces pero Minalmente es simplemente un cambio de energía con el mismo modelo extractivista y con el mismo modelo de vulneración derecho y ahí es donde yo digo que no existe hoy en territorios como Puerto Mayo para la Amazonía una claridad frente a eso por ejemplo, si es que nosotros vamos a avanzar en un proceso de transición tendríamos que pensarnos, insisto mucho en todos los territorios y entonces bueno, por ejemplo el gobierno ha dicho por ahí que el tema de el tema ambiental el tema de cómo de estos programas para la conservación, para la producción de oxígeno o digamos para la, cómo es que se llama esto para el consumo

del CO2 para reducir el consumo o reducir el calentamiento también a 1.5 grados si, pero entonces hay un programa que no recuerdo cómo es el nombre en ese tema precisamente de descarbonización y de entonces permitir que la Amazonía sea porque se siembren árboles o sea porque se deje recoblar nuevamente de estos territorios pues pueda las comunidades entonces entrar en un programa de conservación ambiental que le va a permitir por ese proceso de conservación pues tener unos beneficios y poder vivir de eso que era lo que se ha escuchado de que el gobierno ha avanzado en otros países es que se ha venido hablando precisamente de el tema de que la Amazonía debe jugar como ese papel de conservar cierto y pero hasta ahora todavía no se conoce con mucha claridad ese programa cómo es, las familias qué van a hacer, o sea qué tienen que hacer cuántos son los beneficios, qué es el beneficio que la gente va a tener cómo es, o sea realmente hoy no hay mucha claridad sobre esos temas y por eso insisto que no hay claridad frente al proceso de transición Justa, ajá, sí. Justa. Exacto si es como vamos a cambiar de matriz y ya con eso está no, la idea es que por supuesto sea justa también porque el concepto de justa fue creado por el movimiento social y simplemente, justicia social, ambiental y económica. Exacto, entonces cambiar solamente a matriz energética pues sí podrá ir muy acelerada pero vamos a volver a caer en las mismas prácticas de extractivismo, a volver a caer en los mismos errores que no va a llevar pues definitivamente a ningún lado y la preocupación es esa también en la Amazonía que ojalá en la medida de que la mayoría de gente en el territorio estuviera consciente de lo que puede traer, nuevamente caer en estas prácticas que de hecho la gente es consciente pero lo que tú también decías, o sea, cómo se manejan los poderes que llega la empresa y te venden el mundo ideal y resulta pues que vuelve a pasar lo mismo, es un círculo vicioso sí, y ya hoy está pasando, por ejemplo, en el caso de Incepto de Libero Cobre, ajá, que por ejemplo en Mocoa, entonces ahí han logrado ellos con su plata sus recursos porque entonces le dan a la vereda que un campeonato, que una caseta que uniformes, que las mamitas entonces vean que pues el apoyo para que hagan un encuentro comunitario bueno, tantas cosas allí y además venga si tienen hijos que están estudiando profesionales pásenos las hojas de vida que nosotros los vamos a contratar profesionales que se ganan en el puto mayo más de 6, 7 millones de pesos, es un sueldo que gana más que la alcaldía, la gobernación entonces eso ha hecho también hoy por ejemplo hay una fractura hoy en el proceso social, en los movimientos sociales, en la comunidad el departamento y sobre todo la gente de Mocoa que hay un sector que hoy está defendiendo la empresa y hay otro sector que está diciendo, oiga, no, esperate, venga, miremos hablemos, miremos a ver eso, qué beneficios y cuáles pongamos una balanza como los beneficios y los perjuicios que eso va a traer qué va a pasar entonces cuando empiece a explotar cuál es el papel que van a jugar los grupos armados cuando

eso se esté avanzando en ese proceso de explotación, qué va a pasar allí qué va a pasar con los mejores menores, qué va a pasar con las niñas con las mujeres, cuando se venga y se traslade toda esa cantidad de gente allí precisamente para explotar el oro y el cobre que hay allí todo eso que signiMica, toda esta cantidad de gente que va a movilizar para allí, qué va a pasar con eso cuál es ese cambio social, cuáles son las afectaciones al tejido social que va a sufrir Mocoa y claro, el impacto ambiental, cuál es ese impacto ambiental que va a tener, o sea, sobre eso debería estar discutiendo la comunidad, pero hoy, insisto, entonces si la comunidad hace una reunión para eso la empresa convoca otro evento para decir que ellos están apoyando un emprendimiento, yo no sé qué, bueno, y entonces le llevan plata y hacen tos y obviamente que eso está generando digamos una fractura allí en la parte social cuéntame, qué pena, ya cuánto llevamos, llevamos 46 minutos cuéntame un poquito sobre el tema de Mocoa y Libero, esta empresa es de dónde, cuéntame un poquito sobre esto, y cómo las expectativas en términos de generación de empleo que le están diciendo a la gente o cómo funciona cuál es el actuar de la empresa mejor dicho pues digamos que según lo que se dice es que es una empresa canadiense esta empresa es una empresa canadiense que ya tiene otorgado títulos mineros allí para la explotación y ahora incluso solicitando otras miles de hectáreas más en concesión tiene contratados ya un grupo de profesionales tiene contratados medios de comunicación y tienen una política digamos una política de una política de inversión social digamos en esa parte de Daliwa sobre todo de comenzar a darle a ciertos grupos hay una señora por allá enferma que está corriendo el puno entonces le dan una plata hacen todo un escándalo mediático, ahora estamos apoyando estamos apoyando esto, estamos apoyando el desarrollo del Mocoa entonces digamos que tienen toda una una estrategia de posicionamiento de la empresa aprovechándose por un lado de la necesidad que tiene la gente en el tema empleo y por otro lado en la necesidad económica de las familias entonces tienen una política para mí es una estrategia muy brava, muy brava porque también tienen mucho dinero obviamente entonces pagan en los medios de comunicación, apoyan iniciativas ponen plata, ponen recursos y eso pues la gente dice mire que lo vean, mire si es que la empresa mire lo que está haciendo entonces los profesionales que están contratados así no hagan nada pero están contratados 20, 30 profesionales allí ganando un sueldo, esta gente deMiende a la empresa a capa y espada entonces es un tema ahí complejo incluso cuando se intentó llevar a la ministra en ese momento la ministra de minas que era Irene y ahí la empresa movió también gente para que hicieran digamos la contraparte de la defensa, de la explotación de los pobres espera quiero entender esto, entonces ¿quién llevó a Irene a...? las comunidades esta senadora Zuleta ella movió allá y movió parte digamos también de la institucionalidad pero local pero resulta de que la empresa también movió gente y llevó digamos si en ese evento había n mil personas

y eran 400 o 500 que llevaban la camisa puesta de libero cobre y a ver pero ¿y la narrativa era cuál? o sea la narrativa de la empresa era respaldando la posición del gobierno en términos, o sea está instrumentalizando la transición energética para validar su explotación claro porque ellos no están diciendo ellos están diciendo pero señores es que nosotros estamos de acuerdo con la transición energética y nosotros estamos digamos en este momento vamos a apoyar al gobierno en esa iniciativa y por eso queremos sacar cobre ahora porque es que el cobre es el que van a necesitar para todo el proceso de transición para los paneles solares para todo el tema de la transición entonces se va a necesitar el cobre entonces nosotros estamos por eso estamos allí digamos de acuerdo con el gobierno entonces mire como le plantean un escenario a la gente y la gente dice a esa otra gente que quiere si esta empresa está diciendo que está de acuerdo con las políticas que quiere implementar el gobierno ellos dicen que quieren hacer una extracción del cobre digamos con todas las los protocolos ambientales que se necesiten para poder no afectar cierto pero que Minalmente pues todos sabemos que lo que ellos buscan es el negocio ya no hay otra interés así más que precisamente el negocio por eso yo creo es importante también reglamentar eso o sea digamos que haya mayor claridad frente al tema de la transición que signiMica la transición es que eso está digamos eso está muy muy como muy superMicial usted mire mire por ejemplo la usted entre la página del ministerio mire lo que signiMica la política de transición energética y usted ve ahí como un discurso pero digamos que cuando pero en la práctica como está eso o sea no está desarrollado el tema de la transición energética y a pesar de que yo también coincido con usted que es diferente para ciertas regiones pero no va a ser lo mismo la Amazoniá que la parte andina que la parte de la costa que la parte no va a ser lo mismo pero si no se va a hacer el negocio de la transición energética y entonces no se va a hacer el negocio de la transición energética y entonces bueno entonces se va a trabajar con estas energías y para que de este de esta nueva implementación de estas energías alternativas como los criterios que va a tener o los componentes de ese proceso de ese nuevo modelo de la implementación de estas energías alternativas en el país eso no está claramente y bueno entonces para qué territorio por ejemplo seguramente seguramente insisto pero el cómo se va a hacer y cuál va a ser la participación que van a tener las comunidades digamos si sale de ese proceso que ustedes están haciendo una recomendación hacia el gobierno si se debería de reglamentar y hacer mucho énfasis en que esa reglamentación para ese proceso de transición de la implementación de estas nuevas alternativas energías alternativas para el país se haga con la construcción y la participación activa de la comunidad.

Transcripción - Moisés Barón

Moisés Barón Cardena, Federación Sindical Funtramiesco y de la Unión Sindical Obrera de la Industria del Petróleo en Colombia autorizo para todos los efectos el uso de esta grabación. Gracias compañero Moisés, bueno por el espacio. Entonces bueno vamos a empezar por si nos quieres compartir desde la organización que tú representas y en la que has militado durante muchos años, si puedes identiGicar algunos desafíos y problemas en torno a la transición especiGicamente, qué les preocupa que desafíos consideran que deberíamos tener en cuenta para pensarnos una transición justa. Bueno efectivamente tenemos grandes desafíos y ya varios de ellos muy bien identiGicados. El primero es que se necesita que en todos aquellos territorios donde ha sido fuerte la economía fósil tanto del carbón como del petróleo y del gas se pueda tener una capacidad de sustitución productiva y económica que permita que allí se mantenga el desarrollo económico y social de dichos territorios y en ese asunto pues naturalmente se requiere que los elementos de la relación laboral también se preserve en al menos tres grandes focos. Por un lado que la población que ya está más cercana a su retiro laboral pueda gozar de un mecanismo de pensión anticipada que también las personas que tienen condiciones de debilidad maniGiesta problemas de salud puedan ser atendidos y acogidos bajo mecanismos de especial protección. Otra situación es la del segmento de la población que está en una franja intermedia en la cual diríamos que se requiere una reconversión de su curva de conocimiento para poderlos adecuar a incorporarse en las nuevas en los nuevos frentes de trabajo y las nuevas áreas de la economía que generan los empleos verdes y los empleos azules y también dijéramos ya pensando más en las nuevas generaciones hay que repensarnos todo el esquema de lo que signiGica la formación para el empleo, es decir formación por demanda anticipada y desarrollo escala humana que permita que justamente se den las formaciones de acuerdo a las necesidades en los nuevos campos del saber y que también allí entonces esa formación por demanda anticipada permita que no quede un área en la que falten trabajadores preparados para ejercerlos pero que tampoco se atiborren o sobren personas formadas en un área como hoy nos ocurre en los territorios donde opera la inicio de la pergonera carbonífera o gasífera de que las mayorías de los currículos las mallas académicas están montadas en función de la energía fósil y de las dinámicas extractivas de enclave que hoy operan pero que ya prácticamente resultan inútiles en una perspectiva de presente y sobre todo de futuro. El otro asunto que también es necesario abordar desde el punto de vista de los desafíos es necesariamente cómo podemos garantizar que las regiones donde se implementa los aspectos de las energías renovables pues también tengan unos mecanismos claros de participación pero una

participación incidente decisoria de quienes allí habitan en estos territorios y que también puedan haber una clara identificación de áreas que por su sensibilidad ambiental no deban ser tocadas, afectadas ni intervenidas y que entonces a partir de esa participación se pueda garantizar que haya una democratización en la toma de esas decisiones es decir que toda aquella decisión que afecte a los territorios de las comunidades sea realmente consultada con los mismos territorios y sus comunidades para que sean ellos los que tengan la posibilidad democrática de decir si quieren o no quieren el desarrollo de este tipo de proyectos y a partir de ello entonces sí poder establecer unas líneas que impliquen que cuando se dice un no a la llegada de un proyecto esa voz sea tendida y respetada y cuando se diga un sí entonces se establezca con toda claridad en qué condiciones se van a desarrollar este tipo de proyectos a efectos de que las poblaciones no terminen haciendo un canje de derechos por necesidades porque encontramos que muchos de estos territorios a veces hay una grande falencia desde el punto de vista de la atención del estado y del cubrimiento de la política social y entonces muchas veces a las comunidades se les termina escangando sus derechos por el cubrimiento unas necesidades inmediatas y díganos que esos asuntos no pudieran seguir ocurriendo entonces eso y en últimas también hay una necesidad para el caso colombiano muy especial que es distinto a otras partes del mundo y es que hay que evitar por todos los medios que la llegada de los proyectos y sobre todo la idea de la transición constituye una nueva forma de violencia sobre los territorios y sus liderazgos especialmente hablo de los liderazgos sociales de los liderazgos ambientales de los liderazgos sindicales este es un país que ha sufrido demasiada violencia y que a nombre del desarrollo económico y de la imposición de los proyectos ha tenido que sacrificar muchas vidas unos desplazados otros asesinados otros amenazados entonces hay que tomar muy en cuenta porque la dimensión de la construcción de la paz también implica poder hacer que la violencia económica no imponga en sus lógicas de seguridad nuevamente la reproducción de lo que nos ocurrió con el modelo extractivo fósil en el cual muchas comunidades terminaron desplazadas y muchos liderazgos terminaron asesinados o amenazados producto de el favorecimiento o bien en estructuras del paramilitarismo o bien en la estructura misma de represiva del estado o bien por parte de los actores de las insurgencias que operaban en dichos territorios gracias moises bueno y súper claro y llamativo lo que planteas en términos de no repetir lo que las lecciones aprendidas que ya están en los territorios en términos de extractivismo y no caer en extractivismo verdes con ocasión al tema de transición te quería preguntar también que en qué términos o qué avances puede identificarse en el país en términos de transición justa que avances y también que retos y que preocupaciones y retrocesos puedes identificar bueno es importante señalar a título de avances el hecho de que el país en

primera medida haya podido con el liderazgo del nuevo gobierno avanzar en la construcción de una hoja de ruta para la transición energética es importante que el asunto de la innovación la tecnología se haya incorporado como un elemento que está ligado a la reindustrialización del país y a la transición energética justa que se ha venido visionando en el plan nacional de desarrollo y es significativo que el mismo gobierno haya mandado que una empresa que es la primera empresa del país como lo dice Copetrol se asuma un papel de un papel de liderazgo en esta tarea y que a partir de ello se haya hecho la reconversión en dos vías la modificación estatutaria de Copetrol para que dejara de ser una empresa de petróleo y gas o hoy los gases para que se convirtiera en una empresa de energías en el sentido más amplio integrada con esa integrada y sacó que es la gran GILSA de transmisión eléctrica que compró que adquirieron un 51% y adicionalmente que dijéramos en Copetrol haya transformado también el Instituto Colombiano del Petróleo y CP en el Instituto Colombiano del Petróleo y las Energías para la transición es muy importante porque va dando un marco de construir nuevas patentes nuevas líneas de investigación de innovación y van posibilitando lo que hoy está desarrollando en términos de la energía fotovoltaica solar de lo que está investigando y lo que va a desarrollar en Pasto Nariño con la geotermia de lo que está haciendo con el hidrógeno que ya por demás nosotros éramos productores de hidrógeno gris a partir del procesamiento del metano pero que ahora se abre a las líneas del hidrógeno verde y que a partir de eso entonces dijéramos Copetrol hoy tiene una gran necesidad de transformación normativa en el país a efectos de que se le permita no sólo ser un autoconsumidor sino que pueda también generar de manera suficiente a aportar a la meta nacional de las 6 gigawatts y poder lograr tener capacidades excedentarias que se puedan poner en las redes y en el mercado y también en las diferentes comunidades en los entornos donde opera Copetrol sin embargo pues allí hay que de una vez advertir que a efectos de esas limitaciones y esos desafíos que tenemos uno de los grandes problemas sigue siendo la red la red sigue estando limitada para poder admitir toda la generación que hoy se produce por hidroelectricidad como también la energía que ya se produce por los medios convencionales y ahora lo que vendría de los no convencionales de las energías renovables hay una saturación de la red y eso ya está identificado y es un gran problema pero también nos va dando la posibilidad de que vayamos pensando en cómo deslocalizar y cómo desconcentrar el manejo de la energía y se vayan creando unos nuevos regionales que vayan siendo capaces también de descongestionar la red y creo que allí tomo una centralidad y una importancia ese elemento de la propuesta de la política pública en materia no sólo de la hoja de ruta de transición energética sino de las comunidades energéticas como una iniciativa que busca que las comunidades produzcan la energía para su autoconsumo pero no solamente desde la visión

domiciliaria sino también desde la visión de integrarlas a proyectos productivos que les permita tener una rentabilidad y también un desarrollo socioeconómico territorial entonces estos son asuntos en los que dijéramos ahora otro otro aspecto que está jugando en contra de estas iniciativas del avance tiene que ver el tema de lo que significa la apropiación de la tecnología y la financiación de la implementación de dichas tecnologías es decir hoy tenemos ya por lo menos una noción más clara de que producir un megawatts de energía implica por lo menos una granja solar de alrededor de 1.5 hectáreas y esa construcción está implicando el costo de alrededor de unos cinco mil millones de pesos eso tiene una limitante para que una familia o una comunidad pequeña o una comunidad de pocos ingresos pueda conseguir una financiación o pueda mostrar siquiera una prenda de garantía para conseguir el respaldo financiero de dichos montos entonces ahí se adolece de una política pública que sea capaz de buscar que la banca de segundo nivel y la banca de primer nivel tengan verdadera consideración con formas de financiación con también con formas de condonación y de subsidios que permitan que realmente este desarrollo de la energía renovable sea mucho más social y sea mucho más popular en el sentido de que verdaderamente quienes tengan menos condiciones socioeconómicas puedan acceder de manera organizada a este tipo de propósitos sabrás tú que en la línea de lo que fueron las convocatorias a comunidades energéticas en la política pública del gobierno nacional se presentaron casi 18.800 de la 20.000 postulaciones que se abrieron pero luego eso se ha tenido que revisar documentalmente y depurar quienes cumplen condiciones y requisitos y se bajó la meta a 5.000 y hoy la realidad es que en las últimas conversaciones con el ministerio de minas y energías lo que nos dicen es que están apenas avanzando sobre las 100 primeras comunidades energéticas y que a lo sumo con buen pulso y buena letra al cierre del gobierno podremos estar llegando a mil comunidades energéticas bien desarrolladas y bueno eso implica que tuvimos una ambición muy grande como país alrededor de la iniciativa de gobierno pero que las materialidades de la financiación del trámite la compra de los terrenos y los temas de acceso a la tecnología entre muchos otros factores no han permitido que se vaya con la rapidez que requiere el planeta y con la necesidad energética que tiene el país. Gracias Moises y en términos sociales ves alguna línea roja que pueda ser un limitante para términos de alcanzar la transición justa? Claro pues efectivamente en las líneas sociales nosotros tenemos por un lado que como te decía hay una gran dependencia laboral y una gran dependencia de los bienes y servicios y de la dinámica socioeconómica de la actividad minera sea del carbón, sea de gas, sea de petróleo entonces allí sustituir eso implica una política realmente muy bien organizada muy bien planificada y unos recursos muy bien direccionados porque lo contrario lo que ocurre es que los mensajes que van llegando son de un marchitamiento y de una

desinversión muy fuerte pero no aparece la línea de sustitución que permita que realmente la gente no quede en una condición de desempleo y de desesperanza porque al Ginal de cuentas cuando esto va ocurriendo se va convirtiendo en un factor o en un caldo de cultivo de mayor conflictividad social y de mayor violencia sociopolítica en los territorios y por demás dijéramos que allí también hay un elemento que tiene que ver con esta idea de que no en todo lugar se puede desarrollar la dinámica energética por más que sea benéfica y aun cuando sea renovable porque pues ya conocemos de antecedentes lo que significa la discusión con la hidroelectricidad de la cual nos jactamos por decir que tenemos el 65% de otra matriz eléctrica de la hidroelectricidad y el 17% de la matriz energética hidroeléctrica pero a la postre de los movimientos como Ríos Vivos, Sensat han demostrado que este es un debate mundial alrededor de cómo las presas o las grandes megarepresas truncan el ciclo de vida de los ríos y todo su proceso de reproducción de la vida y la reproducción allí también de lo que tiene que ver con la pesca artesanal y todos los métodos de relación de la ciudadanía con las fuentes de agua de los ríos pero adicionalmente digo eso porque es que también dijéramos pensarnos por ejemplo en el hidrógeno verde implica unos grandes consumos de agua hablar de las granjas fotovoltaicas solares implica una gran ocupación territorial pensarnos en los aerogeneradores de la energía olea que implica también una forma de intervención sobre el territorio en lo cual por lo menos organizaciones como INTE Paz han hecho un ejercicio muy riguroso en la guajira para demostrar que efectivamente allí hay unas afectaciones a comunidades campesinas a comunidades indígenas que también hay unas intervenciones sobre el medio ambiente y sobre las rutas de las aves y demás o sea creo que esta es una conversación que requiere que no solamente pensemos el componente energético sino que también pensemos integralmente cómo vamos resolviendo un asunto de sociedad y de país y en el cual también habría que volver a la pregunta fundamental de esa energía para qué y para quién porque quienes hemos tenido la oportunidad de conocer y comprender un poco más la documental del hud del hidrógeno y la hoja de ruta del hidrógeno en Colombia lo que nos encontramos es que allí se estaba integrando una ruta entre la zona de Barranquilla Santa Marta y la guajira pero en el cual la río H y terminaba haciendo a través de la guajira un punto y puerto de exportación de hidrógeno entonces decimos si vamos a tener una energía renovable y limpia de los aerogeneradores y de las granjas solares para poder hacer la separación a través del electrólisis de la molécula del oxígeno y el hidrógeno y obtener una gran cantidad de hidrógeno pero es para los mercados de exportación vuelve a quedar en cuestionamiento entonces cuál es el desarrollo nacional cuál es la industrialización nacional y cuál es la satisfacción del autoconsumo no sólo desde el punto de vista de la cantidad energética sino también desde el mismo costo de la energía porque al Ginal

de cuentas uno encuentra que hay territorios donde se produce mucha energía pero las gentes de esos territorios tienen que pagar las más altas tarifas en el consumo de esas mismas energías sea eléctrica o de la gasolina yo siempre pongo como para como una gran paradoja la zona de Campo Ruriales donde se produce una gran cantidad de hidrocarburo o petróleo crudo pero hay que traer el petróleo hasta los centros de Cartagena o Barranca a refinarlo y luego hay que devolver para allá los refinados de la gasolina y la CPM y entonces en Campo Ruriales un galón de gasolina vale 30 mil pesos cuando en el resto del país se consigue en 15 mil o en las zonas de frontera como la zona de la Guajira o la zona de Arauca o la misma zona del César se consigue el galón de gasolina 13 mil pesos uno dice hay una inequidad y una injusticia contra los territorios que producen la energía y que a la postre les terminan pasando unas cuentas que no se corresponden con haber sido unos territorios de sacrificio gracias Moises, es super claro y super interesante lo que planteas en términos de para quién, para quién la energía y de no volver a caer en prácticas extractivistas que es lo que ha gobernado los territorios en los últimos años te quería preguntar específicamente en la Amazonía en la región de la Amazonía entiendo que en el caso del abuso hay presencia en Putumayo no con subdirectiva pero entiendo tienen agremiados, ¿cierto? hay subdirectiva, ok entonces hay subdirectiva en Putumayo, en Bichado y en Orito bueno entonces quisiéramos saber si desde allá has escuchado si se están pensando el tema de la transición en términos de dos líneas por un lado el cierre de pozos seguramente podría ser o también el tema de utilización de minerales para la transición bueno he escuchado dos situaciones porque la Amazonía por parte nuestra como sector petrolero no ha sido suficientemente trabajada pero sí como tú lo dices tenemos región tenemos regiones como el Putumayo donde tenemos presencia con subdirectivas y donde tenemos presencia como Ecopetrol que no hay que olvidarlo para efectos de esa idea de cuál es el papel que va a sumir Ecopetrol en la transición y allí dijéramos que las dos circunstancias que pondría yo de orden central es por un lado hacia la Amazonía hay muchas empresas operadoras petroleras que están mirando la posibilidad de llevar hacia allá lo que denominamos la ampliación de la frontera geográfica porque hay dos dimensiones de fronteras en mi concepto una la frontera geográfica y otra la frontera tecnológica en el caso de la frontera tecnológica está referido un poco a lo del Magdalena Medio en la idea de posicionar los yacimientos no convencionales con el uso de la técnica del fracking por ejemplo eso es una nueva frontera tecnológica porque es aplicar una técnica de inyección de agua arena y químicos para fracturar la roca madre roca formadora e ir a unas profundidades y extraer unos remanentes de petróleo que nunca habían podido ser extraídos como en este caso de la formación la luna en el Magdalena Medio pero cosa distinta cuando hablamos del Putumayo del nichada de la Amazonía porque allí

estamos hablando de unas áreas que efectivamente tienen también una alta prospectividad petrolera gasífera pero que en todo caso significan ampliar una frontera geográfica y pues dijéramos que también hoy tenemos un mejor conocimiento de todo lo que ha significado las afectaciones a la amazonía por las diferentes formas de intervención de la tala de árboles de la forma de captación de agua de la forma de introducir e introducir los cultivos de coca pero dijéramos que si ahora a eso se le suma lo que ya ha significado la minería ilegal que ya operan el territorio y que ya ha venido sacificando territorios y acuíferos y si a eso le metemos un componente de desarrollo legal de explotación petrolera pues dijéramos que allí eso reafirmaría la transformación de la matriz socioeconómica de esos territorios y eso hay que prestarle mucha atención porque en los territorios donde ya hemos vivido el desarrollo de la explotación petrolera gasífera o carbonífera conocemos cómo en muy rápido tiempo se transforma culturalmente el territorio y cómo la gente termina abandonando su vocación socioeconómica primigenia original para quedarse en la dependencia de una nueva industria que entre otras cosas les arrebató la mano de obra porque siempre la mano de obra que está en la industria gana un poco mejor que el que está jornaleando el que está haciendo labores de campo y entonces lo que se ocurre es que se produce un vaciamiento de la mano de obra y luego ya las actividades agrícolas y pecuarias no encuentran personal para desarrollar ese tipo de actividades porque todos están mallando y esperando un puesto en las mineras o un puesto en las petroleras pero adicionalmente también por allí se va derecho el tema de los impuestos para los municipios de las regalías para los municipios de las circunstancias los bienes y servicios para el sector empresarial privado esas localidades y entonces dijéramos que uno puede tomar una franja intermedia de lo que han sido municipios más nuevos no tanto como Barranque a Bermeja sino por ejemplo como San Martín César o como la zona de San Alberto y allí ve uno ese contraste de cómo lo que antes eran territorios o agrícolas, pecuarios, algodoneros y de otro tipo de producción sencillamente van abandonando todo eso y los mismos alcaldes y concejales y todo el mundo incluido el empresariado local se volca es a la dinámica extractiva y a depender de esa renta del extractivismo eso sacrifica la diversificación económica la vocación económica original pero también los termina metiendo en un entrapamiento porque al tanto es una actividad de la explotación de un lo que llamamos un energético no renovable pues al tener un comportamiento de campana de gau va a llegar un momento de máxima producción pero luego se caen esas producciones y empiezan a desaparecer ese tipo de ingresos que terminan a la postre llevando también a esos municipios más allá de los debates de cambio climático y de calentamiento global ya por su propia declinación natural a unas crisis propias del agotamiento de ese tipo de recursos pero con las graves consecuencias de que ya quedan los territorios la tierra el agua acuíferos

totalmente deteriorados y no aptos para el desarrollo agrícola y pecuario o por lo menos ya con una condición que no les da para unos niveles de productividad que les sea sostenible y al menos competitivo frente a otros entornos y decía hombre que ese tipo de circunstancia hay que mirarlo de cara a la amazonía porque sería muy muy lamentable que la amazonía le introdujeran estas dinámicas extractivas porque sería el reconocimiento del fracaso de la humanidad en el entendido de que sería romper nuestros pulmones naturales acabar con nuestras fuentes de oxígeno y de producción y reproducción de la vida para meterle la extracción de tal vez 20 o 30 años más de un petróleo que que entre otras cosas en el caso colombiano cuando miramos que estamos casi llegando a los 800.000 barriles de crudo de producción día pues la verdad es que el país solamente de ellos reGina y transforma 400.000 barriles entre barranca barmeja y cartagena y el resto lo envía para los mercados de exportación para generar unas divisas entonces allí ya se ponen en entredicho si realmente nosotros necesitamos desde el punto de vista energético todas esas cantidades o si pudiéramos decrecer e ir buscando la sustitución de esos ingresos porque esta semana conversaba con algunas personas que no entendían muy bien la diferencia entre balanza comercial y producto interno bruto son conceptos básicos de economía pero ellos creían que lo que habían visto los medios de comunicación era que colombia recibía el 50% del producto interno bruto proveniente del petróleo y del carbón y yo les aclaraba no eso es la balanza de exportación porque quiere decir que somos un país primario dependiente que somos un commodity que estamos exportando materias primas de tal manera que nuestra vocación exportadora en un 50% es petróleo y carbón pero cuando eso lo medimos en términos de producto interno bruto eso no pesa sino el 7.8 del producto interno bruto del país porque son mucho más rentables hoy el sector agrícola o el sector pecuario o incluso está ya casi llegando el sector turismo a los mismos factores del del 8% del producto interno bruto esto porque esta reGlexión tiene que pasar por una claridad necesaria para decir dos cosas ese 7.8 del producto interno bruto en petróleo y carbón signiGica 5.2 de la exportación petrolera y 2.5 del sector carbón pero recordemos que el 98% del carbón que se explota en colombia es para los mercados de exportación no hay ningún nivel de autoconsumo de esa gran producción de carbón ni ningún nivel de industrialización y transformación de ese carbón entonces allí dijéramos ese sector carbón desde el punto de vista del producto interno bruto es muy fácil de sustituir no es tan difícil como nos lo tratan de plantear porque sustituir un 2.8% en un producto interno bruto es cuestión de una política pública bien diseñada planiGicada y organizada que nos podría permitir en un horizonte de 10 15 máximo 20 años poder sustituir eso del sector carbón ahora el sector petróleo que claramente tiene unas dinámicas integradas a los bienes y servicios en los territorios que está integrada a la venta de la fuerza de trabajo de muchas de muchas familias y muchas personas claro

que hay que hacer un plan muy específico para intervenir los asuntos de la relación oferta demanda del empleo claro que hay que intervenir para los temas de la relación de la oferta demanda de los bienes y servicios para poder recuperar la espiral económica de esos territorios con un plan de sustitución económica e incluso si hay que echar mano de mecanismos de subsidios o si hay que echar mano de planes de rentas básicas hay que pensarlo porque no si eso significa aliviar el tema mundial de cambio climático y calentamiento global y permitir una sustitución un cambio de las fuentes de energía pues lo tendremos que hacer como un esfuerzo de sociedad pero cierro entonces con el tema de la amazonía diciendo toda esta experiencia que hemos vivido ya en los sectores del Magdalena Medio en los sectores del Willa en los sectores del Meta de donde ya hemos tenido una amplia explotación petrolera yo creo que si miramos al Meta y si miramos a Arauca que tienen una gran proximidad geográfica con la zona de la Amazonía del Luchada decimos allá hay experiencias dolorosas que no deberíamos repetir y que por ninguna razón nos deberíamos permitir y que entre otras cosas muy bien que la pregunta planteé también la necesidad de mirar esa llegada del relato y la narrativa de las energías renovables con la necesidad de los minerales críticos o minerales estratégicos porque cuando hicimos el recorrido de la Tercera Asamblea Nacional por la Paz tuve la oportunidad de ser expositor del eje mineral crítico y lo primero que le advertía a la comunidad de Putumayo era no permitan por ninguna razón que ustedes que están por azares del destino y por condiciones aleatorias puesto sobre el corredor del cobre del Pacífico el cinturón del cobre el Pacífico nace en Chile atraviesa Colombia y muere en Paramo entonces ese cinturón del cobre ya está plenamente identificado y reconocido y claro que hay grandes multinacionales que están apáticas de venir a explotar ese cobre pero también sabemos que hay áreas del Luchada donde ya hay hallazgos de Colta de hay zonas que tienen hallazgos de litio entonces aquí vamos a estar frente a una presión muy fuerte de unos nuevos actores incluido el estado que es un poco el caso de litio en México es una presión desde el estado pero en el caso chileno hablaba ayer con los compañeros de Chile justamente en el marco de las salvaguardas en Valle del Barú y decían allá todo el mercado de litio lo tomaron los privados todo está concesionado entonces ojo ojo porque una puede ser la mirada del modelo mexicano con el litio o los minerales estratégicos en manos del estado y otra es la mirada de los minerales estratégicos en manos de los privados que es el modelo chileno pero yo le digo de una vez para el caso colombiano por su condición de biodiversidad y por su condición de la la condición de ser un país tan biodiverso deberíamos no darle paso ni al modelo mexicano y el modelo chileno porque es decir yo apoyo la idea de comunidades en la idea de defender la iniciativa de la política pública de la soberanía energética y la soberanía nacional pero el petróleo también hizo en materia de explotación petrolera

barbaridades en territorios y en ecosistemas eco petróleo fue cómplice de lo que ocurrió con la ciénaga de palagua en puerto boyacá eco petróleo fue socio de lo que pasó en la ciénaga en la laguna de lipa en arauca es decir a eco petróleo por ser eco petróleo por ser del estado no la podemos exonerar también de sus violencias contra la naturaleza de los ecosistemas y el medio ambiente entonces decir el hecho de que a uno le planteen que que tal vez es menos dañino que lo haga una empresa estatal tal vez puede traer más beneficios desde el punto de vista de la renta económica pero por lo menos los efectos ambientales hecho por unos o hecho por otros son igualmente desastrosos claro que hecho por los privados es doblemente doloroso porque además de que se daña el ecosistema no le queda al estado y al país una rentabilidad de ese tipo de explotaciones gracias gracias muy bien y ahí entras a vincular todo el tema de lo público y la importancia de nuevamente no visibilizar como es recoger experiencias de otros territorios para que no se repitan en la amazonía en el caso de ustedes en la uso tienen algún departamento especial que trabaja el tema de transición o cómo lo manejan bueno nosotros en estos momentos tenemos no solamente las lo que tienen que ver con los departamentos de derechos humanos y los departamentos de medio ambiente sino que también tenemos unas secretarías que están ocupadas y especializadas en esos temas pero además dijéramos que hemos desde el año 2002 al 2005 ha ido consolidando lo que ya hoy conocemos como la corporación auris arama rubio como centro de educación de investigación y que luego a través de ese mismo centro de formación nos integramos a la iniciativa del sipame como centro de investigación para la transición justa del sector minero energético porque allí nosotros creemos que hay un debate que exige unos niveles de cualificación de unos niveles de documentación que implican una rigurosidad técnica académica científica política y por eso no lo podemos hacer de cualquier manera estamos integrados al sipame a través de la uri será y la misma uso pues ha dado políticamente el visto bueno pero adicionalmente también nosotros le propusimos a copetrol en la pasada negociación del 2023 la creación de un capítulo convencional de transición energética pensando en todos los temas de la reconversión laboral en los temas del fondo económico para la transición energética la hoja de ruta para la transformación de estructura infraestructura dentro de copetrol hacia esa perspectiva de la transición energética la necesidad también de hacer el desarrollo armónico con los territorios donde hoy opera la industria petrolera para una transformación socioeconómica y productiva la necesidad de apoyar y apalancar la construcción de los nuevos saberes desde el y cp desde la universidad copetrol pero también como creamos así como en la era de la minería del petróleo se creó la escuela de petróleo de la huís también que creemos la escuela de energías renovables y alternativas en diferentes universidades de carácter público entonces decir hay toda una gran construcción pero que hasta ahora dijéramos

hacen parte si se quiere de unas maquetas y unas ideas que todavía no han tomado pleno desarrollo porque ha faltado decisión voluntad política de gobierno de copetrol e incluso no diría que también al interior del sindicato hay unas tensiones fuertes porque lógicamente nosotros respondemos mucho a una lógica de los apoyos electorales y los apoyos electorales están en la base obrera que hoy está en la industria fósil porque hasta ahora recientemente la uso transformó sus estatutos para convertirse en la unión sindical obrera en la industria del petróleo y de las energías alternativas pero ese enunciado de las energías alternativas todavía no toma un gran desarrollo pues porque tampoco en Colombia existen grandes proyectos de energías renovables en los cuales tengamos una gran cantidad de aGiliados pero dijéramos que hay una perspectiva que no se pueda anular pero que sí hay que tomar en cuenta que también tenemos nuestras propias tensiones internas porque lógicamente los territorios de energía fósil nos reclaman que no contribuyamos a que se desinvierta en perforación o en exploración a que no se vayan los taladros a que no se pierdan los puestos de trabajo entonces es una tensión en la que el sindicato dijéramos legítimamente también reacciona frente a una contradicción capital trabajo pero que necesariamente cada vez creo que iremos ganando más conciencia de la necesidad de avanzar hacia la contradicción capital naturaleza y a la contradicción capital vida que es ya no solamente el asunto del puesto del trabajo sino también cómo garantizamos la pervivencia de un territorio de una comunidad y cómo desarrollamos una actividad que sea armónica con el medio ambiente y la naturaleza en ese sentido dijéramos nosotros en estas discusiones y bien ecopetrol no nos aceptó la creación de un capítulo de transición energética en la convención por lo menos si acepto aperturar el debate a partir de dos realidades o tres más bien pudiera señalar yo una de que pudiéramos crear unos pilotos de generación de empleos no petroleros en territorios petroleros y eso es una iniciativa clave porque se empezará a tocar el elemento cultural y empezar a demostrar a través de pequeños pilotos que sí se puede producir otro tipo de bienes y servicios y si se puede encadenar una productividad y un empleo que no esté ligada al petróleo en territorios donde hay dinámicas petroleras. Perdón te interrumpo, ese piloto en donde lo están impulsando. Está acordado no se han todavía seleccionado las áreas para la implementación tiene incluso un presupuesto aprobado y tenemos que seleccionar las áreas pero está deGinido que tienen que ser territorios petroleros donde opere que opetró hacia los cuales irían esos pequeños pilotos no son muy grandes pero son un pequeño pequeño piloto que vamos a desarrollar. Lo segundo es que quedó también de esa discusión de la negociación de la convención colectiva que desarrollaríamos la tercera asamblea nacional por la paz dándole continuidad a 1996 y al año 2015 y efectivamente la desarrollamos durante el año 2024 y uno de sus ejes era el eje minero energético de tal manera que así como estaba el eje de memoria y el eje de derechos humanos y paz

también estaba el eje minero energético porque consideramos que esas dinámicas minero energéticas le imponen presión a los territorios y pueden ser un factor contributivo en positivo o en negativo hacia la construcción de la paz teniendo en cuenta que los diferentes actores se juegan el control territorial pero también se juega la renta minero energética que subyace alrededor de dichas dinámicas y explotaciones de tal suerte que en ese desarrollo del eje logramos recoger propuestas y también demandas de los territorios que en esta oportunidad las encontramos muy alineadas con las del 2015 que tienen que ver con que la gente en sus territorios está pidiendo que se respete el territorio desde la perspectiva de la conservación de su cultura el poder conservar sus planes de vida y que haya un respeto por las fuentes de agua el tema del agua tiene una transversalidad en toda esta discusión y por lo menos las asambleas del 2015 y del 2024 del abuso con una participación amplia además de 53 asambleas subregionales y asambleas nacionales que superan desde lejos los 10.000 participantes de los territorios han dejado evidenciar que la gran preocupación es el agua los planes de vida la cultura y el territorio más que la misma rentabilidad minero energética pero por el otro lado dijéramos que en términos del debate democrático quedamos con un acuerdo de desarrollar un foro nacional de transición energética de cara al país porque no es un foro para la uso ni es un foro para el cobetrol es un foro para el país y ese foro tiene una GInanciación del orden de 2500 a 3000 millones de pesos y bueno estamos haciendo la caracterización con el cobetrol para saber cómo cuando dónde a quienes invitaríamos quiénes iban a invitar o quienes serían incluso se ha pensado en una metodología que pueda ser unos tres foros previos en algunas regiones como por ejemplo el metal mandalena medio estoy un poco locurando sobre lo que ya se ha venido conversando y que al GInal entonces si se haga un gran foro por ejemplo en bogotá pero eso es para discutir y debatir la perspectiva de país en términos de la transición energética entonces esos son como insumos de los que ya de lo que ya se ha venido por lo menos trabajando y recientemente muy recientemente tuvimos la oportunidad de hacer un encuentro con la internacional progresista y tueb aquí en la ciudad de bogotá en la cual trajimos varios ponentes internacionales y también se llevaron las ponencias desde el interior del abuso para poder mirar cómo vamos dotando al abuso cada vez de una mejor propuesta de transición energética que sea su propuesta única y su propuesta institucional para debatirla frente al estado colombiano frente a los gobiernos de turno frente al empresariado nacional y especialmente el empresariado petrolero y mineral energético entonces dijéramos que estamos también en esa búsqueda de concluir una propuesta no no el término concluir no signiGica un producto que sea inamovible sino de tener ya por Gin al menos una idea consensuada de cuál sería el marco institucional los ejes articuladores y las metas e indicadores que se le tendrían a esa propuesta de transición energética que la uso

viene construyendo y de la cual en el cipame también ya hay un insumo adelantado bastante importante. Gracias Moises, te quería preguntar digamos que en esta en este panorama de aliados y organizaciones con las que han trabajado cuáles crees que son esas organizaciones o actores que están poniendo la piedra en el zapato para poder avanzar en términos de transición justa y de avanzar. Bueno yo creo que si uno hace un mapa de actores identiGica con mucha claridad que el sector de que hoy se aglutina en la agencia colombiana de minería la ACM y de los que hoy se aglutinan en la agencia colombiana del petróleo ACP son dos actores que junto con ACPEP que es la asociación de profesionales de la industria del petróleo han ido articulando una estrategia para cerrar el paso a la posibilidad de avance a la perspectiva de la transición energética y no porque ellos lo hagan de una manera en la cual dijéramos operen con algún grado de maldad o maleGicencia sino que responden a un interés legítimo que ellos deGienden y lo que dicen es que Colombia tiene un recurso importante en materia minero energética que no debería desaprovechar dadas las condiciones del marco Giscal de la escasez de recursos de las imposibilidades de tener Ginanciación para la misma transición y adicionalmente acuñan el elemento de lo que tiene que ver con la generación del empleo de la espiral económica de los bienes y servicios en los territorios donde operan y incluso incluyen dentro de su propia narrativa que Colombia es un país que contribuye muy poco a los gases de efecto invernadero o al calentamiento global y que entonces bajo una presunta lectura de responsabilidades compartidas pero diferenciadas que no tendría porque Colombia hacer esfuerzos que no está haciendo EEUU o la China o la India o Rusia y que entonces porque tendríamos que ponernos a asumir ese tipo de retos y desafíos sin embargo creo que ellos primero que todo en esa visión que es muy economicista y muy neoliberal y extractivista pues por supuesto que abandonan la valoración de que el calentamiento global es un balance global donde pequeña mediano grande contribución todas son contribuciones y que al Ginal de cuentas todas las pequeñas que usted vaya descontando van haciendo una sinergia de descuento a esa contribución pero tal vez algo más dijéramos de la realidad del derecho positivo que abandonan es que ellos son muy insistentes en manifestar que los estados deben respetar los compromisos internacionales pero sobre todo cuando se tratan de compromisos económicos es decir ellos no este sector este sector que hablo de la CPEP de la ACM de la de la de la CP pues ellos no están solos detrás tienen a los grandes inversores a las grandes empresas nacionales y multinacionales de la industria extractiva tanto de los minerales como el petróleo el gas y el carbón ellos son unos agentes académicos y políticos cajas de resonancia pero detrás tienen el poder económico que es el que está dijéramos apalancando toda esa posición y toda esa narrativa y toda esa idea de la concesión del desarrollo a partir de la explotación y la

sobreplotación de dichos minerales y de recursos no renovables pero pero dijéramos que llamo la atención sobre el tema de que ellos maniGiestan de manera reiterativa que el país debe tener seguridad jurídica y que la seguridad jurídica pasa por el cumplimiento de los compromisos internacionales es decir el pago puntual de la deuda externa el cumplimiento del respeto a las inversiones el trato a los inversionistas internacionales en igual condiciones que los nacionales todo aquel marco de referencia neoliberal que trajo los tratados de libre comercio como fase evolutiva de el área libre comercio de las amélicas alca que no pudo implementarse pero ojo que no guardan ese nivel de coherencia cuando se trata de los derechos sociales y de los derechos ambientales es decir cuando colombia va y suscribe un acuerdo internacional en materia de reducción de gases de efecto invernadero y o cuando colombia suscribe un un tratado como el de la conferencia de las partes en el marco de la cop 21 del acuerdo de parís y lo introduce el marco jurídico nacional a través de la ley 18 44 el 2017 entonces para ello eso si no tiene fuerza vinculante y ahí si no hay obligatoria de cumplimiento y no hay esa seguridad jurídica y esa obligación de honrar los compromisos internacionales con lo que tanto se rasgan las vestiduras ahora estamos en fase de mirar el acuerdo de escasú al cual también se comprometió en costa rica el gobierno colombiano y ya hoy es parte de la obligación que fue ratiGicada en el marco de este gobierno de que colombia se compromete a honrar el compromiso de los acuerdos de escasú en materia de la participación del acceso a la información de la protección de los liderazgos y ni que decir ahora de que colombia suscribió el tratado de no proliferación de combustible fósiles todos estos compromisos de orden internacional entonces aquí hay un gran debate en lo que llamaría esto el profesor rodrigo brini la tensión constitucional porque entonces pareciera que para los sectores económicos hay tensión constitucional cuando hay que honrar los compromisos internacionales en materia económica pero no hay tensión constitucional cuando hay que honrar los compromisos ambientales y los compromisos sociales creo que es un buen elemento que también habría que incorporar al debate nacional. Super interesante ese tema de tensión entre derechos y de cómo medirlo y aplicar algún test de proporcionalidad porque si están en tensión deGinitivamente. Bueno y ya para ir Ginalizando... O para Ginalizar. Dos preguntas brevemente uno en términos de abrir espacios ¿crees la necesidad o la importancia de abrir espacios de diálogo, gobierno, trabajadores, sindicatos frente a este tema como espacios institucionales? Eso por un lado y Ginalmente ¿qué propuestas especíGicas crees que serían fundamentales para la región de la Amazonía en términos de transición como propuestas que tú conoces el territorio podrías plantear? Vale, entonces lo primero es que frente al diálogo lo dije en un comienzo, creo Girmemente en la necesidad de participación en todas aquellas decisiones que nos afectan de tal manera que el elemento de la participación debe

llevarnos a la democratización en la toma de dichas decisiones y al Ginal de cuentas participación más democratización es lo que permite transformaciones, es decir solo pueden haber transformaciones de orden económico, político, cultural y social sobre la base de que haya una verdadera y genuina participación con carácter incidente decisorio vinculante y que permita democratizar la palabra, el pensamiento y la acción y la decisión. Entonces esto es fundamental y claro aquí hay dos niveles creo que hay que hacer un gran esfuerzo de que el campo popular, es decir los sindicatos, las organizaciones campesinas, las organizaciones ambientales, las organizaciones indígenas seamos capaces de proponer junto con la academia un gran diálogo y una gran reGlexión desde el sentimiento y desde la visión del campo popular para que luego con eso podamos provocar una gran conversación con el sector gubernamental que hoy por fortuna en este ciclo del péndulo político tenemos un gobierno que pone una agenda que tiene una alta coincidencia con esos sentimientos del campo popular y lo que llamaríamos el bloque popular. Pero como los ciclos son cambiantes entonces hay que tener una capacidad de poder dialogar con los gobiernos de centro, de derecha, de extrema derecha y también de izquierda, entonces la propuesta que allí surja tiene que ponerse en clave de un diálogo nacional mineroenergético que necesariamente tiene que llegar a sentar en un diálogo multiactor al gobierno, a los empresarios, al campo popular aglutinado en ese gran núcleo de indígenas, campesinos, obreros, sectores ambientales, academia, para que entonces a partir de eso si nos pensemos cuáles son las posibilidades reales de una transformación en el modelo económico y en el modelo político que hagan posible el desarrollo social y económico pero sobre la base de no sacriGicar la sostenibilidad y la sustentabilidad y ante todo como lo dijera nuestra Corte Constitucional no sacriGicar los derechos intergeneracionales de quienes vienen detrás como nuestros hijos y nietos que al Ginal de cuentas esperan también tener aire puro y medio ambiente sano, disponibilidad de agua apta para el consumo humano y tierra y territorio donde poder cultivar y donde poder tener soberanía alimentaria, soberanía energética y también justicia hídrica. Entonces dijéramos que esos son elementos. Ahora en el tema de cómo pensarnos la Amazonía, yo creo que la Amazonía casi que deberíamos plantearnos su deGinición y su destinación a los Gines especíGicos de ser la gran reserva de la humanidad y el gran reservorio de la vida y eso implica imponer salvaguardas necesariamente es decir que allí hay que no introducir nuevos proyectos que afecten el equilibrio ecosistémico, hay que retirarlos que actualmente estén allí operando legal o ilegalmente hay que hacer todos los esfuerzos como sociedad y como humanidad para poderlos retirar y si allí hay comunidades que están hoy rentando ese tipo de actividades hay que darles compensaciones o si la situación lo amerita darles una reparación integral que garantice que ellos puedan salirse y desligarse de esas dinámicas de la explotación

maderera o de la explotación de oro o de su efecto de querer explotar algún mineral crítico o de querer explotar incluso petróleo como está sugiriendo alguna línea de economistas e inversionistas en el caso de la Amazonía que no solamente toca con la Amazonía colombiana sino la Amazonía ecuatoriana con Yasuní de la Amazonía brasilera de la Amazonía peruana donde todos estos países están siendo muy presionados a que acepten el intervencionismo extractivista y mineral energético dentro de esos territorios y donde desafortunadamente no se ha podido lograr una unicidad de criterios de algunos países dadas su fragilidad política o económica han permitido que se introduzcan cada vez mayores fronteras geográficas del extractivismo o a lo sumo como en Brasil de la era Bolsonaro en la cual a partir de quemas indiscriminadas y de una cantidad de prácticas corruptas corrieron las fronteras agrícolas hacia la zona más adentro de los de la Amazonía y dijéramos que sobre eso también hay que estar muy atentos porque aquí no se trata solamente de dar una discusión contra las grandes mineras y sean o las grandes empresas de la energía fósil sino que también hay que estar muy atentos contra la deforestación y hay que estar muy atentos contra la idea de introducir cada vez más la frontera agrícola hacia las zonas de la Amazonía entonces dijéramos que allí eso implicaría que deberíamos no solamente crear pues toda esta zona todo lo que lo que llamaríamos las guardias ambientales y la remuneración y la compensación económica para quienes estén allí cuidando el territorio sino que también tendríamos que crear realmente escuelas de agroecología y la capacidad de poder generar una dinámica dentro de la cual en la política pública e institucional se garantice la preservación de este pulmón de la vida yo vengo de observar ahorita en un foro reciente no solamente ya el tema de lo que debatíamos en la COP 28 de Dubái y lo que va a ser parte del debate en la COP 30 en Belén do Pará alrededor de las medidas de mitigación y de compensación en materia ambiental y las medidas de adaptación es decir allí hay unos importantes recursos pero tienen que realmente direccionarse en invertirse sin asomo de querer hacer el greenwash o simplemente darle paso al capitalismo verde para que pueda tener allí cómo justificar los bonos de carbono y cómo seguir contaminando otras partes del planeta a nombre de que están allí compensando en la Amazonía eso es otro otro otro otra lista del gran debate mundial pero dijéramos que quisiera también dejar señalado que en esta idea de poder preservarla y conservar la Amazonía es necesario también que de una vez advirtamos que en el caso colombiano se viene dando una gran dinámica hacia el reconocimiento de las autonomías territoriales de los pueblos indígenas y esto puede ser bueno en la medida del reconocimiento de nuestros pueblos originarios pero puede ser malo si está atravesado por fenómenos de corrupción o peor aún por fenómenos de presiones de las grandes multinacionales mineras petroleras y demás o madereras que simplemente encuentren en estos grupos a unos sectores más

vulnerables que puedan negociar en condiciones más frágiles y en los cuales puedan terminar como decimos en el largo popular saliendo lo comido por los servidos y es que al Ginal entonces terminemos con unas comunidades indígenas totalmente arrasadas por estas presiones multinacionales o cooptadas producto de las grandes cantidades de dinero y entonces terminemos asistiendo a ver que nuestros propios pueblos originarios por alguna razón de estas termine avalando la llegada de proyectos que hoy no queremos para los efectos de la conservación del planeta la preservación de la vida y poder luchar de manera decidida contra el cambio climático y el calentamiento global que son a la postre las antesalas de la extinción planetaria de nuestra humanidad gracias gracias muchas muchas gracias movis es poner espacio y buena y crea que da un tema Ginalizando la importancia como articulación sindical con las comunidades indígenas para prevenir estos procesos de destructivismo en el territorio de la Amazonía, gracias.

Transcripción - WhatsApp Audio

2025-08-20 at 6.50.10 PM

Empezamos. Buenas tardes compañera Rosalba, muchas gracias por aceptar el espacio para esta entrevista. Queremos saber si estás primero de acuerdo con que se grabe la entrevista. Sí, claro, muy buenas tardes, estoy de acuerdo. Bueno, gracias compañera Rosalba, puedes darnos tu nombre completo y el cargo y la organización en la que perteneces. Soy María Rosalba Gómez Vázquez, maestra y soy actualmente ejecutiva de la CUNA nacional, departamento de relaciones internacionales. Bueno, muchas gracias compañera Rosalba, bueno hoy queremos saber desde tu visión, desde tu liderazgo, desde el conocimiento que tienes de Colombia, desde tu perspectiva también como docente, como maestra, cuáles crees que son los principales desafíos y problemas a nivel económico, social y político que presenta el sector energético, petróleo, gas, carbón, electricidad en tu país y si es posible en la región amazónica. A ver, yo me voy a referir realmente a lo que estamos trabajando ahora, que es el proyecto amazónico. La región amazónica es rica, por eso yo amazones, es lógico, detrás de ellos grandes milenares que sirven para energía, que sirven para muchas cosas que necesitamos en la vida del día a día de la familia, pero hoy yo siento una gran tristeza de ver cómo uno podía antes con tranquilidad travesar el estudio de amazones, hace años lo travesé en cuatro días tres noches, pero hoy en día hay muchas dificultades, primero porque se segundo porque han llegado intereses de algunos, no todos, porque hay gente muy buena extranjera, algunos intereses extranjeros con intereses de desarrollar allí proyectos para ellos interesantes, más no para la gente del amazón, así esto hay que reconocerlo, como también ha llegado gente buena, querida, que interesa ayudar allí con proyectos a las comunidades indígenas, a mirar qué se puede hacer por el río amazones, a mirar lo que es un trabajo decente, porque esta vez nosotros hablamos también del marco del trabajo decente en el marco de todo lo que ocurre en el río amazones. Gracias Rosalba, te quería preguntar en términos de, digamos, de país, qué avances identiticas o qué avances o retrocesos identiticas con el gobierno del cambio en términos de transición energética. Claro, el gobierno del cambio, de verdad, primero el presidente sabe el tema, lo aborda con interés, lo aborda con sentimiento, porque la gente entienda la importancia de la transición energética no puede afectar a las comunidades indígenas, a la población en general, a las mujeres, a los árboles indígenas, a todo lo que ya sabemos que hay en torno de esto.

Entonces, yo siento que en este gobierno se ha tocado el tema con gran interés y con propuestas para salir adelante. Gracias Rosalba, tú crees que en el actual gobierno hay políticas que incentiven las energías renovables? Políticas, pues yo creo que sí, pero he

invertido en esto, la interesante es que a poco a poco no se entienden a veces muy bien para el común de la gente, pero sí, yo sí siento que el gobierno ha mostrado interés desde el ministerio de minas y demás. Gracias Rosalba, te quería preguntar en torno al mundo del trabajo y los conflictos laborales, cuáles crees que son los principales problemas de la clase trabajadora en la región amazónica con relación a la transición energética en términos, por ejemplo, de precarización laboral o temas, por ejemplo, preocupantes como los cierres de pozos petroleros y la falta de garantías por parte de las empresas que están en los territorios tanto para la llegada como para la salida del territorio? Claro, cuando tú vas a hablar con los indígenas o con la población que trabaja en todo el entorno del Amazonas, en sus recorridos o los que vienen de la pesca o los que vienen de la arena que sacan de allí o los que van a hacer sus ventas o los que están en un colegio que tienen que atravesar para ir al colegio, yo soy maestra, también en parte que recorrido de la Amazonas, también ha ido allí a los colegios a atravesar de la Amazonas, entonces todo eso uno habla con ellos y están muy afectados, afectados primero porque era un poco de sustento para la situación económica familiar, dos porque en el entorno de esto trabaja toda una familia, hoy en día están muchos sin saber cómo van a trabajar porque no hay la forma y claro hay otros intereses que ellos se sienten preocupados, no entienden a veces esos intereses que llegan, uno de muy buena fe, de muy buena fe, otros con otro interés de el santivierno y todas las políticas económicas mundiales, entonces ellos a veces se confunden mucho, no logran entender muchas cosas, pero lo que sí saben y tienen claro es que muchas veces necesitan es comer para ellos y sus familias, sus hijos, sus hijas, entonces en esto yo como educadora allí, cuando voy a los colegios, hablo mucho con ellos, con los padres de familia, con los estudiantes, con sus necesidades, una cosa estar allá con las necesidades de ellos. ¿Qué dificultades tu identificas en el proceso de transición viéndolo desde lo público, del rol de lo público en la transición? En el rol de lo público, en el rol de lo público, no. En términos de que en lo público asuma un rol más importante frente al sector privado, para el proceso de transición, para que sea justo y no caer de pronto en neoextractivismo o extractivismo verde como se ha venido dando en los últimos años. Pues yo creo que tiene que ver en las políticas públicas del Amazonas, primero presupuestos, bueno, pero esto no es todo también, capacitación de la gente, a la gente que capacitarle en forma muy sencilla, con un lenguaje que ellos les quede claro todo esto, que yo no comparto que en el área de los lenguajes bien elevados para que lleguen a ellos y al Kinal la gente les explique las necesidades que tienen, que se puede hacer para proteger, para cuidar, para defender. Eso es lo que creo yo, los puntos importantes. Y en el marco de la política nacional, Petro está interesado, yo lo he escuchado, en esos temas. Pensando en alternativas laborales para los trabajadores, una vez cierran, por ejemplo, posos

petroleros, ¿crees que es un tema importante el tema de la reconversión laboral de los trabajadores? Eso es muy complicado, eso es muy complicado porque va a haber los posos, va a haber, queramos o no queramos, y por a mí lo más importante es que ubiquen al trabajador y le financen su trabajo decente. ¿Garantizando su trabajo decente? Trabajo decente con toda su transición. Si hay la transición que se ajusta, que los ubiquen, que le deben a sus prestaciones, su salud, su trabajo, eso es muy importante, pero transición es lo que va a haber, así no queramos. Así no queramos. Gracias Rosalba. ¿Tú crees, pensando en términos de quiénes son los contradictores de la transición, cuáles crees que son esos contradictores, quiénes son, en dónde están identificados, pensando en los contradictores de la transición energética? Ay no, ahí sí me, ahí sí, ¿qué? A ver, ¿contradictores de la? De la transición, sí, las multinacionales, las grandes empresas que ya están en el territorio. ¿Contradictores? Pues claro, a ver, de la transición energética como tal, no, lo que decía es contradictores con la transición energética justa, cuando metemos la palabra justa, ¡ah carajo! Y si tenemos contradictores, las multinacionales, bueno y muchas más, pero para mí las multinacionales, porque cuando trata de justicia, pues ellos tienen otro interés. Y pensando en términos de justicia, de la transición justa, ¿qué identificados o qué crees que es necesario para que se ajusta la transición y que no sea solamente energética? Ah no, porque se ajusta que se mire a la persona como un ser humano con derechos, es lo primero, derecho al trabajo, derecho a la salud, derecho a una familia, derecho a una estabilidad, derecho a una pensión, derechos a una vivienda, o sea, transición justa es con todos los derechos, o sea como dicen los franceses con todos los fós. Con garantía de derechos, con garantía de derechos, para ti eso va a ser una transición energética justa. Ah sí, para mí eso es lo que es justo. ¿Qué tanto avance ha habido al interior de la CUT, específicamente sobre el tema de transición, ha habido discusiones sobre este tema, se ha empezado a abordar, o ha sido un tema pues que ya empezó, pero que falta aún seguir profundizando, digamos que con los sectores más avanzados, ¿cómo lo ves? No, sí, sí, sí. Sí, en la CUT ya hay charlas, foros, seminarios, hay invitaciones internacionales, hay un departamento de medio ambiente, relaciones internacionales, pues he aprendido también yo mucho. Uno no es experto porque uno tiene que aprender todo, ¿no? Hemos aprendido y ahí estamos, pero sí en la CUT ya se ha abordado el tema. Ya ha empezado a trabajar, pues como desde la importancia del movimiento sindical. Está bien, de todo esto.— Espera un momento. Y pues finalmente, ¿cuáles crees que son esas organizaciones sociales y políticas que consideras potencialmente aliados estratégicos para la transición? ¿Sociales, políticas para la transición? Pues, primero, los medioambientalistas. Segundo, las personas que realmente abandonan la transición justa, pero justa. Y tercero, las políticas públicas de algunos que entienden el tema, el nuevo Petro lo entiende, y pues creo que lo

deKiende. O sea, necesariamente también caminar de la mano con movimiento político para poder avanzar. Medioambientalistas, políticos, las ONGs que hablan del tema. ¿Y la academia? ¿Qué rol ves ahí que puede tener? También, yo no he entendido mucho de la academia, porque uno está más en otro mundo sindical, político, pero en la academia también hay gente muy interesante. He visto mucho por las medioambientalistas, en la academia pues no me he arrimado mucho, pero sí he leído por ahí, leer y ver sus intereses. Bueno, muchas gracias Rosalba. Hay algo que quisieras dejar como mensaje clave. Yo al interior del documento he querido poner como una frase clave de cada una de las personas que hemos entrevistado, entonces una frase que quisiera resaltar que quede tu voz plasmada en el documento. Pero antes del mensaje yo sí quisiera agradecer a todo el equipo que ha venido trabajando en este proyecto de investigación de los ocho países. Los ocho países de través del Amazonas. Agradecer a las compañeras Sabina, Emma y todo ese equipo que allá, yo sé que en Italia, se preocupan porque esto es una realidad, porque no tiene que agradecer que la gente de otros países por estos temas del día a día. Y pues mensaje. Amemos el Amazonas con justicia, con justicia laboral, con justicia humana. Gracias Rosalba.

Transcripción - Sebas/án Cas/llo

Voy a grabar en este momento, entonces acá lo voy a poner. Entonces si te parece te presentas y me cuentas cómo la organización en la que trabajas y tu conexión con la región de Amazonía, por ejemplo. Bueno yo soy Sebastián Castillo, soy médico de progresión, actualmente trabajo de manera independiente, me dedico a lo que es la medicina integrativa y todos los procesos de sanación y curación del cuerpo, teniendo en cuenta como un complemento del ser, el cuerpo, la mente y el espíritu. Soy de Mucua Putumayo, que es la puerta de la Amazonía, donde inicia el valle amazónico que termina en el Océano Atlántico y pues viví ahí toda mi infancia, llevo dos años estando en Mucua un par de meses y también viví en Leticia, Amazonas, que fue donde cruzamos la unión que era el más grande en la situación de la Amazonía. Estuve un año trabajando como servicio social obligatorio, lo que antes se llamaba el año rural en Leticia, Amazonas y estuve otros ocho meses trabajando en territorio de Puerto Nariño y la pedrera y atendiendo comunidades en las cuales viven. Gracias Sebastián, bueno conoces profundamente la región de Amazonía y eso para nosotros será demasiado importante, pues para tener digamos que la visión de quién habita el territorio y de quién lo conoce de manera profunda. ¿Estás en alguna organización o perteneces a alguna organización en especial? No, totalmente trabajo de manera independiente, pertenezco, soy fundador de una fundación, se llama Cantos de la Tierra, que es enfocada así a un sentido de escuela de vida, me he orientado hacia la parte de medio ambiente, salud, arte y deporte. Ok, perteneces a esa fundación actualmente, ¿cierto? Sí. Ok, perfecto. Listo, gracias Sebastián. Bueno, entonces para empezar quería preguntarte si digamos desde lo que tú conoces, desde lo que has trabajado y de tu relación con el territorio, ¿qué problemas o desafíos identificados a nivel económico, social, ambiental, político que presenta el sector energético, digas de petróleo, gas, carbón, electricidad en su territorio y de lo que tú conoces? Bueno, no entiendo la pregunta, ¿cuál sería un problema para el sector energético respecto al territorio? Me, estas, me, no te escucho. No entiendo la pregunta, ¿cuál sería un problema para el sector energético respecto al territorio? Para el sector energético no, es para el territorio del sector energético, entonces... Ah ya, listo. Perfecto, entonces, un lío, bueno en esos temas no soy muy experto, he venido como a entrar un poco más en estos, en el último año, pero pienso que en el sector ambiental para el territorio es un lío, tengo puntualmente lo que viene sucediendo con el cobre en Mocoa, pues a la hora de querer explotar estos minerales van a destruir todo el territorio, y si te demos presente puntualmente con este ejemplo, que se dañen las puentes cíclicas de Mocoa teniendo en cuenta que esto es el pie de Monte de Cordillera, el inicio de la Amazonía,

pues de ahí para abajo se empieza a contaminar todo el agua, también los documentales que no son pocos, acerca del impacto de la minería en el territorio ambiente a gran escala, entonces pues primeramente ellos, y segundo pues los beneficiados, yo pienso que en este tema los beneficiados son básicamente las empresas que explotan esos minerales, en cuanto al pueblo, a las regalías, a la inversión social, pues teniendo presente la situación de nuestro país, de corrupción, y los recursos nunca llegan, y lo que se ha visto puntualmente con el petróleo en Cuto Mayo desde que inició su explotación, pues es como una ilusión, y como una manera de pintar de color de rosa algo que evidentemente es de color negro, entonces pues teniendo presente eso, yo pienso que yo estoy totalmente en contra de lo que es la explotación y principalmente en medio de la Amazonía, ahora seguimos hablando mucho de la transición energética, que cobre, que esto que lo otro, pero pues partiendo de que en la realidad que se vive en Amazonas y en algunos lugares lejanos del Cuto Mayo, como es Puerto de El Isamo y unas veredas del municipio de Puerto Asís, pues es que la transición energética pienso que es muy difícil, casi imposible que beneficie a la población del territorio, porque partiendo que no hay vías de acceso, partiendo que por lo menos lo que es en la pedrera y todos los corregimientos departamentales de Amazonas, que no hay ni siquiera luz eléctrica, que todo esto viene por días, viene de plantas de gasolina, pues es una ilusión pensar que el cobre y que otras energías renovables, que es un tema discutido también, van a llegar y beneficiar a estos sitios, porque partiendo de que no hay necesidades básicas satisfechas, no se va a hacer una inversión en la transición energética, la cual requiere unos costos para establecer una, pues como unas bases que la sustenten, que sea sostenible y pues eso en nuestro territorio lastimosamente no es así. También hablando de vías de acceso más desarrolladas, como lo harían en Puerto Mayo, las vías de acceso secundarias a municipios y veredas son pésimas también, a veces son muy estrechas, no están pavimentadas, lo que dificultaría también establecer una red para hacer una transición energética a gran escala, que sería lo que realmente impactaría al medio ambiente en mi forma de ver. Y pues por todo esto pienso que todo el tema que se está moviendo acerca de explotación de los ricos en minerales, que es la Amazonía, pues es una forma de sacar provecho y ganar dinero por parte de las multinacionales, pero que se tenga en cuenta lo que es a las personas, a la población, al territorio, a los indígenas, pienso que no es así. Y pues por todo esto en Mocoa, puntualmente sé que se ha venido luchando los últimos años muy en contra de esta empresa LiberoCobre, pero lastimosamente es complejo y es triste ver cómo se van adentrando poco a poco. Y afortunadamente en ignorancia, yo te cuento lo que escucho de amigos en quienes confío que tienen posturas que son activistas, que nuestro gobierno actual de Colombia no tiene una postura a favor de la minería, aunque no es clara su posición en

contra, pero pues yo digo abiertamente, pienso que es así, que si cambiamos de gobierno, gobierno de derecha como lo hemos tenido anteriormente, pues estos privilegios van a perderse, se le darán lugar a las multinacionales y pues la lucha por el territorio, la lucha por defender lo que es el agua, lo que es la vida, sería mucho más compleja. Y aquí entra también lo que es la parte de la violencia, porque lastimosamente las regiones periféricas de Colombia, pues no es desconocido que están los grupos armados y también juegan un papel importante lo que es el orden público y también tampoco es alguna novedad lo que es las amenazas para líderes sociales, para quienes abiertamente están luchando a favor del territorio. Y aquí es la razón por la cual estoy adentrando en estos temas, porque en la parte de como yo veo la salud, para mí es muy importante la conexión con la tierra. En mi formación de mi trabajo actual le doy un gran valor a las medicinas ancestrales y he caminado, he aprendido con abuelos indígenas tomando yagé, hundra montañas, sembrando árboles, conociendo territorios sagrados. Y pues por todo eso y por todo lo que argumentan los activistas que vienen del territorio, es muy importante que no se explote a priori ningún territorio, pero sobre todo lo que es la Amazonía y sobre todo las fuentes hídricas de donde se alimenta la Amazonía, que es toda este piedemundo de la colombiana, de donde salen las fuentes para los grandes ríos que van a conectar por lo menos la selva amazónica de todo lo que es el resto de Colombia. Entonces, pues esa es la visión que tengo, quiero participar más de estos espacios, también hacer una invitación social a mis pacientes en los procesos en cómo llevo la salud, son procesos de conciencia, que no solo tomar un medicamento y hacer ejercicio, sino también llevar una postura en la que yo crea, en la que yo conOíé con convicción y una forma de vida en la cual yo me conecto para sentirme satisfecho. He estado también invitando a mis pacientes de a mí mismo a informarlos más sobre esto, a tener una posición más crítica, porque la situación de muchos colombianos, de los almanos de los que yo conocí, es como que a mí no me importa, a mí no me afecta, yo estoy en mi trabajo, yo estoy bien, pero a veces se nos olvida y me incluyo en ellos, yo tampoco lo tenía presente, pero no pasa por alto el impacto que puede tener la minería a gran escala, y básicamente la minería a gran escala aquí sería que por lo menos Mocoa dejaría de existir, que probablemente lo que son los municipios del Putumayo hacia abajo, por donde pasan estos ríos, también dejarían de existir o se harían muy perjudicadas su salud por las toxinas tanto del medio ambiente como del agua, y en estas posiciones tengo varios amigos, me estoy acercando más en esa lucha social para evitar que se dé esta minería. A esto hablando del Putumayo, ahora sí hablando de lo que es Amazonas, pues mucho peor todavía, en Amazonas el abandono por parte del estado es abismal, no hay escuelas, allá tomaba, para mí el Yahé es un gran amigo, y allá tomaba Yahé con un amigo que es profesor en la comunidad de Macedonia, y

pues de tomar Yahé, manviar, o martelar, y compartir momentos de vida, él contaba en muchas historias como allá en un momento de construir los megacolegios, destruyeron el colegio de Macedonia con la edición de construir este megacolegio, lo cual nunca sucedió y se quedaron sin colegio y sin megacolegio, donde había solo un salón para todos los séptimos, todos los octavos, todos los novenos, por lo cual medían solo una materia una vez por semana de clases, y así mismo los resultados en sus producciones eran pésimos, pero pues es lo que había y no se podía mejorar esa situación, y hablando de educación, de vivienda mucho peor, de vías de acceso, muchos indígenas ni siquiera pueden salir a Leticia porque es costoso el transporte en carro, la gasolina puesta, y la economía en esos lugares para muchos indígenas se reduce a lo que es la chagra, que es donde cultivan ellos sus alimentos y la casa y la pesca, pero ese es un sistema que no produce dinero, se da para vivir, pero no para explorar el mundo, entonces hay muchos indígenas que no pueden salir ni siquiera a Leticia, que se quedan en sus comunidades sin tener oportunidades porque no hay educación como para tener la posibilidad de hacer algo más, incluso aunque la Universidad Nacional tenga presencia en Leticia, hay muchas comunidades cercanas a Leticia que no tienen la posibilidad de llegar ahí, y cuando nos vamos más lejos a lo que es Pedrera y los relatos que he escuchado de amigos que estudian otros regimientos departamentales en D.C.O. en América, teniendo comunidades indígenas a la ribera del río, pues es muy sorprendente el impacto que esto genera, a mi, pues este tema de la visión social del mundo le agradezco a mi padre, que se dedica mucho a toda esa lucha social, él es maestro, él es el amigo de Rosalba, quien fue quien nos contactó, y cuando yo tuve la experiencia de estar por ahí a tres meses, recordaba mucho este libro de animales a dioses, cuando Muban Yohan Hari relata la cuestión del hombre cazador, que vivíamos como cazadores y recolectores, que era buscar una comida grande en el día y todo lo que se desarrolla, y básicamente los indígenas en estas zonas viven así, son sitios para llegar a Pedrera desde Leticia, basan avioneta hora y medio, sino son siete días en bote, siete días en bote que te cuestan fácilmente más de un millón de pesos que no todo el mundo los tiene, y de ahí para allá en comunidades indígenas, nos íbamos adentrando, la más lejana era la comunidad de la playa, que quedaba a seis días en bote de la Pedrera, y en esa comunidad, pues las personas básicamente mueren donde nacen, no hay dinero, viven como cazadores y recolectores, y pues ellos no tienen acceso ni la ilusión de tenerlo, a lo que es tecnología, a lo que es fuentes energéticas, ni nada porque si ni siquiera hay una presencia del estado en lo que es vivienda, pues mucho menos lo va a ver en lo demás, y era muy curioso con todos los niños cuando nos acostábamos, en la noche en las amacas a ver películas descargadas porque señal no hay, pasábamos veinte, treinta días sin señal, todos los niños de la comunidad se sentaban atrás a ver detrás de un

celular o el computador, porque era lo que les agradaba a ellos, muchos no hablaban ni siquiera el español, pero solo lo llamativo que es ver una pantalla, ya era demasiado, entonces pues a mí también todo esto es lo que argumento y me lleva a cuestionar, que bueno, hay la transición energética para qué o para quién, y pues ahí se queda, y como muchas más posturas que tengo, donde pues ya entró a pensar en cosas y teorías de conspiración, versiones de la Sanu, de lo que es la industria, cómo se ve también la economía en países del primer mundo, y de esas necesidades básicas más que satisfechas que hay, mientras en Colombia la mayoría de personas luchan por sobrevivir, y pues todas esas cuestiones, pienso que hacen parte de una invitación de muchas cosas, dentro de ello, pues puntualmente lo que estamos hablando, a tener una conciencia inicial, al menos en los países del tercer mundo, como Colombia, en donde vivimos, a cuidar por lo menos nuestro territorio, a luchar por esas bellezas que nosotros tenemos, a luchar por el agua, esos paisajes, la naturaleza y preservarlo, yo tuve una experiencia que me llamó mucho la atención, en este año fui a un lugar en Villagarrzón, Futumayo, que se llama el rincón del Vides, y en ese lugar tuvimos, bueno, de Villagarrzón, hay que ir como unas, unos, que yo pienso que son unos 60 kilómetros más allá, que como la vida es súper pésima, en una moto todoterreno que es buena, nos demoramos dos horas casi, y luego caminar una hora y media más, y llegar a un lugar muy bello, un río muy lindo, unos colores hermosos, unos pozos grandes, con buenas corrientes y caudales, y apenas llegué a ese lugar, mi sentimiento fue de tristeza y nostalgia, más que de alegría de esa belleza, porque recuerdo que cuando yo era niño, en Mocoa, no había que desplazarse más de 10 minutos en moto, más que caminar unos 5 o 10 minutos, y me llevó a esa reflexión de cómo los ríos en Mocoa se han disminuido tanto su caudal, como la extracción de tierra y de piedras para construcciones han dañado tanto el cauce de los ríos, que hoy en día son ríos pequeños, las aguas se notan que ya no son tan limpias como antes, de hecho se ve la contaminación, y pues lo que pensé es, cada vez vamos a tener que llegar más lejos, para encontrar una fuente de agua que sea más limpia, y pues partiendo de que el agua es un elemento muy importante para la vida, y no solo el agua, es prácticamente un ecosistema que requiere de que los árboles se protejan, de que hay leyes, no tengo muy presente los datos, pero entiendo que es como que 10 o 30 metros alrededor de una nivel de oliva, hay leyes en Colombia que protegen esta naturaleza, pero en la práctica se cumplen poco y nada, entonces, pues pienso que son como unos obstáculos ambientales, sociales, y del territorio para la cuestión de la transición energética, y si, pues hablar de la transición energética es muy bonito, de los beneficios y de cuando todo es implementado en el mundo, pero pues para mí eso es Futurama, eso es una realidad que muy probablemente no vivamos, y que podría realizarse, si se invierte en tecnología para evitar la contaminación del aire, mejorar la calidad del agua, los

desechos de estas empresas que van a extraer todos estos minerales o cosas que haya petróleo, podría ser súper bueno también para desarrollar la economía local, pero puede ser lo que hemos visto en nuestro país, yo me atrevo a decir que muy probablemente eso no suceda. Gracias Sebastián, te quería preguntar específicamente sobre el caso de Libellio, si quisieras contarme algo más, si de pronto ellos en algún momento han tenido contacto con comunidades indígenas, y cómo es el tipo de contacto, cuál es la estrategia de la multinacional si de pronto las conoces. Pues te cuento lo que me han encontrado amigos cercanos en quienes yo confío, entonces puntualmente Libero Cobre, y esta es una estrategia que usan las multinacionales, dicen mis amigos, pues también se valen de estas personas, de los indígenas, de los mayores, de los sabedores, porque no es desconocido el tema de lo que es la energía, el yagé, la brujería y la luz, y en este tema de lo que son momentos energéticos, amigos, de amigos muy cercanos que han estado en esas reuniones, que conocen de medicinas, que toman yagé, pues dicen que en esas reuniones a veces quieren hablar y Libero Cobre tiene a sus taitas, a quienes ha contratado, a quienes les paga, que los acompañen en todas sus reuniones, que andan con sus omerios, que andan con sus trajes, y que están siempre con la directiva de ellos, y que en estas reuniones, cuando a veces se quiere hablar algo, es extraño, que es algo energético, que no se puede, o sea, que es como que te sientes mal, que no te sale la voz, que se te nublan los pensamientos, y pues a raíz de esto, estos amigos, pues andan con mambe y ambil también para facilitar lo que es para labrar en estos espacios, pero sienten que sí es como muy denso ese tema, también aparte del hecho de contratar taitas, también como pues empiezan a destruir el tejido social de las comunidades con el dinero, con el dinero con el que contratan a estos taitas, pues porque seguramente no son pequeñas las cantidades que les obrecen, y pues así empiezan a haber conflictos internos, y el destruir el tejido social también es una forma de la multinacional de adentrarse cada vez más y más en el territorio. Puntualmente a mí me contrataron para un espacio, bueno, me subcontrataron porque un amigo me dijo que quería una actividad terapéutica para unas personas y terminó siendo Libero Cobra en un espacio de sanación, y en ese espacio de sanación compartí bastante con un indígena que trabajaba para Libero Cobra, y esta persona era como un enlace étnico, y pues contaba que le pagaban alrededor de 70 millones por contrato, que eran como cada seis meses o cada ocho meses, que es bastante para alguien que probablemente no tenga un pregrado, y él lo que se encargaba de eso, como hacer esa transición entre acercarse a nuevas comunidades y el discurso que él me planteaba a mí era como que no, la transición energética, que el cobre es algo bueno, que es el futuro, que esto que lo otro, y la conciencia que él tenía, yo pienso que lo decía de verdad, que pues habla de todas las cosas buenas, que es lo que plantea Libero Cobra cuando habla de por qué hacer

minería, pero yo pienso que las cosas buenas, que las cosas dañinas y destructivas de esta minería superan con mucho a las ventajas que supone que se tendrán, entonces respecto a Libero Cobra, eso es lo que te podría contar. Me puedes contar, gracias Sebastián, sobre esa narrativa, o sea que tú me cuentas qué vinculan el concepto de transición energética con el cobre, cómo es la narrativa que ellos dicen, o sea cómo lo vinculan. Pues, bueno ahí te cuento lo que él me dijo, que él me decía como que el cobre es un mineral que tiene muchas bondades por sus características y que gracias a esto favorece lo que es la energía eléctrica y otras fuentes de energía renovable para evitar el consumo de lo que es el petróleo y los combustibles fósiles. Entonces él me decía igual, me lo decía en palabras similares a estas, como también el petróleo es necesario y lo que contamina es algo que ayuda mucho a sostener nuestro sistema de vida, pero si hacemos una transición energética minerales como el cobre, toda esa contaminación va a disminuir, va a generar un mayor impacto en el medio ambiente y va a ser más sostenible porque va a ser más económico y va a producir energía. Esa es lo que él me decía. — Qué interesante eso, porque como las multinacionales se pegan de narrativas sobre transición energética justa, que ese es el tema, o sea no solamente transición energética, para poder avanzar en términos de su política multinacional corporativa y como lo vinculan a conceptos de justo y de transición energética y genera como una cortina de humo. Y como quienes se oponen a Libero Cobra están oponiéndose al desarrollo, impidiendo que Mocoa y el Putumayo tenga tecnología y haya una apertura económica que deja de ser de cierta manera de ser egoístas con los habitantes del territorio. O sea que se niegan al desarrollo del territorio.

Y la empresa misma plantea temas como qué van a llevar inversión, o solamente hablan del proceso extractivo o hablan de otros aportes. Pues mira, si quieres saber más de eso te puedo contactar con mi pareja, que ella es activista y ya no me metía en el tema, es socióloga, te pueden dar los más específicos. Pero en este espacio en el que me contrataron a mí para hacer una actividad terapéutica de sanación, sé que venía una universidad de Antioquía y estaban haciendo estudios como para el medio ambiente y al otro día estaban en el ITP, que es como la universidad del Putumayo, y haciendo actividades acerca de que Libero Cobra Oinancia estudios para el medio ambiente y da recursos y pienso que esta es una manera de que ellos se autovalidan, Oinancian investigaciones para universidades y las Oinancian ellos, ni les importa lo que sea, sea del medio ambiente lo que sea, cualquier estudio va a dar resultados y como los Oinancieros de Libero Cobra empiezan a entrar por todos los lados que puedan hasta que puedan tener libertad para explotar. ¿Y sabes, hace cuánto están en el territorio intentando entrar? Pues la verdad no sé, son como tres o cuatro años, pero lo que me ha dicho mi pareja es que esta empresa ya venía desde hace muchos años

antes bajo el nombre de otras empresas, que simplemente cambian esa Oigura legal cada vez que la barrera es muy grande para continuar con su proceso y su interés. ¿Y ellos no han empezado a explotar o sí? Todavía no. No, no han empezado a explotar, pero han hecho... Están en ambientación. Sí, es que es un tema, un vacío legal que es como que pueden hacer labores de exploración, lo cual no es ilegal en Colombia, para lo cual no necesitas permisos, y en estas labores de exploración igual tienen un impacto grande sobre el medio ambiente. Hubo un paro en Mocoa en el cual la comunidad de la vereda Pueblo Viejo taponó la vía para que no pudieran llevar carros y trabajadores y nada para hacer sus labores de exploración, que de cierta manera son pequeñas explotaciones, y lo que cuentan las personas que estaban ahí es que pues nada, si no pueden entrar por tierra, entran por aire, iban en helicóptero, seguir con sus actividades y en su interés, porque pues ya es como que se ha demostrado que esa es la mina de cobre más grande de Colombia y de las más grandes de América. Y pues ya imagínate el dinero que hay de por medio, cuando los tingos amenaces en este mundo, cuando hay dinero, hay un interés que pasa por encima de todo. Tú me comentabas algo que de pronto no lo he notado bien, que está como en el pie de monte, o sea que es como el ingreso, ese punto es como el ingreso a la Amazonía, me decías. Sí, Mocoa, yo amo Mocoa, y eso me ha motivado a meterle más en esta lucha en contra del Ibero Cobra, porque Mocoa es el pie de monte de la cordillera oriental, es donde pues en la cordillera de los Andes, yo pienso que es la oriental la que cruza todo el Putumayo, nacen todos y si no todos la mayoría de los ríos que terminan desembocando en la Amazonía, el Río Guamués que nace en la Coche, el Río Putumayo que nace en San Francisco, y todo eso es una abundancia de agua, y claro, pues si llegan a explotar todo esto, pues adiós esos paraísos, y yo pienso, no, adiós también todas las fuentes hídricas de lo que es la Amazonía colombiana, y pues así mismo sin agua no hay vida. Gracias. Gracias, Sebastián, te quería ahora preguntar sobre temas de seguridad, o sea, ¿qué crees que está pasando actualmente y cómo lo ves para defensores de derechos humanos, defensores ambientales, y bueno, para quienes quisieran cómo abanderar el tema de la defensa del territorio para la no explotación de minerales críticos, quizás así como los llaman, los minerales críticos o minerales estratégicos para la transición? Pues, yo sé que es compleja la situación de seguridad, mi pareja se llama Diana, Diana me ha contado que varias amigas de ella tienen esquema de seguridad por hablar de, no solo de lo que es transición energética, sino hablar también de lo que es paz y bienestar en el territorio, y como pues en el Putumayo es un entorno que propicia la presencia de grupos armados ilegales, pues todo esto está afectando, pues está muy relacionado, tanto con la cuestión política, con la cuestión de estas multinacionales, y aunque en Mocoa no se siente mucho el tema de inseguridad, yo pienso que para alguien que muestra su cara y que con fervor se

oponga a cualquier situación que no sea del agrado para personas que tengan poder, fácilmente lo amenaza. Y de Mocoa para abajo, en la quesadilla garzón y el resto de municipios, sí es mucho peor la situación, y así hay que tener cuidado para hablar de esto, de lo otro, para hablar de situaciones de paz, a veces las organizaciones ni siquiera pueden ir a hablar de paz a comunidades indígenas o a territorios, sino que lo enmascaran a través de lo que es educación, de lo que es medio ambiente, y en medio de esos talleres pues van dejando una sensación de lo que es la paz, porque no es de interés para estos grupos armados que haya una apertura de que todo el mundo pueda llegar, porque están relacionados, yo creo que todo el mundo lo sabe, con la cuestión del narcotráfico, que es de dónde se financia, y por eso también están metidos en el mundo político, se apoyan de multinacionales y al final un círculo vicioso.

— Gracias. Te quería preguntar, Sebastián, ahora que tú me cuentas que tienes como esta conexión tan profunda con todo el tema de la medicina, y que conoces y has aprendido también de sabedores, de mayores, ¿cómo relacionas el tema de extracción? ¿Cómo pensándote en que llegarán a extraer minerales y otras cosas también pensando en el tema de extractivismo desde la medicina? ¿Cómo se podría vincular estas dos situaciones? ¿La extracción de minerales que seguramente abrirá las puertas del territorio para extraer saberes y para también romper tejidos y saberes que han estado por siempre? Pues esta situación a nivel simbólico, el extractivismo, es algo como, yo lo siento como muy relacionado a la remuneración económica, y si lo ponemos como algo simbólico, es algo que se viene dando, también por parte de muchas personas europeas o estadounidenses, extraer saberes, extraer medicinas, y puedes apropiarse de esos conocimientos para realizar todo lo que es el mínimo healing, lo que son retiros de sanación, a unos precios exorbitantes a comparación de lo que están en Colombia, y eso es una parte, ya mi misión personal respecto a ello, en cuanto a saberes, no lo critico mucho, pienso que al final son medicinas, son cosas que ayudan a las demás personas, y pues que si pueden ayudarle a otras personas en otros lugares del mundo está súper, pero pienso que por una cuestión ética o tal vez moral, estas personas deberían remunerar algo, a las comunidades de donde sacan sus fuentes de trabajo, donde compran sus medicinas, donde llevan todo lo que es el viaje, el campo, el bufo, para que las comunidades indígenas vivan en mejores condiciones, entonces ese es el tema por ahí.

Gracias Sebastián. Bueno, yo creo que ya para ir cerrando, quisiera como que me mencionaras, cuando tú identifiques en el territorio quienes podrían ser aliados y quienes definitivamente no son aliados de un proceso justo en materia de transición, en quién piensas. Yo pienso en organizaciones que se dedican a temas, pues no sé, en

mi forma de ver el mundo, a temas de amor, yo conozco una organización que son las tejedoras de vida, es una organización de mujeres que apoyan mucho lo que es toda esta cuestión de la sororidad, y pienso que como ellas otras organizaciones, no sé si están vinculadas en el tema del olímpico, no con el territorio, pero pienso que hay muchas organizaciones, muchos amigos, estoy apenas entrando en el tema, que de verdad luchan por el territorio, con esa convicción. Veo también que los jóvenes, sean personas de mi generación, de 25 a 35 años, también se ha sembrado mucha conciencia y viene moviéndose internamente una cuestión de no vivir por el dinero, sino vivir por una vida, vivir por una convicción, y en ese orden de ideas, pues es que otras personas, así como yo, nos adentramos en estas luchas sociales, aunque no me gustaría llamarlo lucha, sino una palabra en este tejido social, en aprender a relacionarnos, en tomar una conciencia social, y bueno, pues no te doy nombres puntuales porque no los conozco, pero puedo preguntar y te los doy. Igual si te entrevistas con Diana, ella seguro que te da datos específicos de todo. Ah, super, pues si me puedes regalar su contacto, para mí sería maravilloso. Sí, te lo envío de una vez. Ok, listo. Yo le escribo para ver si nos podemos reunir. Sí. Y bueno, no sé, sí, para Oinalizar, ¿quisieras mencionar algo sobre el mundo del trabajo, sobre cómo es el tema, digamos, laboral en estas empresas energéticas, si de pronto lo conoces, o si más bien quisieras cómo dejar un mensaje Oinal de la entrevista? No, pues de temas energéticos y empresas desconozco. Mi mensaje sería una invitación para todas las personas que habitamos esta tierra, que seamos cada vez más conscientes y cuidemos este paraíso que Dios nos ha dejado, este paraíso lleno de prosperidad para que lo disfrutemos, para que compartamos. Una invitación a que siempre que podamos hacer el bien y tengamos esa posibilidad, hagamos el bien, ayudemos a quien lo necesite y también nos demos nuestros espacios para reflexionar, para, aunque a veces con la dinámica que lleven muchas personas, nos sintamos agobiados por los que hacer, es por el trabajo y sentimos que no tenemos tiempo, recordemos de que al final la vida es nuestra, de que este es un momento en el que nosotros tenemos, que nosotros tenemos la oportunidad de existir en este tiempo, en esta era, y que más allá de todo yo soy quien decide qué hago con mi tiempo. Entonces dejar unos espacios para reflexionar, así sea, unos minutos en la semana, dejar unos espacios para hacer cosas que a mí me gustan. Y en mi experiencia personal de hacer estas cosas, de darme espacio a mí, de permitirme vivir, es que han ido naciendo desde mi espíritu esas inquietudes de hoy en día ser algo que antes jamás me planteé, como entrar en luchas sociales por el medio ambiente, por cosas en las que creo, por cosas en las cuales yo, a mí me parece que es importante aportar un granito de arena por un bienestar que si todos nos unimos podemos puntualmente en esta situación con Divero Cobre evitar que se desarrolle la destrucción del territorio. Entonces sería esa invitación. Para mí es la

labor a la que me dedico en mis consultas, en mis terapias, y de una manera es mi forma espiritual de ver el amor, el amor como una vibración, el amor que nos enseña, nos lee y nos une, ese amor que está dentro de todos nosotros y que simplemente cuando nos disponemos a escucharlo en el silencio de lo externo nos guía y nos enseña hacia dónde dirigirnos. Gracias, gracias Sebastián, súper lindo, súper inspirador, como tu proceso de entendimiento y la relación con el medio ambiente y también con los otros y otras que habitamos en la Tierra. Voy a parar de grabar en este momento. Vale.

Transcripción - WhatsApp Audio

2025-09-08 at 1.42.10 PM

Y bueno, y decirte también que el propósito del documento que se está elaborando, que obviamente después va a llegar a tus manos, o sea, para retroalimentación y lo que, digamos, que quieran revisar, va a ser un documento que es insumo para la mirada sindical, específicamente en el Amazonas para la COP que viene en noviembre para la COP 30, que sabes, va a ser en Belén y en Pará, en Brasil, entonces, pues se espera tener como un documento insumo desde la mirada sindical, específicamente en la Amazonía, este estudio es muy territorial, pero bueno, a mí me interesa también entender, digamos, que este contexto a nivel nacional que puedes tener tú, obviamente, como líder nacional y pues si tienes aportes específicos frente a la Amazonía, pues son súper, súper bienvenidos. Entonces voy a proceder a grabar la entrevista. Yo voy a estar también tomando notas de tus apreciaciones y entonces vamos a empezar. Bueno, entonces si te puedes presentar, por favor. Vale, mi nombre es Wilson López, yo soy el presidente de Sintra el Ecol Nacional, es un sindicato de más de 10.000 trabajadores que en Colombia hace presencia en los procesos de generación, transmisión, distribución y comercialización de energía. Bueno, muchas gracias, Wilson, nuevamente por tu tiempo y bueno, para empezar, quisiéramos saber si desde la organización que tú representas han empezado o han avanzado también en términos de construir y definir una definición o tener claridad de esos conceptos sobre qué es justo en términos de transición, que no sea solamente una transición energética. Nosotros consideramos que lo justo sería, pues como primera medida, intentar incidir en el ambiente y que efectivamente estamos totalmente de acuerdo con que es una manera para mitigar la emisión de carbono, que eso vaya en línea con dos aspectos importantes. El primero es el empleo, que creemos que la transición de energía definitivamente, a diferencia de otros sectores, es una oportunidad resiliente para mejorar empleo, para darle una categoría de mayor tecnología y de mayor número. Y también, pues, que consideramos que tiene que estar alineado justamente con la demanda de energía del país. Si lográramos encontrar esa fórmula adecuada, pues efectivamente estaríamos dándole esa categoría de justo a la transición. Gracias, Wilson. Entonces, entiendo. Identifican dos puntos específicamente. Gracias, Wilson. Entonces, escuchándote, identifico que por parte de Sintra y Lecol tienen un enfoque súper importante en materia de empleo, pero también frente a responder a las necesidades energéticas del país en cuanto a demanda, ¿cierto? Para pensarlos en justicia de la transición. Yo quería preguntarte desde la organización que tú representas, desde tu liderazgo, desde lo que conoces el país, ¿cuáles crees que son

esos principales desafíos y problemas a nivel económico, social y político que representa el sector energético? ¿Qué desafíos ves en términos, digamos, de petróleo, electricidad, gas, carbono? Absolutamente. Yo considero que, como te dije anteriormente, que es una oportunidad en mi sector, en mi sector es una oportunidad de manera, creo que es una oportunidad de transformación de la industria eléctrica. Primero. Dos, a mí me parece que en cuanto a lo económico creo que no hay hoy, por más esfuerzos que ha hecho este gobierno, pero no hay una manera sostenida para hacer la transición, porque se requiere cerca de 6.000 megavatios inicialmente, que serían los que habría que hacer la transición del gas y del carbono a la energía. Pero adicionalmente habría que tener en cuenta cerca de 4.000 megavatios que corresponden a una energía que hoy la reportan como una energía que está disponible, que la energía hidráulica, la de los embalses, pero que no lo hay porque los embalses tienen una colmatación, los embalses tienen una gran sedimentación. Pero adicionalmente que si vamos en línea con lo que el gobierno está proponiendo para que esto no sea un hecho aislado, si nosotros le apostamos a la paz total y le apostamos a todo lo que ha venido haciendo el gobierno de inversiones en las zonas más marginadas, esto va a demandar un crecimiento de energía diferente al que actualmente tiene, que es entre el 4 y el 5%.

Estaríamos hablando que se dispararía el consumo de energía porque se requiere de alguna manera llegar a territorios donde unos incluso no tienen energía, aún no están conectados al sistema de conexión nacional, pero adicionalmente porque lo que soñamos es hacer una revolución en marcha, como ha dicho el presidente, en esos territorios donde por décadas han estado excluidos por el tema de la mirada de esa Colombia profunda, esa mirada tan ausente, pero además que si somos coherentes en términos de paz total, pues serían territorios que tienen que pasar de una discusión de guerra a una discusión de paz.

Entonces, lo que quiero decirte con esto es que se requiere un buen componente de energía y difícilmente se va a poder lograr como lo está planteando el gobierno. Es necesario hacer una transición, hacer unos cierres de mil de plantas, no cierres de plantas térmicas, pero que esos cierres sean a largo plazo, no a mediano ni corto plazo, y que permitamos hacer una transición a lo colombiano, que es hacer una transición con gas y luego empezar a desmontar las mismas con gas para intentar hacer una transición con geotermia, con solares, pero creo yo que la gran dificultad están los recursos. Entonces podemos perder una gran oportunidad que haya soberanía energética y que sea el gobierno el que lleva a cabo esa transición y pues dejar solamente en manos de privados ese componente de energía renovable que debería hacerlo el gobierno y que debería tenerlo como agenda principal del gobierno. Gracias, acá mencionas algo demasiado interesante sobre el tema de lo público en todo este

proceso. ¿Cómo lo ves? O sea, ¿cómo ves el rol público en el proceso de la transición para que se ajuste? Total, yo creo que hay que ajustar algunas cosas. Primero, pues tenemos, el gobierno viene siendo unos esfuerzos aislados con municipios energéticos y con comunidades energéticas, pero creo que tiene que ser como más estructural, menos artesanal y más estructural, primero. Segundo, yo tengo la ilusión como líder del sector que estamos en una oportunidad inmensa para poder recuperar el servicio de energía de manera pública, pero eso se tiene que hacer no de manera violenta, no quitándole los activos a las empresas privadas, a Enel, a Celsea, a esas empresas, a esos jugadores privados, sino lo que el Estado tiene que hacer es participar de mejor manera en toda esa oferta y en esa demanda de energía que va a existir. Entonces, qué sé yo, si hoy tenemos una cantidad de plantas térmicas aisladas que están a punto de morir, lo que tenemos es que revivirlas, llevando a cabo aquí la transición, recuperándolas a cargo del Estado e intentando ser ambiciosos y retadores y volver a tener una empresa de cerca de 3.000 megavatios, que sería como la ISA-G, que la tenemos ahí, ahí está, pero que desafortunadamente esa base de carbón especialmente, y que esa la podríamos transformar con renovables, pero esa sería como la empresa de punto de partida para volver a soñar con tener la generación a cargo del Estado. Y en cuanto a la distribución de energía, fortalecer las empresas estatales, las electricificadoras que aún son de la nación, recuperar y asumir la propiedad accionaria de las empresas departamentales, y qué es donde allí se puede llevar a cabo lo que tiene que ver con la generación de energías renovables. Entonces tenemos una inmensa oportunidad, creemos que es un problema, pero lo podemos convertir en una gran oportunidad de manera resiliente para volver a tener el sector, para realizar la transición de energía con lo que hoy tenemos en cada planta térmica, convertirla de térmica a geotérmica o solares, o hidrógeno verde. Entonces tenemos como una gran apuesta de eso. La gran dificultad que tiene el gobierno obviamente, pues es que es un país endeudado y que efectivamente no tenemos los fondos para poder hacer eso, a diferencia, como lo hizo Europa, que contaron con cerca de 50.000 millones de euros para hacer la transición. Entonces yo creo que es una gran oportunidad en medida que se aclare el panorama de la voluntad política del gobierno y que se pueda unir de manera más ambiciosa esta transición y tener los recursos que son importantes para hacer. Gracias, Wilson. Yo te quería preguntarle en términos laborales, ¿cómo lo es? O sea, ¿qué viene, qué impacto se ha identificado frente a las diferentes políticas que se han implementado? No sé si en este gobierno, si de pronto lo quisieras encerrar, si fue en este gobierno o en gobiernos también, pasados en términos de empleo, o sea, en términos de de pronto de pérdidas de empleo o en términos de de aumento de la tercerización o intermediación laboral ilegal. Entonces sí, quiero que de pronto... No, en este gobierno, total respeto, total tolerancia, ese gobierno ha sido garantista, nos ha

abierto las puertas especialmente del Ministerio de Minas y Energía. Creo que el ministro de Minas y Energía, por su condición de ex trabajador sindicalista, nos ha abierto unas puertas enormes, grandes, y no nos perdió ningún empleo, pero eso no significa que nos relajemos, todo lo contrario, que precisamente vamos a presentar un pliego único nacional para poder hacer una conversación de un acuerdo marco sectorial con todos los actores, con el gobierno, con empresarios, con los representantes de los empresarios que son los gremios de la energía y con los sindicatos. Yo creo, mi opinión muy personal, es que es una gran oportunidad, todo lo contrario, de hacer una reconversión laboral en términos de las competencias laborales, reinventarlo laboralmente, tenemos que hacer un capítulo de formación tremendamente grande, yo creo que es una gran oportunidad para que en términos de género haya una participación demasiado importante de la mujer, en el sentido de que las empresas, los sindicatos y el gobierno comuniquen, visibilicen y apoyen, fomenten la posibilidad de que las mujeres participen en el sector, las necesitamos, y creo que aquí tienen una gran oportunidad, porque hoy el mundo cambió de un trabajo técnico a un trabajo mucho más específico a propósito de la IA, a propósito de la industria digital 4.0, a propósito de la medición inteligente, de una cantidad de temas de tecnología que están en el orden del día, y que desde mi punto de vista, si lográramos una conversación para una formación, para mí es una oportunidad y para mí es la posibilidad de crecer en términos de empleo, los únicos que van a ser empleos que se van a tener que transformar a empleos mucho más técnicos, mucho más avanzados, creo que es una gran oportunidad porque lo que sí es seguro, lo primero es el sueño, es la hipótesis, lo ideal, pero lo segundo sí es que el país va a aumentar por la IA, como todo el mundo, el consumo de energía necesariamente, aquí sí o sí va a haber movilidad eléctrica, tiene que avanzar una movilidad eléctrica, y eso demanda energía eléctrica, y esa energía eléctrica demanda diferentes formas de generación de energía que lo que son es una oportunidad de empleo. ¿Me puedes contar un poquito más sobre el empleo? ¿Tienen alguna cláusula sobre temas de transición en empleo o temas de reconversión laboral? Nosotros somos un sindicato de industria, como somos un sindicato de industria, esto no es un invento nuevo ni tampoco algo innovador, eso ocurre especialmente en Europa, en España, es simplemente hacer una discusión, una conversación en torno a temas absolutamente importantes del sector, entonces nosotros lo que vamos es a presentar un pliego para que junto con los gremios y obviamente con el gobierno de manera tripartita, y el gobierno porque el Ministerio de Hacienda es dueño de una, todavía es dueño afortunadamente, una buena cantidad de activos en generación y en distribución de energía, e inclusive en transmisión de energía por medio de EISA, nosotros podamos de alguna forma hablar de temas que son trascendentales y que hoy todo el mundo está discutiendo de manera maga, a

través de los sindicatos de industria y a través de estos inventos que son los acuerdos marco sectoriales, hablar de transición de energía, hablar de cómo nos va a impactar la IA, hablar de género, como te decía, realmente hay la oportunidad para una gran demanda de empleos en términos de mujer y en términos de condiciones de mujer, para hablar de formación, creo que hay que hacer una revolución en materia de formación, no nos podemos quedar con los mismos conocimientos mecánicos y eléctricos y tenemos que tener unos conocimientos más específicos, vamos a tener que hablar de que si este sector continúa con una rentabilidad egoísta de manera empresarial o pasamos a una rentabilidad por sector, nos interesa que todo el sector esté bien, que el sector tenga una salud financiera o nos interesa simplemente que dos o tres empresas sean las que estén bien y eso es sano para la industria eléctrica o no es sano, hablar de la salud y la seguridad del mundo del trabajo, hablar de la tercerización, continuamos con esos niveles de tercerización tan fuertes o intentamos a propósito de esa nueva industria que se nos avecina, incorporar trabajadores de manera directa, especialmente en áreas misionales, eso es básicamente lo que soñamos que discutamos en un gran acuerdo marco sectorial. Maravilloso, espectacular poder lograr ese acuerdo, también en términos de unidad, que sería maravilloso, y cuando crees que iniciarán negociaciones o como va a ser el proceso? No, estamos en toda la etapa, ya tenemos construido el pliego, ahora nos quedan unos retos y es hacerlo de manera incluyente, quiere decir lograr invitar a todas las organizaciones sindicales, a los demás sindicatos de la industria, el 27 lo vamos a hacer, vamos a llamarlos a todos, los sindicatos, luego intentar hacer unas mesas de trabajo con empresarios, lograr unirlos con Acolge, con Andesco e intentar sobre todo una discusión tan polarizada, yo creo que esto me va a costar un poco, pero yo lo que quiero es despolitizar esta discusión. Nosotros ya tenemos una agenda política válida que además la está discutiendo el gobierno, entonces nosotros como trabajadores para qué nos metemos a seguir aportando una discusión que tiene que ser competencia del gobierno, porque al fin y al cabo, con el sueño obviamente como sindicato, nosotros soñamos que este proyecto político perdure, que ojalá perdure en el tiempo, pero nosotros somos conscientes que el gobierno pasa y el sector queda y la industria queda y que van a quedar muy probablemente los gremios, entonces lo que queremos es intentar hacer un llamado a una conversación en términos de diálogo social, de concertación, intentar buscar un laboratorio para hablar de manera diferente, sin imposición alguna, pero que podamos sacar adelante temas. Ya después de ahí va a depender, porque no me gustaría en lo personal que nuestro pliego único nacional que tiene que ver con la industria y con esos temas tan maravillosos como los que te acabo de contar, pues no sean reseccionados por los gremios y por los representantes de las empresas, entonces va a depender mucho de eso, pero pues yo aspiro que lo hagamos antes de que

9inalice el gobierno, que ojalá lo hagamos de punto antes, pero todo va a depender de eso, va a depender si lo entendemos las organizaciones sindicales, primero si entendemos y dejamos un poco la mezquindad que solemos tener y el individualismo y logramos pensar de manera colectiva y luego que nosotros resolvamos ese tema, pudiéramos convencer a nosotros que son los sindicatos de los empresarios, que eso es más difícil hoy en día que hasta convencernos nosotros mismos. Hoy lo claro es que tenemos un apoyo decidido de parte del Ministerio de Hacienda, del Ministerio de Trabajo y del Ministerio de Minas, creo que el Ministerio de Minas quiere liderar el proceso y ahora nos toca no ser inferiores a ese desafío que nos está poniendo el gobierno a través del Ministerio. Así es, Winson y lo que mencionas en términos de unidad programática, pues sabemos que es un reto desde la mirada sindical, pero también es una oportunidad única para poder avanzar porque digamos que el dimisionismo de tantas organizaciones sindicales no permite avanzar y pensarse en esa unidad programática que ya se tiene el apoyo del Ministerio de Minas, pues seguramente y bueno, y del gobierno en general, seguramente podrá ser una oportunidad para avanzar en términos de lo que se espera en el pliego y que ojalá que se sumen el resto de organizaciones porque pues es demasiado importante y por eso sí se lograr. Yo te quería preguntar en términos de las termoeléctricas y los posibles cierres de estas termoeléctricas, ¿cómo te piensas el proceso de las termos? ¿Cómo te piensas? ¿Cómo crees que debería ser el proceso frente a los trabajadores? Bueno, primero no es un tema sencillo, no es un tema, yo primero creo que como todo lo que le ha tocado a este gobierno, a mí me parece que este gobierno le ha tocado asumir una serie de cambios, de reformas en todos los sectores, demasiado complejos porque pues simplemente los demás gobiernos no lo hicieron, como los demás gobiernos no lo hicieron, pues a nosotros nos toca hacer. En términos de eso, lo que yo considero es que lo que es la transición en todo el sector de las térmicas recién comienza, yo como lo sueño, no sé si estamos de acuerdo con el gobierno, lo que yo decía, tiene que ser con los trabajadores, tiene que ser con los activos que hoy en día están, con los activos que hoy están ahí a la orden del día, y yo creo que de9initivamente ese tema toca hacer. Mi opinión es que hay que hacerlo a un largo plazo, un escenario de entre 10 y 15 años, para poder proteger el empleo, adicionalmente porque es que esa energía es supremamente fundamental, demasiado fundamental en la necesidad de energía del país, de tal manera que yo considero que se requiere hacer en una fase de más tiempo, hay que hacerlo con gas y a la par, lo que yo soñaría es que lo pudiéramos hacer de manera, que lo pudiéramos hacer de forma tal que hubiera la gran posibilidad de lograr hacer la transición en cada planta, me re9iero con los cargos de con9iabilidad, utilizar los que nunca se han utilizado para lograr entender que es necesario hacer geotermia, hacer solares y hacer hidrógeno verde a la par como se van desmontando

los generadores, eso es básicamente lo que yo estoy. Tú digamos, viéndolo desde la experiencia sindical y con diferentes también sectores del movimiento, o del sector sindical, diferentes miradas que también están en diferentes procesos, el carbón puede ir un poquito más avanzado, el sector eléctrico digamos no tanto y el petróleo de pronto un poco más, ¿qué líneas rojas tú identificas? ¿qué temas tú crees que resultan ser sensibles y qué crees que debería haber como un proceso de entendimiento de que se sentaran y lo pensarán estratégicamente como entre las diferentes organizaciones de diferentes sectores de cara a que se dé el proceso de transición? ¿cuáles crees que son esas líneas rojas, esos temas que hacen ruido en términos desde la mirada de los trabajadores de los diferentes sectores, entre los diferentes sectores? Yo creo que la mirada de los trabajadores es la misma mirada que debería tener el gobierno, primero pues que se requiere el empleo, segundo que se requiere la energía y tercero pues que ahí viene en línea con un compromiso del gobierno que no puede ser a medias, yo entiendo que es un compromiso de descarbonización en el cual este país tiene un compromiso fuerte, me parece que se equivocó mi apreciación, es que sí hay que hacerlo pero también hay que permitir que lo hagan quienes están contaminando porque realmente Colombia, la contaminación de Colombia es un porcentaje demasiado bajo con respecto a los países industrializados pero bueno digamos que coherentemente con lo que prometió el gobierno porque además esto es un tema de coherencia con el programa de gobierno que es la descarbonización independientemente que nosotros aportemos poco a la contaminación mundial por carbono, por emisión de carbono pues entendemos esta situación pero también le pedimos pues al gobierno que es posible hacerlo, está dado todo para hacerlo y lo podemos hacer de manera transitoria y de manera paralela, quiere decir esto que te pongo un ejemplo la térmica de PIPA que es la que tenemos como modelo para la discusión, la térmica de PIPA genera 180 megavatios con tres generadores entonces lo que estamos proponiendo es bueno hagamos la primera fase, la primera fase sería en lugar de tener los generadores normales clásicos pongamos un OSR geotermia, quiere decir que aproveche los vapores de la caldera y quitemos como la emisión primero como la emisión particular de carbono, las partículas que son las que impactan en la comunidad que la comunidad efectivamente se enoja mucho por la emisión de partículas, con eso lo podemos hacer luego a la par en las mismas instalaciones de la planta miremos la posibilidad de construir una alternativa por geotermia que es a través de los vapores emanados de la tierra que es una energía 100% limpia ir a la par construyendo unas unidades de hidrógeno verde que sirven para la movilidad y haríamos de alguna manera un proceso transitorio decidido con cronogramas claros y en una última fase empezar a hacer generación en la caldera de manera mixta, que quiere decir mitad gas y mitad carbón hasta pues en un escenario de 10-15 años

desmontar todas las unidades de carbón pero cuando tengamos una alternativa e inclusive también para los mineros que los mineros puedan participar de una industria donde podríamos hacer un, nos interesaría mucho más que el dueño de la mina nos interesa el carbón que lo podamos capacitar y que haga parte de todo este proyecto de transición y creo que es posible, es un poco soñador, requiere paciencia, tiempo, pero lo que no consideramos es que se vaya a dejar de generar con carbón de un día para otro porque los efectos son muy negativos y entendemos posturas en este tema ambiental pues no pueden haber términos medios, que ese es el lenguaje del presidente, pero él también tiene que entender que la energía se requiere que no hay como hoy suplirla tradicionalmente, que no tenemos otra alternativa de empleo sino nuestro trabajo que generar energía si, de pronto también el pensarse en fondos, que lleguen digamos que acudir las necesidades de trabajadores para estos procesos que quedan cesantes yo creo Catalina que definitivamente, yo estoy absolutamente seguro que nosotros con los recursos que tenemos hay unos recursos muy importantes que yo creo que primero que no nos van a quitar que se llaman cargos por confiabilidad los cargos por confiabilidad son unos recursos muy importantes, pero demasiado importantes como eran los subsidios a los combustibles en el pasado que esperemos, lo podamos dejar atrás, en lugar de estar subsidiando el calor de gasolina para que contaminemos pues en lugar de eso, con ese subsidio, el gobierno pueda hacer lo que está haciendo en Ecopetrol que es construyendo plantas de hidrógeno verde, primero para la necesidad que tienen ellos y después para poder hacer la transición en Colombia de vehículo eléctrico a vehículo gasolina, a vehículo eléctrico y a vehículo por hidrógeno verde nosotros decimos como ya hay unos cargos por confiabilidad en cada una de las técnicas que son muy importantes digamos, en el caso de Permopaípa son cerca de 20 millones de dólares anuales con esos cargos de confiabilidad que gobiernos anteriores y responsables no fueron utilizados para eso para haber hecho la transición, porque esto no es un tema de ahora, sino es un tema de hace 20 años que nos parece increíble que este gobierno le haya tocado lo más difícil porque los otros no lo hicieron con esos cargos de confiabilidad podamos construir la geotermia, podamos construir las plantas de hidrógeno verde no importa que inicialmente se han sucedido porque para eso son los cargos de confiabilidad pero que nos permitan hacer la transición con esos recursos pero lo que te digo, no podemos ni, nuestro imaginario es que no podemos desmontar de un día para otro las plantas de carbón porque no es así, eso no funciona así, digamos que viene una escasez, lo que pasa es que uno aquí la línea delgada que uno cruza es el interés de las entidades ambientalistas, de quienes les importa el planeta que además yo entiendo, porque ahí no hay términos medios, es el planeta lo protege si eso es el discurso del gobierno pero lo que ocurre es que Colombia necesita esa energía en épocas de escasez hidráulica con todo lo que te

comenté al comienzo, en donde crece la demanda, donde soñamos que crezca la demanda coherente con las mismas políticas del gobierno, haciendo que se volcó esa Colombia profunda pues esa Colombia profunda necesita energía para que sea una realidad entonces consideramos que no se puede desmontar de un día para otro Gracias, Wilson te quería preguntar en términos de la Amazonía, de la región amazónica pensando en los diferentes departamentos, ¿cómo ves el proceso de Sintra Lecol? el tema de acceso a la energía, también el tema de transición energética, ¿cómo lo ves en la Amazonía? pensándonos en los diferentes departamentos total, yo creo que eso sí no tiene, yo creo que eso no tiene, ahí sí no tiene ningún tipo de conciliación ahí no tiene ningún tipo de discusión ni disculpas, yo creo que el mayor avance del mundo y pues ojalá se pudiera cambiar contaminación por forestación y es protegerlo yo creo que en eso toca salir a protegerlo, a intentar recuperar tantas hectáreas deforestadas para intentar volverle a dar vida a la Amazonía, eso no hay, ahí no hay ninguna postura nosotros no podemos ir a decir que Leticia requiere entonces una planta térmica en medio de la selva porque no tiene energía, no, Leticia lo que requiere primero es que pare la migración hacia Leticia y hacia todas esas regiones donde hay selva, no tiene ninguna razón de fomentar la migración hacia esos centros urbanos creo que ahí sí no puede haber centros urbanos masificados, tiene que haber unas comunidades intentar ojalá algún día que vuelvan a ser ancestrales o que por lo menos no demanden la población y que todos y todas trabajemos para recuperarla, en eso no, en eso creo que no hay discusión alguna entonces, Leticia ya en lugar de tener una planta de energía de fúosil, Leticia es importantísimo que tenga hierogeno verde, que tenga solares, que tenga biomasa, pero es imposible que la selva alguien siquiera consuma energía con fósiles los barcos, las lachas tienen que tener paneles solares, yo creo que esa es la primera muestra lo impacta mucho, es un tema mas simbólico que otra cosa, es que nuestro río no derramen gasolina para poderse transportar, sino que hoy ya tiene la posibilidad de hacerlo con hierogeno verde independientemente que haya que suciar por eso es que mi planteamiento es que esas plantas que en el pasado eran 100% de carbón migren hacia el hierogeno verde precisamente para empezar a hacer la transformación en términos de movilidad eléctrica, y de movilidad a través de hierogeno esto ya no aguanta mas en quemar combustibles y peores no son las que son tremendamente protegidas y tienen que ser protegidas te quería preguntar en términos de empleo en el sector eléctrico tienes estimados de personas que están en termo eléctricas de cuantas personas tienes de pronto citas sobre eso? en el sector eléctrico nosotros tenemos cerca de 4.000 empleos, en las térmicas ahí donde mas tenemos empleo, por lo que los procesos son complejos y requieren de empleo aspiramos y logramos posicionar a través del acuerdo marco sectorial y a través de la presentación del pliego que se nos escuche para ver como hacemos la transformación

en cada planta, duplicar ese número de empleos pero que sería un empleo de altísima calidad con un componente de género bien importante y tienes estimado de esos 4.000 empleos, aproximadamente 4.000 empleos, cuantas personas se encuentran con intermediación laboral y legal o tercerizados? si, en las térmicas hay aproximadamente el mismo número de tercerizados, cerca de 4.000 tercerizados porque por cada trabajador directo hay un trabajador indirecto haciendo el mantenimiento de esos planes o sea terminaría digamos que un impacto de 8.000 personas más o menos, cierto? si, de 8.000 personas que hoy esas 4.000 personas que le hacen mantenimiento a las plantas y que es tercerizada podría hacer una migración a un empleo directo con esa propuesta que tiene este sindicato de transformar cada planta en un centro de producción de solares un centro de producción de hidrógeno, sería una maravillosa oportunidad porque además son técnicos el único pecado que tienen esos trabajadores que no son directos pero tienen la misma cualificación o quizás igual o más que los directos y ves, te pregunto algo frente a esto de la intermediación laboral, hay trabajadores que desempeñan mismas funciones siendo directos e indirectos o está bien claro como la diferencia entre los trabajadores directos y las funciones que realizan y los indirectos las funciones que realizan? no, lo que te digo, mi apreciación es que tienen un valor en términos de su aporte de mano de obra igual para mi es igual porque lo que te digo, por ejemplo en Termosipa, en Termosipa hay cerca de 100 trabajadores directos y ahí en promedio en promedio porque por temporada sube y baja hay cerca de 100 trabajadores indirectos en promedio pero esos 100 trabajadores indirectos lo que hacen es unos trabajos específicos de mantenimiento se supone de alta calidad de mantenimiento que pues simplemente no lo hacen nuestros trabajadores de pronto digamos que la gran diferencia puede ser, pero pues cada quien mirará porque el cor de una planta térmica es la operación que ellos lo que no hacen son labores de operación, pero hacen labores de mantenimiento de alta calidad.

ECUADOR

Nombre y apellidos: Gabriel García Vega

Organización a la que pertenece: Asociación Nacional de Trabajadores de la Energía y el Petróleo ANTEP

. La transición energética justa

- 1. ¿Cuáles son, a entender de su organización, los principales desafíos y problemas a nivel económico, social y político que presenta el sector energético (petróleo, gas, carbón, electricidad, etc) en su país y en la región amazónica?**

Para ANTEP, los principales desafíos en Ecuador y en la región amazónica son:

- **Económicos:** Alta dependencia fiscal de los ingresos petroleros, falta de inversión pública y el direccionamiento a la inversión privada en energías renovables, y la ausencia de políticas claras para diversificar la matriz energética sin afectar el empleo.
- **Sociales:** Desigual distribución de beneficios de la actividad energética, persistencia de la pobreza en comunidades amazónicas a pesar de décadas de explotación de recursos, y precarización laboral por tercerización disfrazada y contratos temporales.
- **Políticos:** Falta de voluntad para planificar una transición energética de largo plazo, injerencia de intereses privados y extranjeros, y débil fiscalización ambiental.

- 2. Ud. o la organización a la que pertenece, ¿poseen o se afilian a alguna definición de transición justa?**

ANTEP entiende por transición justa un proceso de cambio de la matriz energética que garantice simultáneamente:

- Protección de los derechos laborales.
- Creación de empleo digno en sectores de energía limpia.
- Participación activa de trabajadores y comunidades en la planificación. Por consiguiente, estamos alineados en las definiciones de transición justa.

3. ¿Qué grado de avance tiene en su país la transición justa?

El avance es mínimo. Si bien existen compromisos internacionales y programas piloto, la transición no está siendo planificada con un enfoque integral ni con la participación real de trabajadores y comunidades.

4. ¿Cómo se manifiesta ese avance (o retroceso) en la región amazónica de su país? (acuerdos internacionales, leyes y decretos, programas de política)

En la Amazonía ecuatoriana no existe un despliegue significativo de energías renovables; predomina la explotación petrolera. Los programas y acuerdos aún no se realizan en proyectos concretos que beneficien directamente a la región. Todo esto pese a existir leyes que obligan a entregar un porcentaje de las rentas petroleras a las zonas donde se extrae el petróleo.

5. ¿Puede identificar políticas en favor de la transición justa en su país? ¿Cuáles? En caso afirmativo, ¿estas políticas abarcan la región amazónica?

Existen lineamientos generales en el Plan Nacional de Energía y compromisos derivados del Acuerdo de París, pero no hay políticas específicas con enfoque en transición justa.

6. ¿Existen mecanismos que fomenten el uso de nuevas energías renovables (eólica, fotovoltaica, biomasa)? ¿En qué consisten y qué grado de avance tienen? ¿Cómo los valora su organización?

Sí existen incentivos fiscales y programas de generación distribuida (solar fotovoltaica y biomasa), pero con bajo alcance. ANTEP considera que el avance es insuficiente y que falta un plan masivo de inversión pública.

7. ¿Existen políticas para la reducción de la extracción de petróleo y carbón? ¿Y políticas de mitigación y adaptación? ¿Qué valoraciones realiza su organización al respecto?

Se han planteado políticas como el cierre del ITT, pero no están acompañadas de planes sólidos para la reconversión laboral. ANTEP advierte que sin alternativas económicas claras, estas medidas pueden generar desempleo y conflictos sociales.

8. ¿Cuáles son los riesgos medioambientales del desarrollo de las energías renovables y cómo conciliar la transición energética hacia las energías

renovables con el respeto del patrimonio natural de la región amazónica?

Las grandes hidroeléctricas, eólicas o solares pueden generar afectaciones territoriales si no se planifican correctamente. La conciliación pasa por priorizar proyectos comunitarios y descentralizados, con evaluación de impacto ambiental real.

9. ¿Puede identificar políticas que obstaculicen cambios en el sector energético que contribuyan con mejores cuidados del medio ambiente en su país? ¿Y en la región amazónica?

La excesiva dependencia del presupuesto estatal a los ingresos petroleros y los contratos de concesión a largo plazo con empresas privadas que bloquean el desarrollo de energías limpias.

10. ¿Qué instituciones considera importantes para pensar y llevar adelante estos cambios?

Ministerio de Energía y Minas, Ministerio de Ambiente, universidades públicas, organizaciones de trabajadores, gobiernos locales amazónicos, y organismos internacionales de cooperación técnica.

11. ¿Considera a las empresas energéticas de la región amazónica de su país como potenciales aliados estratégicos? Justifique su respuesta.

Podrían serlo si se comprometen a una transición justa, con planes de empleo digno, inversión en comunidades y respeto ambiental. De lo contrario, se convierten en actores contrarios al interés público.

Organizaciones sociales

1. Desarrolle cuáles son las principales acciones de su organización en búsqueda por una mayor participación de la generación con energías renovables, o por una descarbonización de la matriz energética o por una menor emisión de gases de efecto invernadero.

- Defensa de la soberanía energética y del control público sobre los recursos naturales.

- Propuesta de diversificación de la matriz energética con inversión pública en renovables, priorizando proyectos amazónicos.
- Capacitación y concienciación de trabajadores sobre el cambio climático y las energías limpias.
- Incidencia política para que la transición energética incluya empleo digno, estabilidad laboral y participación social.

2. ¿Tiene su organización algún organismo, comisión y área de trabajo específica para el desarrollo de políticas y acciones en torno a estas problemáticas? (la transición energética)

No. ANTEP no cuenta con una comisión técnica de energía y medio ambiente, que estudie y propone políticas públicas en coordinación con organizaciones nacionales e internacionales.

3. ¿Cuáles son los principales conflictos que ud o su organización identifica en torno a las políticas mencionadas? Y la organización en la que ud participa, ¿ha formado parte de dichos conflictos? ¿Cuál fue su participación?

- Reducción de actividades fósiles sin alternativas laborales claras.
- Privatización encubierta de sectores energéticos bajo el pretexto de transición verde.
- Exclusión de trabajadores y comunidades de la toma de decisiones. ANTEP ha participado en mesas de diálogo, movilizaciones y propuestas técnicas para exigir planes de transición con justicia social.

4. ¿Cuáles son las organizaciones sociales y/o políticas que considera potenciales aliados estratégicos en una perspectiva de transición justa para la región amazónica de su país?

- Confederaciones y federaciones de trabajadores del sector energético.
- Organizaciones indígenas amazónicas.
- Universidades públicas o privadas y centros de investigación.

5. ¿Cuáles son las organizaciones sociales y/o políticas que considera contrarias o potencialmente contrarias a un camino público en la transición justo para la Amazonía?

- Empresas privadas con historial de contaminación y precarización laboral.
- Actores políticos que impulsan la privatización de recursos energéticos.
- Organismos multilaterales que condicionan financiamiento a

reformas regresivas.

6. ¿Qué dificultades identifica en la construcción de alianzas en favor de una transición energética pública en la región?

- Desconfianza histórica entre sectores sindicales, indígenas y ambientalistas.
- Diferencias de enfoque sobre el ritmo y modelo de transición.

Influencia de intereses corporativos que dividen el movimiento social.

7. ¿Qué vías de participación democrática consideran más viables para garantizar una participación real de los trabajadores y otros actores de la sociedad civil en la planificación de los planes y medidas para garantizar una transición justa?

- Mesas de transición energética con representación sindical y comunitaria.
- Consultas previa en la zonas de incidencia de manera vinculantes sobre proyectos energéticos.
- Participación de trabajadores en directorios de empresas públicas del sector.

Mundo del trabajo y conflictos socioambientales

1. ¿Cuáles son los principales problemas de la clase trabajadora en la región amazónica de su país, según su opinión? ¿Difieren en algún sentido los problemas de la clase trabajadora a nivel nacional?

- Precarización y tercerización laboral.
- Falta de capacitación técnica para nuevas tecnologías.
- Riesgos laborales altos y escasa protección social.

A nivel nacional los problemas son similares, pero en la Amazonía se suman el aislamiento geográfico y menor acceso a servicios públicos.

2. ¿Qué desafíos supone un proceso de descarbonización de la matriz energética para trabajadoras y trabajadores de la región amazónica de su país?

- Reconversión laboral masiva.
- Protección de salarios y derechos adquiridos.
- Garantizar empleo en sectores renovables sin trasladar la precariedad

existente.

3. **¿En qué medida la actual matriz energética afecta a las poblaciones de la región amazónica? ¿Cree que una transición energética justa puede mejorar su situación actual? Justifique su respuesta.**

Ha generado dependencia económica del petróleo, impacto ambiental y conflictos sociales. Una transición justa podría diversificar la economía local, reducir contaminación y mejorar calidad de vida, siempre que sea planificada con participación de la población.

4. **¿Ha notado una reducción, transformación o generación de nuevos puestos de trabajo relacionados con el paso a energías limpias o posibles cierres de pozos o minas? ¿Podría dar ejemplos?**

Se observa reducción de empleos directos en petróleo y minería en ciertas zonas, compensada parcialmente por obras de infraestructura renovable, pero con menor estabilidad y salario. (Aquí si no tengo los casos de ejemplo)

5. **Si se desarrolla un proceso de abandono de las fuentes fósiles, ¿cuáles cree que podrían ser las alternativas laborales para los trabajadores actualmente afectados? ¿considera que hay algún diferencial sobre el impacto en trabajadores tercerizados y trabajadores directos?**

- Producción comunitaria de energía renovable.
- Proyectos de reforestación y manejo forestal sostenible.
- Ecoturismo y bioeconomía amazónica.

Los trabajadores tercerizados serían más vulnerables por la falta de estabilidad laboral.

6. **¿Creen que el Estado debe asumir un papel de liderazgo en la transición, incluso con la creación directa de puestos de trabajo?**

ANTEP considera que el Estado debe liderar la transición con inversión pública, planificación estratégica y creación directa de empleos.

7. **¿Ha recibido usted o sus compañeros algún tipo de capacitación o reconversión laboral como parte de este proceso de transición?**

No, en lo personal he recibido este tipo de capacitación, de lo que conozco hasta el momento, la capacitación ha sido mínima y sin cobertura masiva.

ANTEP exige un plan nacional de formación técnica en energías renovables y mantenimiento especializado.

Desafíos específicos

1. **Si tuviera que elegir una región, localidad y/o ciudad específica dentro de la región amazónica donde se concentren los mayores desafíos para la transición justa, ¿cuál sería y por qué?**

La provincia de Orellana, por su alta dependencia del petróleo, impacto ambiental acumulado y vulnerabilidad social. Requiere un plan piloto de transición que combine energía limpia, reactivación económica y empleo digno.

2. **¿Está usted de acuerdo con el resultado de la consulta popular del Yasuní ITT? ¿Por qué sí o por qué no?**

No, no estoy de acuerdo, ya que el cierre de Yasuní fue manipulado por grupos de ecologistas y ambientalistas de otras regiones, los habitantes de las zonas de incidencia claramente se expresaron en que no querían el cierre, sin embargo la campaña mediática provocó que el resto de ecuatorianos decidiera por ellos en contra de su voluntad, este cierre debe ir acompañado de alternativas económicas y laborales para los trabajadores y comunidades afectadas.

3. **¿Cree que el cierre del ITT afecta o afectará a su comunidad a la región amazónica y al país? ¿Por qué sí o por qué no?**

Si, se afectaría y claramente tendrá efectos económicos en la región y el país por la pérdida de ingresos petroleros, falta de fuentes de empleo.

Nombre y apellidos: Edwin Bedoya Ramirez

Organización a la que pertenece: Confederación Ecuatoriana de Organizaciones Clasistas Unitarias de Trabajadores - CEDOCUT

La transición energética justa

1. **¿Cuáles son, a entender de su organización, los principales desafíos y problemas a nivel económico, social y político que presenta el sector energético (petróleo, gas, carbón, electricidad, etc) en su país y en la región amazónica?**

En el tema Petrolero, el petróleo es uno de los insumos que el país requiere para el presupuesto del estado y que sirve para cubrir la inversión en el sector social e infraestructura, durante varios gobiernos ha habido intentos de privatización. Y por ello para eso no le han dado la inversión necesaria para desarrollar la industria petrolera y sus derivados que significaría mayores ingresos para el país en el caso de los derivados del petróleo y el gas que se desperdicia y genera contaminación en el oriente amazónico del país, en el sector eléctrico, también sucede lo mismo, la falta de inversión en las centrales hidroeléctricas y las centrales térmicas, son factores que pueden elevar los costos de producción y por ende elevarían o elevan el costo al usuario de este servicio.

2. **Ud. o la organización a la que pertenece, ¿poseen o se afilian a alguna definición de transición justa?**

La transición justa debe ser una decisión autónoma de los pueblos y no una imposición que genere dependencia, por ello la definición de transición justa se enmarca en que esta debe darse en el marco de una justicia social donde estos servicios sean públicos de calidad y sostenibilidad en materia de derechos y que no sean objeto de privatización

3. **¿Qué grado de avance tiene en su país la transición justa?**

Ninguno, realmente no hay una posición planificada de mediano o largo plazo para este proceso.

4. **¿Cómo se manifiesta ese avance (o retroceso) en la región amazónica de su país? (acuerdos internacionales, leyes y decretos, programas de política)**

La región Amazónica, y de sus poblaciones no han tenido avances en el

desarrollo económico y social pues a pesar de ser la región donde se genera la riqueza del país no han recibido los aportes o recursos para solventar las necesidades de servicios básicos, la economía de las comunidades se desarrolla en su mayor parte, arrimado al desarrollo petrolero, al turismo y la actividad agrícola y pecuaria, pero también en la explotación maderera. No existe un programa que se haya desarrollado para mejorar las condiciones de los ecuatorianos en esta región

**5. ¿Puede identificar políticas en favor de la transición justa en su país?
¿Cuáles? En caso afirmativo, ¿estas políticas abarcan la región amazónica?**

Con esta denominación de transición justa no existen sin embargo hay normativas como por ejemplo: Plan Nacional de Transición hacia la Descarbonización: Su objetivo es reducir emisiones de gases de efecto invernadero en diversos sectores económicos, promoviendo cambios tecnológicos y una visión de largo plazo hasta el 2050. Este plan fue liderado por el Ministerio del Ambiente, Agua y Transición Ecológica, con apoyo del Fondo de Inversión Ambiental Sostenible y cooperación técnica de la Agencia Francesa de Desarrollo (AFD). Galápagos: Se implementó el plan “Evolución Energética”, que apuesta por fuentes renovables como hidrógeno verde y electromovilidad. Este plan incluye participación activa de la población local, enfoque de género y busca ser una transición energética limpia, justa e inclusiva.

Apoyo del BID: “Transición Energética Justa e Inclusiva”

El Banco Interamericano de Desarrollo (BID) lanzó en julio de 2024 un proyecto técnico para apoyar una transición energética ordenada, justa e inclusiva en Ecuador. Entre sus acciones están:

Fortalecer capacidades y generar acuerdos entre actores públicos y privados.
Promover inversiones en energías renovables y desarrollo de microrredes para comunidades rurales e indígenas.
Incluir esquemas con enfoque de género y discapacidad.
Estrategia de Promoción del Empleo Verde

El Ministerio del Trabajo, con apoyo del BID, ha impulsado una estrategia para fomentar empleos verdes. Incluye:

Estudios sobre el mercado laboral verde y formación de un Comité Interministerial.

Programas de capacitación para desarrollar competencias en sectores verdes. Adaptación de plataformas como “Encuentra Empleo” para informar sobre oportunidades en empleos verdes.

Proyectos de cooperación internacional: “Ecuador Verde”

Contexto constitucional y desafíos sociales, la Constitución ecuatoriana de 2008 reconoce los derechos colectivos y ambientales marcando un enfoque hacia un desarrollo comunitario y sostenible.

Sin embargo, estos no han sido socializados o no se conocen y no ha surgido efectos importantes o de trascendencia ya que con estos aspectos, no existe ni siquiera participación de las comunidades que pueden ser afectadas por estos procesos, al igual que los empleos verdes quedan solo en los textos de estas iniciativas.

6. **¿Existen políticas para la reducción de la extracción de petróleo y carbón? ¿Y políticas de mitigación y adaptación? ¿Qué valoraciones realiza su organización al respecto?**

Al respecto, uno de ellos sería el cierre del bloque Yasuni ITT, que generó discusiones políticas y tensiones sociales ya que algunos sectores plantean que se cierre el bloque otros que se mantenga operativo, al respecto y en la situación actual para nosotros en una situación de crisis económica y social con altos índices de desempleo y sin ninguna política del gobierno actual sobre este tema lo vemos incierto en siquiera discutir el tema de transición justa en los actuales momentos.

7. **¿Puede identificar políticas que obstaculicen cambios en el sector energético que contribuyan con mejores cuidados del medio ambiente en su país? ¿Y en la región amazónica?**

Uno solo no existe un plan concreto sobre estos planes y las empresas transnacionales no están dispuestos en el largo plazo al menos reemplazar este tipo de desarrollo atado a los combustibles fosiles, lo otro es el costo social que implica al no tener medidas paleativas, como mejora del empleo reducción de los costos de los servicios básicos (energía, combustibles).

8. ¿Qué instituciones considera importantes para pensar y llevar adelante estos cambios?

Más que las instituciones está situar que la construcción del diálogo y el debate debe iniciarse entre la academia y los sectores sociales y avanzar a los sectores de pequeños y medianos productores, Pymes y mipymes

9. ¿Considera a las empresas energéticas de la región amazónica de su país como potenciales aliados estratégicos? Justifique su respuesta.

Realmente no, primero el Estado y quien gobierna el Estado ve a la producción petrolera una fuente de ingresos importantes, y no van a dejar esta producción hasta ver que otra fuente reemplace o le brinde los recursos que se requieren en las condiciones que la producción petrolera entrega ya sea en materia de recursos económicos y empleo.

Organizaciones sociales

1. Desarrolle cuáles son las principales acciones de su organización en búsqueda por una mayor participación de la generación con energías renovables, o por una descarbonización de la matriz energética o por una menor emisión de gases de efecto invernadero.

Como mencionamos la crisis económica y el modelo económico, de dependencia no brinda garantías para que los debates sobre estos temas puedan encontrar un resultado favorable, que podemos hacerlo si, pero si no se encuentra un justificativo que reemplace lo que tenemos y brinde bienestar no se podría hacer, así que las acciones serían, procesos de sensibilización y de intervención en la medida que los gobiernos permitan la participación en estas discusiones.

2. ¿Tiene su organización algún organismo, comisión y área de trabajo específica para el desarrollo de políticas y acciones en torno a estas

problemáticas? (la transición energética).

La comisión de medio ambiente

3. **¿Cuáles son los principales conflictos que ud o su organización identifica en torno a las políticas mencionadas? Y la organización en la que ud participa, ¿ha formado parte de dichos conflictos? ¿Cuál fue su participación?**

Participamos con acciones contra la privatización y en la consulta del Yasuni ITT.

4. **¿Cuáles son las organizaciones sociales y/o políticas que considera potenciales aliados estratégicos en una perspectiva de transición justa para la región amazónica de su país?**

Las organizaciones ambientales, los sindicatos de la energía y los sectores agrícolas y pecuarios además de los gobiernos locales.

5. **¿Cuáles son las organizaciones sociales y/o políticas que considera contrarias o potencialmente contrarias a un camino público en la transición justo para la Amazonía?**

Los sectores ligados a la agroindustria, petroleras y madereras

6. **¿Qué dificultades identifica en la construcción de alianzas en favor de una transición energética pública en la región?**

Es buscar un modelo que permita este proceso que permita demostrar que con este proceso pueda mejorar las condiciones de vida económica y social de las personas

7. **¿Qué vías de participación democrática consideran más viables para garantizar una participación real de los trabajadores y otros actores de la sociedad civil en la planificación de los planes y medidas para garantizar una transición justa?**

Foros, debates y acciones de un objetivo claro desde los sectores organizados.

Mundo del trabajo y conflictos socioambientales

1. **¿Cuáles son los principales problemas de la clase trabajadora en la región amazónica de su país, según su opinión? ¿Difieren en algún sentido los problemas de la clase trabajadora a nivel nacional?**

Falta de empleo, si difiere por ser un sector donde no se ha desarrollado EL ESTADO .

2. **¿Qué desafíos supone un proceso de descarbonización de la matriz energética para trabajadoras y trabajadores de la región amazónica de su país?**

Es un reto que tiene que llegar en algún momento y debe iniciarse con procesos de socialización y debates

3. **¿En qué medida la actual matriz energética afecta a las poblaciones de la región amazónica? ¿Cree que una transición energética justa puede mejorar su situación actual? Justifique su respuesta.**

Actualmente la crisis es total para las clases sociales de medio para abajo y con una transición energética que no de mejores alternativas de salida a esta crisis social y económica no vamos a encontrar salidas si existe un modelo económico y político atado a la dependencia económica social y política.

4. **¿Ha notado una reducción, transformación o generación de nuevos puestos de trabajo relacionados con el paso a energías limpias o posibles cierres de pozos o minas? ¿Podría dar ejemplos?**

No ninguno

5. **Si se desarrolla un proceso de abandono de las fuentes fósiles,**

¿cuáles cree que podrían ser las alternativas laborales para los trabajadores actualmente afectados? ¿considera que hay algún diferencial sobre el impacto en trabajadores tercerizados y trabajadores directos?

Me parece que el factor de dependencia no arregla la situación económica, puede ser transición a energía limpia o fósil, además del poco desarrollo industrial y la falta de tecnología.

6. ¿Creen que el Estado debe asumir un papel de liderazgo en la transición, incluso con la creación directa de puestos de trabajo?

No de liderazgo, porque los gobiernos están desacreditados, pero si considero que el sector de la iglesias y la academia serian instituciones que gozan de algo de credibilidad

7. ¿Ha recibido usted o sus compañeros algún tipo de capacitación o reconversión laboral como parte de este proceso de transición?

Capacitación si, sobre lo que significa las posibles buenas practicas etc.

Desafíos específicos

1. Si tuviera que elegir una región, localidad y/o ciudad específica dentro de la región amazónica donde se concentren los mayores desafíos para la transición justa, ¿cuál sería y por qué?

Las comunidades aledañas a las hidroeléctricas y petroleras.

2. ¿Está usted de acuerdo con el resultado de la consulta popular del Yasuní ITT? ¿Por qué sí o por qué no?

No porque dejan al país sin una fuente de riqueza que es necesaria para el desarrollo de las inversiones sociales y no hay alternativas que permitan dilucidar una alternativa por lo menos cercana a solucionar el desempleo.

3. **¿Cree que el cierre del ITT afecta o afectará a su comunidad a la región amazónica y al país? ¿Por qué sí o por qué no?**

De hecho, está afectando, todos los negocios que giraban alrededor de esta actividad han cerrado y los servicios que recibían las comunidades en relación a servicios básicos y sociales de ayuda, desaparecieron.

Nombre y apellidos: Junnior Reynaldo Jaramillo Santin

Organización a la que pertenece: Sindicato Nacional de Trabajadores de Petroecuador - SINTEP

La transición energética justa

1. **¿Cuáles son, a entender de su organización, los principales desafíos y problemas a nivel económico, social y político que presenta el sector energético (petróleo, gas, carbón, electricidad, etc) en su país y en la región amazónica?**

A nivel económico los trabajadores obreros somos mal remunerados y no tenemos estabilidad laboral. El Impacto ambiental, la exploración y explotación petrolera han generado deforestación, contaminación del agua y del suelo, y pérdida de biodiversidad en ecosistemas sensibles. Pero es importante la extracción de hidrocarburos con responsabilidad social y ambiental porque es un ingreso importante para todos los ecuatorianos.

2. **Ud. o la organización a la que pertenece, ¿poseen o se afilian a alguna definición de transición justa?**

Tenemos claro que para una transición justa se necesitaría un sistema de izquierda revolucionario.

3. **¿Qué grado de avance tiene en su país la transición justa?**

Un grado bajo de avance a nivel nacional según mi criterio.

4. **¿Cómo se manifiesta ese avance (o retroceso) en la región amazónica de su país?**

Existen algunos acuerdos internacionales como por ejemplo el programa de Kioto, pero en lo personal en la Amazonia no veo reflejado nada sobre la transición energética.

5. **¿Puede identificar políticas en favor de la transición justa en su país? ¿Cuáles? En caso afirmativo, ¿estas políticas abarcan la región amazónica?**

El programa de descarbonización es implementado a nivel nacional pero no veo que abarque para mi región Amazónica.

6. **¿Existen mecanismos que fomenten el uso de nuevas energías renovables (eólica, fotovoltaica, biomasa)? ¿En qué consisten y qué grado de avance tienen? ¿Cómo los valora su organización?**

No conozco esos mecanismos, nosotros como organización necesitamos que mejoren los derechos y las condiciones ambientales de los trabajadores.

7. **¿Existen políticas para la reducción de la extracción de petróleo y carbón? ¿Y políticas de mitigación y adaptación? ¿Qué valoraciones realiza su organización al respecto?**

Nosotros como organización apoyamos a la exploración y explotación de los hidrocarburos siempre y cuando se lo realice con responsabilidad social y ambiental.

8. **¿Cuáles son los riesgos medioambientales del desarrollo de las energías renovables y cómo conciliar la transición energética hacia las energías renovables con el respeto del patrimonio natural de la región amazónica?**

Los riesgos medioambientales serían la degradación continua de los

ecosistemas ya que utilizan muchas hectáreas de terreno para establecer como es el ejemplo de la energía fotovoltaica.

9. **¿Puede identificar políticas que obstaculicen cambios en el sector energético que contribuyan con mejores cuidados del medio ambiente en su país? ¿Y en la región amazónica?**

La descarbonización pero no abarca en la Amazonia.

10. **¿Qué instituciones considera importantes para pensar y llevar adelante estos cambios?**

Las Universidades

11. **¿Considera a las empresas energéticas de la región amazónica de su país como potenciales aliados estratégicos? Justifique su respuesta.**

Sí, pero tendría que hacerse empresas mixtas e ir capacitando a su personal.

Organizaciones sociales

1. **Desarrolle cuáles son las principales acciones de su organización en búsqueda por una mayor participación de la generación con energías renovables, o por una des carbonización de la matriz energética o por una menor emisión de gases de efecto invernadero.**

Todavía no se tiene claro pero lo primero que se necesitaría exigir es mejorar los derechos laborales de los trabajadores.

2. **¿Tiene su organización algún organismo, comisión y área de trabajo específica para el desarrollo de políticas y acciones en torno a estas problemáticas? (la transición energética)**

Siempre se vela por el trabajador.

3. **¿Cuáles son los principales conflictos que ud o su organización identifica en torno a las políticas mencionadas? Y la organización en la que ud participa, ¿ha formado parte de dichos conflictos? ¿Cuál fue su participación?**

No he participado hasta el momento. Pero los posibles conflictos serian que los inversionistas que quieran realizar la transición energética solo velen por sus intereses económicos y no por los ecosistemas o lo más importante los trabajadores.

4. **¿Cuáles son las organizaciones sociales y/o políticas que considera potenciales aliados estratégicos en una perspectiva de transición justa para la región amazónica de su país?**

No puedo recomendar a una organización social. Pero si se realiza la transición energética en Petroecuador nosotros como Sintep podemos representar a los trabajadores y así tomar la mejor decisión para todos.

5. **¿Cuáles son las organizaciones sociales y/o políticas que considera contrarias o potencialmente contrarias a un camino público en la transición justo para la Amazonía?**

El Frente Amazónico lucha por la contaminación que dejo Texaco en las décadas atrás y pueden ser los mismos que se opongan a estos temas.

6. **¿Qué dificultades identifica en la construcción de alianzas en favor de una transición energética pública en la región?**

Que no se llegue a buenos acuerdos en beneficio de todos, Ya que, para el estado, los inversionistas y nosotros los trabajadores necesitamos que sea algo sostenible y sustentable para todos los trabajadores.

7. **¿Qué vías de participación democrática consideran más viables para garantizar una participación real de los trabajadores y otros actores de la sociedad civil en la planificación de los planes y medidas para garantizar una transición justa?**

Que las mesas de reunión siempre estén los representantes de los trabajadores y no solo cuando les conviene.

Mundo del trabajo y conflictos socioambientales

1. ¿Cuáles son los principales problemas de la clase trabajadora en la región amazónica de su país, según su opinión? ¿Difieren en algún sentido los problemas de la clase trabajadora a nivel nacional?

Existen muchas problemáticas para los trabajadores en la Amazonia y a nivel nacional que los empleadores no cumplen como por ejemplo las condiciones ambientales y los sueldos no bien remunerados.

2. ¿Qué desafíos supone un proceso de descarbonización de la matriz energética para trabajadoras y trabajadores de la región amazónica de su país?

El proceso de descarbonización trata de eliminar la contaminación de CO₂ y los gases de efecto invernadero. El desafío sería que no solo se involucre el gobierno si no las empresas públicas y a los trabajadores principalmente.

3. ¿En qué medida la actual matriz energética afecta a las poblaciones de la región amazónica? ¿Cree que una transición energética justa puede mejorar su situación actual? Justifique su respuesta.

Este desafío se agrava por el crecimiento demográfico, el incremento en la demanda de energía y las limitaciones en la infraestructura actual.

4. ¿Ha notado una reducción, transformación o generación de nuevos puestos de trabajo relacionados con el paso a energías limpias o posibles cierres de pozos o minas? ¿Podría dar ejemplos?

De mi parte no tengo conocimiento ni he visto aquí en la Amazonia que

existan empresas de energías limpias y que abra campo laboral.

5. **Si se desarrolla un proceso de abandono de las fuentes fósiles, ¿cuáles cree que podrían ser las alternativas laborales para los trabajadores actualmente afectados? ¿considera que hay algún diferencial sobre el impacto en trabajadores tercerizados y trabajadores directos?**

El petróleo tiene muchos años más para poder seguir explotando. En el caso del terminarse. Una idea es que desde ahora se puede convertir en empresa mixta que no solo venda hidrocarburos si no energías limpias y capacitar al personal en cada área de trabajo.

6. **¿Creen que el Estado debe asumir un papel de liderazgo en la transición, incluso con la creación directa de puestos de trabajo?**

El estado ecuatoriano debe ser parte de la transición energética pero no debe ser el único que debe tener el poder en estos temas.

7. **¿Ha recibido usted o sus compañeros algún tipo de capacitación o reconversión laboral como parte de este proceso de transición? De mi parte todavía no.**

Desafíos específicos

1. **Si tuviera que elegir una región, localidad y/o ciudad específica dentro de la región amazónica donde se concentren los mayores desafíos para la transición justa, ¿cuál sería y por qué?**

En la Amazonia, Provincia de Sucumbíos y Orellana porque aquí está la mayor exploración y producción de hidrocarburos y se lo tiene que hacer parte a las personas de estas provincias en recompensa de los ecosistemas deteriorados.

2. **¿Está usted de acuerdo con el resultado de la consulta popular del Yasuní**

ITT? ¿Por qué sí o por qué no?

Nunca voy a estar de acuerdo con esa consulta que lo que fue es gastar recursos económicos de nosotros los ecuatorianos. No se debía ni hacer la consulta y peor voy a estar de acuerdo con los resultados.

Si se realizaba la consulta debía ser solo en la Provincia de Orellana y Sucumbíos ya que son los únicos involucrados.

El petróleo debemos seguir explotando porque si no es así nosotros como ecuatorianos tendremos menos recursos y eso pagaremos en impuestos.

3. ¿Cree que el cierre del ITT afecta o afectará a su comunidad a la región amazónica y al país? ¿Por qué sí o por qué no?

Si afecta porque son 1200 millones anuales que nos quitan a todos los 18 millones de ecuatorianos. En el área laboral afecta también tanto a los trabajadores públicos, privados y a las comunidades.

Información general

Nombre y apellidos: Ernesto Leopoldo Salagata
Chipantiza

Organización a la que pertenece: Comité de Empresa de Trabajadores Compañía Ecuatoriana del Té

La transición energética justa

- 1. ¿Cuáles son, a entender de su organización, los principales desafíos y problemas a nivel económico, social y político que presenta el sector energético (petróleo, gas, carbón, electricidad, etc) en su país y en la región amazónica?**

Lo que aquí en la amazonía más nos perjudica son los ríos, el agua que se nos contamina bastante.

2. **Ud. o la organización a la que pertenece, ¿poseen o se afilian a alguna definición de transición justa?**

No entiendo qué quiere decir transición justa. No tenemos ninguna definición.

3. **¿Qué grado de avance tiene en su país la transición justa?**

Lamentablemente los pueblos aquí formado, utilizan hidroeléctrica. Los pueblos más alejados ocupan energía solar, algunos tiene un poquito de avance. No hay ningún cambio en el oriente.

4. **¿Cómo se manifiesta ese avance (o retroceso) en la región amazónica de su país?**

Lo que más se ocupe es energía hidroeléctrica en electricidad. Para movilizarse se usa combustible.

5. **¿Puede identificar políticas en favor de la transición justa en su país? ¿Cuáles? En caso afirmativo, ¿estas políticas abarcan la región amazónica?**

No existe.

6. **¿Existen mecanismos que fomenten el uso de nuevas energías renovables (eólica, fotovoltaica, biomasa)? ¿En qué consisten y qué grado de avance tienen? ¿Cómo los valora su organización?**

No existe. Desconocemos bastante eso.

7. **¿Existen políticas para la reducción de la extracción de petróleo y carbón? ¿Y políticas de mitigación y adaptación? ¿Qué valoraciones realiza su organización al respecto?**

No existe.

8. **¿Cuáles son los riesgos medioambientales del desarrollo de las energías renovables y cómo conciliar la transición energética hacia las energías renovables con el respeto del patrimonio natural de la región amazónica?**

Creo que puede haber riesgos porque en la amazonía es una selva y será un poco difícil.

9. **¿Puede identificar políticas que obstaculicen cambios en el sector energético que contribuyan con mejores cuidados del medio ambiente en su país? ¿Y en la región amazónica?**

No puedo identificar.

10. **¿Qué instituciones considera importantes para pensar y llevar adelante estos cambios?**

Las empresas eléctricas, serían quienes deben hacer estudios sobre este tema.

11. **¿Considera a las empresas energéticas de la región amazónica de su país como potenciales aliados estratégicos? Justifique su respuesta.**

Sí, porque en el oriente se puede formar hidroeléctricas pequeñas, por ejemplo nuestra empresa tiene su generación propia en el río. La empresa privada puede hacer esos cambios.

Organizaciones sociales

1. **Desarrolle cuáles son las principales acciones de su organización en búsqueda por una mayor participación de la generación con energías renovables, o por una des carbonización de la matriz energética o por una menor emisión de gases de efecto invernadero.**

No hemos dado nada de eso. Desconocemos bastante del tema.

2. **¿Tiene su organización algún organismo, comisión y área de trabajo específica para el desarrollo de políticas y acciones en torno a estas problemáticas? (la transición energética)**

Puede hacerse, de acuerdo primeramente que venga una persona de nuestra central sindical. Actualmente no tenemos.

3. **¿Cuáles son los principales conflictos que ud o su organización identifica en torno a las políticas mencionadas? Y la organización en la que ud participa, ¿ha formado parte de dichos conflictos? ¿Cuál fue su participación?**

No creo que haya ningún problema. Pero si se deja de producir petróleo sí podría haber problemas, más que todo en el traslado de vehículos. Creo que habría problema económico en la región amazónica.

4. **¿Cuáles son las organizaciones sociales y/o políticas que considera potenciales aliados estratégicos en una perspectiva de transición justa para la región amazónica de su país?**

No podría contestar eso, no encuentro el sentido.

5. **¿Cuáles son las organizaciones sociales y/o políticas que considera contrarias o potencialmente contrarias a un camino público en la transición justo para la Amazonía?**

No podría contestar eso.

6. **¿Qué dificultades identifica en la construcción de alianzas en favor de una transición energética pública en la región?**

El problema es que no conocemos sobre esta situación.

7. **¿Qué vías de participación democrática consideran más viables para garantizar una participación real de los trabajadores y otros actores de la sociedad civil en la planificación de los planes y medidas para garantizar una transición justa?**

Que vengan a capacitar.

Mundo del trabajo y conflictos socioambientales

- 1. ¿Cuáles son los principales problemas de la clase trabajadora en la región amazónica de su país, según su opinión? ¿Difieren en algún sentido los problemas de la clase trabajadora a nivel nacional?**

Tenemos bastantes dificultades, la situación de tener contacto con la situación económica. El respeto a los esfuerzos de los trabajadores y los maltratos que recibimos.

- 2. ¿Qué desafíos supone un proceso de descarbonización de la matriz energética para trabajadoras y trabajadores de la región amazónica de su país?**

No creo que haya ninguna dificultad sobre el tema si se hace con un estudio bien práctico.

- 3. ¿En qué medida la actual matriz energética afecta a las poblaciones de la región amazónica? ¿Cree que una transición energética justa puede mejorar su situación actual? Justifique su respuesta.**

En el oriente si no hay lluvia, sentimos bastante con el sistema eléctrico. No es estable la energía.

- 4. ¿Ha notado una reducción, transformación o generación de nuevos puestos de trabajo relacionados con el paso a energías limpias o posibles cierres de pozos o minas? ¿Podría dar ejemplos?**

Se ha escuchado que hay cierre de pozos, generando reducción de trabajo.

5. Si se desarrolla un proceso de abandono de las fuentes fósiles, ¿cuáles cree que podrían ser las alternativas laborales para los trabajadores actualmente afectados? ¿considera que hay algún diferencial sobre el impacto en trabajadores tercerizados y trabajadores directos?

Bajaría la economía totalmente. Habría crisis económica.

6. ¿Creen que el Estado debe asumir un papel de liderazgo en la transición, incluso con la creación directa de puestos de trabajo?

Sí, sería lo óptimo.

7. ¿Ha recibido usted o sus compañeros algún tipo de capacitación o reconversión laboral como parte de este proceso de transición?

No.

Desafíos específicos

1. Si tuviera que elegir una región, localidad y/o ciudad específica dentro de la región amazónica donde se concentren los mayores desafíos para la transición justa, ¿cuál sería y por qué?

Sería en la parte de Lago Agrio (Sucumbíos), el Coca (Orellana).

2. ¿Está usted de acuerdo con el resultado de la consulta popular del Yasuní ITT? ¿Por qué sí o por qué no?

Habría un estudio que determinar en todo el pueblo. Al cerrar los pozos se va a bajo la economía. Yo no estoy de acuerdo.

3. ¿Cree que el cierre del ITT afecta o afectará a su comunidad a la región amazónica y al país? ¿Por qué sí o por qué no?

Sí afecta. Porque nos afecta económicamente.

Nombre y apellidos: Rosa Alba Chillo

Organización a la que pertenece: Comunidad La Democracia, parroquia San Sebastián del Coca, cantón Joya de los Sachas, Provincia de Orellana.

. La transición energética justa

- 1. ¿Cuáles son, a entender de su organización, los principales desafíos y problemas a nivel económico, social y político que presenta el sector energético (petróleo, gas, carbón, electricidad, etc) en su país y en la región amazónica?**

Bueno, dentro de nuestra comunidad nosotros tenemos una plataforma de extracción de petróleo y es uno de nuestros problemas la quema del gas que este produce. Si bien es cierto, se han visto ya afectaciones tanto en la parte de la producción de lo que es tema de siembras de plantas, al igual que también en la salud de nuestros socios que están dentro de la comunidad.

- 2. Ud. o la organización a la que pertenece, ¿poseen o se afilian a alguna definición de transición justa?**

Bueno, en realidad no tenemos nosotros ninguna afiliación y, bueno, en lo que es, en mi pensar, considero que deberíamos analizar la organización que se viene a hablar sobre este tema de la transición justa, puesto que es un concepto nuevo para, digamos, para nuestra comunidad.

- 3. ¿Qué grado de avance tiene en su país la transición justa?**

Bueno, lastimosamente podría indicarle que es nula, con decirle que solo el concepto de transición justa es algo nuevo para los ciudadanos de aquí, de la provincia, y puedo indicarlo más de mi comunidad.

- 4. ¿Cómo se manifiesta ese avance (o retroceso) en la región amazónica de su país? (acuerdos internacionales, leyes y decretos, programas de política)**

Bueno, primero para indicarle que supuestamente existe la Ley Amazónica, en el cual ni ahí no hace mención del tema de la transición justa. Sin embargo, cada vez que vemos es un retroceso, más bien el tema de la extracción de petróleo aquí dentro de nuestra Región Amazónica.

5. **¿Puede identificar políticas en favor de la transición justa en su país? ¿Cuáles? En caso afirmativo, ¿estas políticas abarcan la región amazónica?**

No, prácticamente no existe ninguna política. Más bien lo que vemos es la misión por querer extraer petróleo y no preocuparnos en el tema de cómo están los ciudadanos, cuál es el impacto que tiene esta perforación, esta extracción de petróleo dentro de nuestros sectores, que en vez de ver avances, lo que vemos es más retroceso, como le indicaba. Prácticamente nuestras tierras ya no producen igual, nuestra gente se enferma cada vez seguido y no, lo único que veo es la ambición de querer extraer petróleo, más no ver por el ser humano.

6. **¿Existen mecanismos que fomenten el uso de nuevas energías renovables (eólica, fotovoltaica, biomasa)? ¿En qué consisten y qué grado de avance tienen? ¿Cómo los valora su organización?**

No tenemos ningún mecanismo. Más bien, como le indicaba, lo que vemos es la necesidad de querer extraer petróleo para evitar que sea de una u otra manera más limpia y pueda favorecer a los habitantes de las comunidades y, en este caso, de la Región Amazónica.

7. **¿Existen políticas para la reducción de la extracción de petróleo y carbón? ¿Y políticas de mitigación y adaptación? ¿Qué valoraciones realiza su organización al respecto?**

No existe ninguna política de reducción. Más bien, es preocupante porque ni siquiera hemos llegado a un proceso de adaptación, como le indicaba. Vemos en cada una de las comunidades donde existe, en este caso más en la parte amazónica, en nuestro cantón, Joya de los Sachas, lo que vemos es la ambición de querer extraer el petróleo, pero no de ver una forma en la que se pueda ayudar a los ciudadanos a evitar esos impactos que tienen en la salud.

8. **¿Cuáles son los riesgos medioambientales del desarrollo de las energías**

renovables y cómo conciliar la transición energética hacia las energías renovables con el respeto del patrimonio natural de la región amazónica?

Bueno, ya podemos estar viendo en nuestra comunidad estos riesgos que se están dando, que es la contaminación de nuestros ríos, la contaminación del aire que respiramos inclusive, y de igual manera la baja producción de nuestras tierras. Estos son los riesgos que ya lo estamos viviendo con la extracción del petróleo. Ahora, ¿cómo conciliarlo? Es buscando un mecanismo para que nos ayude a que esta extracción sea una extracción limpia y en vez de perjudicar a las personas nos pueda ayudar para que de una u otra manera el país pueda tener un ingreso, pero también pueda ver por el bienestar de los habitantes donde están extrayendo.

9. **¿Puede identificar políticas que obstaculicen cambios en el sector energético que contribuyan con mejores cuidados del medio ambiente en su país? ¿Y en la región amazónica?**

Bueno, políticas hasta donde las tengo conocimiento no existen, pero en caso de que existan tampoco se logran ver que las estén cumpliendo. Entonces, en nuestra lastimosamente estamos al abandono y no hay quien vele por los derechos de los habitantes y mientras tanto seguimos con la contaminación, nos siguen matando lentamente haciéndonos respirar ese aire contaminado.

10. **¿Qué instituciones considera importantes para pensar y llevar adelante estos cambios?**

Bueno, nosotros tenemos el Ministerio del Ambiente quien lastimosamente se puede ver que solamente es para otorgar licencias ambientales a favor del Estado para seguir extrayendo petróleo y bueno, también sería el Estado central, pero lastimosamente lo vemos ausente para velar por los derechos de cada uno de nosotros, de las comunidades.

11. **¿Considera a las empresas energéticas de la región amazónica de su país como potenciales aliados estratégicos? Justifique su respuesta.**

Bueno, no considero ninguna que sean potenciales aliados a nosotros, más bien lo que vemos es que una vez que ellos se vayan de aquí lo que nos va a quedar es solamente desastre y contaminación en nuestras comunidades.

Organizaciones sociales

1. **Desarrolle cuáles son las principales acciones de su organización en búsqueda por una mayor participación de la generación con energías renovables, o por una descarbonización de la matriz energética o por una menor emisión de gases de efecto invernadero.**

Bueno, nosotros como lo indicaba, para nosotros es nuevo este concepto. Entonces, en una parte felicitarles a ustedes que están impulsando esto y se continúe para que se acerquen a las comunidades y nos hagan entender más sobre este tema y poder hacer algo, ver nosotros como comunidades, qué podemos hacer para poder evitar de que nos sigan de una u otra manera vulnerando los derechos y más que todo, como yo digo, matándonos lentamente a cada uno de los habitantes de donde se extrae petróleo y donde nos están contaminando día a día.

1. **¿Tiene su organización algún organismo, comisión y área de trabajo específica para el desarrollo de políticas y acciones en torno a estas problemáticas? (la transición energética)**

No, lastimosamente no tenemos esto en nuestra organización y creo que a nivel cantonal y por qué no decirlo provincial, y si no es dentro del país, son pocas los órganos que están interesados en querer cambiar esta realidad que tenemos con lo que es el tema de la extracción de petróleo y todo lo demás. Sin embargo, sí sería bueno tener más conocimiento sobre la transición de la energía.

2. **¿Cuáles son los principales conflictos que ud o su organización identifica en torno a las políticas mencionadas? Y la organización en la que ud participa, ¿ha formado parte de dichos conflictos? ¿Cuál fue su participación?**

Bueno, los conflictos que podemos ver sería el desconocimiento. Tenemos mucho desconocimiento en el tema del manejo del petróleo. Y bueno, en nuestra comunidad, lastimosamente, al no tener este desconocimiento, no

pertenecemos a ninguna organización, hemos participado de ningún conflicto. Sin embargo, sí sería bueno continuar con esto para poder mejorar nuestra calidad de vida, no solamente de forma teórica, sino más bien ya empezar a plasmarla en la realidad de cada uno de nuestros habitantes.

3. **¿Cuáles son las organizaciones sociales y/o políticas que considera potenciales aliados estratégicos en una perspectiva de transición justa para la región amazónica de su país?**

Organizaciones sociales no tengo conocimiento de ninguna de ellas. prácticamente sí considero que se debería seguir impulsando para poder tener el conocimiento y poder hacer algo no solamente por nuestra región amazónica, sino también por nuestro país.

4. **¿Cuáles son las organizaciones sociales y/o políticas que considera contrarias o potencialmente contrarias a un camino público en la transición justa para la Amazonía?**

Dentro de organizaciones sociales y políticas podemos indicar el mismo Estado que no tiene ningún interés por querer mejorar la calidad de vida de las personas que es su función, sin embargo, lastimosamente vemos que más prevalece es el poder económico, el conseguir más recursos, más bien que no están interesados en querer mejorar la calidad de vida de cada uno de los habitantes.

5. **¿Qué dificultades identifica en la construcción de alianzas en favor de una transición energética pública en la región?**

Entre las dificultades está la política y el interés de querer generar más recursos entre ellos sin ver por los que más tienen y no por los que menos padecen. Una de las dificultades que veo sería en este caso la política internacional y los altos poderes que existen a nivel mundial.

6. **¿Qué vías de participación democrática consideran más viables para garantizar una participación real de los trabajadores y otros actores de la sociedad civil en la planificación de los planes y medidas para garantizar una transición justa?**

Una de las herramientas que podemos tener nosotros como habitantes es la educación. Entonces, pienso que la capacitación, hacernos conocer más sobre este tema, para nosotros poder tener ese empoderamiento y poder pelear y luchar por los derechos que nos corresponde, porque si bien es cierto, estos recursos hídricos están debajo de nuestras tierras, donde nosotros producimos, entonces no hay mejor herramienta que la educación, tener más conocimiento sobre este tema.

Mundo del trabajo y conflictos socioambientales

- 1. ¿Cuáles son los principales problemas de la clase trabajadora en la región amazónica de su país, según su opinión? ¿Difieren en algún sentido los problemas de la clase trabajadora a nivel nacional?**

Bueno, uno de los principales problemas que tenemos nosotros es que no existe una estabilidad, digamos, laboral. Si bien es cierto, cuando ingresan a las perforaciones, nos dan por el tiempo que realizan la perforación y luego los habitantes nos quedamos de la misma manera. Ni decirme de la misma manera, sino que nos quedamos con contaminación y aparte sin trabajo. ¿Difieren en algún sentido los problemas de la clase trabajadora a nivel nacional? Sí, por supuesto. Al no tener nosotros lo que es una estabilidad laboral y de igual manera quedarnos con toda la contaminación, es algo que nos afecta a cada uno de los habitantes.

- 2. ¿Qué desafíos supone un proceso de descarbonización de la matriz energética para trabajadoras y trabajadores de la región amazónica de su país?**

Un desafío que considero en esto de la descarbonización de la matriz energética es que es necesario poder tener conocimiento, capacitación sobre este tema y de igual manera, por parte del Estado, la creación de políticas públicas para nosotros de una u otra manera poder llevar esta transición de la matriz energética.

- 3. ¿En qué medida la actual matriz energética afecta a las poblaciones de la región amazónica? ¿Cree que una transición energética justa puede**

mejorar su situación actual? Justifique su respuesta.

Bueno, la actual matriz energética que tenemos no nos da ninguna garantía para tener una calidad de vida. Y al existir yo considero que sí, que si actualizamos, que si mejoramos esa transición de energía justa nos podría dar más oportunidades para poder enfocarnos en otras cosas como en este caso la agricultura, porque de una u otra manera hemos vivido anteriormente sin la explotación y vivíamos mejor. Nuestros antes pasados vivían mucho mejor, tenían una mejor salud. Considero que sí se podría mejorar nuestra calidad de vida a la hora de esta transición de energía a una energía limpia.

- 4. ¿Ha notado una reducción, transformación o generación de nuevos puestos de trabajo relacionados con el paso a energías limpias o posibles cierres de pozos o minas? ¿Podría dar ejemplos?**

Lastimosamente no. No tenemos ninguna reducción y si se da algún cierre de pozo tampoco nos dejan la garantía de hacernos la remediación ambiental, sino más bien nos quedamos con la contaminación y sin ninguna política pública para poder volver a retomar la agricultura o tener otra oportunidad de poder tener la generación de ingresos para nuestras familias.

- 5. Si se desarrolla un proceso de abandono de las fuentes fósiles, ¿cuáles cree que podrían ser las alternativas laborales para los trabajadores actualmente afectados?
¿considera que hay algún diferencial sobre el impacto en trabajadores tercerizados y trabajadores directos?**

Sería el éxito lograr este proceso de abandonar las fuentes posibles y considero que ahí tendría que estar latente el estado central para buscar políticas públicas para garantizar que cada uno de los trabajadores puedan tener oportunidades de poder crear fuentes de trabajo en otros lugares como tenemos la agricultura y muchos ámbitos más. De igual manera, al hablar de los trabajadores terciarizados y trabajadores directos, lo hemos palpado, que los trabajadores directos siempre han tenido un mejor ingreso, digamos un ingreso justo, mientras que los trabajadores terciarizados hemos tenido que sufrir y digamos más trabajo, más duro por un pago menor. Entonces,

esperemos que en algún momento en nuestro país se pueda terminar con estos trabajos con estas terciarizadoras y más bien considerarnos unos trabajadores directos.

6. ¿Creen que el Estado debe asumir un papel de liderazgo en la transición, incluso con la creación directa de puestos de trabajo?

Por supuesto, el Estado es quien administra nuestros recursos y ellos tienen un papel determinante para poder crear políticas públicas e incluso poder garantizar un trabajo justo para cada uno de sus habitantes. Y por qué no decirlo de una manera directa, pues ellos son los responsables de poder mejorar la calidad de vida de cada uno de los habitantes del país.

7. ¿Ha recibido usted o sus compañeros algún tipo de capacitación o reconversión laboral como parte de este proceso de transición?

Bueno, no he tenido conocimiento que exista primero este proceso de transición, mucho menos tener capacitaciones. Sí sería muy bueno que por parte del gobierno central se empezara a enfocar en mejorar la calidad de vida de los habitantes y realizar de una a otra manera mediante capacitación en la educación a cada uno de los habitantes, tanto de las comunidades como a nivel de todo el país.

Desafíos específicos

1. Si tuviera que elegir una región, localidad y/o ciudad específica dentro de la región amazónica donde se concentren los mayores desafíos para la transición justa, ¿cuál sería y por qué?

¿Por qué no decirlo a nuestra región amazónica que es, digamos, una de las principales fuentes de ingreso del país? Es quien ha sufrido y ha padecido, digamos, estos impactos que ha dado toda esta explotación que ha habido tanto de la parte minera como de la parte de petróleo. ¿Por qué no decirlo a nuestra provincia de Orellana, quien ha sido prácticamente abandonada por años y sin embargo ha sido explotada? Entonces sería nuestra provincia de

Orellana.

2. **¿Está usted de acuerdo con el resultado de la consulta popular del Yasuní ITT? ¿Por qué sí o por qué no?**

Bueno, realmente digamos que los resultados de esta consulta fueron claras. La parte amazónica fue la que no estuvo de acuerdo que se realice el cierre, pero sin embargo, no se consideró a la región amazónica nuevamente. Fue pisoteado nuestro sentir, no se dio en esta consulta. Quienes somos los afectados, somos las personas que se han asesinado. Quienes somos los afectados, somos las personas de la región amazónica y quienes decimos no al cierre del Yasuní. Sin embargo, no fuimos escuchados y aquí están los resultados. Estamos siendo invadidos por los señores madereros que están destruyendo nuestro Parque Yasuní.

3. **¿Cree que el cierre del ITT afecta o afectará a su comunidad a la región amazónica y al país? ¿Por qué sí o por qué no?**

Claro, por supuesto, como le digo en el tema ambiental mismo. De una u otra manera, digamos que la explotación de los recursos petroleros de manera amistosa, de una u otra manera, de una manera responsable, nos puede garantizar que aún más tengamos, digamos, cuidemos de nuestro Parque Yasuní. Ahora actualmente lo vemos destruido, como digo, invadidos por madereros, en el cual nos vemos afectados en el tema ambiental. Y por qué no decirlo hasta en el tema económico de cada uno de los trabajadores que fueron cesados de sus funciones.

Nombre y apellidos: Nelson Grefa

Organización a la que pertenece: Comuna Huataracu, parroquia San Sebastián del Coca, cantón Joya de los Sachas, Provincia de Orellana.

La transición energética justa

- 1. ¿Cuáles son, a entender de su organización, los principales desafíos y problemas a nivel económico, social y político que presenta el sector energético (petróleo, gas, carbón, electricidad, etc) en su país y en la región amazónica?**

Los problemas en el económico no se invierte en el salud, ni educación, ni social político. No hay presencia de autoridades para dar mejoras a la comunidad.

- 2. Ud. o la organización a la que pertenece, ¿poseen o se afilian a alguna definición de transición justa?**

No pertenecemos a una transición justa porque no conocemos el tema.

- 3. ¿Qué grado de avance tiene en su país la transición justa?**

Ninguna, por cuanto no se conoce tanto de la transición justa y no se capacita.

- 4. ¿Cómo se manifiesta ese avance (o retroceso) en la región amazónica de su país? (acuerdos internacionales, leyes y decretos, programas de política)**

No hay ningún tipo de información ni acuerdos porque no hay programas que capacite en este tema de la transición justa.

- 5. ¿Puede identificar políticas en favor de la transición justa en su país? ¿Cuáles? En caso afirmativo, ¿estas políticas abarcan la región amazónica?**

No podemos identificar porque no se aplique este tipo de transición.

6. **¿Existen mecanismos que fomenten el uso de nuevas energías renovables (eólica, fotovoltaica, biomasa)? ¿En qué consisten y qué grado de avance tienen? ¿Cómo los valora su organización?**

No existe porque no conocemos.

7. **¿Existen políticas para la reducción de la extracción de petróleo y carbón? ¿Y políticas de mitigación y adaptación? ¿Qué valoraciones realiza su organización al respecto?**

Sí existen políticas que se aplican para reducir la extracción de petróleo.

8. **¿Cuáles son los riesgos medioambientales del desarrollo de las energías renovables y cómo conciliar la transición energética hacia las energías renovables con el respeto del patrimonio natural de la región amazónica?**

No le puedo decirle de riesgo por cuanto no se conoce, no se ha capacitado de las energías renovables.

9. **¿Puede identificar políticas que obstaculicen cambios en el sector energético que contribuyan con mejores cuidados del medio ambiente en su país? ¿Y en la región amazónica?**

Sí hay políticas para mejores cuidados del ambiente pero lamentablemente no se aplica.

10. **¿Qué instituciones considera importantes para pensar y llevar adelante estos cambios?**

El Estado sería el encargado de capacitar a los pueblos y el tema de las energías renovables.

11. **¿Considera a las empresas energéticas de la región amazónica de su país como potenciales aliados estratégicos? Justifique su respuesta.**

No consideramos aliados estratégicos porque no se contribuyen en las comunidades y el tema de salud y vialidad y fuente de trabajo.

Organizaciones sociales

1. **Desarrolle cuáles son las principales acciones de su organización en búsqueda por una mayor participación de la generación con energías renovables, o por una descarbonización de la matriz energética o por una menor emisión de gases de efecto invernadero.**

Ninguna, porque no hay políticos del Estado que aplique para el cambio de energética en nuestra comunidad.

2. **¿Tiene su organización algún organismo, comisión y área de trabajo específica para el desarrollo de políticas y acciones en torno a estas problemáticas? (la transición energética)**

No existe ningún organismo ni comisiones para el desarrollo de estas políticas.

3. **¿Cuáles son los principales conflictos que ud o su organización identifica en torno a las políticas mencionadas? Y la organización en la que ud participa, ¿ha formado parte de dichos conflictos? ¿Cuál fue su participación?**

No hemos tenido ningún conflicto, por cuanto no hay organizaciones políticas sobre las energías renovables.

4. **¿Cuáles son las organizaciones sociales y/o políticas que considera potenciales aliados estratégicos en una perspectiva de transición justa para la región amazónica de su país?**

Ninguna, porque no conocemos este tema, porque no han capacitado.

5. **¿Cuáles son las organizaciones sociales y/o políticas que considera contrarias o potencialmente contrarias a un camino público en la transición justa para la Amazonía?**

Yo puedo considerar el sistema económico, porque más les interesa obtener el dinero que cuidar el ambiente.

6. ¿Qué dificultades identifica en la construcción de alianzas en favor de una transición energética pública en la región?

No podemos identificar dificultades porque no hay alianzas y no conocemos el tema.

7. ¿Qué vías de participación democrática consideran más viables para garantizar una participación real de los trabajadores y otros actores de la sociedad civil en la planificación de los planes y medidas para garantizar una transición justa?

Que el Estado cree políticas de socialización y capacitación a las comunidades y también que nos den a los jóvenes profesionales oportunidades para trabajar en las empresas.

Mundo del trabajo y conflictos socioambientales

1. ¿Cuáles son los principales problemas de la clase trabajadora en la región amazónica de su país, según su opinión? ¿Difieren en algún sentido los problemas de la clase trabajadora a nivel nacional?

Salario justo a causa de los riesgos que corremos en nuestras actividades.

2. ¿Qué desafíos supone un proceso de descarbonización de la matriz energética para trabajadoras y trabajadores de la región amazónica de su país?

Mejora la salud del pueblo.

3. ¿En qué medida la actual matriz energética afecta a las poblaciones de la

región amazónica? ¿Cree que una transición energética justa puede mejorar su situación actual? Justifique su respuesta.

Afecta la actual matriz energética por la contaminación y creo que la transición energética mejoraría la salud de la población y producción.

- 4. ¿Ha notado una reducción, transformación o generación de nuevos puestos de trabajo relacionados con el paso a energías limpias o posibles cierres de pozos o minas? ¿Podría dar ejemplos?**

No se nota ninguna transformación en los puestos de trabajo porque no se aplica este cambio energético.

- 5. Si se desarrolla un proceso de abandono de las fuentes fósiles, ¿cuáles cree que podrían ser las alternativas laborales para los trabajadores actualmente afectados?
¿considera que hay algún diferencial sobre el impacto en trabajadores tercerizados y trabajadores directos?**

Totalmente, porque hay una diferencia de pagos entre los trabajadores directos y tercerizados que cumplimos la misma función.

- 6. ¿Creen que el Estado debe asumir un papel de liderazgo en la transición, incluso con la creación directa de puestos de trabajo?**

Sí, el Estado debe asumir el liderazgo en la transición y generar fuentes de trabajo.

- 7. ¿Ha recibido usted o sus compañeros algún tipo de capacitación o reconversión laboral como parte de este proceso de transición?**

No hemos recibido.

Desafíos específicos

- 1. Si tuviera que elegir una región, localidad y/o ciudad específica dentro de**

la región amazónica donde se concentren los mayores desafíos para la transición justa, ¿cuál sería y por qué?

A mí me gustaría que en mi comunidad, Huautaraco, tendríamos un cambio en nuestras vidas con la transición justa.

2. ¿Está usted de acuerdo con el resultado de la consulta popular del Yasuní ITT? ¿Por qué sí o por qué no?

Sí estoy de acuerdo, porque se evita la contaminación del ambiente.

3. ¿Cree que el cierre del ITT afecta o afectará a su comunidad a la región amazónica y al país? ¿Por qué sí o por qué no?

Yo no creo que afectaría, porque nosotros somos de un país agrícola.

Información general Nombre y

apellidos: Marcela Reinoso

Organización a la que pertenece: Consultora – experta en energía

La transición energética justa

1. **¿Cuáles son, a entender de su organización, los principales desafíos y problemas a nivel económico, social y político que presenta el sector energético (petróleo, gas, carbón, electricidad, etc) en su país y en la región amazónica?**

Los principales desafíos del sector energético en Ecuador son:

Económicos:

- Poca inversión en el desarrollo de nueva infraestructura para abastecer la demanda creciente.
- No hay una revisión de la estructura de costos que permita evaluar si las tarifas son justas y permitan la expansión de la infraestructura.
- Mercado de gas natural no

desarrollado. Social:

- Desconocimiento sobre el rol fundamental que desempeña el sector energético en la generación de riqueza y mejora en el bienestar de las poblaciones.
- Rechazo a la presencia de la infraestructura y operación de la industria petrolera.
- Percepción de empobrecimiento de la calidad de vida y ambiente en las zonas de extracción de hidrocarburos. Las poblaciones en el área de influencia de la operación petrolera y generación de electricidad no cuentan con niveles de acceso a educación, salud, empleo e infraestructura sanitaria comparables a las condiciones de ciudad.
- Poca demanda ciudadana por transparencia y rendición de cuentas sobre la gestión de los recursos energéticos.

Político:

- No existe un diseño de política energética.
- La clase política carece de comprensión técnica y sistémica de los impactos positivos y negativos asociados al desempeño del sector energético.
- No existe una planificación de mediano y largo plazo para el fortalecimiento de la seguridad energética nacional. La gestión se concentra en abordar problemas coyunturales desde la polarización sin ofrecer soluciones reales a los problemas de provisión de energía.
- No existe una postura soberana con respecto a las agendas internacionales que abordan la transición energética y cambio climático. Las agendas de organizaciones no gubernamentales permean con facilidad en la sociedad ocasionando distorsiones que perjudican al conjunto del sistema energético y económico.
- Poca coordinación entre los gobiernos locales y nacional en la articulación de la gestión de producción y consumo de energía.

2. Ud. o la organización a la que pertenece, ¿poseen o se afilian a alguna definición de transición justa?

Una transición justa es aquella que se centra en el bienestar de la población, ofreciendo un conjunto de bienes energéticos asequibles, ambientalmente sostenibles y confiables que aprovechan las fuentes endógenas del país y promueven la eficiencia energética como herramienta principal de mitigación del cambio climático y responsabilidad intergeneracional.

3. ¿Qué grado de avance tiene en su país la transición justa?

Ninguno, porque la provisión asequible, confiable y ambientalmente sostenible de electricidad y combustibles líquidos se encuentra comprometida por falta de diseño y aplicación de una política energética.

4. ¿Cómo se manifiesta ese avance (o retroceso) en la región amazónica de su país? (acuerdos internacionales, leyes y decretos, programas de política)

El retroceso se manifiesta en:

- Incumplimiento del plan maestro de electricidad para asegurar el

abastecimiento de la demanda. No se han realizado las inversiones necesarias en incorporación de nueva generación, transmisión y distribución.

- Las pérdidas técnicas y no técnicas en el sector eléctrico siguen incrementándose por falta de inversión y deficiencias en el modelo de gestión de las empresas eléctricas.

- Se han implementado subsidios temporales a la electricidad como herramienta electoral en franca violación a la ley de Servicio Público de Energía Eléctrica y en contraposición a las medidas básicas de eficiencia energética que consideran a las señales de precios como herramienta para modular el consumo.

- El plan nacional de eficiencia energética fue abandonado, la institucionalidad relativa fue disminuida y consecuentemente el presupuesto. Declinar en el trabajo por la eficiencia energética detiene las oportunidades de un mejor aprovechamiento de los recursos energéticos tanto en la producción de energía como en el consumo. A nivel del sector petrolero la eficiencia energética es clave para disminuir la huella ambiental y aprovechar recursos como el gas asociado que históricamente ha sido quemado en tea.

-La falta de comprensión de lo que significa una transición justa ha provocado que por medio de una consulta popular el Estado Ecuatoriano tenga que planificar el abandono de un campo petrolero en producción que atenta contra la garantía de los derechos de la naturaleza, el trabajo y la sostenibilidad del sistema energético y económico del país.

5. **¿Puede identificar políticas en favor de la transición justa en su país?
¿Cuáles? En caso afirmativo, ¿estas políticas abarcan la región amazónica?**

Actualmente no se puede identificar la existencia de una política pública para la transición justa. Una política pública es la respuesta del gobierno para solucionar un problema de interés de la ciudadanía. Se puede hablar de la existencia de una política pública cuando se puede declarar la movilización de un conjunto de herramientas que intentan solventar el problema de interés, estas herramientas son: información, institucionalidad, presupuesto y marco legal.

6. **¿Existen mecanismos que fomenten el uso de nuevas energías renovables**

(eólica, fotovoltaica, biomasa)? ¿En qué consisten y qué grado de avance tienen? ¿Cómo los valora su organización?

Dentro del marco legal vigente se encuentra un decreto ejecutivo que obliga la conformación de un fideicomiso para prelación de pago de generación de energía renovable. Adicionalmente, proyectos privados, que no consten en el plan maestro de electricidad, podrían incorporarse al sistema energético hasta en 100 MW. Sin embargo, desde el punto de vista del operador nacional de energía, para garantizar el abastecimiento de electricidad se necesita la incorporación de energía firme como prioridad.

- 7. ¿Existen políticas para la reducción de la extracción de petróleo y carbón? ¿Y políticas de mitigación y adaptación? ¿Qué valoraciones realiza su organización al respecto?**

Cualquier política que restrinja o reduzca la extracción de petróleo, carbón y/o cualquier otro recurso energético de un país va en sentido contrario a una transición justa, ya que la explotación de los recursos energéticos endógenos aporta a la soberanía y seguridad energética a cualquier país.

En el país fue promovido el cierre de un bloque petrolero en producción mediante una consulta popular que fue formulada para una fase anterior al desarrollo del campo. La ciudadanía fue expuesta a tomar decisión en un entorno de desconocimiento sobre las operaciones, pero principalmente en un contexto de rechazo al gobierno en turno.

- 8. ¿Cuáles son los riesgos medioambientales del desarrollo de las energías renovables y cómo conciliar la transición energética hacia las energías renovables con el respeto del patrimonio natural de la región amazónica?**

Toda actividad humana representa un riesgo, por lo tanto, la mitigación de estos debe ser principalmente abordada desde la perspectiva de la eficiencia y conservación de la energía. Los riesgos medioambientales de las energías renovables están dados por la ocupación del terreno que motiva un cambio en el uso del suelo, eliminando la vegetación nativa o por la incorporación de infraestructura que altera el entorno en el cual se desarrolla la vida silvestre. Se debe tomar en cuenta que la baja densidad

energética de las energías renovables no convencionales incrementa el impacto sobre el uso del suelo y, por tanto, es necesaria una evaluación técnica confiable de la calidad y cantidad del recurso a transformar en energía, en contraposición con los impactos ambientales.

9. ¿Puede identificar políticas que obstaculicen cambios en el sector energético que contribuyan con mejores cuidados del medio ambiente en su país? ¿Y en la región amazónica?

Se puede considerar como una decisión de política pública el hacer nada, en espera que el sector privado ocupe los espacios dejados por la inacción gubernamental. Este tipo de decisiones políticas son las que afectan al sector desde hace unos 9 años y son por consecuencia las que impiden una gestión mejor del medio ambiente.

10. ¿Qué instituciones considera importantes para pensar y llevar adelante estos cambios?

Las instituciones son una pieza clave en el diseño y aplicación de cualquier política pública, en el caso específico del sector energético es necesaria la articulación de los ministerios a cargo de energía, de ambiente, finanzas, empresas públicas generadoras/ productoras de energía y agencias de regulación. Sin embargo, hay que resaltar que no se puede dejar de lado la gestión política con los gobiernos seccionales, ciudadanía, empresas privadas y actores no gubernamentales para alcanzar una mejor gobernanza en favor de una transición justa.

11. ¿Considera a las empresas energéticas de la región amazónica de su país como potenciales aliados estratégicos? Justifique su respuesta.

En la región amazónica operan empresas energéticas privadas y públicas cuyo rol en favor de una transición energética justa debe ser diferenciado. Las empresas públicas desenvuelven su gestión entre lo político y lo económico puesto que son herramientas institucionales de ejecución de la política pública, mientras que, las empresas privadas deben cumplir con su giro específico del negocio bajo los parámetros de seguimiento y control establecidos para el sector energético.

En otras palabras, el Estado debe estar presente en la región amazónica y bajo ningún concepto debe delegar sus responsabilidades a las empresas

privadas energéticas, porque estas operan bajo una lógica de maximización del beneficio financiero y no bajo la lógica de la maximización del valor público.

Organizaciones sociales

1. **Desarrolle cuáles son las principales acciones de su organización en búsqueda por una mayor participación de la generación con energías renovables, o por una descarbonización de la matriz energética o por una menor emisión de gases de efecto invernadero.**

La implementación de medidas de eficiencia energética es la estrategia más efectiva para disminuir las emisiones de los gases de efecto invernadero; el potencial de las energías renovables para contribuir a esta tarea es limitado por la configuración propia de la matriz de consumo de la energía.

En un país donde el mayor consumo energético está dado por el sector del transporte, las opciones de descarbonización se encuentran limitadas por la capacidad efectiva de las energías renovables no convencionales para electrificar agresivamente este sector. Por tanto, los esfuerzos se deben concentrar en la aplicación de medidas de eficiencia energética tanto para el sector de la oferta como el de la demanda de energía.

2. ¿Tiene su organización algún organismo, comisión y área de trabajo específica para el desarrollo de políticas y acciones en torno a estas problemáticas? (la transición energética)

No aplica.

3. **¿Cuáles son los principales conflictos que ud o su organización identifica en torno a las políticas mencionadas? Y la organización en la que ud participa, ¿ha formado parte de dichos conflictos? ¿Cuál fue su participación?**

La principal barrera es la falta de capacidades técnicas para describir y comprender los diferentes problemas asociados al sector energético y a la transición energética.

Esta problemática se agrava cuando no existe suficiente cantidad y calidad de información para proponer un plan consistente que mitigue las causas de la problemática.

A medida que avanza el discurso contra el sector público, las capacidades institucionales se ven mermadas impidiendo la articulación de actores públicos, privados y ciudadanía. El debilitamiento de las instituciones perjudica a la ejecución de presupuestos y no da viabilidad a la demostración de impactos positivos.

Esta falta aparente de éxito no permite el aprendizaje y aplicación de medidas, dando como consecuencia la desestimación de políticas y acciones en favor de las políticas relativas a la transición energética.

4. ¿Cuáles son las organizaciones sociales y/o políticas que considera potenciales aliados estratégicos en una perspectiva de transición justa para la región amazónica de su país?

Antes de identificar cuáles serían los aliados estratégicos es necesaria una definición legítima y soberana de transición energética justa para el país. Los aliados estratégicos se encontrarán en aquellas organizaciones sociales que busquen el incremento en el bienestar social sin perjuicio contrario a cualquier tecnología energética.

5. ¿Cuáles son las organizaciones sociales y/o políticas que considera contrarias o potencialmente contrarias a un camino público en la transición justa para la Amazonía?

Las organizaciones potencialmente contrarias al bienestar social son aquellas que mediante coerción intentan posicionar su agenda particular en detrimento de la generación de valor público.

6. ¿Qué dificultades identifica en la construcción de alianzas en favor de una transición energética pública en la región?

La primera dificultad radica en la construcción de la definición de una transición energética justa para el país.

- 7. ¿Qué vías de participación democrática consideran más viables para garantizar una participación real de los trabajadores y otros actores de la sociedad civil en la planificación de los planes y medidas para garantizar una transición justa?**

No existe participación democrática si no hay primero la difusión de conocimiento y formación de capacidades que permitan contar con una diversidad de actores y opiniones que aporten al debate. Por lo tanto, el primer paso está en la formación de pensamiento crítico.

Mundo del trabajo y conflictos socioambientales

- 1. ¿Cuáles son los principales problemas de la clase trabajadora en la región amazónica de su país, según su opinión? ¿Difieren en algún sentido los problemas de la clase trabajadora a nivel nacional?**

Por definición los trabajadores de los sectores extractivos como petróleo y minería no comparten condiciones similares a aquellos vinculados a los sectores productivos y de servicios.

Los trabajadores vinculados al sector petrolero dependen de la empresa que los contrata para su movilización al sitio de trabajo (región amazónica), están sujetos a un régimen de alimentación y facilidades de hospedaje de acuerdo con la voluntad y presupuesto del empleador. En términos de salud y seguridad están más expuestos a accidentes o enfermedades laborales inherentes a las condiciones operativas. En el aspecto familiar, el empleo en la región amazónica obliga a la migración interna o trabajo expedicionario para cumplir con la organización del trabajo por turnos en locaciones remotas. En términos generales, un trabajador petrolero es un profesional altamente especializado en las tareas que desempeña bajo la relación contractual.

Las industrias extractivas no generan grandes encadenamientos productivos sostenibles en las zonas de incidencia lo que implica que las personas vinculadas al sector de forma indirecta dependen de la magnitud de las inversiones en la operación para mantener sus medios de vida. Es decir, que el eventual abandono de la industria petrolera en la Amazonía produciría un colapso en los ingresos económicos de la población.

2. ¿Qué desafíos supone un proceso de descarbonización de la matriz energética para trabajadoras y trabajadores de la región amazónica de su país?

Si el proceso de descarbonización se concentra en el cierre definitivo de la industria petrolera, los trabajadores directos deberían emprender un proceso de formación de capacidades para las ocupar posiciones en una posible industria naciente.

Para las personas no vinculadas directamente a las empresas petroleras el panorama se torna más incierto en función del grado de dependencia hacia la operación petrolera.

Un proceso de descarbonización debe ser gradual y basado en la mayor cantidad de información que permita establecer los riesgos económicos, socioambientales y políticos de dicho cambio, pero sobre todo se necesita definir hacia donde se transitará en un contexto de creación de riqueza o creación de fuentes de trabajo, no solamente de destrucción.

3. ¿En qué medida la actual matriz energética afecta a las poblaciones de la región amazónica? ¿Cree que una transición energética justa puede mejorar su situación actual? Justifique su respuesta.

Los impactos negativos que experimenta la región amazónica están dados por la baja presencia del Estado a lo largo del periodo de explotación petrolera, la pobre capacidad de planificación de las autoridades locales y la limitada formación de capacidades de sus habitantes, en resumen, porque no hay gestión que potencie los impactos positivos de la extracción.

Por otra parte, la configuración de la matriz energética está dada por la relación entre demanda y oferta nacional, un cambio en la matriz energética hacia la renovabilidad no implica necesariamente un abandono

de la producción petrolera porque ésta abastecería el mercado internacional con crudo; tampoco el cierre de la producción petrolera estimularía un cambio en la matriz energética porque el consumo de derivados de petróleo del sector transporte podría importarse.

Una transición energética justa para la Amazonía pasa primero por dotar de servicios energéticos confiables y asequibles a toda la población y este escenario es más probable si se utilizan los recursos endógenos y se gestiona en función de abastecer de energía al menor costo posible.

4. **¿Ha notado una reducción, transformación o generación de nuevos puestos de trabajo relacionados con el paso a energías limpias o posibles cierres de pozos o minas? ¿Podría dar ejemplos?**

Ninguna, porque en el transcurso de los 5 últimos años, la incorporación de fuentes de generación renovable no es importante y los proyectos de energía renovable no convencional no se concentran en la región amazónica.

5. **Si se desarrolla un proceso de abandono de las fuentes fósiles, ¿cuáles cree que podrían ser las alternativas laborales para los trabajadores actualmente afectados? ¿considera que hay algún diferencial sobre el impacto en trabajadores tercerizados y trabajadores directos?**

En un país que no presenta crecimiento sostenido del producto interno bruto, especialmente en el rubro de servicios profesionales especializados, con una alta tasa de desempleo y subempleo, no existen alternativas reales para incorporar los trabajadores desplazados por un abandono de las fuentes fósiles.

6. **¿Creen que el Estado debe asumir un papel de liderazgo en la transición, incluso con la creación directa de puestos de trabajo?**

El liderazgo en la transición energética justa debe estar en el Estado porque es su rol planificar y velar por un desarrollo sostenible a largo plazo. El Estado es quien puede organizar a los actores políticos, privados y ciudadanía para desarrollar nuevos mercados, sin embargo, no debería asumir un rol exclusivo en la generación de nuevos puestos de

trabajo.

7. **¿Ha recibido usted o sus compañeros algún tipo de capacitación o reconversión laboral como parte de este proceso de transición?**

La transición energética en el país aun no pasa de un concepto de moda, por lo tanto, no se han desplegado acciones en función de la reconversión laboral. El desarrollo de capacidades para abordar el cambiante entorno laboral es iniciativa propia.

Desafíos específicos

1. **Si tuviera que elegir una región, localidad y/o ciudad específica dentro de la región amazónica donde se concentren los mayores desafíos para la transición justa, ¿cuál sería y por qué?**

Serían las provincias de Orellana y Sucumbíos porque son las provincias que más vínculos tienen con la actividad petrolera. Cabe resaltar que en una transición energética justa no cabe dejar recursos energéticos bajo el subsuelo, sino que se trata de gestionar mejor los impactos negativos sobre los aspectos socioambientales, económicos y políticos.

2. **¿Está usted de acuerdo con el resultado de la consulta popular del Yasuní ITT? ¿Por qué sí o por qué no?**

No estoy de acuerdo con el resultado de la consulta popular, porque:

-La pregunta fue formulada para un contexto anterior al desarrollo del campo.

-Porque atenta contra el derecho al trabajo de los empleados directos e indirectos relacionados con la explotación del bloque 43.

-Porque las condiciones de abandono impuestas por la Corte Constitucional no tienen viabilidad técnica ni económica y afectarían a los derechos de la naturaleza.

-Porque se consulta a una ciudadanía que no tiene información ni formación en los temas petroleros y en los impactos a la garantía de sus propios

derechos.

-Porque los cabilderos en contra de la explotación de las reservas del bloque 43 responden a una agenda particular a la cual no le interesa el bienestar de la población.

- Porque una transición justa no tiene sesgo tecnológico, sino que tiene conciencia de gestión sostenible de todas las fuentes energéticas.

- Porque desde la ignorancia supina no se deberían tomar decisiones.

3. ¿Cree que el cierre del ITT afecta o afectará a su comunidad a la región amazónica y al país? ¿Por qué sí o por qué no?

La realidad muestra que la economía de la región amazónica es dependiente del grado de inversión de la industria petrolera, sin un plan de sustitución de esta dependencia el cierre del ITT afectará a esta región. Justamente la comprensión de esta realidad es la que motivo a las provincias en el área de influencia directa a pronunciarse en contra del cierre de la explotación del ITT.

Información general

Nombre y apellidos: Alex Fabián Carrera

Organización a la que pertenece: Asociación Geotérmica Ecuatoriana – Consultor del Ministerio de Energía y Minas proyecto BID.

Bloque 2. La transición energética justa

- 1. ¿Cuáles son, a entender de su organización, los principales desafíos y problemas a nivel económico, social y político que presenta el sector energético (petróleo, gas, carbón, electricidad, etc) en su país y en la región amazónica?**

Bueno de acuerdo a lo que se conoce en la industria hidrocarburífera, energética especialmente, acá del Ecuador se podría considerar que uno de los principales problemas es la falta de inversión que tiene el gobierno, específicamente en el sector de la industria hidrocarburífera, eso ha permitido que no haga mantenimiento adecuado, no ha permitido que exista la creación o la promoción o la ejecución de nuevos proyectos que ayuden al incremento de las reservas y de la producción del país, entonces esto ha venido en una desmejora permanente y total. Entonces, una de las políticas en las que se debería manejar, es el tema de la inversión petrolera, de la autonomía de la industria, en este caso de la empresa pública estatal, para que no sea una caja chica, no les retienen sus fondos, los presupuestos, en función de las necesidades del gobierno de turno. Creería que esa es una de las principales situaciones que se deben mejorar como parte de las políticas que hoy por hoy el gobierno está llevando adelante.

- 2. Ud. o la organización a la que pertenece, ¿poseen o se afilian a alguna definición de transición justa?**

Sí, definitivamente nosotros como Asociación Geotérmica Ecuatoriana, creemos en la transición energética justa. Específicamente la geotermia

promueve el aprovechamiento de la energía que existe en el subterráneo de la tierra, entonces eso es lo que nosotros promovemos, una energía 24/7, que no depende de condiciones climáticas, no depende de exposición solar, sino más bien ya es propia del calor radiogénico de la tierra. Nosotros como asociación geotérmica ecuatoriana creemos que es una de las alternativas que en el país deben desarrollarse y es algo en lo que nosotros estamos trabajando.

3. ¿Qué grado de avance tiene en su país la transición justa?

El país necesita trabajar bastante en esto de la transición justa. No hay todavía proyectos que satisfagan esto de la transición justa. Hoy por hoy somos energéticamente dependientes de la energía hidroeléctrica, de la energía termoeléctrica pero no tenemos de energía que venga todavía en grandes volúmenes en grandes cantidades, de lo que la energía eólica, fotovoltaica y mucho menos de la energía geotérmica, pues ahí hay mucho que hacer, se necesita una base legislativa que complementa lo que ya existe y decisión política para promover justamente este tipo de proyectos y de inversiones.

4. ¿Cómo se manifiesta ese avance (o retroceso) en la región amazónica de su país? (acuerdos internacionales, leyes y decretos, programas de política)

Es evidente la manera en que hoy por hoy se está afectando el ecosistema la naturaleza, no hay un equilibrio entre la extracción de los recursos y la compensación por la extracción de esos recursos. No hay mecanismos de transición justa en la región amazónica hoy por hoy. La energía geotérmica podría ser una alternativa, considerando que en algunos países está aprovechando justamente esta infraestructura para poder generar electricidad, y esto ya sucede en varios países del mundo, en las cuencas sedimentarias petrolíferas, y esto tenemos nosotros de la región amazónica, y esto hoy por hoy, no se está aprovechando. Se ha tratado de promover, se ha buscado avanzar con estas iniciativas, pero no hay todavía una respuesta desde el gobierno.

5. ¿Puede identificar políticas en favor de la transición justa en su país? ¿Cuáles? En caso afirmativo, ¿estas políticas abarcan la región amazónica?

La energía hoy por hoy que estaría contemplada dentro de una transición

justa y los proyectos que ya se tienen, pensamos que la energía fotovoltaica, no están en la región amazónica específicamente, están en otras regiones del país. Entonces hay mucho que hacer, no hay una legislación que favorezca o estimule este tipo de proyectos o inversiones en la región amazónica. Los proyectos hidroeléctricos están en las vertientes de la cordillera real hacia la región amazónica, sí, pero no han servido para que la región amazónica tenga un beneficio como tal. Entonces eso es algo que se debe promover, es algo que se debería propender, pero no existe una política específicamente para promover una transición justa, en lo que la región como mencionaba. Si un momento consideramos nosotros que la geotermia podría ser una alternativa. En Colombia ya se está haciendo, hay modificaciones a los reglamentos, hay una política de Estado donde se favorece justamente este tipo de inversiones y de proyectos orientados hacia la transición justa y ya hay una base jurídica, dentro de los reglamentos de operaciones y de hidrocarburíferas, que facilitan este tipo de proyectos. Muy bien, esto podría suceder en el Ecuador.

6. **¿Existen mecanismos que fomenten el uso de nuevas energías renovables (eólica, fotovoltaica, biomasa)? ¿En qué consisten y qué grado de avance tienen? ¿Cómo los valora su organización?**

Dentro de lo que es la Asociación Geotérmica Ecuatoriana, nosotros manejamos de igual manera relaciones con entidades afines, fraternas, que promueven el uso de este tipo de energías renovables y no hay proyectos que faciliten o promuevan este tipo de inversiones y se quiere trabajar o se busca promover, desde el Ministerio de Energía, una base jurídica que justamente de ese tipo de facilidades. Hoy por hoy, en el tema geotérmico, como financiamiento del Banco Interamericano de Desarrollo, se está buscando promover las mesas del plan maestro geotérmico, justamente para dar una base jurídica, para dar herramientas, para dar mecanismos que faciliten este tipo de proyectos. Entonces, esperaríamos que en lo que queda de este año justamente, se tenga ya estas consultorías en marcha o contratadas para que se pueda ya disponer de estas herramientas, de estos insumos que faciliten este tipo de inversiones en relación al tema geotérmico. En relación al tema fotovoltaico, eólico, eso entendería que también están elaborando, pero no tengo mucho conocimiento del otro tipo de energías alternativas, en cuanto a reglamentos y facilidades que el ministerio puede estar promoviendo.

7. **¿Existen políticas para la reducción de la extracción de petróleo y**

carbón? ¿Y políticas de mitigación y adaptación? ¿Qué valoraciones realiza su organización al respecto?

De política de mitigación o de reemplazo de las energías que consideran el carbón, hidrocarburo, ese tipo de materias primas, no es muy evidente y no hay. Hoy por hoy, en el gobierno más bien lo que se ha podido ver es que necesita promover, como se menciona hace un momento, el tema de la inversión en este tipo de proyectos. El país ha tenido varias afectaciones justamente en su infraestructura petrolera, porque no se están haciendo ese tipo de consideraciones. Tenemos problemas, tenemos deficiencias, que el gobierno no las está considerando. Eso ha permitido que tengamos complicaciones en la extracción de nuestros recursos y eso también ha permitido que no pueda haber una mejor inversión en este tipo de sectores, entonces eso es un tema que el gobierno debe comenzar a intervenir, la producción de unos niveles que se ha programado.

8. ¿Cuáles son los riesgos medioambientales del desarrollo de las energías renovables y cómo conciliar la transición energética hacia las energías renovables con el respeto del patrimonio natural de la región amazónica?

Es un tema complejo y es un tema que ha sido motivo de muchos debates. Como se conoce tenemos o conocemos lo que está pasando en el Bloque 43 en los campos del ITT. Existió una consulta popular que suspendió toda la operación entonces, eso definitivamente demuestra que no hay una serie de consideraciones que promuevan el equilibrio entre la extracción y la generación de beneficios en las zonas que tienen este tipo de uso, ahí hay posibilidades de que esto sea normado, regulado de diferente manera, que se consideren a los a las comunidades o a los pueblos, o a las poblaciones, que se encuentran en la zona y en función de los beneficios que ellos puedan tener o puedan generarse por estos proyectos, se pueda también generar beneficios para donde se trae en este tipo de recursos. Hoy por hoy, no se ve y hay una afectación a las comunidades, hay una destrucción de la empresa estatal, justamente con estos temas de reducción de personal de técnicos, una descapitalización de la empresa, entonces todo esto genera una inestabilidad, un desequilibrio entre la empresa, entre las empresas que están en el sector hidrocarburiífero y todo lo que toda la industria que gira alrededor de ella. Hay muchas cosas que se deben discutir, se deben promover espacios donde justamente se puedan abrir estos mismos tipos de conversación, de diálogo.

9. **¿Puede identificar políticas que obstaculicen cambios en el sector energético que contribuyan con mejores cuidados del medio ambiente en su país? ¿Y en la región amazónica?**

Sí se puede identificar políticas. Justamente se necesita promover las inversiones y a través de la empresa pública, por al ser pública, se necesita tener una directriz clara en cuanto a la selección de los cuerpos de empresas, de las autoridades del gobierno que eligen este tipo de sectores, para que no se tengan justamente los problemas que hoy por hoy se están teniendo. Específicamente en el tema de los proyectos que la empresa pública hoy está llevando, existe una reducción de la empresa y se considera el capital humano técnico que está tiene, una falta de inversión como ya se había mencionado, que no le permita a la empresa pública avanzar con este tipo de iniciativas y esto también, indirectamente, afecta a las otras empresas que se encuentran en las áreas de operación donde está la empresa pública, afectando a la inversión privada.

10. **¿Qué instituciones considera importantes para pensar y llevar adelante estos cambios?**

Bueno, se debe fortalecer algunas entidades del estado específicamente las que tienen que ver con las tareas de control y fiscalización, pueden ser las agencias de regulación y control, deben ser el Ministerio de Energía y Minas a través del Viceministerio de Hidrocarburos, que justamente es el encargado de políticas. Se debe promover los espacios donde la empresa privada también pueda discutir y proponer alternativas en función de su experiencia y de su conocimiento, en otros lugares donde tenemos una operación civil, de manera que se generen estos espacios de aporte, de acuerdos, de conversaciones, entonces esto se lo podría manejar directamente desde el mismo ministerio y las entidades que hacen estas tareas, con el sector del medio ambiente, en el que se refiere a la organización y la estructuración de la industria, para que exista justamente ese equilibrio y las entidades que hacen estas tareas con el sector de la industria y las entidades que hacen estas tareas de dictar políticas, y la fiscalización debe también considerar algunas cosas que, hoy por hoy, posiblemente no se están pudiendo controlar, no se están pudiendo gestionar, eso es bien importante en esta estructuración de

varias entidades del estado.

11. ¿Considera a las empresas energéticas de la región amazónica de su país como potenciales aliados estratégicos? Justifique su respuesta.

Sí. Históricamente, las entidades o la organización, las empresas o las instituciones, que han estado justamente en estos sectores de la industria, en estrecha relación con la región, entonces sí es importante que se pueda promover justamente proyectos de iniciativas que beneficien al estado y que beneficien a la comunidad, que beneficien a la empresa pública de manera que exista un equilibrio o una armonización entre todos los actores. Deben generarse procesos participativos y que se pueden llevar adelante todo este tipo de sugerencias o todo este tipo de iniciativas, que se pueden llevar adelante esos espacios o esas iniciativas deben ser promovidas desde algunos, desde algunas entidades, desde algunas instituciones, desde las mismas organizaciones, para que se pueda buscar ese beneficio entre todos los que se encuentran en estos lugares, donde se genera estos procesos, proyectos de aprovechamiento de los recursos.

Organizaciones sociales

1. **Desarrolle cuáles son las principales acciones de su organización en búsqueda por una mayor participación de la generación con energías renovables, o por una descarbonización de la matriz energética o por una menor emisión de gases de efecto invernadero.**

Nosotros como Asociación Geotérmica Ecuatoriana, estamos promoviendo algunas iniciativas, algunos proyectos, estamos siguiendo de cerca lo que sucede en otros países, como para que nos sirva de ejemplo y de herramientas en las entidades que están manejando la política del estado. Nosotros hemos estado en reuniones con el Ministerio de Energía y Minas, con el Viceministerio de Electricidad, justamente desde el espacio donde se están promoviendo los proyectos geotérmicos, específicamente el aprovechamiento de lo que es hoy por hoy la infraestructura y el aprovechamiento de lo que ya es la energía geotérmica. Ya se ha podido determinar en la perforación del primer pozo geotérmico del país que es el pozo Chachimbiro, entonces ahí nosotros somos actores que hemos estado involucrados desde nuestros espacios de trabajo, desde nuestros espacios técnicos, justamente aportando y a través de la asociación nos hemos podido organizar, justamente para tener esas conversaciones, acercamientos o acompañamientos, a estos actores que giran alrededor de estos proyectos de energías renovables. Hemos estado en conversaciones con el Ministerio, con las entidades que financian este tipo de proyectos, nosotros hemos manejado justamente este tipo de operaciones, hemos facilitado información técnica en todos los aspectos, tanto en lo legal, en lo tributario, en lo específicamente técnico, para este tipo de operaciones de manera que este tipo de instituciones, este tipo de espacios del gobierno, puedan tener a mano información y herramientas que faciliten su gestión y faciliten su trabajo. Hemos estado de esa forma participando, apoyando, acompañando a estas entidades del estado y a otro tipo de organizaciones.

2. **¿Tiene su organización algún organismo, comisión y área de trabajo específica para el desarrollo de políticas y acciones en torno a estas problemáticas? (la transición energética)**

Sí, nosotros hemos trabajado para foros, por eventos, hemos tenido sesiones

de trabajo internas, hemos promovido espacios de acercamiento entre la academia, la empresa privada y el estado, para poder justamente generar este tipo de discusión de revisión, entonces desde esos espacios nosotros hemos estado justamente haciendo estos aportes y también hemos estado pendientes de estas iniciativas por parte del gobierno, para nosotros poder entrar a colaborar, a acompañar en este tipo de iniciativas.

3. **¿Cuáles son los principales conflictos que ud o su organización identifica en torno a las políticas mencionadas? Y la organización en la que ud participa, ¿ha formado parte de dichos conflictos? ¿Cuál fue su participación?**

Nosotros hemos estado involucrados desde nuestros puestos de trabajo, desde los espacios donde nos desenvolvemos profesionalmente en estas iniciativas. Eso ha permitido que se enriquezca la discusión interna de la organización para poder entender de mejor manera dónde es lo que hay que mejorar, nosotros a través de todos los programas estamos cubriendo los diferentes aspectos, la parte de relacionamiento ambiental, la parte legal, entonces con una participación multidisciplinaria nosotros hemos podido discutir, analizar y hacer sugerencias. Somos conscientes de que la parte de la promoción de la energía geotérmica está empezando, ya se han desarrollado los primeros proyectos y hay un financiamiento que permite continuar con el desarrollo de energía geotérmica en el país, entonces consideramos que justamente estar vinculado o la discusión de esos foros es lo que nos ha permitido generar un aporte para la organización, para el mejor aprovechamiento de estos recursos.

4. **¿Cuáles son las organizaciones sociales y/o políticas que considera potenciales aliados estratégicos en una perspectiva de transición justa para la región amazónica de su país?**

Definitivamente uno de los actores importantes tiene que ser el Ministerio de Energía y Minas y en ese momento se recoge la parte de la electricidad, la parte de hidrocarburos y justamente en esas instancias en donde se coordina también las relaciones con los espacios de trabajo con las empresas públicas, con las empresas privadas y las entidades que controlan justamente este tipo de operaciones. Entonces, la organización de energía y minas es uno de los aliados que debe sumarse o debe ser parte de ese

análisis, de esa discusión, de ese debate que debe haber para el buen aprovechamiento de los recursos, toda vez que desde este espacio es donde se generan las políticas se generan una serie de iniciativas que van a permitir el aprovechamiento de este tipo de recursos.

Hay otros espacios más como la academia, que es fundamental con su aporte técnico con su aporte de conocimiento, con su aporte de formación de los nuevos profesionales que deben ser consideradas, de ahí nacen los nuevos profesionales, de ahí nacen posiblemente nuevas tecnologías, nuevas iniciativas que deben ser consideradas por las organizaciones y también por estar en contacto con las organizaciones debe haber justamente ese vínculo entre las organizaciones, la academia, el Estado.

También otro actor importante es la empresa privada, considerando que es un actor que viene a hacer inversión en determinadas iniciativas, en determinados proyectos, entonces en el momento que se pueda conjugar y se pueda generar un espacio donde se pueda, donde interactúen estos actores, donde se puede generar un grupo de aliados que favorecen a las organizaciones, que están ubicadas en la región amazónica.

5. ¿Cuáles son las organizaciones sociales y/o políticas que considera contrarias o potencialmente contrarias a un camino público en la transición justo para la Amazonía?

Definitivamente la organización que está a favor de un extractivismo desmedido, de un extractivismo que no genera un equilibrio en la naturaleza y en ese tipo de organizaciones tienen que ser de alguna manera también reguladas desde el Estado. También deben ser vigiladas o deben ser monitoreadas desde las organizaciones que defienden los espacios, que defienden la naturaleza y están en contra de este tipo de políticas y de iniciativas. Hay empresas hay entidades que manejan recursos que promueven este tipo de proyectos y de iniciativas. Mencionar una no podría ser mal porque no dispongo de una información precisa que pueda sustentar justamente este detalle.

6. ¿Qué dificultades identifica en la construcción de alianzas en favor de una transición energética pública en la región?

Definitivamente es importante la participación social, la participación de las organizaciones, tener esos espacios donde se puede mover esta discusión, que se pueda promover estas conversaciones y esto debe ser fortalecido. Se necesita que desde algún espacio, desde alguna institución, desde algún ente público, privado, de una organización social, se tenga ese empoderamiento, ese encargo mediante algún mandato, que la legislación nacional le permita generar este tipo de convocatorias. Hoy por hoy, eso ha cambiado, ha disminuido se ha recortado y se necesita más bien fortalecer ese espacio de conversación, de acercamiento, para que se pueda justamente promover este tipo de acuerdos, de planes de programaciones que faciliten la participación y el beneficio de todos los involucrados en estas iniciativas y en otros proyectos.

7. ¿Qué vías de participación democrática consideran más viables para garantizar una participación real de los trabajadores y otros actores de la sociedad civil en la planificación de los planes y medidas para garantizar una transición justa?

Es importante que en los procesos de planificación, que se realizan desde el estado, exista una adecuada identificación de todos los actores, debe haber un buen mapeo, un buen conocimiento de todos los involucrados, es importante armar una buena matriz, identificar a todos los actores que están realmente en este tipo de espacio, entonces eso es fundamental. Si es que no existe una identificación, hay actores que definitivamente no podrán participar, habrá actores que impongan los puntos de vista sobre otros actores que no han sido considerados. Es planificando de alguna manera todo, lo que se puede hacer para garantizar una participación real de los planes y medidas que se pueden garantizar en una iniciativa de alcance nacional. El otro detalle importante son los mecanismos, que faciliten justamente ese aporte de ideas, de sugerencias, que se puedan después procesar, sistematizar y generar el beneficio a todos los que están ahí participando, entonces si se necesita generar este tipo de dinámicas que promuevan estos acercamientos entre todos los que pueden participar.

1. **¿Cuáles son los principales problemas de la clase trabajadora en la región amazónica de su país, según su opinión? ¿Difieren en algún sentido los problemas de la clase trabajadora a nivel nacional?**

Es importante mencionar que justamente el grupo de trabajadores, profesionales, que por hoy están en la región amazónica, de que vienen de todas las regiones del país, hay un fuerte componente que posiblemente es de la región amazónica, pero si es importante mencionar que este grupo de trabajadores vienen de todas las regiones del país. Entonces, creería que la problemática laboral que se refleja hoy por hoy en la Amazonía puede ser una problemática muy parecida a la que se da en otras instancias, en otros lugares donde están los trabajadores también participando.

La región amazónica es un grupo de trabajadores que particularmente por la presencia, por los recursos naturales que disponen, posiblemente es una región que tiene una dinámica diferente. Estamos hablando de que ahí se concentra la extracción petrolera, hoy por hoy también se está desarrollando una operación de extracción minera. Es necesario que se pueda disponer de mecanismos o de leyes que justamente permitan esa participación de los trabajadores justamente en esos espacios donde se pueda discutir los temas laborales, que se pueda discutir las posibles mejoras que se necesita que se establezcan en las diferentes organizaciones.

Hoy por hoy, se ve que en este gobierno justamente en estos momentos, se están dando una serie de modificaciones a los reglamentos, a la legislación laboral que está afectando a todos los trabajadores, específicamente en estos meses se ha visto con mayor énfasis el proceso de desvinculación de técnicos y trabajadores en los sectores de la industria petrolera, son los que trabajan hoy en la región amazónica. Entonces, sí son temas importantes que se deben establecer, los que hoy por hoy dirigen la política del país y los que están trabajando en beneficio del país, los trabajadores que están en las empresas públicas, en las instituciones del Estado, en las diferentes instancias donde ellos desarrollan sus actividades, entonces esa base legal, esa base jurídica permite que tengan una estabilidad y se deben respetarse. Deben mantenerse para que exista justamente un equilibrio entre todos los que participan de estos temas en la industria, en el país y en la región amazónica.

2. ¿Qué desafíos supone un proceso de descarbonización de la matriz energética para trabajadoras y trabajadores de la región amazónica de su país?

Un proceso de descarbonización va de la mano con el potencial uso de nuevas tecnologías. El potencial uso de nuevas tecnologías también va de la mano con aspectos de formación y de educación, aspectos tecnológicos, aspectos académicos, aspectos de educación popular que se pueden usar para formar organizaciones. Si queremos entrar a un proceso de descarbonización, si queremos entrar a un proceso de uso de energías alternativas, de energías que nos lleven hacia una transición justa, también debe haber un proceso de formación, de educación, de difusión y de promoción de proyectos que justamente se pueden usar para formar organizaciones. Eso es lo que se debería promover si necesitamos avanzar hacia una transición justa. Entonces, si es importante la presencia y la participación del Estado para que esto se pueda promover. Si es importante la presencia y la participación de los actores gubernamentales de esos lugares, de esos sitios donde se quieren promover este tipo de proyectos. Entonces, esto debe estar marcado dentro de una iniciativa nacional programática que cuente con los recursos, con los auspicios, que cuente con todos los aspectos que deberían considerarse a las personas que se encuentran en esos sitios, por tal de ser a los que vienen a hacer ese tipo de proyectos en donde se busca promover este tipo de transición justa.

3. ¿En qué medida la actual matriz energética afecta a las poblaciones de la región amazónica? ¿Cree que una transición energética justa puede mejorar su situación actual? Justifique su respuesta.

La transición justa demanda que exista una participación del Estado que facilite y promueva este tipo de iniciativas. Entonces, hoy por hoy, esa participación y ese involucramiento del Estado en estos proyectos, con estas iniciativas no es suficiente. Entonces, sí se debe avanzar en estos aspectos para que se pueda empezar a promover estos proyectos en los diferentes espacios, donde han identificado la transición justa como algo muy importante.

La región amazónica es de donde se han sacado los recursos, que justamente han servido para que el país pueda tener una capacidad económica para solventar algunas cosas, pero la misma región amazónica no ha recibido de vuelta los beneficios que implica este tipo de recursos.

Entonces, sí es importante que justamente se busque un mecanismo, que se busquen herramientas que compensen este tipo de extracción que se ha dado en las diferentes regiones del país. Entonces, eso históricamente es uno de los temas que ha sido motivo de mucha discusión, pero definitivamente no ha podido ser compensado de la manera más adecuada o en la misma medida o muy cercano, a la cantidad de recursos que se han podido extraer de la región amazónica y de otras regiones del país.

Entonces, sí es valioso que existan iniciativas que permitan a la región amazónica generar o tener alguna compensación o beneficio justamente por haber sido un actor fundamental dentro de la extracción de recursos del país.

4. ¿Ha notado una reducción, transformación o generación de nuevos puestos de trabajo relacionados con el paso a energías limpias o posibles cierres de pozos o minas? ¿Podría dar ejemplos?

En el país la dinámica es muy diferente, especialmente estos últimos meses. Se tiene un proceso de reestructuración del Estado, donde se está uniendo entidades que antes hacían un control ambiental sobre entidades que trabajaban las políticas de extracción de recursos. Entonces, eso promueve justamente una dinámica muy particular donde todos estos actores que van a estar concentrados en una entidad del Estado, deben tener una nueva estructura, una nueva organización, esperando que esa sea una de las soluciones y alternativas que ayuden a una transición justa.

Pero lo que se ha visto es que más bien con estos procesos hay un debilitamiento de esta parte del Estado, que hay una disminución del aporte de la participación técnica, hay una afectación en las plazas de trabajo, pensando en el Estado como tal, hacia el sector público, en las entidades o en las empresas públicas que promueven justamente este tipo

de proyectos, estamos también en un proceso de reducción de su tamaño, estamos en un proceso que justamente le reduce su recurso, le reduce su capital, su capacidad financiera para enfrentar su día a día, para enfrentar su futuro.

Entonces, esto es importante que sea analizado de otra forma para que no exista un impacto justamente en el tema laboral, en el tema del futuro de este tipo de empresas, en el futuro de este tipo de instituciones públicas que indirectamente afectan a las demás participantes de la cadena productiva.

Entonces, si es que hay una empresa pública, si hay una entidad del Estado que está participando en una región del país y esta se ve afectada, esta se ve disminuida, esto tiene un impacto inmediato sobre el resto de la cadena productiva, sobre el resto de empresas, proveedores de servicios, sobre el resto de proveedores de materias primas, sobre los proveedores de insumos que se encuentran en la región. Entonces, si hay ahí un tema que estaría reflejándose en una afectación laboral y de parte situación en la región de amazónica y en otras partes del país, son las políticas actuales que se están haciendo ejecutar.

5. **Si se desarrolla un proceso de abandono de las fuentes fósiles, ¿cuáles cree que podrían ser las alternativas laborales para los trabajadores actualmente afectados?**
¿considera que hay algún diferencial sobre el impacto en trabajadores tercerizados y trabajadores directos?

Justamente en el tema este de la transición justa y pensando nuevamente en las posibilidades del aprovechamiento de la energía geotérmica, en algunos países del mundo y justamente donde se desarrolla este aprovechamiento de recursos geotérmicos, la mano de obra calificada de la industria petrolera ha pasado a la industria geotérmica porque justamente se ocupan tecnologías, herramientas, se desarrollan operaciones muy similares a las que se utilizan.

Entonces en varios países ha sucedido que esa mano de obra calificada se acaba pasando a este tipo de aprovechamiento de las energías renovables pensando, en la geotérmica y su conocimiento, su experiencia son aprovechadas en este tipo de industria. Entonces sí, es una potencial

oportunidad que nosotros tenemos en el país para que se genere ese salto ocupacional tecnológico donde se aprovecha el conocimiento que tiene justamente el técnico y el trabajador nacional que está en la industria petrolera y pueda asaltar a la industria geotérmica.

Esto ya ha sucedido en otros países y muy bien podría suceder acá en el país. Lo ideal sería que desde el gobierno se promueva este tipo de proyectos y de iniciativas que generen esa alternativa laboral, esa alternativa ocupacional a mucha de la mano de obra que hoy por hoy, está siempre ya desvinculada justamente de las instrucciones del Estado y de las empresas públicas que podrían generar este tipo de beneficios para el Estado, para las entidades que se encuentran en el territorio y justamente para los trabajadores y profesionales que ya tienen una experiencia y un conocimiento de muchos años.

6. ¿Creen que el Estado debe asumir un papel de liderazgo en la transición, incluso con la creación directa de puestos de trabajo?

Sí, definitivamente el Estado tiene que liderar estas iniciativas, porque ahí nace una base jurídica que facilita las inversiones y los proyectos, tanto públicos como privados. Desde el Estado debe haber una planificación adecuada a largo plazo con diferentes escenarios, que permitan tener una visión de país. Entonces, eso solamente se puede manejar desde las entidades del Estado. A esto hay que sumar la participación social, la participación de los demás actores.

Tenemos que hacer ese mapeo de actores que son los que van a sumar su visión y su conocimiento zonal, regional, territorial a esta planificación del Estado. Se debe recoger sus preocupaciones, se debe recoger sus potencialidades para que esa planificación que debe ser liderada desde el Estado y que suma a todos estos actores, llámese academia, llámese empresas privadas, llámese organizaciones sociales, llámese entidades que podrían venir a acompañar estos procesos desde fuera del país. Esto es algo que sí puede ser liderado desde el Estado. Es fundamental. La participación del Estado con un buen acompañamiento, con un buen soporte técnico, para que estos proyectos y estas planificaciones sean participativas, cuenten con los recursos del caso y generen los escenarios que permitan tener una visión de país colaborativo y participativo donde

esto sirva para un beneficio de todos.

7. ¿Ha recibido usted o sus compañeros algún tipo de capacitación o reconversión laboral como parte de este proceso de transición?

Nosotros, por estar involucrados justamente en este tema de academia, sí hemos estado participando en este tipo de iniciativas. Había espacios de acercamiento en las entidades del Estado, que justamente están realizando modelos organizacionales y otro tipo de estructuras que se manejan en empresas, que están en el sector de hidrocarburos que ahora ya se manejan como empresas de energía, y donde justamente estos proyectos de energías enormes se completan en parte de su portfolio. Entonces esa visión o esa forma de ver la energía con todas sus componentes, o todas sus alternativas, es una visión más integrada y es alguno de los aspectos que nosotros como participantes de la asociación que tenemos, nunca hemos podido estar en el sector de la energía.

Y podemos ver de cerca este tipo de capacitaciones o de foros o espacios, donde se discuten este tipo de iniciativas. Pero definitivamente esto se ha reducido a nuestra organización. Consideramos que esto es un tema que muy bien puede ser un espacio de debate y alcance nacional. Porque al manejar un concepto de energía, que hoy se está manejando en algunas empresas que tiene el Estado, o en parte las políticas que tiene el Estado, está siendo muy limitado y restringido. Y más bien debería ser una visión donde se maneje ya la energía común todo y se involucran todos los aspectos que deberían ser ya promovidos, deberían ser parte de esa planificación o de esa programación a futuro, donde la gente comienza a empoderarse de estas ideas y de estas iniciativas a nivel nacional.

Desafíos específicos

- 1. Si tuviera que elegir una región, localidad y/o ciudad específica dentro de la región amazónica donde se concentren los mayores desafíos para la transición justa, ¿cuál sería y por qué?**

La región amazónica dentro de lo que es la transición justa, debería ser un actor fundamental porque ahí básicamente por los recursos que tiene y que históricamente han sido aprovechados, debería ser un actor fundamental en función de que veras esa compensación. Pensando en el tema de la transición justa, en el aprovechamiento de lo que ya existe en la región amazónica, pensando en esa infraestructura que ya hay en la misma infraestructura petrolera, por poner un ejemplo, uno de los actores fundamentales podría ser el mismo Bloque 43 ITT.

Si bien es cierto, hoy tiene este tipo de posibilidades, de que se está cumpliendo un dictamen por parte de la Corte Constitucional, pero también hay que entender que con esa infraestructura, con esas facilidades, con todo lo que hoy por hoy ya existe en esta zona, al hacer un aprovechamiento, pensando en una transición justa, pensando en una descarbonización, pensando en que el país ha hecho una serie de inversiones en esta área, en estos bloques.

Esta misma infraestructura puede servirnos para generar esa misma transición. Puede ser reutilizada, puede ser aprovechada sin necesidad de que se mantenga una transición de hidrocarburos, sino más bien el aprovechamiento de los otros fluidos que existen ahí, que creo que se hacen en otros lugares del mundo. Podemos incluso hablar de una coproducción, pero eso abriría un nuevo debate nacional, eso abriría una nueva discusión en relación a la decisión que la corte constitucional ya dispuso, pero sí sería interesante que justamente el Bloque 43, que está en la región de amazónica, con toda esa inversión, con toda esa infraestructura que hoy por hoy existe y con todos los recursos que se disponen, y que se puede hacerlo a nivel mundial, de cómo se puede hacer esa transición justa con una infraestructura llamémosle extractivista, que podría generar muchos beneficios al país y en especial a la región amazónica.

2. ¿Está usted de acuerdo con el resultado de la consulta popular del Yasuní ITT? ¿Por qué sí o por qué no?

Definitivamente el análisis y la discusión, el debate, la argumentación que tuvieron los diferentes actores, para que se haya llegado a esta instancia legal, que ha permitido suspender operaciones de extracción y recorrido en

el bloque 43 en el ITT, sí es motivo de análisis, es motivo de discusión, debería ser motivo de revisión.

Muchos de los actores fundamentales, llaméese estado, llaméese empresa pública, llaméese organizaciones y comunidades de la zona, del sector, no fueron lo suficientemente precisos y claros, no tuvieron una argumentación técnica suficiente y adecuada y no pudieron demostrar la importancia que tiene el aprovechamiento de estos recursos en la dinámica económica del país.

Entonces, eso obviamente va a generar muchas implicaciones, muchos efectos que en el mediano a largo plazo se comenzarán a identificar. Yo empezaría desde ese momento, desde esta instancia donde se generó este debate, esta discusión técnica que no permitió de alguna manera hacer una demostración efectiva lo que implica una extracción de recursos en esa zona, con las tecnologías adecuadas, con el personal adecuado considerando que en otros países, este tipo de aprovechamiento de los recursos ya se hace incluso en lugares de una manera similar o más sensibles que la misma región.

Entonces yo creería que sí debería promoverse un nuevo espacio de discusión, donde se pueda nuevamente revisar la posibilidad de que se haga este reanálisis. No sé si es jurídicamente posible una nueva reconsideración, una nueva consulta, un nuevo mecanismo que facilite esta nueva, que facilite un nuevo espacio de discusión con el sustento adecuado, con los actores adecuados para que esto posiblemente pueda ser reconsiderado.

3. ¿Cree que el cierre del ITT afecta o afectará a su comunidad a la región amazónica y al país? ¿Por qué sí o por qué no?

Sí, definitivamente esto tiene un impacto, porque hay una reducción de la operación en la zona y esto genera una serie de afectaciones a todas las organizaciones o a toda la cadena productiva de la zona, a toda la cadena productiva de la región.

Es una operación grande, es una operación que demanda gente, que demanda recursos, que demanda inversiones, que demanda una logística, que demanda una serie de suministros que en la región amazónica se

pueden conseguir, que están en la misma región amazónica.

Entonces, sí hay una afectación a todo el nivel, fuera de la afectación nacional, que es no disponer de los recursos suficientes para la caja fiscal, considerando que en el país necesitamos mejorar algunos aspectos, tanto educación, salud, seguridad, que muy bien podrían ser cubiertos con los recursos que podrían generarse del aprovechamiento, de lo que se tiene en la región amazónica, en el bloque 43 específicamente.

Entonces, la afectación será más evidente en el mediano - largo plazo, si es que no hay algo que genere alternativas, o compense esta disminución de recursos, y eso tendrá un impacto inmediato en la población de la zona, y eso repercutirá en las demás regiones del país. De eso me imagino que sería importante que se monitoree o se revise de alguna forma, y que se pueda comenzar a afectar en algunos lugares del país.

PERU

Entrevistas caso peruano

1.1. Entrevista a Eduardo Vásquez

Pregunta: Bueno, entonces comencemos con la primera parte que es tu nombre, tu cargo. Tú tienes aquí en esta entrevista como un rol doble, ¿no? Que es uno tu cargo y tus funciones en el municipio, y tu cargo y tus funciones en el mundo sindical. Así que identificate, por favor, Eduardo.

Respuesta: Yo soy Eduardo Vásquez Vásquez, eh, egresado de economía, ¿no? Técnico, con cursos diversos sobre planeamiento estratégico, básicamente. En el plano sindical soy secretario, actualmente, en la última elección en marzo de este año, secretario de Ecología y Medio Ambiente, de la CGTP Loreto, y soy secretario de Defensa del SITRAMUN Maynas (Sindicato de Trabajadores Municipales de Maynas). Varias veces he sido dirigente en la FETRAMUNP (Federación de Trabajadores Municipales del Perú), dirigente en la CITE (Confederación Intersectorial de Trabajadores Estatales del Perú), dirigente nacional de la FETRAMUNP también; pero ya los cargos aburguesados ya no me gustan, ¿no? O sea, es mucho tiempo eso de estar en tanto cargo, discutir tonterías, hay que actuar más, ¿no? Entonces, mitad de mi tiempo se iba en reuniones, veces insulsas, ¿no?

Pregunta: Bueno, entonces lo primero, porque este es una es una investigación sobre el tema del avance de la transición energética justa en los países amazónicos, y nosotros estamos haciendo la parte de Perú. Entonces, estamos tratando de incorporar las opiniones de los actores públicos o en este caso sindicales reales sobre este tema de la transición. Entonces, lo primero que te quiero preguntar es lo que para ti significan los desafíos, ¿no? Económicos, sociales o políticos que presenta la transición en la región amazónica, ¿no? Porque tú en realidad eres un vocero, digamos, de la región de Loreto, ¿no? Que es la principal eh, o sea, ¿cuándo tú te acercas al tema este de transición energética justa?

¿Cuáles son los desafíos que tú crees que se ponen por delante?

Respuesta: Mira, son varios. A ver, vamos a vamos un poco ordenar. Eh, el yo creo el problema, el desafío mayor es construir eh el equipo, voluntades, conciencias en el campo, yo voy a llamar la sociedad civil, ¿no? Los sindicatos, las comunidades, todo eso, eh, para enrumbar a enfrentar todos estos problemas, tenemos que construir con ellos, o sea, y ahí hay dificultades, tenemos problemas en las organizaciones de la misma al interior de la CGTP, no coordinamos con otras centrales, eh no salimos

mucho todavía del tema sindical economicista a dar el salto social de gobernabilidad, etcétera, con la sociedad. O sea, todos esos son, digamos, los retos mayores que tenemos que dar y donde todo lo que hemos desarrollado con ustedes en todo esto de la transición justa y todo eso se vaya haciendo carne, si no va a quedar en uno, dos, tres compañeros, un grupito, y esto no va a caminar. Entonces significa no solamente, o sea, donde yo tengo que poner un peso fundamental, estoy hablando como dirigente, pero colectivizar y asumir las en este caso la CGTP Loreto y otras organizaciones un poco eh como una tarea y una responsabilidad política. Ya ayer también la compañera de la CATP, Ruth, también mencionaba, pues no, o sea, y yo soy consciente, o sea, estamos queriendo dar un salto los sindicatos que no todavía lo hemos dado, ¿no? De esa visión. economicista gremial, donde muchos dirigentes decían, "¿Cuál es tu mejor indicador para decir que eres buen dirigente? Tus boletas de pago". O sea, ha aumentado más tu sueldo, eres el mejor dirigente. Y no creo que ese sea el mejor indicador. Es uno de los indicadores, luchar por la mejora económica, ¿no? Pero tenemos que mejorar las condiciones de vida de nuestra población, o sea, eh buscar la sociedad inclusiva. Y ahí viene el tema de la transición justa, todo eso. Entonces, eso todavía no se hace carne. Entonces, yo creo que es eh y un poco también la dinámica de la lucha economicista, la lucha política, la lucha contra la corrupción que hay en la sociedad que te distrae, te distrae de esto. O sea, yo te digo, más se ha agotado mi... nuestro tiempo en la lucha contra la corrupción. Es un tema que es brutal. Entonces, yo creo el reto mayor es, cómo esto lo vamos multiplicando, vamos desarrollando. Pero vamos con un equipo de cuatro o cinco más, que hemos llegado a armar en Loreto. Hemos armado con José de Petroperú, del sindicato, pues mantenemos una relación por tú culpa más cuando vienes, ¿no? Pero después él justo me llamó, pero por otros temas, pero con otra dinámica y todo. Entonces yo creo uno de los retos es eso, es hacer esa eh formar ese grupo, formar y encaminar. Si no va a quedar en buena intención.

Pregunta: Tú has introducido ahí un tema que me parece interesante, ¿no? Porque este tema que es hacer primero hacer conciencia desde las organizaciones sociales y sindicales, digamos, ¿no? De la digamos de lo que se está jugando en la región en estos debates, ¿no? Por un lado, por otro lado, eh has añadido algo interesante que es el tema de la corrupción, ¿no? Y lo hemos hablado alguna vez, ¿no? Eh, si uno mira la región amazónica, ¿no? Eh, en términos de avances de transición, pero referidos también a avances ambientales, ¿no? Porque el tema de la transición tiene detrás, evidentemente una preocupación ambiental, una preocupación por el tema del cambio climático, ¿no? Se supone que uno, si uno desarrolla políticas o estrategias o prácticas de protección ambiental, eso es una contribución justamente en el camino.

de la de la transición, ¿no? Y eso hablado tú de la corrupción, ¿no? Y alguna vez tú has mencionado también, por ejemplo, en el tema de la disposición de desechos, por ejemplo, en la selva, ¿no? En la Amazonía, digamos, ¿no? En una zona tan supuestamente delicada, ¿no? Y prácticas, digamos, y lo hemos visto la hemos visto la basura en Iquitos, ¿no? O sea, no es que esto esté resuelto, ¿no? Eh ¿Tú crees que la corrupción también, o sea, que la corrupción que vive en un sistema que no piensa en la transición, no? La corrupción a veces vive muy bien en la, digamos, en mantener las cosas como están, ¿no? En mantener la depredación o en mantener la digamos la inacción, ¿no? Que ese cambio, ¿no? De cambiar hacia la transición, que cambiar hacia prácticas más sostenibles en la región afecta intereses también, ¿no?

Respuesta: Así es. Mira, dos cosas puntuales. Una que Tú lo has dicho y yo lo yo lo mencioné ayer, es que si estábamos acá, te eh lo dije en esta reunión conversando los pasivos ambientales y todo es porque el tema es el cambio climático, o sea, el tema es de la defensa del planeta, o sea, ese es el tema central, ese, o sea, el resto es consecuencia de lo otro, ¿no? O sea, estamos en eso está claro. Ya. Y eso y eso todavía todavía no es eh no es compartido, digamos. en sueltas. Ay, sí, pues el planeta ahí, pero no, o sea, no se le mide. Y eso que ya se mencionó, estamos viviendo cosas muy eh muy claras, lluvias permanentes acá, friajes más continuos, calores brutales y bueno y en otros lugares es mucho mayor, ¿no? Entonces sí, nuestro planeta está cambiando totalmente, está deteriorando y la tendencia es si no paramos de acá, o sea, eso debe quedar mucho más claro. Entonces, por eso yo recojo también lo que tú dijiste y eso lo tengo clarísimo, ¿no? Para ver ahora el tema el tema de eh por eso yo decía Iquitos, si voy a Loreto, Iquitos, tú ves el atraso de Iquitos comparado a Pucallpa, no sé si has estado por ahí ahora último. Y a San Martín. Y antes Iquitos pues le llevaba... De cero a 10, Iquitos tenía ocho, Pucallpa tenía cuatro, San Martín tenía cinco. Ahora Iquitos tiene seis, Pucallpa tiene ocho, San Martín tiene siete. Si no es más, ¿no? Entonces, y es justamente un tema de la corrupción y un tema de la corrupción que no hablo de la corrupción solamente estatal, sino de la corrupción generalizada que tenemos. Entonces, eh necesitamos justamente buscar nuevos líderes. Los líderes que acá en Iquitos, o sea, para mí, y de repente me incluyo, hemos fracasado, puede que yo tenga menor o mayor culpa, pero estamos fracasando porque estamos atravesados por una, o sea, una situación que no... hemos permitido que esto siga igual o hemos permitido que la corrupción camine, o hemos sido parte de esa corrupción, y no hemos afrontado con firmeza la decisión de ir cambiando las cosas, ¿no? Todo es esto que ha empezado con ECOANDINO, todo esto, esto acá, o sea, abre unas nuevas puertas, digamos, donde podemos agarrar mayores consensos y donde sí hay que darle. Por eso

yo a los ecuatorianos les comenté, ¿no? No digo que el camino es ahorita ser tipo la empresa de ellos, pero hay que tomar... Qué lindo sería que escriban un libro, una novela, o sea, cómo ha significado encontrar y avanzar en todo eso, porque a veces uno lo hace pues a partir de su experiencia ha aprendido pues qué cosas debe hacer y todo eso, pero a veces hay otros que ya, de éxito, de cosas positivas que se transmitan, ¿no? Entonces y porque no estamos en eso descubriendo. Quiero rememorararte un poco a mi militancia de izquierda de hace tiempo, pues donde éramos pues, que peleábamos por lo mínimo, ¿no? Que en la banderola decía reformar, ya eras un burgués por una por una palabrita de miércoles. Era una pelea pero brutal. Por poco no Stalin no le mata a Trotski, ¿no? Es loco de verdad. Y ahorita y yo me acuerdo también cómo otra cosa que creo que tú lo has vivido en la Villarreal eh el manejo de las contradicciones y cómo podemos hacer para fortalecer. Pero es un tema que mejor no lo desarrollo por más dilatar. Pero lo que lo que quería acá es en sentido de que hay la necesidad de eso, pero encontramos esas trabas. La corrupción y la falta de cuadros. Hay que ir a formar cuadros. Hay que tener el tiempo de hacer este trabajo. Es como como el trabajo político, pues, que hacías antes, donde entregabas tu tiempo, ¿no? Pero pues o sea, pero es mucho más papel de los jóvenes. Pues uno con sus 65 años, con los problemas de la familia y todo, estás a las justas para dar tiempo y otro y dos. Tienes que meterte a pelear. Eso necesitamos, necesitamos formar, por ejemplo, ahí cuando promotores y todo en ese nivel para que esto camine.

Pregunta: Te planteo un tema que ha ocurrido, lo hemos mencionado someramente ayer y nosotros lo estamos viendo, que es digamos estos impactos que trae, no sé si la transición, ¿no? Porque como tú dices, y vamos a volver sobre eso, eh, ¿qué tanto en la región amazónica tú percibes que ha avanzado la transición o no? Eh, vamos a volver sobre eso, pero hay este tema que lo hemos constatado de la reducción o la caída del 90% del empleo petrolero, ¿no? Entonces, en la teoría de lo que hemos hablado, supuestamente en los procesos de transición justa, uno trata de, digamos, adelantarse y ver, bueno, qué se va a hacer, si tiene impacto, dónde colocamos al trabajo o a los trabajadores, ¿no?

Respuesta: A ver, sobre eso, mira, o sea, el trabajo petrolero tuvo dos impactos de bajada, una, como mencioné, cuando yo estaba en Lima, en los años 80 casi, un bajón, pero la gente fue con chupo de plata; y ahora por el cierre de muchos pozos petroleros todo ha bajado, pero el problema es a dónde ha ido esa gente, ¿no? O sea, ¿dónde se ha ido a ocupar? Y mucho, mucho ha ido al "motocar", ya, mucha gente que ha ido a la construcción, porque hay construcción en Iquitos, no mucho, pero ha aumentado. Pero

no ha ido a ese empleo saludable, o sea, no ha ido a la agricultura o a la agroindustria, a los temas de remediación, no ha ido a ningún tipo de digamos eh no ha ido al turismo ecológico, algunas cosas, sostenibles, hay unas que otras experiencias, pero manejadas por grupos que buscan su beneficio personal, no dentro de un desarrollo. Entonces eh y hay ese desempleo y hay lo otro, el "motocar", como te digo. Entonces, hay gente con, si vamos a hablar el término, hay mano de obra para ese tipo de empleo, para hacer, para remediar. Y esto del petróleo, por eso, como digo, si haces lo que hace Ecuador, remedias, mejoras, mantienes explotación, o sea, va a haber gente dedicada todavía en el trabajo petrolero. Claro, pero necesitamos los otros, necesitamos la masa, valga el término; para lo otro hay, o sea, hay, pero no hay la alternativa de eso. O sea, la gente que ha migrado del eh dentro de la selva, ¿no? Y de las riberas que ha venido acá, esa gente, como te digo, se ha dedicado a lo otro, pero esa gente, algunos al petróleo, otros acá a la construcción, a otras áreas mínimas, pero hay gente, hay población, hay mano de obra que pueda que pueda desarrollarlo, y siempre, y va a seguir habiendo, o sea, igual va a seguir creciendo la gente, igual va a seguir migrando a Iquitos. Ahorita con esto del puente y con todo lo que se está trabajando, el plan metropolitano, ¿no? Muy seriamente y todo. Iquitos va a crecer más también para el lado ya no norte, camino a Nauta, sino para el lado sur, con el puente que llega a Mazán, que es otro distrito y te da la salida al Napo, y de ahí buscas en carretera ir al estrecho, y ya estás en Colombia; no en la triple frontera, pero es el Putumayo, en un pueblo importante que es el estrecho. Entonces por ahí hay también para trabajo agrícola y etcétera, etcétera, ¿no? Y ahora, entonces, hay el elemento como para la remediación, pero, como se ha visto ayer, no se ha remediado nada. Y tenemos necesidad que superar el otro problema, son los conflictos que tenemos con las comu... [comunidades], con los dirigentes básicamente de las comunidades, ¿no? Todo en Iquitos, tú lo has dicho ahí, se ha manejado con fondos acá en Loreto, y todo es negocio, pues

¿no? Por eso digo, la corrupción está atravesado todito ahí el fideicomiso que viene por acá,

¿no? Ahora ha sido aprobado un fideicomiso nuevo también. Entonces, ¿cómo lo manejamos? Entre el gobierno regional y la comunidad y todo, que nos morimos de miedo, pues porque acá no se invierte bien.

Pregunta: Claro, porque ahora lo que tú estás ahí planteando es que eh no es que no haya recursos, digamos, no es que no hay recursos, digamos, no hay recursos para la transición, no es un es un es una región muy pobre y entonces el desafío es que no tenemos recursos. No, es que hay fondo aquí, fondo allá, fideicomiso aquí, ¿no? O sea, este y nadie remedia uno, digamos,

¿no? O sea, si tomamos la remediación como uno de los indicadores también de lo que debería trabajar la transición, no solo en el futuro, sino también resolver en el pasado,

¿no? O sea, que eso está, digamos, este vinculado a la corrupción, pero ese reto del de los recursos, que suele ser un reto inmenso, ¿no? Para la transición. Oye, la transición implica fondos del Estado, ¿no? Al parecer en la región hay, pero están en otra dirección, digamos, ¿no?

Respuesta: Así es. Mira, y hablando un poco, yo siempre acordándome cuando te conocía y cuando eras revolucionario, o sea, las condiciones objetivas están dadas. Hay el tema de la cuestión subjetiva, el tema de la organización, el tema, ese es nuestro problema, y de eso somos responsables nosotros. No son responsables otros. El Estado también, pero somos nosotros. Está bien. O sea, los objetivos hay, no hay que decir "No, no se puede porque..." no, sí hay gente, hay recursos, hay inversión, hay de dónde sacar, hay. Entonces el problema somos nosotros que no sabemos cómo hacerla, nos peleamos, nos estamos acá sacando la mugre, matando, parece que estamos en hace 50 años con las mismas peleas tontas de miércoles, o cada uno... hegemonismos tontos acá y no, y de verdad es difícil, es difícil. Entonces ahí está la tarea. O sea, cómo yo creo sobre eso, de repente debería hacer un esfuerzo también de mi parte y de otro, hacer toda una estrategia. Por eso que yo voy a tratar, me gustaría que me des el teléfono, comunicación, con los ecuatorianos para conversar mucho, recoger mucho sus experiencias, porque eso va a servir, o sea, de los procesos de cómo han avanzado. Eso yo creo que eso que no se ha podido explicar, porque eso no se explica pues en esto es todo un proceso con avances y retrocesos. Eso es lo que nosotros necesitamos, obviamente de acuerdo a las circunstancias nuestras, no es para formar la organización de que ellos tienen ahorita, sino es para tomar conciencia, organizar y empezar ya a ver, y ahí hay otros aliados que pueden ver, por ejemplo, están las municipalidades y yo siempre he tratado ahora de que la municipalidad sea aliado, pero mucho va a depender a veces en ese caso las instituciones de los funcionarios que estén. Ahí Burga es más o menos una aliada, pero ese después se va y pones a otro de nuevo de esos que están en otra nota y volvemos a lo... Pero las instituciones públicas sí manejan recursos, manejan criterios y dentro de los planes, justo que ahorita estamos para trabajar otra vez el plan de desarrollo, yo estoy que me peleo por meter el tema de cambio climático, el tema de los empleos verdes, pero o sea, tener un poco más claro, ¿no? El asunto. Entonces y que sea, que vaya siendo ya una política de estado, regional en este caso, o local, y que por ahí también tenga el peso, ¿no? O sea, hay que darle la lucha ahí porque obviamente nosotros solos no. O sea, si

desde el Estado empieza a tocar el tema y a manejarlo y a organizarlo, como digo, por más burguesitos que sean se van a dar cuenta que es eficiente y les sirve. O sea, es independientemente a veces de la posición que tengas que sí es útil, o sea, mejora las condiciones. Yo con menor esfuerzo estoy mejorando las condiciones y estoy y teniendo réditos políticos. Ese es problema de ellos, ¿no? Pero, o sea, sí también le conviene a los que manejan el Estado, obviamente mientras no sean los verdaderos sátrapas explotadores, obviamente les conviene que esto funcione.

Pregunte: Ahora, hay la cosa específica de Loreto, que es la región amazónica más importante que tenemos. Si estos otros procesos hacen, digamos, generan como nuevos eh o sea nuevas barreras, ¿no? Nuevos obstáculos, hacen todo más difícil, que son este tema de las economías ilegales, ¿no? Que es no solo el mantenimiento, sino el crecimiento, ¿no?, de economías ilegales vinculadas al oro o la deforestación o el narcotráfico, ¿no? Que también complejizan de alguna manera, digamos, en el espacio amazónico, ¿no? En el territorio amazónico es más complejo esto.

Respuesta: Son los tres problemas principales, los que has dicho, la deforestación, la minería ilegal y el narcotráfico. Son los tres problemas que dificultan y preocupan acá, ¿no? Y que tienen cierta protección de sectores de poder, ¿no? Y del Estado.

Pregunta: En general, no sé si tú estás de acuerdo con la afirmación de que en la región, digamos, de Loreto no hay, digamos, políticas en este momento de transición, o sí tú crees que hay, qué sé yo, parques eólicos o fotovoltaicos que están queriendo poner o, o sea, ¿has identificado dentro de eso, no sé si en el gobierno regional, digamos, algunos procesos o algunas intenciones de hacer políticas públicas, o son todas inversiones focalizadas. ¿Cómo lo miras tú desde tu experiencia en Loreto?

Respuesta: A ver, ya, en el caso de Maynas, primero, no hay, es muy poco, mucho más peso tiene el tema regional, ¿no? Maynas, por el tema local, su preocupación es tener una, en este caso, una ciudad saludable y limpia, cosa que hasta ahora en Iquitos es bien difícil, ¿no? Entonces, eso no más te lleva el esfuerzo, digamos. Ahora, en el gobierno regional, obviamente, tú sabes que en Loreto todo el tema de la energía y la conectividad son aspectos básicos. Sí. Entonces, pero eh se ha discutido, y yo sé que hay, no tengo, de repente ha sido un descuido mío también de eh de qué cosas están trabajando, pero hay proyectos hasta de energía solar en determinados lugares. Sí. La eólica no, acá la eólica no funciona en Loreto. Acá no hay vientos, acá hay ventarrones. Por eso el CNI era el ventarrón del Amazonas, como el Aurich era el King Kong del

norte. Acá no son vientos continuos como en el norte, pues. Acá son unos ventarrones que te bota el techo y se acabó, pero después ya no hay viento, ¿no? Entonces eh está la energía solar como alternativa estaba el tema de hidroeléctrica acá, que siempre sigue todavía en duda, acá en el río.

Pregunta: Porque ustedes siguen siendo suministrados de energía por la planta térmica que quema petróleo, digamos, ¿no?

Sí, sí, sí, sí, sí, sigue, seguimos con eso. Entonces, hay, o sea, se planteaba la hidroeléctrica en el río Mazán, que justo donde el puente Mazán, eso está ahí, pero no se dio el impulso, ¿no? O sea, hay intereses creados, hay pero de haber cosas eh ideas por hacer hay, pero no hay, digamos, todavía a nivel de gobierno regional dentro de sus planes. Voy a hacer una revisión más completa del plan. En el plan estas nuevas eh alternativas diferentes a las que estamos a las que tenemos ahorita, ¿no? O sea, ahí hay ahí la necesidad sea como se sabe, hay proyectos frustrados, pero no conozco yo que esté encaminado algo distinto ahorita en Loreto. Pero que sí lo necesitamos, y todo el mundo te pone en agenda la energía y la conectividad. Cualquiera que te habla, energía y conectividad, por eso no funcionamos. Tenemos el internet más lento, tenemos la energía que llega, que acá hay apagones, Diosito mío, todo el mundo, ya tienes que cambiar de aparatos, parece Estados Unidos que cambia cada año, pero es porque su vida útil después ya no le sirve, ¿no? Cambiaba porque ya tanto apagón ya lo voló, ya lo malogró, porque si no lo tuvieras 8 años, ¿no? Pero acá se malogra, tú los cambias por otras necesidades, ¿no? Entonces y sigue existiendo ese problema y tenemos energía cara, ¿no? Y yo, por ejemplo, en una casa pequeña pago 280 soles de energía, ¿no? De luz. Luz, luz que pagas, luz que no apagas. No sé, pero sí. No apagues la luz porque igual no viene, ¿no? Entonces, eh esa es más o menos la, pero creo que a mí me falta un poco más de información ahí. Yo me comprometo a manejar más este criterio porque sí te digo, no tengo, puedo estar dando información un poco incompleta para ser más exacto.

Pregunta: Claro, tú has sido claro en que digamos ahí se requiere una mayor conciencia eh una mayor participación, intervención también de las organizaciones sindicales.

Respuesta: Para eso necesitamos formar un equipo.

Pregunta: Así es, así es, así es. No, eh digamos y en la región en términos de instituciones, ¿qué instituciones te parecen claves que podrían, digamos, ayudar a, si también se alinearan,

¿no? Eh, en este, porque es evidente que esto no es una tarea de una, ¿no? De una sola institución, digamos. ¿Quiénes más te parecen a ti claves?

Respuesta: Me hablas de instituciones públicas primero, ¿no? Yo creo que la municipalidad de Maynas puede ser un aliado. ¿Sí? Yo creo que instancias del gobierno regional, porque a veces, por ejemplo, muchas veces han llegado directores regionales muy asequibles. A veces los funcionarios se equivocan y ponen buenos funcionarios. Porque normalmente ponen a malos, pero a veces se equivocan y ponen buenos. Entonces, hay direcciones regionales eh como la de energía y minas. Ah, hay las algunas gerencias en el gobierno regional que sí pueden ser aliados. O sea, el problema es, como digo, es ir allá, porque a veces también, más allá de lo que hacen, no lo tienen claro. Entonces si tú les planteas y les haces entender, yo creo que sí pueden ser aliados. Por eso parte del gobierno regional eh municipalidad, y las municipalidades distritales también. Estoy hablando de Iquitos, básicamente de Iquitos urbano, de San Juan, Belén, Punchana, pues son municipalidades que tienen cierto peso, no son pichiruchis. Son como la de Pueblo Libre y Miraflores, ¿no? O sea, bueno, Miraflores ya tiene mucha plata, pues no, pero sí como una municipalidad de San Martín de Porras, así por decir, ¿no? Entonces, eh también yo creo que un aliado puede ser y trabajar en la universidad,

¿no? Con algunas facultades, básicamente. No, entonces eh la universidad sí, o sea, hay, pero hay que venderle, hay que comprometerlo. O sea, la universidad, el IIAP (Instituto de Investigaciones de la Amazonía Peruana) no tanto, pero el IAP ya, cada vez con menos presupuesto, investigaciones, está un poco ahí, pero si encuentras de repente podría verse ahí. Pero la universidad.

Pregunta: ¿Y las universidades no reciben canon?

Respuesta: Sí, reciben canon. El canon ha bajado, pues. El canon ha bajado un montón, ha vuelto a subir un poco. Tú sabes que ha habido una. El problema, ¿sabes cuál es el problema del canon en la universidad? El canon se ha distribuido siempre así, 52% para el gobierno regional, o sea, 40% para el GOREL y 12% para actividades agropecuarias del GOREL; 40% para los municipios. Ya estamos creo en 82 o 92, creo. 92 ya estamos. 5% para las universidades y 3% para el IIAP. El problema es que, lo gracioso es que a la UNAP le han quitado, porque Yurimaguas es parte de Loreto. Y Yurimaguas, en Yurimaguas han creado la universidad. Entonces le ha quitado un poco del canon, pues. El poco canon que tenía un poco le ha quitado. El problema en sí

que antes había un montón de canon, el canon, como te digo, era en Maynas por lo menos 4 o 5 millones mensuales, ¿no? Y básicamente para inversiones. Y si tú ves ahora los PIAS, los presupuestos institucionales de las municipalidades, el 70 % es gasto corriente. O sea, prácticamente los proyectos no están en el PIA. Los proyectos salen de las gestiones con vivienda, con Invierte Perú, con los fondos de contravalor, con eso, etcétera, etcétera, la capacidad que tengan de hacer buenos proyectos y los contactos, ¿no? Entonces, eh pero ahora el FONCOMUN, ¿sabes que el FONCOMUN se ha acordado incrementar el FONCOMÚN en 2%. ¿Sabías eso? El FONCOMUN es el 2% del IGV, actualmente este año. Pero de ahí tú decidías y prácticamente los municipios deciden que el 100%, el 95% es para gasto corriente y el 5% es para gasto de inversión. Pero ahora cada año va a aumentar un 0.5, o sea, del 2% se va a hacer 2.5% el 2026. 3% en 2027, 3.5 en 2028 y 4% en 2029. O sea, hasta 2029 se va a duplicar el FONCOMUN, que en Maynas es un promedio de 6 millones y medio anuales. Entonces, por lo menos la mitad ya va a ir a inversión, porque todo va gasto correcto. Va a haber más para inversión, ¿no? Que no, y un poco de estos proyectos que hablamos, de todo esto de la transición justa y todo. Es inversión, pero se puede combinar algunas cosas con gasto corriente, pero mayormente es inversión, pues.

Pregunta: Pero tiene que estar dentro pues del PIA, del POA, del plan, o sea, porque si no está ¿no?

Respuesta: Tiene que estar primero en tu plan de desarrollo local concertado, pues, en tu plan de desarrollo regional concertado. Tiene que estar ahí, tienes que meter, tienes que empezar a meterlo en los presupuestos participativos, tienes que empezar a meterlos en los planes de desarrollo, pero para meter en los planes de desarrollo tenemos que pelear. Por ejemplo, el día de ayer yo llegué temprano, pero llegué tarde porque llegué 9:01, pero llegué muy temprano, pues sabiendo cómo son, porque justo ha habido elección del CCL de Maynas. Entonces, pese a que algunos me cuestionan, yo soy miembro del CCL de Maynas porque represento al sindicato de trabajadores municipales de Maynas. “Pero tú eres trabajador de Maynas”. Pero no, yo soy yo también soy sociedad civil en Maynas. Yo, o sea, yo soy un híbrido, pues soy trabajador, pero también estoy acá, por eso. Y en el fondo, en el fondo soy el nexo, pues porque si obviamente con los que, si quieren pelearse conmigo la patronal, no, pero yo camino y trabajo con, por eso le jalo a Nair y le jalo a la municipalidad que entre a esta dinámica, y voy tratando de jalar a todos por, como trabajador municipal, pero ellos saben que yo también soy sociedad civil y al final estoy al otro lado. De repente no

pensamos igual, pero estamos, hay un objetivo común que podemos ser. Entonces, por eso yo he vuelto a insistir estar en el Consejo de Coordinación Local Provincial, porque por ahí sale para el todo el plan metropolitano, todos los planes tienen que pasar, tienen que pasar por ahí. Claro que ese pasa un poco así de refilón no más, pero entonces uno está al tanto y aportando y viendo que este tema puede entrar en todos los niveles, porque el tema del cambio climático y todo, y al final el tema de la transición, es un tema transversal, no es un tema solamente orientado a eso, es un tema que tiene que ver con diversos aspectos de la vida, ¿no?

Pregunta: Claro, claro, claro. Y quizás y volviendo sobre el tema donde tú tienes evidentemente más experiencia, que es en el tema, digamos, de lo sociolaboral, por así decirlo, eh por lo menos en el enfoque que parece que nosotros nos acercamos, eh, puede ser una gran contribución al empleo decente, ¿no? Porque justamente una de las cosas que tú mencionabas y cuando hacíamos la reflexión sobre la reducción del empleo petrolero y la reubicación de ese empleo perdido, digamos, otra vez eh es que se cambia a veces empleo decente por empleo pues eh informal, digamos, ¿no? Entonces eh la informalización, o sea, es básicamente informal. Y más bien quizás la promesa de la transición y de todas estas políticas que van al costado de fomentar esta línea de pensamiento es también que sea con trabajo decente, digamos, ¿no? Una promesa de que el empleo que se cree no solo contribuya a la sostenibilidad, sino que también contribuya a mejorar la situación de precariedad laboral, digamos, ¿no?

Respuesta: Ahora, perdón, el problema que tenemos en el país, y creo ahí muy diferente a Ecuador, es que acá la tercerización es brutal. Entonces yo diría que acá en Iquitos, no sé, no tengo datos, eh, un 65 - 70% no tiene un trabajo formal pues, o está tercerizado o está eh trabajo individual, etcétera, ¿no? Eh, hay un montón de gente que trabaja en tiendas acá sumamente explotada, ¿no? Eh, y igual, por ejemplo, mi hijo trabaja en Wizard Salud, que es un centro de salud, no llega a ser clínica y él trabaja en informática, y ha renunciado. Le pagan poco, ha renunciado, pero "quédate que por acá" y justo hoy día está viajando en Lima por salud, pero como está enamorado se está yendo con su doctora ahí que está haciendo su especialidad ahí, ¿no? Entonces ahí también él está yendo a gozar la vida, pues. Y ha renunciado, pero dicen, "Te esperamos, pero ven nomás." Pero no le hablan nada de mejorar sus ingresos, pero no hablan más y y ojo, ah, que no entran al régimen 728, a la empresa privada y donde minimizan. Y conversando con él, él me decía, pues "me podrían aumentar y me deben aumentar, pero si me aumentan a mí, tendríamos que aumentar a otros porque a los otros también les pagan una miseria". Entonces, no les conviene

aumentar pues, es como Estados Unidos, no quiere otra Cuba pues porque es para el ejemplo, ¿no? O sea, no le conviene aumentarle acá. Entonces ese tipo de tenemos ese tipo de empresarios, ese tipo de gente acá que el trabajo decente o el trabajo el pago justo, cómo piensa, como siempre hace su campaña, ¿no? Afecta, va a afectar sus costos y ya no hace rentable su actividad. Entonces, pero no, eso no es necesariamente cierto. Pues entonces yo creo que es eso debe cambiar y hay mucha gente que te acepta cualquier tipo de trabajo. Aquí hemos llegado a ese nivel, con tal de ganar un sencillito, que sea cualquier cosa, trabajo. Entonces y eso nos han ido metiendo en la cabeza y aparte la realidad pues, al no haber mucho empleo. Entonces yo creo que por eso, eso del trabajo digno, el trabajo eh justo, eh es clave, o sea, no puede haber en el sector público los de servicio han aumentado una brutalidad. En algunos casos son casi el 30% 40%. Sí. Entonces, sin ningún y muchos ni siquiera eficientes. Entonces, eh no hay pues no hay el trabajo digno. Eso, pero también por eso eh tiene que ir ligado a la eficiencia en el trabajo, pues, ese ya es otro tema que también tiene que eh quedarse.

Yo creo, o sea, lo que siempre me ha preocupado a mí, por ejemplo, es cómo armamos un equipo y eso yo también quiero, porque digamos el tiempo que uno tenía antes no lo tiene ahora. Pero como, tú buscas puntas claves que ayuden y preparadas para ser los portavoces, y que tengan atención y liderazgo en determinados lugares, pues porque no es tener un como decía, una célula de tres patas que no trascienden en nada, ¿no? Es un grupo que sí llegue y que pueda ir implementando esto, y haciendo cadena. Yo creo que eso eh voy a ver a nivel de CGTP con quiénes puedo contar, y va a ser más que los dirigentes principales porque ellos están en otro y están en sus negocios de otro tipo. Eh, y mucho también el dirigente poblacional, el dirigente que mueve, que tiene influencia, ¿no? Entonces, yo creo que por ahí sí es necesario para que esto se vaya siendo realidad, ¿no? Y yo creo que tengo la, con toda la capacitación que nos han dado ustedes, tengo el material suficiente como para también preparar a la gente.

Pregunta: Quizás ya esto es como un adicional para conversarlo, pero nosotros tenemos no son muchos recursos, pero tenemos algún recurso para lo que se llaman réplicas, es decir, si alguno de los alumnos o socios eh que han recibido entrenamiento y capacitación toma la iniciativa de hacer una réplica que puede ser un taller de capacitación, que puede ser una reunión de planificación, como la que tú estás planteando. Nosotros tenemos algunos recursos para poder apoyar esas acciones. Entonces, si tú planteas, mira, yo quiero hacer un grupo de trabajo ahora y lo podemos ver, ¿no? Para tener una primera reflexión de qué podemos hacer y por dónde debemos entrar. Tenemos varias líneas, ¿no? Tenemos este tema de empleos verdes, tenemos

ahora este tema de pasivos eh ambientales hidrocarburíferos en la región que está quedando ahí como un pendiente, ¿no? Eh, tenemos el tema de la energía, como tú dices, que es uno de los grandes temas de digamos de la región, ¿no? Que están dando ahí la vuelta a la noria y nadie hace absolutamente nada. Eh, y el gran tema en general del tema de transición en la región amazónica, también tenemos el tema del empleo, en fin, empleo petrolero, por así decirlo, para como para poner ponerlo en ¿no? Si tú sales y dices, "Oye, el empleo petrolero en los últimos 10 años ha caído 90%", sales pues en 10 periódicos. No sé si hay tantos periódicos en Iquitos, pero te aseguro que es como una noticia que a los periodistas les gusta generar debates, digamos, ¿no? Entonces, eh o sea, ahí hay como cuatro o cinco temas eh que son de la región que puede permitir, digamos, con un grupo, como tú dices, de trabajo, a ver, con quién podemos con Nair, con tres o cuatro, cinco, necesitamos a todos. Entonces, es decir, un grupo de trabajo dice, "Oye, vamos a hacer algo, vamos a hacer algo. ¿Por qué no lo planteamos y lo y lo y lo y lo movemos?" y digamos y podemos ayudar a que ustedes se reúnan uno o dos veces y tener un plan y ver si nosotros lo integramos dentro de nuestro plan de trabajo 2026. Entonces, si tú lo pones en blanco y negro, Nosotros decimos, damos luz verde porque está pendiente esta cosa de las réplicas y no está ocurriendo, digamos, ¿no? Porque estaba pensada primero como a ver si un alumno quiere repetir un curso para no igual, o sea, si tú quieres, oye, quiero hacer un entrenamiento para un grupo de gente, bueno, esa es una digamos clásica

Respuesta: Lo que se quiere no es tanto hacer una charla de capacitación a la gente para que conozca el cambio climático, no me interesa mucho eso, ya sabe y no sirve de nada. Queremos para formar, sí, para tener grupo que empiece a trabajar eso y que pelee en todos los escenarios, todo este tema, ya sea el tema de la remediación, ya sea el tema del empleo verde, ya sea pues por eso, pero tendríamos que priorizar acá en la región por cuál trabajamos primero, ¿no? Porque de repente todo de un tiro no es lo más adecuado.

Pregunta: *Y de repente comenzar a digamos a ayudar a desarrollar, digamos, una posición, ¿no? Posicionamientos, ¿no? O sea, bueno, ¿cómo nos vamos a posicionar sobre este tema? Porque a veces hay que meterle cabeza, hay que pensar, hay que investigar, hay que redactar, decir, "Bueno, ok, listo, frente a esto", digamos, porque mira, yo lo que yo digamos hablé en la reunión del otro día, digo, o sea, esto es polémico, ¿no? Porque tú sabes, tú lo sabes perfectamente y tú ahí lo tienes bastante claro, ¿no? O sea, se forman los fondos se forman los fideicomisos y se forman los que participan en el directorio de esos fondos de fideicomiso, y ese es el negocio, el dinero. No te digo que digamos en solo en esta mirada muy de corrupción digamos están cayendo, ¿no? Digamos o de sus intereses propios, ¿no?*

De que ese dinero vaya para para su espacio, por su comunidad. Entonces, como yo decía ayer, ya viste el pata este que mencionó de cuando digamos estaba un poco respondiéndole al empresario petrolero, este de la universidad que había trabajado antes en el Ministerio de Energía y Minas, que necesitan procesos eh multiculturales participativos, como yo le digo, bueno, hagamos un multicultural participativo, pero remedimos uno, o sea, andamos haciendo fondos y no remediamos ninguno porque en realidad no está en la discusión, o sea, y no está dentro, digamos, de las obligaciones del fondo, ¿para qué va a ser? Y entonces eh andamos, ¿cómo se llama? Más bien cuidando de que el pasivo se quede ahí, ¿no? Porque mientras el pasivo esté ahí es, digamos, soy sujeto de digamos de dinero o de participación o de, o sea, eso es una cosa perversa. Entonces, que nosotros salgamos, que tú salgas en Loreto a decir eso, agárrate, porque ya no va a ser las empresas, sino, o sea, muchos de las ONGs que comparten esta mirada, o sea, vamos a confrontar el estatus quo y el estatus quo no solo es el estatus quo empresarial o la Cámara de Comercio y de las empresas petroleras, ¿no? También es el estatus quo de, como tú dices ahí con toda claridad, todos somos responsables de esto, y entonces las ONGs que están trabajando hace 30 años eh en la Amazonía eh también lo son porque digamos.

Respuesta: Pero por eso el tema el tema es claro, como tú dices, o sea, para qué voy a poner plata si todavía no he definido para qué voy a hacer. O sea, yo primero que tengo que tener mi plan, voy a hacer las acciones, ya, voy a remediar, para eso quiero plata o voy a poner un fondo para discutir sobre, me voy a pasar un año discutiendo y se acabó el fondo y de ahí,

¿qué hacemos? Hay que buscar nuevos fondos para ver ahora qué hacer, en qué implementamos de lo que hemos llegado. Está loco pues. Ya no hay mucho que discutirte, ya sabemos qué podemos hacer. Entonces, las cosas deben ser ya el dinero debe ser para solucionar los problemas, no para seguir masturbándonos la mente, como digo, ¿no?

1.2. Entrevista a Nelinho Reyes

Pregunta: Entonces, lo primero es que te identifiques, tu nombre, tus organizaciones, cuánto tiempo llevas en la labor del petróleo, cuáles son las funciones que has estado teniendo, en el ámbito de trabajo, ¿no?, de tu formación profesional, ¿no? Comenzamos con eso y de ahí te hacemos algunas preguntas.

Respuesta: Bueno, buenas tardes. Mi nombre es Neliño Reyes Viera. Eh, soy colaborador trabajador de UNNA Energía, antes Graña y Montero Petrolera. Eh, soy

secretario general del sindicato de Graña y Montero Petrolera. Estoy en representación también de la FENUPETROL y bueno, en el ámbito petrolero tengo 18 años de experiencia. Trabajamos en los lotes petroleros del noroeste del Perú, específicamente en el lote 3 y en el lote 4 ubicados en Piura, Talara. Y básicamente nuestro trabajo es la exploración, producción, de petróleo, ¿no? Estamos encargados de lo que es perforación, eh producción, eh almacenamiento, eh y venta de petróleo y gas natural. Ese es nuestro rubro, a eso nos dedicamos. Eh y como repito, cerca de 18 años trabajando para la empresa a la que represento.

Pregunta: Tienes 18 años, eres testigo de cierta evolución de la industria petrolera de alguna manera, ¿no? ¿Cuál es tu mirada de estos 18 años? Tú dices, "bueno, de cuando yo entré y de lo que es ahora", ¿no? ¿Qué podrías decir de este periodo de tiempo sobre el tema de la industria petrolera?

Respuesta: Eh, todo ha evolucionado, debo reconocer que la seguridad ha primado y ha tenido una escala muy muy amplia en ese sentido. Eh, antes no estábamos muy en cuestiones de seguridad, no tan protegidos, ¿no? Ahorita la seguridad es primordial, es preponderante. Somos muy exigidos en cuestión de seguridad. En medio ambiente estamos en esa escala, creo que recién estamos iniciándonos, pero a comparación de hace 15 años atrás en el que la condición o el trabajo era extraer el petróleo y no había ningún mecanismo o forma de que, que nos limitara, ahora no, ahora es totalmente distinto. Ahora hay procedimientos, de repente estaban implementados, pero nunca se ejercieron. Ahora sí, ahora hay procedimientos, estándares, eh políticas de seguridad eh que nos ayudan muchísimo, sobre todo a nosotros a evitarnos incidentes y lesiones que después el perjudicado es uno, pues ¿no? Y en cuestión de medio ambiente estamos recién, y ahí me sumerjo un poco el curso, ¿no? Implementando, incidiendo en el que el tema eh de medio ambiente también debería tener esa escala de seguridad que tenemos. No estamos, no es mucho, pero estamos recién con pasos iniciales en eso.

Pregunta: Ya. Eh, y en términos de la actividad mismo, o sea, de digamos, han tenido siempre subidas, bajadas, digamos, hay un declive, un mantenimiento, que cómo tú ves la actividad así, ¿no? De estos 18 años, digamos.

Respuesta: Sí, hemos tenido picos muy altos de producción y también hemos tenido unas caídas catastróficas. El mundo del petróleo tiene eso, tiene esos vaivenes, de

subidas y de bajadas. La producción se mantiene gracias a exploración. Si no se perfora, la producción declina. Son pozos que en un inicio dan un, en algunos casos dan un muy buen porcentaje de petróleo, pero en la medida que va ese pozo eh siendo objeto de su uso, su producción va decayendo. Entonces, este y en ese sentido la producción declina de alguna u otra manera. Te comento como un dato, ¿no? En el lote donde yo trabajo, cuando ingresamos hace cerca de 15 años teníamos una producción de 636 barriles. Hoy estamos bordeando los 6,000 barriles para que tengas esa idea. Pero, ¿por qué? Porque hay procesos de exploración, de perforación, de trabajo arduo para que ese lote, que es productivo, mantenga un estándar de producción alta. Nosotros en este momento estamos con picos muy altos de producción, pero es gracias a la perforación. Mientras no se explore no tenemos producción. La exploración, perforación, es vital, es clave.

Pregunta: O sea, las inversiones, digamos, ¿no? Porque hay que meter, hay que invertir en exploración, para mantenimiento, para mantener productiva la actividad.

Respuesta: Así es. Más de un millón de dólares cada pozo. Teniendo en cuenta su profundidad y su dirección. Profundidades de 2000, 3000, 5000 pies y direccionados, rectos o inclinados, direccionados.

Pregunta: Ya. Y en términos de las empresas eh que están hoy día en el sector petrolero eh y respecto a lo que tú tenías, antes habían grandes empresas o empresas internacionales, la OXY, no sé, ¿ha cambiado ese ese panorama, esa cara de las empresas también?

Respuesta: Sí, sí. En un principio Talara estaba relacionado con la OXY, que es la que gobernó por muchos años acá. Luego de ello vino las privatizaciones de los lotes, ¿no? Eh, hace 30 años teníamos grandes empresas aquí en Talara, SAPE, Savia, Petrotech, empresas transnacionales que trabajaron los lotes por cerca de 30 años, que ya han sido entregadas al Estado, ¿no?, que están ahorita en licitación, pero eh el procedimiento es eso, la licitación. Incluso han entrado a concurso, creo, el lote 1 y el lote 5 ya también para ser entregados por 30 años. Entonces, cuando hay inversión, hay movimiento, la producción se eleva, por eso es que nuestra producción a nivel nacional también ha bajado. Entonces, este ahorita estamos en ese proceso de dar a lo de que el Estado peruano dé los lotes a consignación y por ende ya otra vez la exploración y producción de los lotes aquí en Talara.

Pregunta: Perfecto. Eh, la actividad, digamos, la actividad petrolera en el Perú está focalizada en

el caso de Perú y en el caso de la región amazónica. Hay un vínculo que de alguna manera relaciona eh los temas que tienen que ver con el oleoducto, eh, ¿no? Eh, el ¿cómo se llama? El oleoducto nor peruano, ¿no? Eh, ¿cuál es la mirada que ustedes tienen? La información que tú tienes sobre la problemática del oleoducto norperuano que saca, digamos, producción petrolera amazónica, digamos, ¿no? Vincula las dos partes, ¿no? Porque lleva hacia la refinería que está en la zona de Talara.

Respuesta: Sí, la producción de petróleo en el Perú eh en un mayor porcentaje proviene de la selva de nuestro país. O sea, el oleoducto norperuano es el vínculo de conexión con la refinería tanto en Iquitos como aquí en Talara. Pero de alguna u otra manera en los últimos acontecimientos que yo tengo conocimiento ha sido la, vamos a decir, el manipuleo de las comunidades propias de sus propias exigencias como tal, ¿no? Eh, son las comunidades, los pueblos, los indígenas los que solicitan de alguna u otra manera algún llamado, algún clamor hacia las autoridades y sobre todo a los que están encargados de las zonas de influencia y al no recibir el eco correspondiente, pues de esa manera, ¿no? Algo similar pasa aquí, aquí en el norte también tenemos ductos porque Talara está, los lotes están alejados, ¿no? Pero hay algunos trances con las comunidades, la facilidad de trabajo a todos, ¿no? Que esa es la idea, para que de alguna u otra manera podamos trabajar en conjunto, de eso se trata. Pero siento y tengo entendido que en la selva, en nuestro país, no ocurre eso. No ocurre eso. Hay muchas diferencias entre las comunidades de los indígenas con las empresas que llegaron en ese momento, y más aún a esto sumémosle y no dejemos de lado también la época de la pandemia. La pandemia fue gravitante en el mundo del petróleo. La pandemia nos golpeó tanto que algunas de las empresas dejaron de... Pluspetrol creo que estaba en el lote 192 que fue la que tuvo ese problema. Entonces la pandemia nos golpeó a todos, sin ninguna duda. No fue letal. Sin embargo, eh intentamos de alguna u otra manera mantener la producción y este y con relación a lo que era el oleoducto norperuano tenía esas consecuencias, esos ataques, ¿no? Eh, que consideramos desde nuestro punto de vista se trataba de acuerdos, ¿no? Tanto la empresa, el Estado y la comunidad no llegan acuerdos, hay mucho quiebre en ellos y por lo tanto el problema y donde de alguna manera hacen hincapié y dañan es el oleoducto norperuano.

Pregunta: Ya. O sea, que hay un tema ahí entre la actividad eh extractiva petrolera y las tensiones sociales con comunidades tanto en la costa como esto, ¿no?, que es un elemento que afecta la actividad, digamos, ¿no? La posibilidad que esa eh se desarrolle,

¿no? Eh, y hay por lo que tú me dices, entonces reclamamos de distinto índole, ¿no? De carácter económico o tener un beneficio o ser contratado, o por el tema ambiental porque han sido impactados y de alguna manera están reclamando algún tipo de indemnización, remediación, digamos, esos son los temas que están hoy día también afectando a la actividad. Tú has estado, has participado con nosotros en los cursos en general, tienes hoy día un poquito más de información. Las organizaciones sindicales, ¿no? O sea, ya no solo lo personal, sino vamos hacia FENUPETROL y tu sindicato mismo. ¿Tú crees que ellos tienen ya elaborada una cierta mirada sobre el tema de transición, unos ciertos conceptos, o todavía eso está, digamos, no hay un gran conocimiento, no hay un gran desarrollo sobre eso? ¿Qué piensas sobre, digamos estos temas y los sindicatos de alguna manera?

Respuesta: Ya. Ah, bueno, lo llevo un poquito a título personal porque debo reconocer que cuando empezamos esto, no era común, fue una sorpresa total llevar yo agenda en mis reuniones un tema de medio ambiente, ¿no? Eh, entiendo que los sindicatos se han movido por políticas más salariales que de otra índole, ¿no? Entonces, ese proceso y ese cambio y esa transición que tenemos de nosotros, sobre todo los afiliados al sindicato y los líderes sindicales, de tener aparte del enfoque eh básico de un sindicato, ¿no?, que son los derechos de los trabajadores. También verle una mirada a lo que nos rodea, que es el medio ambiente y que no lo hemos visto, que no lo hemos visualizado. De verdad que ha sido de gran ayuda. Estamos en ese proceso de insertar mecanismos de protección al medio ambiente como sindicato. Como sindicato. Desde nuestro punto de vista eh en una energía, por lo menos estamos proponiendo, el uso desmedido del papel, por ejemplo. Es un proyecto que tenemos como sindicato, como agrupación nuestra, sobre todo nuestros reportes son a papel. Tenemos la tecnología, ¿no? Tenemos la tecnología que es la que nos ayuda muchísimo. Entonces, en ese trance estamos en ese proceso, en ese proceso de cambio, de ver las formas de dañar menos el sistema, que no lo hemos visto, ¿no? O sea, a nosotros nos parecía normal llenar un reporte, llenarnos de hojas y no nos dábamos cuenta que de alguna u otra manera no contribuíamos eh con nuestro medio ambiente y llevarlo en nuestras eh reuniones, en nuestras participaciones con la empresa. "Mira, yo te he propuesto esto, dame plazo, dame tiempo.

Necesito yo, aparte de lo económico, del problema que tenga un colaborador, un afiliado del sindicato, insertar medios de lo que es medio ambiente para nosotros como sindicato". Eso me ha ayudado muchísimo cuando yo he ingresado acá, ¿no? Ver más allá de lo que está, vamos a decir, permitido para nosotros, ¿no? Porque no nos

prestaban atención, y eso también repercute en la gente. La gente es reacia. Hay gente que tiene 50, 60, 65 años y que a ellos lo que le interesa es la plata. Cuando le hablamos de proceso de transición, lo primero que se asustan. “Oye, pero nosotros estamos metidos en el petróleo. ¿Tú me estás diciendo que vamos a dejar de perforar?” No, estamos diciéndote que vamos a tener un proceso, un cambio, que no va a ser mañana, pero vayamos preparando o preparando a nuestros, a los que nos siguen, que este proceso va a cambiar, que no todo va a ser extractivismo porque estamos dañando el sistema. Entonces, ese cambio es el que nos cuesta, ese es el que nos está siendo un poco difícil, pero hemos empezado y vamos a ver a futuro nuestras nuestros resultados.

Pregunta: Entonces, eso es súper importante y muy valioso porque, o sea, plantea que el tema de las transiciones también eh que no solo es un fenómeno externo, ¿no?, que nos afecta, sino que eh implica también un proceso de cambio de nosotros, ¿no? Personal o institucional, ¿no? Eh, o sea, esa preparación tuya a su vez está impactando sobre el comportamiento de la empresa, ¿no? Porque si tú te pones esos objetivos y lo planteas a la empresa y en el próximo convenio agregas cosas, ¿no? Eh, señalas cosas, le exiges a la empresa también que tenga un comportamiento en el externo, eh, porque como tú ves, cada vez las tensiones externas eh afectan la actividad misma, ¿no? Entonces, la empresa tiene que hoy día redoblar, ¿no?, lo que contaban los compañeros, ¿te acuerdas de Ecuador? Que en realidad ellos habían logrado eh a través del proyecto Amazonía Viva eh digamos mejorar la imagen de Petroecuador, de la actividad petrolera, ¿no? Porque el temor siempre es “va a haber pues un derrame, va a haber un impacto, no van a arreglar nada, se va a quedar ahí 100 años”. ¿No? Entonces, cómo una cosa lleva a que en lo que seguramente quedará de todavía de la actividad petrolera se den estos procesos, y lo que tú has mencionado, que lo quiero relevar, también en esta preparación, ¿no?, que son eh y con justa razón, porque lo hemos hablado también de que eh estos procesos de transición implican retos, ¿no? O sea, van a plantear desafíos laborales, desafíos sociales. ¿Cuál crees que tú ahora, con lo que tú tienes, con una mirada más amplia, son esos desafíos que tú crees que se vienen hacia adelante para la industria, para los trabajadores eh sindicales o las organizaciones sindicales petroleras?

Respuesta: Eh, bueno, yo visualizo más una problemática social. Me decían en mis reuniones, me manifestaban a mí, “¿tú sabes lo que estás hablando? Estás hablando del petróleo. El petróleo es nuestra vivencia, la extracción del petróleo es nuestra vivencia”. O sea, cambiar o intentar darle otro sentido a eso. O sea, no estamos diciendo que no, pero el proceso es el que nos va a llegar a un futuro a ver otra forma de extracción, pero

sin embargo, ahorita ese es el golpe, el primer escollo que tenemos es la reacción. Mira, no solamente a nivel, vamos a decir, por empresa, porque empresa cuando nosotros planteamos, ¿no?, como dirigentes el uso del papel “de aquí a 6 meses, redúceme incluso el papel”. “Pero, ¿quién eres tú para venirme a decir si este es mi proceso?” “No, por seguridad y por medio ambiente, está demostrado, el medio ambiente está siendo afectado por el uso del papel propio de los árboles. Entonces, necesitamos que por favor bajes el porcentaje”. Entonces, mira, teníamos la reacción propia de nuestros afiliados, la reacción propia de nuestra empresa, por todo lado una negativa, porque no lo ven. Sin embargo, cuando seguimos el curso, el otro mes nos volvemos a reunir: “mira, pero pasa esto, porque está sucediendo esto. Ingrésate al acuerdo de París. Mira el porcentaje de temperatura que tenemos que tener. Consulta, googlea, vas a ver”. Entonces ahí recién se van dando cuenta. Mira, no solamente nuestros afiliados, parte de la empresa, que yo sé que lo saben, pero como nadie les dice nada, ¿no? Igualito les da,

¿no? Entonces, yo creo que el impacto es ese, el que las personas, nuestras comunidades, eh, entiendan o por lo menos vean que no es en perjuicio en nosotros, porque eso es lo que temen. “Me voy a quedar sin chamba. O sea, ¿tú quieres que cierren la?”, o sea, no va por ahí. Pero darles los lineamientos de que esto es un proceso, no que mañana se va a cerrar. Entonces, nos permite a nosotros de alguna u otra manera con las reuniones posteriores hacerles eh entender o ver de que esto no es de la noche a la mañana. Es un proceso y en el que queremos que se sumen, queremos que nos acompañen, queremos que nos sigan porque el objetivo y el fin es para todos. Veamos, como siempre les digo a los muchachos, veamos nuestros hijos, o sea, veamos a ellos, ¿no? Porque son ellos. Entonces hemos logrado algo. Estamos consiguiendo, creo yo, dentro de una energía, procesos de cambio. Hemos implementado, y volviendo al tema del propio... hemos implementado mecanismos eh digitales que nos ayudan muchísimo, ¿no? Entonces, vamos bien. Dios quiera que el camino siga, las direcciones también han cambiado, eso también ayuda, ¿no? Un gerente general con una idea totalmente cerrada, viene otro y él entiende el mensaje o quiere ir a la par con nosotros como sindicato, y que de alguna manera nos da esa facilidad, nos escucha, entonces a nosotros también nos fortalece porque nos dice que sí, de que hay gente que entiende el mensaje y que de alguna manera colabora con nosotros.

Pregunta: Súper importante, Neliño. Eh, entonces en realidad los desafíos son pues a veces con la propia gente, ¿no? En nuestro propio terreno, de que entiendan que el proceso está viniendo y que eh uno está tratando de que digamos eh puedan adecuarse, y es claro que, el impacto sobre el

mundo del empleo y sus derivaciones, ¿no? O sea, sus efectos, ¿no? Es quizás el gran temor, ¿no? Eh, que afecta, que hace difícil ese primer acercamiento, ¿no? Lo veíamos cuando hemos estado en Talara, porque ahí también alguien decía, "Oye, no, pero en realidad tenemos pues el lote este, acá hay 200,000 barriles, acá hay 300,000, aquí hay 400,000. Todavía hay, ¿no? Todavía hay para aquí". Y bueno, en Iquitos, la gente decía lo mismo. O sea, habían dos empresas ahí petroleras que decían, "No, pero en realidad aquí hay pues, en el, acá, y tenemos el otro lote, y tenemos el súper lote", ¿no? Eh, y todavía hay esta inercia de que eso es de alguna manera el futuro, eh, pero no entendían que había la otra realidad que es, también seguramente está impactando en la zona norte, y es que los flujos de inversión hacia esas actividades están decayendo. Puedo decir "no, aquí yo tengo", no, pero para sacarlo necesita pues 80 millones, ¿no? Entonces, invertir, ¿invierto aquí o invierto en un parque fotovoltaico? Bueno, la gente se está yendo a invertir en el parque fotovoltaico, y no en esto. Entonces, cambiar esas, ¿no? La imagen, la filosofía y el futuro, mi mirada que mi futuro tiene que ver con algo y tengo ahora que abrirlo un poquito más. Aquí estamos hablando, y es súper importante, seguramente vamos a seguir, te vamos a entrevistar la otra próxima vez para contar estas evoluciones, porque esto que cuentas tú de tu propia evolución, de eso cómo se va hacia el sindicato, eso como se va hacia tus compañeros, eso como llega a la empresa, ¿no? Te reubica, "¿qué hace el sindicato planteándome esto?" ¿no? Y eso es el comienzo, ¿no? Porque ya como ya acabamos de abrir la puerta, la caja de Pandora de los pasivos ambientales, y tú decías, "hay un área, nosotros contratamos alguien, pero no sabemos qué diablo están haciendo, ¿lo hacen bien, lo hacen mal, se remedió al 100%, hay un certificado? ¿No? Como hacen los de Amazonía Viva, ¿no? O sea, para devolver, o sea, intervienes en un territorio, y para decir que ya lo remediaste necesitas una certificación del Ministerio de Ambiente que te dice, "Ya, efectivamente la tierra está como debía ser." O sea, se vienen cosas seguramente en el trabajo que ustedes están eh haciendo. Entonces, quiero introducir a otro actor, que es las autoridades, ¿no? O sea, que cómo tú ves que, en medio de esta discusión sobre transición, cambios en Talara, este, las autoridades, ¿hay alguna que tú ves "oye, mira, sí estos están entendiendo", o las autoridades, sientes que sobre estos temas cuál es su presencia o su ausencia?, digamos, ¿no?

Respuesta: Bueno, desde mi óptica, lo que yo visualizo eh las autoridades no, la autoridad, lo que es preponderante para ellos es la inversión. Eh, hace una semana, que te digo, 3 días, han activado una reactivación del sector petrolero, tanto en Piura como en Tumbes, que fue dictado hace como 3 días. O sea, no hay. Si bien es cierto dentro de esa, vamos a decir, de ese programa que han tenido sí hay un porcentaje de medio ambiente, pero yo no lo veo como una como un punto pilar, no lo veo como algo eh

esencial, o sea, para la autoridad, para los que están a cargo de nuestra localidad de Talara. La inversión en petróleo es primordial, es lo que visualizan, es lo que miran, es su objetivo. Luego lo que traiga eso, lo que traiga ello, bueno, y ahí está lo que es medio ambiente, pero ahorita es lo que es la exploración, producción, es su objetivo. No tienen otra visión. Sería bueno ver las formas o el mecanismo de poder llegar a las autoridades porque hay, creo que no es un secreto, que hay entidades encargadas de medio ambiente, pero aquí de alguna u otra manera, y lo digo por experiencia propia, Osinergmin a veces nosotros hemos denunciado impactos de derrames, Osinergmin va y pone multa, o sea, multa la empresa y se acabó, ahí quedó. Nosotros, y con esto de lo de Amazonía Viva, que a mí sí me ha impactado esto, ¿y qué pasó con eso? ¿Qué se hizo con eso? ¿Dónde se llevó? ¿Qué tratado tuvo? Antiguamente, y lo dijo Armando, antiguamente acá en Talara, ¿qué hacían? Un hoyo, lo enterraban, lo tapaban, y ahí quedó. Entonces, de repente está pasando eso y nadie dice nada, ¿no? Por eso este 27 que nosotros tenemos reunión, vamos a incidir en queremos hacer una visita a nuestras áreas que trabajan con nosotros en cuestión de los impactos, qué se está haciendo, cuál es el procedimiento. Está normado en el Perú. Ah, o sea, hay normas. Está normado, pero ¿quién cumple esas normas? Nadie lo ve. No se sabe, dónde está. Lo que dice Amazonía Viva: "aquí está. Yo recupero esto, yo lo trato, lo devuelvo", lo que tú quieras. O sea, hay un proceso; aquí no, no lo hay. Aquí está la norma que se ejecuta, que ellos van, lo retiran y no se sabe nada más. Entonces, este, volviendo al punto de lo que es nuestras autoridades, la autoridad es 100% petrolera. La inversión es lo más importante, lo más importante, y tendremos que ver la forma de cómo ingresar a lo que son las autoridades para que entiendan también este proceso en el que estamos nosotros.

Pregunta: Ok, perfecto, perfecto. Has hecho algunas menciones sobre algunos pequeños cambios que ustedes están promoviendo a nivel de la propia empresa. En las regiones, o vinculadas, al costado de la actividad, digamos complementaria, que tú has visto también el uso de energías renovables, ¿eso está creciendo en tu región, eso todavía sigue siendo, digamos, eh no tan importante?, digamos, eh por lo que tú miras, digamos, en tu experiencia, ¿lo renovable está creciendo más, es visible?

Respuesta: Hace 5 años ingresó una empresa, si mal no recuerdo, ecuatoriana, aquí a Talara con lo que era lo eólico. No sé si ingresando a Talara se han dado cuenta de lo eólico que tenemos. Que eso es una fuente de energía, ¿no? Pero hace 5 años o seis, no recuerdo, que era todo un boom que iba a ser toda una promoción de eso, pero ahí no

más quedó. Entiendo yo desde, es mi apreciación, ¿no? Lo gubernamental aquí no lo mira, no lo mira, y esa es una muy buena práctica y a eso debemos mirar. Aquí en Talara existen vientos fuertes, corrientes de aire propio del mar que nos generan ese tipo de energía con los equipos que ellos tienen o que deberían usarse, ¿no? Pero con relación a otra fuente de energía, es muy poca, ¿no? Sí hay como te repito, lo eólico aquí sí funciona. Y te mencionaba, las empresas mismas están usando también lo que es los paneles solares. Entonces, estamos también de alguna manera cambiando eso. Las empresas de alguna manera sí contribuyen, no como quisiéramos, ¿no? En menor medida, de repente por las normativas que se tienen, ¿no? Porque hay ISOs que hay que cumplir, y lo hacen, ¿no? Pero si podríamos tener otra forma de energía en nuestra localidad, claro que se puede, pero no es muy explorada, no está muy sujeta a que mueva un mecanismo monetario aquí en Talara.

Pregunta: Ok. Eh, hablamos un poquito de las autoridades, pero hay diversos, digamos, niveles, ¿no? Porque está el gobierno regional, está el alcalde provincial y están también en el caso los alcaldes distritales, ¿no? Ahí digamos en general ¿tienen ellos todos más o menos el mismo comportamiento? ¿Están alineados o hay algunas autoridades que tienen algún tipo de cosa más avanzada, o todas están más o menos en ese mismo nivel?

Respuesta: Eh, tuvimos un alcalde de la ciudad del Alto, netamente petrolero, una persona dedicada más de 20 años al rubro del petróleo, pero por diversos motivos fue cesado, ¿no? La idea de él era también algo relacionado a lo que es el medio ambiente y tratar de cambiar las formas de cuidarnos, ¿no? Entonces, este la autoridad aquí directa es el alcalde, nuestro alcalde, ¿no? Pero como te digo, ellos de repente porque desconocen el tema, y como siempre se ha escuchado y por años, Talara es 100% petróleo. No quieren ver otra forma que no sea petróleo. Y es lo que nos mueve. Petróleo, sinceramente es lo que aquí nos mueve. Somos una zona petrolera buena, aprovechando ahorita que Iquitos está en esa recesión, pero las autoridades aquí no visualizan otra forma que no sea la extracción y la ampliación para la exploración de los pozos aquí, de los lotes aquí en Talara.

Pregunta: Y esta visita de Amazonía Viva y este tema de los pasivos ambientales que tienen una gran concentración, 95% en la zona de Piura, o sea es muy relevante en realidad para el tema, y estas eh estas intervenciones no solo en términos de digamos, de efectivamente remediar los pasivos, sino también de emplear población, capacitar, tecnificar, ¿no? O sea, porque no solo son, como has visto, obreros de construcción, sino son trabajadores que entran a una línea de carrera y se forman, se capacitan y digamos eh actúan en una acción que está vinculada a la

industria, ¿no? Porque la industria hace un impacto y bueno, alguien tiene que remediar, digamos, o sea, en este ámbito de la remediación, con tanto pasivo ahí pendiente. ¿Tú crees que también eso es una posibilidad, digamos, interesante por vender? Decir “oye, bueno, esto también puede ser, quizás sean los nuevos empleos”, ¿no? Vinculadas a la industria, ¿no? Meterse en remediación, en el ambiente, que son los temas que quizás vayan a ser del futuro si quiere la industria seguir trabajando, ¿no?

Respuesta: Sí. O sea, esa es la idea. Lo que yo también pude percibir ese día en estas reuniones fue eso, ¿no? O sea, una forma de empleo es eso, ¿no? El crear espacios para la remediación que va a querer mano de obra y sobre todo si es mano de obra local eh capacitada de alguna manera eh sería genial, ¿no? Pero desde mi apreciación, desde mi apreciación, lo que pasa es que los lotes pasan de cada 30 años a cada 30 años, ¿no? Entonces, esos pasivos que dejan no los quieren y no quieren invertir porque están esperando que el que venga lo asuma. Y ese que viene lo asume, pero ahí lo deja. Entonces, tendríamos que tanto el que está dejando como el que está ingresando crear o de alguna manera incidir para que se cree esa remediación. No estamos haciendo hincapié a la remediación. El pasivo ambiental en Talara, como lo comenté ese día, una plataforma marina es un pasivo, es una plataforma abandonada. Más de 5 o 6 años, se derrumbaron hace dos o tres años se derrumbaron de la nada porque están obsoletos. Pero, ¿quién lo sacó? Así como los pusieron, ¿por qué no lo sacaron? No, ahí los dejan. Entonces, incidir para que haya políticas de remediación. Yo considero que sí, pero para eso tendríamos que llegar al gobierno central, en este caso nuestra autoridad primera, que es el alcalde de Talara, no sé si ahí ingresarían los sindicatos, no sé, tiene que canalizarlo para de alguna manera. Ahí hay una fuente de empleo y va a ser favorable tanto para la municipalidad como para la empresa que salió, como para la empresa que está ingresando y para todos nosotros, o sea, todos nos beneficiamos. Pero yo sí estoy convencido de que hay una forma de, hay una forma de empleo, una forma de trabajo en el hecho de la remediación.

Pregunta: Claro que es como una posibilidad, digamos, ¿no? O sea, frente al riesgo de digamos también de declinamiento de la actividad petrolera. Por distintas razones, ¿no? Hasta por los cambios tecnológicos, ¿no? Hemos, en la visita que hicimos a Talara, la refinería es impresionante, ¿no? Pero también es impresionante porque con 50 personas se maneja la refinería, digamos, ¿no? Antes tú necesitabas 1000 y ahora necesitas, o sea, y eso no va a parar, ¿no? O sea, yo creo que va a seguir. Entonces, eh, o sea, que se vea que, así como tú dices, ¿no?, que hoy día las autoridades ven que hay que insistir en el mismo camino de traer inversión

petrolera, inversión petrolera y no pensar, "Oye, aquí estamos la transición y eso que estamos pensando hay que enmarcarlo bonito." Está bien, digamos, inversión petrolera, pero también inversión para que nuestra casa se vea bonita, ¿no? Levantando todos los pasivos, nuestra población esté saludable, ¿no? Y eso también es, digamos, puede ser empleo, puede ser ingresos, puede ser inversión. Todavía eso no está metido, pero puede ser una buena idea, digamos, ¿no? un buen camino para que haya. Un inicio. Me parece bastante interesante.

Respuesta: Estaba pensando en los colegios, o sea, llegar de una manera en los colegios, en los colegios y llevar algo en una diapositiva, a los chicos, o sea, porque yo creo que ahí, cuarto, quinto de media que están buscando hoy dónde va a trabajar. "Oye, mira, mira, tienes que tener que ver trabajar en la remediación, en el medio ambiente, en el procesamiento". Yo te lo digo porque aquí, por ejemplo, hay hartos ingenieros de petróleo, ¿no? Y yo ahora les digo a los chicos, "Oye, petróleo, pero o sea, ¿por qué no mejor estudias ambiente? O sea, no te enfoques tanto, o sea, abre un poquito más la carpeta como para que veas otras aristas y puedas de una manera", porque al fin eh tu futuro, ¿no? De eso se trata, ¿no? Entonces, yo había pensado, yo había pensado en los colegios, ¿no? Chicos de cuarto, quinto, quinto de media que están a punto de salir. Así como hacen las universidades en cuarto y quinto, ya están ellos "mira, vente a mi universidad porque yo te ofrezco esto, esto", ¿por qué no nosotros en este caso? "Sabes qué, mira, nosotros tenemos un cursito y te estamos haciendo ver esto. Mira lo que está sucediendo. Mira el calentamiento global. No lo ignores. Yo sé que lo sabes. Pero enfócate, ¿no? Trasládalo". Por lo menos yo estaba pensando en colegio donde estudiaron mis hijas, que bueno, tengo buenas relaciones con las directoras de ese colegio y planteárselo una vez que ellas me den la luz verde, yo hacérselo llegar a usted. "Bueno, aquí tenemos esto. Ustedes apóyenme con lo didáctico", y lo lanzamos.

1.3. Entrevista a Roger Grandez

Pregunta: Bueno, entonces la idea era, como le había comentado, conversar algunas preguntas que tengo. En primer lugar, quería pedirle que pudiera presentarse, ¿no?, su nombre y un poco la organización. Queríamos también que nos comentara un poco sobre el proyecto de Prospectiva Amazónica, ¿no? ¿Cuál es su cargo en esta organización? ¿De qué se trata? ¿Qué es lo que hacen en Prospectiva?

Respuesta: A ver, mi nombre es Roger Grandez Ríos, soy presidente y fundador del Instituto de Desarrollo Socioeconómico Prospectiva Amazónica. Eh, nosotros somos una organización sin fines de lucro, desarrollamos actividades en todo el ámbito de la Amazonía, pero nos

concentramos en Loreto y nuestra tarea es sobre transparencia de información pública. Luego hacemos desarrollo de investigación eh económica, social, financiera y ambiental. Editamos información respecto a este tema. Tenemos como 620 contactos directos entre investigadores, organizaciones gubernamentales, periodistas, amigos profesionales y sociedad civil. Eh, periodistas también locales y nacionales. Eh, estamos ahorita trabajando en tres documentos, tres libros, tres, cuatro libros. Eh, casi todas están ya editadas. El primero que ya estamos dando su toque final es "Loreto el 2030", ¿no? Es el aporte que hace ODS para mirar cómo está marchando Loreto respecto al cumplimiento de los objetivos de desarrollo sostenibles. Ya son 17 objetivos, hemos recolectado información, vamos a presentar información estadística, pero también lo he correlacionado con un análisis breve respecto, pero le damos una idea para que la población tenga exactamente hacia dónde estamos yendo Loreto al 2030, ¿no? Luego viene "descentralización fiscal", es una experiencia que ya está escrito el documento, simplemente lo que vamos a hacer de aquí para adelante es actualizar. Es una experiencia de los seis, cinco gobiernos que tenemos desde 2003 hasta el 2025, gobiernos regionales. Hemos pasado cuánto ha sido su ejecución de inversiones y qué resultados hemos tenido, ¿no? Eh, luego viene "Loreto al 2050", es una apuesta de desarrollo respecto a una metodología de desarrollo desde dentro y desde el interior. Eso también ya está casi listo, lo estamos ajustando, pero son políticas públicas locales. El cuarto es el más grande, es un emblemático sobre "petróleo 1970-2025". El corte es hasta junio de este año. Es un documento enorme, más de 800 páginas, pero lo vamos a sintetizarlo para poblaciones rurales y campesinas, ¿no? Nuestra área de influencia, como te vuelvo a repetir, es la Amazonía, no tenemos límites en tema de si es que se va o la población rural, urbana, indígena. Eh, tenemos mucha influencia por ese lado. Este es en cierto modo Prospectiva Amazónica, que publicamos tres artículos semanales en nuestros medios, ¿no?

Pregunta: ¿En qué tipo de medios?

Respuesta: Normalmente, a ver, tenemos que producimos a través de grupo WhatsApp. Hasta hace poco teníamos enlace con nuestro programa de televisión. Tenemos un programa de televisión, ¿no? Luego teníamos un programa de radio también. Este programa de radio se iba a las comunas indígenas y campesinas. Eh, hemos cortado porque hemos tenido que focalizarnos en estas áreas, pero siempre mantenemos relacionado con muchas eh empresas eh televisión, casi nos entrevistan en promedio, en promedio es casi dos o tres veces a la semana, ¿no? No solamente es Iquitos, sino también nacional o en todo caso también es local, ¿no? En las provincias, Requena, Puñahua, Nauta, eh, ¿qué más? Lagunas, ¿no? En

algunos casos Caballocoche igual, ¿no? Pero mantenemos siempre contacto con la gente.

Pregunta: ¿Y tú eres economista?

Respuesta: Sí, mi profesión es Economista. Paz decano, paz decano del Colegio de Economistas, de Loreto.

Pregunta: ¿Y cuántas más personas forman parte de Prospectiva Amazónica?

Respuesta: Somos, en realidad somos cinco. Eh, los que hemos iniciado con esto es el ex decano nacional del Colegio, casi todos son economistas, ¿no? El ex decano del Colegio Nacional de Economistas, Roberto. Luego tenemos a un empresario que está en, también es economista, que él su sede es San Martín. Luego tenemos un tributarista. Lo hemos incorporado a un sociólogo español, amigo historiador que es Gonzalo Marzá. Luego tenemos a Manuel Bernales en Lima y José Manse también en Lima, un ex petrolero, ¿no? Todos ellos forman parte de Prospectiva.

Pregunta: Ya. Genial. Y entonces digamos a partir de este conocimiento, estos estudios, de estas investigaciones, ¿cuál es la definición, digamos, que ustedes manejan de lo que se trata la transición justa?

Respuesta: Claro. A ver, este, lo que pasa es que acá en Iquitos había mucho tiempo, incluso la semana pasada, no, esta semana, el martes tuvimos una, estaba con ponentes para un evento que hizo el Colegio de Ingenieros, conjuntamente con otras instituciones respecto al tema energético, ¿no? Eh, les decíamos que, también formaban parte del panel otras personas más, pero coincidíamos en que hay un debate y antiguo. Si bien es cierto es una demanda pública muy antigua, no es de hace días, sino es una demanda histórica. Y siempre nos veíamos en debates, y los debates finalmente quedan en eso, ¿no? Eh, hasta ahora no sabemos finalmente eh cuál va a ser el, no nos ponemos de acuerdo finalmente cómo va y qué tipo de energía necesitamos y para qué. Se habla, por ejemplo, del tema de la intervención a la conexión al del SEIN, que ese está más definido, pero no sabemos en qué momento lo vamos a hacer. Tenemos también el tema de la hidroeléctrica de Mazán, que para mí le ha desbordado. Luego también otras generaciones eléctricas, ahora también están hablando de geotermia y tenemos también el en qué momento vamos a poder cambiar la generación que tenemos ahora eléctrica, que es muy contaminante, con otro tipo de energía mucho más

saludable, ¿no? El gobierno nacional está haciendo mucho esfuerzo en estos años para ver el tema de la de energía rural, básicamente casi el 70% de sus inversiones para paneles solares, ¿no? Pero que en la ciudad de Iquitos todavía no define cuál, no se define porque finalmente hay un contrato de ley que se tiene con GENREC respecto al tema de una generación eléctrica tradicional, convencional, pero nos está atando hasta los próximos años porque no tenemos en qué momento vamos a poder conectarnos con el nacional. Eh, si miramos el tema de justicia social, vamos a mirar de que estamos hablando solamente de Iquitos y algunos centros poblados, ¿no? Pero los sitios aislados no tenemos ninguna respuesta. Por ejemplo, a las mini redes, eh, ahí en comunidades indígenas y campesinas no existe o no hay forma cómo llegar, ¿no? Y tampoco no hay respuesta del Estado respecto ahí. Entonces, eh en algún momento va a haber una transición energética. Sí, se habla mucho de este tema. Eh yo espero de que en a partir del 2040 podemos ya ir este reemplazando considerablemente todo esto. Estamos en un proceso de eh de repente una transición más forzada porque, primero porque los precios del crudo están comenzando a disminuir, hay mucha oferta, la economía mundial está recesada y los precios están comenzando a bajar, ¿no? Eh, la referencia nuestra para el Perú, al menos es el WTI. Y acá en Loreto tenemos la PetroTal, que es la principal productora de petróleo a tanto local como nacional, pero eh sus precios están muy bajos en realidad. Si bien es cierto estamos sobre US\$62 el barril WTI, pero son US\$10 menos que se cotiza al precio que tiene PetroTal, ¿no? Mientras el Lote 8 que está produciendo chiquito tiene más o menos US\$5 arriba del WTI. Eh, si esta tendencia se mantiene o disminuye, va a ser bien difícil que el Lote 192 arranque con todos los problemas que tiene. El Lote 8 va a tener que detenerse un poco por el tema del costo de producción que tienen ellos, alto, frente a una regalía de más o menos 25%. Y PetroTal está reduciendo un poco su actividad a pesar que ellos tienen una regalía de 5%, ¿no? Entonces, este se va a forzar el tema de la transición energética, pero vamos a tener problemas con el suministro nosotros de energía, porque PetroTal es el principal aportador de petróleo, acá la refinería Iquitos, pero en la medida que va bajando los precios también va a bajar su producción. Eh eh esperemos de que la cuota de este efecto climático, porque el año pasado hemos tenido un efecto climático muy fuerte, ¿no? Había una vaciante muy fuerte que ha limitado el abastecimiento no solamente de petróleo, sino de los productos que llegan a Iquitos, ¿no? Eh, se suponía de que a partir del 2025, 2026 para adelante la situación va a ser más complicada, la sequía hace más fuerte y por tanto no solamente va a ser el precio o la menor producción, sino también va a ser bien difícil de que el combustible, el petróleo puede

llegar a la refinería Iquitos y podemos atender a la demanda de Iquitos que se tiene, ¿no?

Pregunta: Claro. ¿Cómo dice que se llama la empresa, Petrotal?

Respuesta: Sí, acá hay dos empresas que tienen contrato, ¿no? La más grande es PetroTal. PetroTal es una empresa que está trabajando desde 2018 en un pozo, un lote que estaba concesionado a otra empresa, y termina en noviembre 2041, ¿no? El 2041 es su fecha de vencimiento de contrato, o sea, que los contratos aquí en el Perú en hidrocarburos es 30 años. Eh, en el caso del Lote 8 es un contrato especial, ¿no? Eh, termina en el 2028, por 4 años está concesionado. Normalmente cuando son periodos cortos, ¿no? Le dan este un contrato de servicio, pero este es un contrato de licencia especial, ¿no? Está Upland ahí. Upland. Eh, está produciendo poco. Es un lote muy antiguo. El lote 8, como el lote 192, es muy antiguo. En realidad, comenzaba el 70, 71 a producir, pero a pesar de todo tienen ellos una reserva considerable, ¿no? El lote 192 está también ahí, hace poco se ha hecho un acuerdo así directamente entre PerúPetro y Upland, pero ese lote si bien es cierto una reserva muy grande, muy grande esa reserva y a pesar que es bastante antigua, a su alrededor hay comunidades y organizaciones indígenas que se contraponen, ¿no? Otros quieren que el petróleo salga, fluya de ese lugar, y otros eh que no desean. Hay federaciones que están contrapuestas ahí, pero están eh en un lugar, en caso del lote 192, donde hay un gobierno autónomo, indígena, ¿no? Eh, ellos se aponen totalmente a la actividad petrolera. Entonces, tanto el lote 192 como el lote 8 es un lote bastante antiguo, pero alrededor hay más o menos como 95 federaciones indígenas, ¿no? Todos ellos tienen, cada uno tiene una demanda, que se parecen, pero eh es complicadísimo, para mí, particularmente lo que se ha visto en los últimos años, donde que tú haces un acuerdo con una comunidad, al día siguiente a la otra comunidad pone su propia demanda y ahí, y así vas finalmente poniendo de acuerdo con todo el mundo y no haces absolutamente nada, ¿no? Esa es la situación en el lote 192 y el lote 8, que son lotes que han comenzado a producir el año 1971, tienen muchos pasivos ambientales. Profonampe no está haciendo nada respecto a eso, a pesar de que en abril de este año le han habilitado 450 millones de soles para que finalmente pueda remediar y hasta hora no hay nada. Entonces, frente a eso, las comunidades también, una de esas, todas las demandas si podemos generalizar, de más de las noventa y tantas federaciones indígenas, cada uno tiene una propia demanda, pero en cada una de las demandas está el tema de remediación, ¿no? Y ahí no hay una respuesta del Estado. Claro y contundente del Estado.

Pregunta: Claro. Sí, porque digamos con todos estos temas justamente de los lotes que estaban detenidos o que la conflictividad social no permitía, ¿no? Habíamos visto que justo en los últimos 10 años, desde el 2015, habíamos revisado información sobre el empleo de los últimos 10 años, del 2015 al 2024, que era el dato más reciente, y habíamos visto que en la planilla, por lo menos en la planilla del Ministerio de Trabajo, había pasado de 2,000 empleos a cerca de 200, o sea, una reducción del 90% de la fuerza de trabajo, digamos, ¿no? De toda la fuerza de trabajo de Loreto en el tema petrolero, en el tema hidrocarburífero en particular, ¿no?

Respuesta: A ver, en su máxima potencia, la actividad hidrocarburos genera más o menos unos 5,000 puestos de trabajo, y directa e indirectamente agarra más o menos unos 22,000,

¿no? Es su máxima potencia. Pero ahora podría estar llegando unos 2,000 a 3,000. Si bien es cierto están tercer, casi todos tercerizan, la PetroTal es chiquito, ¿no? Pero todos los servicios han tercerizado. Siempre ha sido ese esquema, ¿no? Pero a pesar de que tienen una, pero tiene una alta rentabilidad, una alta productividad laboral. Si tú miras frente a otros sectores, por ejemplo, miramos la estructura económica de Loreto, el PBI, eh hidrocarburos te genera alrededor de 25%, 25% más o menos alrededor del 25%; antes hace 15 años más o menos estaba 35%, ahora está entre 20 y 22% el aporte de la industria eh petrolera a Loreto. Pero el que le sigue pegadito es el “otros servicios”, ¿no? Y “otros servicios”, es un montón de actividades empresariales o comerciales que hay acá, pero ahí esconde actividades ilícitas también o blanqueo de dinero. Pero eh focalizarnos al tema es que la actividad petrolera es el principal actividad económica en Loreto. Aporta, como repetí en su máxima potencia como 20,000 trabajadores entre directos e indirectos, pero ahora está relegándose por el tema de. Había una expectativa el año pasado porque se prometía de que el lote 8 y el lote 192 iban a activarse, ¿no? Yo era, y hasta ahora me [incomprensible], contrario en el tema del lote 192, pero frente a eso se tenía, se hablaba más o menos de 20 a 30,000 personas, ¿no? Que iban a estar entre eh directos e indirectamente, pero hasta ahora no hay nada. Bueno, Lote 8 está produciendo muy pequeño, algo así como 3,200 barriles de petróleo diarios, frente a los 18,000 que está haciendo ahora PetroTal, ¿no? Pero aun así no hay mucha actividad laboral en ese sector, es un sector especializado.

Pregunta: Claro, claro. Ok. Y entonces eh ¿qué tipo de políticas? Si es que hay, ¿hay algún tipo de políticas eh en torno a la transición para generar una transición energética, ya sea a través de eh migración de empleos o de repente reducción, descarbonización, algo de eso en la región? En todo en todo caso me había mencionado también estas iniciativas de paneles solares, creo que

mencionó que venían del gobierno central. No sé si me podría comentar un poco de eso.

Respuesta: Sí, sí. Eh, mira, hay dos tramos, ¿no? El primer tramo es entre el periodo 2014, 13, 14, 15 y parte del 2016 eh donde el gobierno regional le estaba aportando mucho al sector de energía, ¿no? Pero básicamente para comprar máquinas, maquinarias para producir energía. Pero entre el 2022, 23, 24 y 25 en los últimos 4 años ya no es el gobierno regional el que está aportando más en el tema energía, es el Ministerio de Energía y Minas, el gobierno nacional. El Ministerio de Energía y Minas es el que está haciendo un aporte muy fuerte en el sector de energía en Loreto, ¿no? Y cuando comenzamos a revisar información, básicamente está eh en el tema de proyecto de electrificación rural, ¿no? Y en el proyecto de electrificación rural casi el 70% son paneles solares, ¿no? En el caso de el Tigre, en el caso de este, a ver, Tigre, Trompeteros, también he visto en caso de Napo, ¿no? Pero también hay unas iniciativas empresariales, en el tema de paneles solares, que ya la han instalado en el caso de Andoas, ¿no? En el caso de Puinao, en el caso de Requena también, Nauta también está igual, ¿no? Hay iniciativas empresariales que están instalando paneles solares en esas zonas, ¿no? En el tema descarbonización, yo creo que en algún momento cuando ya comenzamos a migrar el tema de la fuente energética, va a haber una buena cantidad de chambas para los jóvenes, porque comenzar a sacar todos los cables que se tiene ahí, desmontar toda esta maquinaria que se tiene en Loreto, que son los transformadores, va a ser un buen trabajo, pero tampoco no sabemos qué van a hacer con toda esa cantidad de cables y algunas cosas que se puede sacar, ¿no? Nosotros estábamos el año pasado en Nauta mirando ese tema, viendo cuál va a ser la oferta laboral en los próximos años. Y estábamos hablando justamente de transición energética. Eh, hicimos una apuesta relacionado a que el lote 8 y el lote 192 no van a generar, no van a desarrollarse como debería ser. Y ahí hay toda una infraestructura que se tenía que desmontar, ¿no? Incluso eh yo he hecho un supuesto de que oleoducto no va, el oleoducto norperuano no va. Son más de 540 km de extensión que se tiene en Loreto, de lo más de 1 millón que se tiene. Entonces, son 540 km que se tiene de tubería, que están picaditos, en realidad es bien complicado transportar combustible por allá, petróleo por allá. Pero hicimos un escenario de qué pasaría si que desmontáramos todo esto,

¿no? desmontáramos todo lo que es infraestructura física que tiene el lote 192 y el lote 8,

¿no? Eh, y comenzáramos a sacar también el tubo del oleucto, ¿no? ¿Qué haríamos con toda esa maquinaria? Entonces, necesitamos otro grupo de técnicos para comenzar a ver,

reciclar todo, le llamas economía circular a toda esta infraestructura que se va a desmontar, ¿no? Porque es una infraestructura muy antigua, pero la pregunta es qué finalmente se va a hacer con toda esa infraestructura en algún momento.

Pregunta: Claro. ¿Y eso es algo que entonces se está moviendo o es o se debería mover? No, no, no me quedó claro.

Respuesta: Claro. Debería moverse, en el supuesto caso, en lo supuesto de que el lote 192 y el lote 8 abortaran todo esto. Ya no van más por el tema de los precios hacia abajo, segundo por la conflictividad social que hay allá, y tercero por no tener un ducto seguro, porque finalmente si no tienes un oleoducto va a ser bien difícil de que tú puedas producir combustible, ¿cómo lo vas a sacar, no? Entonces esa tubería que se ha construido el año 1974 y se ha puesto en operación el año 1977, ¿no? Este, en circunstancias diferentes, con tecnologías diferentes, y está sentado sobre una hidrografía complicada y ahora también es mucho más complicada, entonces ha sufrido deterioro, ¿no? Picadito por allá, desborde por acá, pero eh esa tubería no da más, ¿no? Especialistas hablan de que esto es una regadera, aunque Petroperú dice que ya está bacán, ya le pueden transportar, pero especialistas que conocen el oleoducto eh en su forma física, en su formación física, dan cuenta que en algún momento esto va a comenzar a estallar por la cantidad de tiempo que estaba paralizada y ese crudo que estaba allí no lo han lavado todo, [incomprensible] en algún momento va a estallar; pero en el supuesto de que el oleoducto el petróleo no va, por efecto de los precios hacia abajo, por efecto de la conflictividad que no lo pueden superar, porque finalmente el Estado no está remediando los sitios impactados, y finalmente decían irse, ¿no? Y un oleoducto que tampoco no es seguro transportar. Frente a eso, la cantidad de petróleo se va a quedar en el subsuelo, ¿no?

Pregunta: Y entonces en términos más generales, hay existe, digamos, desde su punto de vista, ¿existe una política nacional sobre la transición energética? o ¿en qué en qué dirección estamos?

Respuesta: A ver, hay una política nacional, sí, del tema de cambio energético. Incluso acá en Loreto el año pasado había una ordenanza regional poniéndole como alternativa energética también a la geotermia, ¿no? Si bien es cierto es bonito en términos de papel, en términos de política pública, pero no se avanza nada, no se tiene una orientación, a tal punto de que vuelvo a repetir de que el gobierno regional tiene una política relacionada al tema de energía, pero no está haciendo inversiones allá, no solamente

hay una inversión fuerte que está haciendo el gobierno nacional a través de la política energética rural, pero más allá de eso no hay, simplemente son políticas públicas, pero no hay inversión en ese sector.

Pregunta: Y ustedes entonces desde Prospectiva Amazónica, entiendo que principalmente se dedican a la investigación, ¿no es verdad? ¿Hacen algún tipo de incidencia para digamos colocar este tema de la transición energética?

Respuesta: No solamente es eso, no solamente hacemos ese tipo de incidencia en transición energética. Por ejemplo, lo que vamos a hacer en el próximo mes cuando se publica este texto, este documento, en formato A4, porque está con diagramas, datos, es ponerle en la vista y en la mente de la persona, porque va a ser muy amigable esto, para que vean en qué condiciones estamos ahora, y este recorrido que nos falta como 5 años, ¿cómo vamos a llegar al 2030, ¿no? Para que la población tenga exactamente una percepción hacia dónde vamos, no solamente en el tema energía, ¿no?, que estamos muy mal, por cierto, sino también en el tema de salud, educación, en todos los sectores que nos involucra, pero eh y en el tema energía, lo que estamos poniendo allí y que hemos debatido el martes pasado era qué tipo de energía necesitamos. Por ejemplo, se hablaban de millones de soles ahí en inversiones, pero yo le preguntaba eh incluso Electrooriente comenzó a hacer una estimación, una demanda de consumidores que va creciendo, es lineal. Yo le dije, yo le repliqué primero de que si bien es cierto la demanda va creciendo, hay que ver la calidad de la demanda, ¿no? Y la calidad de demanda es de que casi el 25% de la demanda que tenemos acá de los consumidores eh son eh tienen una pobreza, tienen una pobreza multidimensional de energía, es decir, no tienen cómo pagarla, ¿no? Y está relacionado con el FOSE (Fondo de Compensación Social Eléctrica). Dos, de que tu demanda va a reducirse, no sé cómo lo has proyectado, pero la pregunta es, ¿quién va a consumir tu energía? Primero, tenemos un porcentaje muy grande de personas que no tienen cómo pagar tu energía eléctrica, que es muy cara por cierto, pero que pueden prender un foquito para estar en el sistema FOSE. Dos, no hay una industria que te puede generar una buena cantidad de energía, ¿no?, y con las tarifas altas, porque la única industria que se tiene acá son dos, ¿no? Las dos más grandes, ¿no? Que es Petroperú con su refinería y esta empresa Iquitos Honda que hace un montaje de vehículos motorizados, tanto lineales como el motocarro. Son los dos sectores que propulsan algo, pero no hay otra industria, ¿no? La industria, la agroindustria no hay eh básicamente es comercio. Entonces, tú tienes ahí una población grande que está en el FOSE. Dos, no hay una un sector industrial que pueda jalar y

consumirte energía de calidad. Eh, tercero, tenemos una eh consumo de energía residencial que está bajando de cantidad y de calidad porque la clase media en Loreto en los últimos años ha disminuido casi la mitad, ¿no? De hace 10 años teníamos casi el 21% de la clase media. Hoy estamos sobre 11% más o menos así, ¿no? Y el informe de ingresos en los hogares en Iquitos desde el 2017 ha comenzado a disminuir, ¿no? Eso es un informe del PNUD que sacó el mes de junio y que le estamos poniendo también en el reporte de ODS 2030 para ver el tema de desigualdades. Entonces, la incidencia que hacemos nosotros es en foros, nos presentan, nos invitan, nos vamos a hacer incidencia en el foro, ¿no? Eh, tenemos medios de comunicación que hacemos bastante incidencia ahí. Publicamos documentos de información. Hoy día, por ejemplo, es aniversario de Requena, sus 118 años, y en una hora más estamos publicando un reporte muy estadístico, pura estadística acerca sobre Requena, ¿no? Y en Requena lo que le interesa a la población, porque tengo contacto con ellos, es sobre sus inversiones, cuánto de presupuesto tiene, cómo están invirtiendo ahí, le estamos incorporando su población 2025, ¿no? Hombres y mujeres, ¿cuánto es el tamaño? Eh, estamos poniendo anemia también 2025, y el gasto que está ejecutando el gobierno regional y con qué fuente, regional y local y con qué fuente, ¿no? Y estamos haciendo una relación de obras para que la población finalmente pueda mirar en una hoja así, desglosando las hojas, y mirar qué es lo que tiene, ¿no? Y con una mirada, porque no va a haber textos en excepto, solamente va a ser cuadros, cuadros y pasteles, pero no va a haber texto. Entonces, para que la gente vaya mirando qué es lo que tiene, qué es lo que hay en Requena para que ellos también hagan incidencia. Entonces, esas cosas hacemos nosotros.

Pregunta: Perfecto. Y en términos, ya para ir también cerrando, en términos de actores o de organizaciones, digamos, ¿no? O sea, pensemos organizaciones estatales, municipalidades, gobierno central, gobierno regional, pero también organizaciones de la sociedad civil, de repente las propias comunidades indígenas, los sindicatos, etcétera. ¿Cómo podríamos organizar, digamos, estas distintas organizaciones entre aquellas que son posibles aliadas en el tema de la transición energética y otros actores que de repente son más bien contrarios a este proceso?

Respuesta: A ver, está muy atomizado te diré ah, eh hemos perdido confianza en todo. Antes teníamos, por ejemplo, un frente patriótico, ahora está disminuido en casi en todo. Luego venía también los propios sindicatos, ¿no? Trabajadores de distintos gremios por ahí, pero eh siempre se notaba, al menos de mi punto de vista, los mismos actores estaban dando la vuelta con el mismo argumento, y los argumentos que tenemos que se tienen los sindicalistas básicamente es, “¿sabes qué?”, le dicen a la

patronal, que ya puede ser educación, puede ser salud, puede ser los gobiernos locales o el gobiernos regionales, porque yo también he sido funcionario, he sido gerente de SEA (¿?) Loreto, y cuando venían a negociar con nosotros era, prácticamente decían “queremos trabajar menos, pero queremos ganar más”, ¿no? Y cuando mirábamos su planilla, yo me encargué de mirar cuánto gana finalmente un trabajador aquí en SEA Loreto, en su oportunidad, y en términos reales ganaba casi como 30 soles, ¿no? Porque tenía demandas judiciales, tenía este hipotecado su sueldo en el restaurant, porque tenía que pagar restaurant. Es decir, era complicado mirar el tema de la productividad laboral. Entonces, los sindicatos querían trabajar menos y ganar más, ¿no? Frente a, en el caso SEA Loreto, frente ingresos que no te daba el gobierno nacional. En términos generales es que los sindicalistas también tienen su propio argumento y cada vez que hay protestas eh, finalmente la población no cree en ellos porque están miran solo, o sea, tapan su demanda frente una demanda nacional, pero al final lo que están buscando ellos es mejor negociación, tener mejores sueldos, algunos beneficios que le implican ellos. Entonces nunca hacen una demanda relacionada a un beneficio colectivo para que la población también tenga acceso a educación, a salud y de buena calidad, tapan su demanda con otras cosas. Pero otros actores, hemos perdido incluso los colegios profesionales, que en algún momento eh, yo también he sido decano del Colegio de Economistas en su época de casi Iván Vázquez, hemos hecho incidencia en el tema de los proyectos de ferrocarril que tenían ellos y su hidroeléctrica que también tenían ellos, ¿no? Eh, pero están muy solapados, No se les ve, muy poco se ve ahora la participación de los colegios profesionales, ¿no? Eh, en su momento estaba el Colegio de Ingenieros, el Colegio de Abogados, el Colegio de Economistas, ¿no? Pero los demás están ahí muy aislados, ahora que tienen una asociación de colegios profesionales, tampoco se ve liderazgos de ellos, ¿no? Colegio profesional por un lado, sindicatos haciendo su marcha para su propio beneficio, el Frente Patriótico que no sabemos a quién representa porque hay dos tipos ahí hablando e insultándose entre ellos, ¿no? El gobierno local y gobierno regional que no están hablando el mismo idioma porque, no es de ahora sino también hace periodos años atrás, donde el gobierno regional no concilia con el gobierno local, ¿no? Y el gobierno regional hace obras locales ahora. Es decir, no tenemos, por eso decía, no tenemos un norte hacia dónde irnos, ¿no? O sea, ¿cuál es el punto que tenemos nosotros? Nosotros planteamos hace bastante tiempo hacer un contrato social, ¿no? Y ese contrato social también en nuestro programa hablamos acerca sobre esto, el contrato social, tenemos artículos publicados sobre ese contrato social para que finalmente, en función de Loreto hacia el

futuro, porque por eso que se escribió "Loreto al 2050", ¿no? ¿Cuál es el futuro de Loreto y qué finalmente podemos hacer? No podemos hacer solos las cosas, sino este contrato social implica de que la empresa pública, la empresa privada, ¿no? Eh, las comunidades, los colegios profesionales y las ONG nos pongamos a sentarnos ahí y decimos, "¿Ya qué queremos hacer para Loreto?" Si quiere hacer agroindustrial, si quiere ser petrolero, si quiere ser turístico, si quiere hacer de conservación, pero tenemos que tomar una decisión respecto a qué lo vamos a hacer en los próximos años. Y ese qué hacer no existe y porque no tenemos un líder, el líder regional es un líder que ahora está involucrado, como todos, en acciones de nepotismo y también de defraudación del Estado, con también los gobiernos locales, ¿no? Eh, miramos a los colegios profesionales, no hay un líder ahí. Miramos a la Cámara de Comercio que solamente ellos están buscando su beneficio personal o gremial a través de exoneraciones. Están buscando siempre exoneraciones. Exoneraciones. A ver, frente patriótico por otro lado. Y en lo más chiquito miramos, por ejemplo, a los políticos populares, ¿no? El hay una asociación de políticos profesionales ahí, pero tampoco ellos responden a una demanda auténtica local. En términos generales estaba hablando de que no tenemos un norte, si bien es cierto, no hay un líder tampoco ahí que te puede determinar hacia dónde queremos ir, no hay una confianza porque las personas que están en pantalla de televisión, en medio de comunicación, son los líderes que nos han gobernado y nos han llevado a un fracaso tremendo, ¿no?

Pregunta: Ok. Y una última pregunta ya para cerrar, eh, las comunidades, digamos, ¿cómo se posiciona usted con respecto al rol de las comunidades en este proceso? Me mencionaba que había como un rechazo muy grande del petróleo en algunas de ellas. ¿Cuál es el rol que deberían jugar?

Respuesta: A ver, eh esa parte es bien difuso, te diré de que nosotros apostamos, digo que nosotros porque yo también le habíamos propuesto a PetroTal en su oportunidad eh un trabajo acerca sobre el cambio generacional, ¿no? Y el cambio generacional significa en qué momento los jóvenes van a ingresar al terreno de los hechos para dirigir sus territorios, porque esto más de 90 o 95 federaciones que tenemos una multiplicidad de líderes indígenas solamente, y eso es una percepción general, están buscando solamente beneficios para ellos, personal. Y me han contado, yo he trabajado con la junta [incomprensible] es una organización que reúne a gran parte de las federaciones indígenas que han luchado el 2019 y 2020 para ver el tema del plan de cierre brecha, ¿no? Nosotros y un grupo de personas hemos trabajado con ellos y he visto de cerca cómo es que ellos, cuando digo ellos son las federaciones, líderes indígenas que sí tienen un poder, tienen bastante poder político, porque uno de esos líderes

pueda levantar el teléfono, ¿no? Y llamar al ministro y el ministro lo pueda atender, ¿no? Pero detrás de toda esa demanda que ellos, que es justa, por cierto, pero no representan las necesidades de las poblaciones, ¿no? Y lo que nosotros queremos es que los jóvenes se involucren en este proceso porque los líderes actuales. [Se corta la videollamada].

Pregunta: Ya, disculpa, se cortó. Bueno, solamente era para retomar esto último de las comunidades, ¿no? Me estaba comentando sobre el tema del poder político que tienen y la posibilidad de tener acceso, ¿no? Este, digamos, dentro de la discusión, ¿no?

Respuesta: Claro. Ellos tienen un poder político y un poder territorial, ¿no? El poder político porque pueden levantar el teléfono y pueden llamar a un ministro y el ministro los, y a pesar de que los ministros saben ah, de que estos líderes no representan las poblaciones, pero sí pueden tener arraigo porque pueden tener un control territorial. Cuando hablan de control territorial es decir “¿sabes qué?, vamos a bloquear el río, te paramos tal comunidad”. Y como tú no sabes con quién negociar porque son más de 90 federaciones indígenas, unos están de acuerdo, otros están en desacuerdo, ¿no? Por eso la apuesta de nosotros, de Prospectiva, es el cambio generacional, ¿no? Cuántos de estos jóvenes, tenemos acercamientos con ellos hace bastante tiempo, ¿no? Líderes, jóvenes indígenas, pero que en las reuniones no aparecen ellos, ¿no? Siempre están los varones y detrás de los varones son las mujeres, ¿no? Pero los jóvenes no hay, no están, no están en este evento, ¿no? En qué momento ellos van a participar en este proceso de desarrollo territorial local, ¿no? Que los jefes, los líderes de ahora, para mí y para las personas que están cerca a ellos, no necesariamente tiene que ser indígena. Eh, yo he conversado, por ejemplo, con personas que trabajan en la PCM local acá y que están mirando el tema de conflictividad social. Eh, coincidimos en que los líderes, ¿no?, los Apus, los líderes, quieren que estas poblaciones siempre se mantengan así, ¿no? Pobres, donde el Estado no llega, te bloquea, es decir, quieren que las mismas situaciones se encuentra acá para poder negociar, ¿no? Eh, por ejemplo, en caso de agua y desagüe, de que el gobierno nacional ha puesto enorme cantidad de millones ahí, pero que no está funcionando, no funciona, lo sabotean los mismos o simplemente no dejan entrar. Pero su demanda es “no tenemos agua”. Sí pues, te mandamos algo para un proyecto de inversión o varios proyectos de inversión para que ejecute, pero no le dejan entrar, te sabotean o le toman de rehén a los trabajadores. Es decir, en realidad, frente a eso, nosotros decimos, hay que haber un cambio generacional para ver de qué manera podemos hacer incidencia o que el gobierno nacional, regional o local puede aterrizar en buena forma en un territorio bastante

complicado en realidad, pero que necesita atención, ¿no? Pero si estos dirigentes siguen ahí, va a ser bien difícil que podamos hacer algo por esas poblaciones vulnerables que están a lo largo de todo el territorio local, regional.

1.4. Entrevista a Ruth Mattos

Pregunta: Lo primero es la parte de tu identificación, y lo segundo tiene que ver más con cómo tú evalúas que el tema de transición y los conceptos de transición están de alguna manera manejándose en tu organización, en la CATP, ¿no? En la central, si todavía es digamos suficiente, en fin, ¿cuál es tu mirada de cómo está evolucionando, digamos, integrar este concepto, que no es sencillo, de transición energía justa, dentro de la acción de tu central? Comenzamos con eso.

Respuesta: Bueno, en primer lugar, buenos días con todos. Mi nombre es Ruth Evelyn Mattos Guzmán, secretaria de Medio Ambiente, Transición Justa y Pueblos Indígenas de la Central Autónoma de Trabajadores del Perú. Considero que a nivel interno como organizaciones sindicales todavía nos falta ir aterrizando los conceptos de transición justa. Todavía hay un número mayoritario de dirigentes sindicales que piensan que la transición está solo relacionado al medio ambiente y que no tiene impacto alguno sobre la forma, el modo y el centro laboral. Entonces, ese es un gran reto, que se está avanzando, no puedo negar, se está avanzando. O sea, ya cuando le hablas a la gente, por lo menos dentro de la CATP, transición justa, algo entienden. Pero eso que entienden estos dirigentes, nos falta todavía llegar más a las bases, ¿no? A las bases, porque por ejemplo casi todas las juntas directivas tienen una secretaría de seguridad y salud, y estas secretarías de seguridad y salud deberían estar también impregnadas de lo que nosotros desde el mundo sindicalista buscamos como transición justa, para proponer justamente cláusulas que coadyuven al cuidado del medio ambiente, cláusulas que prevengan nuevos riesgos en el trabajo ocasionados por el cambio climático. Principalmente eso.

Pregunta: Ya. Interesante. Entonces, interesante como propuesta, ¿no? Eso, tratar de vincular algo que ha sido muy tradicional en el mundo sindical, que es este tema de la salud y seguridad en el trabajo, ¿no? Que es como un tema muy instalado, digamos. ¿no? Y que ahí dialogue con el tema de transición, ¿no? Como para también usar lo que ya existe, ¿no? Porque efectivamente como tú dices, existe una ley, existen comités, ¿no? Existe una masa que mueve estos temas, y usarla. Eh, esto que tú ves en tu central a nivel de Lima, ¿es algo que se reproduce también fuera de Lima? Y más en la región amazónica, en las zonas, o sea,

¿el conocimiento se va haciendo más delgado cuando sales de Lima?, ¿cómo tú sientes?, porque tú vienes de una región amazónica como Loreto también, ¿no? Que aparentemente todos deberían ser como súper conscientes, ¿no? Porque están como en medio de la Amazonía, ¿no? Pero no necesariamente eso se da así, ¿no? ¿Cómo tú ves eso mirando tu propia región?

Respuesta: Yo coincido contigo, ¿no? O sea, creo que si en Lima, o sea, en la propia capital, el conocimiento todavía es muy inicial, en regiones te diría que ya es incipiente, ¿no? O sea, las regiones todavía no interiorizan, a pesar inclusive que pueden ser regiones amazónicas. A diferencia de lo que sí se observa en Brasil, por ejemplo, donde sí tienen más más interiorizado el tema del cuidado, la importancia de la Amazonía, de sus ríos, la importancia de que el trabajo y lo que se haga no los perjudique más en sus modos de vida, ¿no?

Pregunta: Sí, pues es como una paradoja, ¿no? Porque estás como en el epicentro, pero como si no sintieras el temblor. Si tú miras el tema de las políticas públicas, ¿no? Tú estás en Lima, participas desde la central en espacios con el misterio, has estado en las COP, ¿tienes alguna mirada sobre alguna de las políticas públicas que este país está de alguna manera desarrollando? ¿Cuál es tu balance de eso? De cómo se ha ido moviendo esto de las políticas públicas respecto a los temas de cambio climático, a los temas de transición, velocidades, han parado, han avanzado, estamos parados, estamos en pausa.

Respuesta: A ver, yo creo que en cambio climático el Perú está apostando por las NCDs en cuanto a la mitigación y adaptación, ¿no? Mas todavía, ya te hablo de la Comisión de Cambio Climático, no se tiene claro el tema de pérdidas y daños, ¿no? Justamente ahora en octubre va a haber un evento que estamos haciendo para dejar claro qué llamamos pérdidas y daños ocasionados por el cambio climático, porque si no se entiende eso, ¿cómo exiges justicia social al respecto? Luego, ya que estamos hablando de políticas públicas, respecto de transición justa recién el año pasado hubo un primer taller organizado dentro de la Comisión Nacional de Cambio Climático con el nombre de trabajar qué entendemos por transición justa, ¿no? Creo que fue la WRI (World Resources Institute), si no me equivoco, la que llevó a cabo el taller, pero ahí quedó. Seguimos buscando políticas de transición justa en el Perú y no hay, ni siquiera hay propiamente de transición energética como tal, ¿no? Como sí tenemos otros países cercanos que nos están llevando años luz, y no solo me refiero a Brasil, me refiero a Chile, me refiero a Colombia. Entonces, particularmente, yo siento que el Perú hace cosas mínimas y de manera aislada. No siento que tengamos una política integral que prevea el tema de transición justa, ¿no? Que vea al trabajador como el centro de las

políticas públicas en el trabajo cuando estas se relacionan o tienen algún cambio ocasionado por el cambio climático. Siento que eso aún no está, no se visibiliza.

Pregunta: Ajá. Y si no sé si te coincides o no, que más bien a veces en el caso de Perú pueden haber procesos más bien regresivos, ¿no? O sea, no es que avancemos o nos quedamos en pausa, ¿no? Sino que a veces desde el Parlamento que también desarrolla leyes, ¿no?, que son políticas también. Estas a veces son de alguna manera contraproducentes, digamos, no es que se hayan estado dando normas en una determinada dirección a favor del cambio climático, sino que más bien hay una especie de como de desacreditar estas teorías, ¿no?

Respuesta: Coincido, coincido contigo. O sea, lo ven el cambio climático, inclusive lo han estado viendo como un tema de lobby de ONGs si hablamos del Congreso. El Congreso ha hecho todo menos apoyar en la lucha de cambio climático. Ha hecho todo lo contrario. Ha empezado a dejar libertad en las tierras para que estas sean explotadas. Ha empezado a dejar de reconocer los derechos de los pueblos indígenas y ancestrales sobre los territorios que durante siglos les ha pertenecido. Entonces, lo que ha hecho el actual legislativo es lotizar, lotizar y permitir que esto sea utilizado, ¿no? Luego, eso es a nivel congresal. Hemos tenido bastante retroceso, pero también hay que decir las cosas como son. A nivel de ejecutivo, cuando quieren ellos, observan normas, y hemos visto que el ejecutivo frente a este atropello que hace el Congreso no ha hecho absolutamente nada para oponerse ni para hacer una cuestión, una acción de inconstitucionalidad, observar la autógrafa, no ha hecho nada. Y eso también los pinta de cuerpo entero, ¿no? Los pinta de cuerpo entero. Y cuando digo que los pinta de cuerpo entero es que quisiera que se entienda que no es solo el Congreso, no solo es el ejecutivo, hay todo un sistema ahorita en contra de cualquier tema que sea proteger el medio ambiente. Porque estamos en un modo, como Perú, mercantilista, ¿no? Entonces “no, para qué vamos a estar cuidando el medio ambiente, hay que vender, hay que lotizar”. Entonces los gobernadores regionales ahora ven “sí, mira, si yo cuido estos bosques, me tienes que pagar tanto, me das la plata porque yo con eso, ya tú allá puedes seguir este explotando en el norte, pero listo, acá tienes tus bonos de carbono, ¿no? Que es lo que yo quiero”. Esa también es una falsa solución, que desde el sindicalismo lo venimos diciendo,

¿no? O sea, no puede ser que porque tú sigas explotando como explotas en el norte, sigues contaminando el medio ambiente. “Ah, no, pero tengo en América del Sur, tengo en un país determinadas hectáreas donde sí estoy cuidando el bosque”. Entonces, no dejamos la política de mercantilista, ¿no? Y al final el que sufre las

consecuencias, como siempre digo, son las poblaciones más vulnerables.

Pregunta: Claro, porque si no vienen estos fondos, pero viene la mafia, si el tema es dinero, digamos, la mafia también tiene dinero, ¿no? Para fomentar, más bien, la destrucción. Sí, pues parece que es como la tormenta perfecta, ¿no? O sea, las dos fuentes de políticas públicas más importantes, es como es el parlamento y el propio ejecutivo, han terminado justamente compitiendo por quién es más conservador o más retrógrado en estos temas. Ahora, tú has estado, estuvimos juntos la semana pasada discutiendo este tema que está vinculado a los territorios como Piura y también como Loreto, que es la zona amazónica, vinculado a los pasivos ambientales hidrocarburíferos, ¿no? Y una de las cosas que quedó bastante claro en el compartir que tuvimos es que, en el caso de Perú, no se hecho nada, digamos, ¿no? En el sentido de que no hemos podido ni siquiera remediar uno de los 3,200 o 3,300 pasivos que tenemos, y también le toca la Amazonía porque tampoco se ha hecho ahí nada. Y una propuesta que está en la mesa es que enfrentar esos pasivos ambientales, remediar esos pasivos ambientales también es la posibilidad de generar empleo verde, ¿no? O sea, empleo vinculado a la remediación, ¿no? Porque no solo, como decimos, la transición tiene que ver con el futuro, sino tiene que ver con arreglar el pasado, ¿no? Y los pasivos son una prueba de este desastre, ¿no? ¿Qué piensas en esta idea de usar este trabajo alrededor de la remediación de pasivos en la Amazonía como una posibilidad de generar empleo verde y local?

Respuesta: Yo creo que eso tiene mucha importancia si lo vemos desde el punto de vista de la economía circular, ¿no? Porque no es solo remediar lo que está mal, sino también generar una fuente de trabajo, generar una fuente de ingreso para, de acuerdo a lo que nos ha presentado la organización de Ecuador, Amazonía Viva, era justamente el match que podían hacer con las comunidades. Entonces, lograr que las comunidades no te digan no, porque yo te lo voy a remediar para que tú puedas utilizar luego ver una fuente de ingresos y decirle, "Yo no te voy a dar un sol en efectivo, acá es solo el servicio." También me parece una buena estrategia, porque en el Perú durante mucho tiempo al agricultor, te lo digo porque también trabajé en agricultura un tiempo como asesora de un programa de créditos agrarios, se le da el dinero, pero de ahí no se hace seguimiento, la gente se despreocupa, queda con la deuda con el gobierno. Entonces, dinero no es la solución, pero sí el servicio, ¿no? O sea, yo creo que es importante esa experiencia. Creo que es una gran oportunidad que el Perú todavía no lo ha visibilizado, incluso estaba pensando, no sé, mi idea, cómo estoy con puro congresista, la verdad, todos los días de mi vida. Hay algunos que son más proclives al tema ambiental. No te digo que todos estén, pero podríamos intentar

podríamos intentar hacer un proyecto de ley. O sea, ¿qué pierdes? El Congreso va a querer ahorita que está en su afán populista decir que no. Ahorita están todos luchando para ser senadores, toditos. El 80%. La única que me ha dicho que no va a ir para senador hasta ahorita es la Susel. El resto, todos se van. Entonces, porque ahorita tenemos una entidad, ¿no?, que entre paréntesis debería hacer la chamba, pero así como está, no, no está orientada para hacer un servicio de remediación que involucre a las comunidades, que involucre a la población y que genere economía circular. No está.

Pregunta: Claro, que sea empleo, porque empleo es uno de los grandes temas de la Amazonía, o sea, la tasa de informalidad en las regiones amazónicas y en Loreto son altas, digamos, ¿no? Entonces, ahí cualquier acción que por un lado mejore la formalidad laboral y por otro lado mejore el ambiente, ¿no?, eh recupere de alguna manera ecosistemas dañados, sería pues. Porque en este momento la Amazonía está enfrentando retos vinculados a economías ilegales, ¿no? La droga, la tala, el oro, ¿no?, que se ofrecen como fuentes de ingreso a población que no tiene alternativas, ¿no? Entonces, es interesante pensar que propuestas de generar empleo que además sea verde, que además sea formal, puede ser una de las salidas a estos retos tan grandes que tiene la Amazonía, ¿no?

Respuesta: Coincido.

Entrevista a Diandra Torres

Pregunta: Partiendo de la idea de que existen distintas definiciones de lo que es la transición justa, ustedes desde la organización, desde DAR, ¿cómo definen este concepto de transición justa? ¿Cuál es la definición que ustedes tienen del concepto?

Respuesta: En el caso de transición de transición justa, tiene varios enfoques, ¿no? A ver, tiene que ver con la equidad, tiene que ver con la transparencia, tiene que ver con la inclusión, tiene que ver con todos los enfoques de derechos, también con el enfoque social, ambiental, que los costos que implique esa transición no sean grabados a las poblaciones más vulnerables, sino que todos tengan de alguna manera la responsabilidad y la carga de esas externalidades por ese proceso, ¿no? Entonces, hay varias aristas que engloba la transición justa al menos, ¿no?, para nosotros. No solamente es el concepto, sino los enfoques que podríamos dar.

Pregunta: Ya. Perfecto. Y pensando directamente en la Amazonía, ¿no? En el territorio amazónico, probablemente en primera instancia seguramente en Loreto por tu experiencia

directa, pero de repente si es que tienes noción del resto de la Amazonía, ¿cuáles son los avances o retrocesos, digamos, que se observan con respecto a la transición energética, y existen o no existen políticas específicas para desarrollar este tema en la zona?

Respuesta: Como sabes, existe, ya como mencionaste, ustedes hicieron un análisis legal ya del contexto. Entonces, no dista mucho de ese contexto. Una de las cosas que se ha avanzado es que en el caso de Loreto, ya desde el 2017 se viene hablando de transición, de cambiar de matriz energética. Pero también seguimos amarrados en el tema de las actividades de hidrocarburos, porque somos quizás el principal, uno de los principales abastecedores de hidrocarburos del Perú. Entonces, estamos avanzando hacia una normativa nacional y regional, cuando te digo del 2017, porque ya desde el 2017 Loreto tiene una ordenanza regional que impulsa la elaboración de la política energética regional. Y ya en el caso de Loreto y en este 2024 lo que se hizo es modificar esta ordenanza, ¿no? Esta ordenanza clave, incluyendo lineamientos, ¿no? Lineamientos que te orienta –que ha sido aportes de DAR-, te da lineamientos para que puedas tener ciertas condiciones de enfoques de derecho, enfoques ambientales, de participación, específicamente para poblaciones en zonas aisladas como en el caso de nosotros, ¿no?, de Loreto, que tiene un sinnúmero de comunidades nativas y campesinas que no tienen acceso al, como derecho, ¿no?, como derecho, a la energía. Eso por un lado, ¿no? Hemos avanzado. Pero también existe, al igual que en el ámbito nacional, existe un divorcio de competencias, y eso en el análisis habrá salido de ustedes. También aquí en Loreto existe ese nivel de disparidad, puesto que tenemos por un lado avances con la disposición de querer transformar o transitar en el cambio de matriz energética y diversificar nuestra matriz actual que básicamente está enfocado en recursos de hidrocarburos. Pasan las gestiones, los gobiernos, y cada uno de ellos, conforme la tendencia y la presión que tiene desde eh organizaciones empresariales, por así decirlo, y otros intereses, mudan hacia los pedidos de, por ejemplo, firmar convenio, como actualmente el 2023 el gobierno regional ha firmado convenio con el Instituto Peruano de Energía Nuclear, ¿no? Para ver qué opción existen para implementarlo aquí en el departamento. Entonces, al igual que también hay iniciativas para que remueva la declaratoria de interés y saquen nuevamente a la luz el sistema interconectado, ¿no?, el SEIN. También siguen pensando en hidroeléctricas, como el caso de hidroeléctricas de Mazán. Entonces, hay cierta disparidad en el mensaje y en la intención, pero aun así también de bajo existe buena predisposición de cambiar o diversificar esa matriz energética. Eh este, ¿qué más? Eh, ¿qué más te podría comentar? Eh, existen vacíos a nivel nacional que ya lo hemos identificado, como en el caso de la ley, tú lo debes

saber, la ley, la reglamentación de la generación distribuida, ¿no? eh todavía no se tiene reglamentado y eso podría ayudar, podría ayudar. Pero también hay ciertos vacíos, como que, si en este marco de elaborar una política energética regional estamos amarrados al marco nacional, muchas de muchas de las ideas o de los lineamientos que puedan surgir en este proceso de elaboración, porque actualmente el gobierno regional está en proceso de elaboración de su política en el marco de esa ordenanza, se va a ver truncada, se va a ver todavía por sueños, ¿no?, van a ser buenas intenciones de implementar una política regional cuando la normativa nacional todavía no ha preparado o no ha generado reglamentación para sistemas aislados como los de la Amazonía, específicamente en el caso de Loreto, que tanto lo necesitamos, para ver tarifas, para ver las microrredes, cómo podrían funcionar las microrredes, cómo podría llegar el financiamiento, ¿no? El financiamiento para que asociaciones, comunidades, municipalidades puedan acceder a ese tipo de financiamientos. Entonces, todavía no se tiene nada en ese sentido, pero lo que sí se tiene es que, lo que sí se sabe, es que existe ese divorcio que ya mencioné, ese divorcio entre las competencias de cada uno de los sectores, incluyendo al gobierno regional que le tienen restringidas el poder actuar y el poder elaborar normativas que puedan realmente desarrollar a la región, ¿no? Porque existen proyectos que los loretanos nos enteramos que ya han implementado y ni siquiera han pasado por consulta previa, porque tampoco existe una normativa, aparte que debería existir la consulta previa, debería haber un proceso de participación previo a la implementación o al proceso previo de los proyectos, porque normalmente un dolo es que, ¿en qué momento se da la participación? Normalmente se da cuando ya existe algo contractual ya con las empresas entre la instancia, en este caso el MINEM, donde te presentan los estudios de impacto ambiental. Pero no hay una participación previa para identificar realmente si es posible o no implementar tal o cuál idea del proyecto, cosa que por ahí también hay un retroceso, o al menos no está concluido porque tenemos una ley de consulta previa, pero no tenemos algo más allá de eso, ¿no?, que nosotros podamos determinar. Porque con consulta previa prácticamente ya los actuados están, ya están los actuados. Eso, por un lado; pero ya, sigamos conversando.

Pregunta: Genial, perfecto. Y con respecto al uso de energías renovables, tú mencionabas algo al respecto al inicio. ¿Qué experiencias existen en la zona, pensando en general en la Amazonía, pero de repente específicamente también en Loreto, experiencias de energías renovables, cómo se vienen realizando, quiénes las vienen realizando, y qué tipo de valoración tienen también por parte de la población, por parte de ustedes? ¿Cómo evalúan ese proceso?

Respuesta: Hay diferentes intereses en verdad. Y seguimos hablando de la normativa. La normativa se ha creado para que las etapas de generación, explotación, distribución, comercialización estén básicamente para las grandes empresas, ¿verdad? Entonces, por eso la intención es de costo beneficio, sin incluir, como mencionaba hace rato, sin incluir esas externalidades o esas cargas; y obviamente si tú excluyes esas cargas ambientales, esas cargas sociales, los costos para hidroeléctricas, para líneas de transmisión, obviamente son las más provisorias, ¿verdad? Y son las que el Estado continuamente está, con demanda del mercado y por costos, son las que normalmente promocionan. Entonces, gran parte del empresariado y los intereses están hacia ese tipo de energías, que supuestamente benefician a todos y promocionan el desarrollo productivo de la región. Se atribuye a que la desconectividad que tiene Loreto es la mayor limitante para el desarrollo de la región, y se también se le atribuye a esta desconexión al tema de infraestructuras como carreteras, hidroeléctricas en el caso de energías, que son claves para potenciar la capacidad productiva y de comercialización que va a tener Loreto. Eso por un lado. Esa es la vista del empresariado y de los intereses a nivel nacional, ¿no? Que buscan interconectar Brasil, el tema de infraestructura, Brasil; pero sin condiciones energéticas no podemos desarrollar. Esa es la narrativa por un lado. La otra narrativa es que organizaciones como DAR y muchas más, de manera silenciosa, porque tampoco hay una normativa que nos respalde en ese sentido, de sistemas aislados, estamos trabajando en esas propuestas de mejoras de política, pero desde lo local, para entender un poco cuáles son esas brechas y necesidades que tiene la población para poder tener ese derecho a la energía. En ese sentido, como en el caso de DAR, por ejemplo, venimos implementando, solo con un tipo de red que son sistemas fotovoltaicos, estamos inventando en articulación con otras organizaciones, identificando primero brechas, identificando primero brechas con la población, porque no es igual, te pongo un ejemplo, no es igual actividad productiva de manejo de las pesquerías. No es igual hablar de peces de consumo que de peces ornamentales. Las necesidades para peces de consumo y ornamentales a nivel energético son totalmente diferentes. Te pongo un ejemplo: en el caso de precios ornamentales, normalmente aquí en Amazonía la mayoría de población local, de organizaciones de pescadores artesanales, ornamentales, se dedican a manejar y comercializar arawana [especie ornamental de origen amazónico]. El que no sabe entendería que es un pescado común, pero no. El manejo para pesca ornamental de la arawana se realiza en la noche. Básicamente, el 80% del manejo de la actividad es en la noche, entonces ahí únicamente solo necesitas energía eléctrica, ¿verdad? A diferencia

de los pescadores artesanales de peces de consumo, que ellos no necesitan únicamente energía eléctrica, ellos necesitan garantizar cadena de frío, necesitan garantizar energía para los equipos que van a transformar sus productos, y que gracias a eso han permitido de alguna manera pasar a otra fase, a otra etapa, escalar, el proceso de escalamiento para que sean mejores productores, que tengan mejor rendimiento económico y que pueda llegar a la canasta familiar. Entonces, si me preguntas cuál es la percepción desde lo local, es que estas iniciativas están dando resultado. Claro, esperaríamos que desde el gobierno, si reglamenta, tuviéramos un fondo de inversión social como el FISE [Fondo de Inclusión Social Energético], que pueda apoyar estas iniciativas privadas para que las comunidades o formas asociadas puedan tener un pequeño fondo o puedan encargarse de operación y mantenimiento, por ejemplo, que es lo que falta. A nivel local, muchos proyectos desde el MINEM y uno de ellos del programa FISE han llegado a Loreto, y me imagino también a otras regiones, involucrando a la DREM, a la Dirección Regional de Energía Minas, pero con un dolor. Han implementado sistemas fotovoltaicos domiciliarios, pero con esa situación de la ausencia de operación en mantenimiento. No se ha establecido reglas tarifarias, estables, ni cobros, ni la forma de la gobernanza de cómo va a funcionar estos sistemas fotovoltaicos domiciliarios. Muchos de ellos ya se han perdido. Muchos de ellos ya se han perdido por situaciones tan insignificantes como no haber previsto fortalecimiento de capacidades comunales ni, como te mencionaba, ni una partida o un programa de operación y mantenimiento; porque muchas veces quizás por desconocimiento, y también me hubiera pasado a mí, si en mi domicilio se me malogró algo y no prende mi foco, pues lo dejo ahí porque es algo que no es mío y tendría miedo de malograrlo mucho más. Y de repente solamente era una limpieza o levantar el, no sé, más arriba, y que pueda llegar con mejor energía el panel solar. Entonces, cosas tan simples, ¿no?, como fortalecimiento de capacidades en las comunidades, hubiera resuelto todo eso. Entonces, hay bastante avance. En el caso de Loreto, los sistemas fotovoltaicos son los que están siendo mayormente usados, pero existe cierta impresión desde el empresariado, desde la academia también, y también propio de los intereses como te mencionaba, que la mayor limitante de los sistemas fotovoltaicos es que no es estable, ¿no? Entonces, ahí partimos que necesitamos pues una energía que nos dé confianza, que nos dé confianza y que sea sostenible el suministro, ¿no? Y no hay una energía actualmente, ¿no?, que nos pueda dar eso, pero sí podríamos intercambiar con otras redes y trabajar, pero una limitación es también el tema de la investigación, energía cinética a partir del agua, del río, ¿no?, en menor escala. Eólica no tenemos, eólica, no

somos sujetos a poder tener esta energía eólica, de los vientos acá en Loreto; pero lo que tenemos sí es sol, lo que tenemos todavía es hidrocarburos que podríamos seguir utilizando mientras se va generando una estrategia a mediano y largo plazo.

Pregunta: Y con respecto a los conflictos socioambientales, ¿cómo se podrían vincular o cómo se vinculan con respecto a la transición energética? Estas iniciativas de energías renovables, ¿están teniendo un apoyo de las comunidades? La relación entre comunidad y energía, digamos, ¿estaría impulsando un proceso de transición energética o lo estaría, digamos, conteniendo?

Respuesta: Para el caso de Loreto está impulsándolo porque la gente sí necesita energía. Como te mencionaba, ¿no?, en el caso de DAR, nuestro trabajo no es solo trabajar políticas desde el escritorio, sino trabajarlas desde las comunidades. En el caso de las comunidades, por ejemplo, para identificar nosotros... por eso te ponía esos ejemplos, porque lo hemos aprendido en el campo, del tema pesquero, y todas las iniciativas que nosotros implementamos, primero nos vamos a identificar, ¿no?, qué es lo que está pasando. Y uno de los puntos es trabajar la gobernanza de la energía de ese proyecto, ¿no? Si no hay interés por parte de los asociados, de la comunidad, entonces tampoco entramos porque es una decisión voluntaria, no impositiva. Entonces, en ese sentido, nosotros desde el inicio conversamos, identificamos y establecemos de alguna manera compromisos, ¿no? Y dentro de los compromisos está de que, te pongo un ejemplo, en el caso de actividades productivas, ¿no? Nosotros estamos trabajando con el caso de la pesca, también de panadería, la caza, manejo de fauna silvestre, producto del manejo de fauna silvestre. Cada organización con quienes estamos trabajando no son simples, hablando de manera privada, no son beneficiarios, somos socios. Entonces, cada uno de nosotros tiene un rol, al igual que cuando te mencionaba que nuestras iniciativas trabajan de manera articulada con otras ONGs y hasta las municipalidades en algunos casos, instituciones públicas como el SERNANP [Servicio Nacional de Áreas Naturales Protegidas por el Estado]; también las comunidades forman parte de esa articulación como socias dentro de los roles que le compete. En ese caso, por ejemplo, panadería: ellos construyen la infraestructura, la infraestructura con una idea de proceso, de cómo funcionaría su panadería, de cómo funcionaría la infraestructura productiva de carne de monte, de pescado, entonces ellos participan en eso, ayudan a monitorear cómo está funcionando también sus sistemas fotovoltaicos. En ese caso, nosotros sí tenemos un pequeño fondo para fortalecimiento de capacidades, ¿no? Pero al fin y al cabo son personas, en algunos casos avanzan más rápido que otros, ¿no? Entonces sí existe el acompañamiento de la población, y las

organizaciones indígenas también son claves. Son claves en este proceso, que siempre están solicitando y haciendo incidencia para que pueda establecerse el estado de derecho energético a las poblaciones locales.

Pregunta: Perfecto. Ahora sí ya la última pregunta, para cerrar la entrevista. A partir de su perspectiva, a partir de las actividades que ustedes han venido realizando, ¿cuál es su lectura, digamos, con respecto a los posicionamientos que puede haber y las posibilidades de

generar también alianzas, digamos, para promover una transición justa? Con respecto a los distintos tipos de actores, ¿no? Pensando en, por supuesto, comunidades indígenas, comunidades nativas, organizaciones de la sociedad civil, municipios, gobiernos regionales, etcétera. Si tuviéramos que poner, un poco simplificando, posibles aliados y posibles opositores, ¿cómo ustedes leen esos roles o esos posicionamientos?

Respuesta: Creo que al inicio también te comentaba que hay dos narrativas: las buenas intenciones de querer una matriz energética... no solo reducir nuestras emisiones, sino diversificar nuestra matriz energética y reemplazarlas por fuentes limpias, renovables, ¿no? Con equidad social, inclusión, sobre todo aquellas comunidades que han sido históricamente, son históricamente excluidas, ¿no? El tema de derechos colectivos, ¿no? Para nosotros es clave la articulación, como DAR, porque dentro de nuestro trabajo uno de nuestros pilares es no solo la generación de información desde abajo hacia arriba, desde lo local, para poder articular (y ahí está el segundo paso que nosotros tenemos de manera institucional). Entonces, la articulación sí es clave. ¿Para qué? Para poder, con esa información que se genera, poder articular con otros actores que tengan roles, competencias, funciones, ya sean públicos o privados, sociedad civil, todas ellas articulen para poder hacer incidencia y mejorar nuestras políticas públicas. En definitiva, es clave. Es por eso que nosotros somos una organización que en algunos momentos podría considerarse que estamos en contra de las decisiones de algún proyecto, pero lo que buscamos más bien es fortalecer esos proyectos, fortalecer y que tengan esos enfoques que te decía, enfoque de justicia social, territorial, ambiental, intergeneracional, porque al final lo que buscamos es la mejora de las capacidades, pero también el desarrollo de las poblaciones en las regiones, en este caso amazónicas: Ucayali, Loreto, con las que nosotros trabajamos, que es básicamente la cuna cuenca amazónica, que es la visión de DAR, cuenca amazónica sostenible. La articulación es clave, y ahí las normas también, por eso el Estado es clave en el proceso, la voluntad política también es clave, el entender las dinámicas de la población, el territorio, es clave. Y sí, para nosotros sí estamos de acuerdo en que se debe articular, se debe articular porque cada uno tiene su rol, su competencia, funciones, o sea, dentro del ámbito de lo que trabaja o a lo que está trabajando, ¿no?

Pregunta: Listo. Muchísimas gracias, Diandra. No sé si hay habría algo más que quisieras agregar, o con eso ya podemos cerrarlo.

Respuesta: Ah, ¿qué te podría decir? Eh, complementar un poco sobre el trabajo de DAR,

¿no? Nosotros también estamos viendo cómo se está llevando el proceso de la Política Energética Nacional, ¿no?, que se está actualizando el proceso de elaboración. Porque la idea es que también desde lo nacional esté alineado a lo que se está trabajando en lo regional, y hay grandes desafíos en términos aún en sostenibilidad, mantenimiento, pertenencia cultural, en el país. Entonces, es importante que desde la sociedad civil estemos atentos, pero sobre todo articulemos y busquemos el acercamiento o que la participación sea efectiva. Eso es importante. Y la transparencia, en cada uno de esos procesos de elaboración de instrumentos clave para que se pueda lograr una institucionalidad energética en el país.